UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Geografia Humana – FFLCH
2006

**Ocupar e Resistir: problemas da habitação no centro
pós-moderno (SP)**

Jean Pires de Azevedo Gonçalves

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Geografia Humana – FFLCH
2006

Ocupar e resistir: problemas da habitação no centro pós-moderno (SP)

Jean Pires de Azevedo Gonçalves

Dissertação apresentada à Comissão Julgadora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia – Universidade de São Paulo – como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Geografia – Área de Geografia Humana –, sob orientação da Profa. Dra. Amélia Luisa Damiani.

São Paulo
2006

Jean Pires de Azevedo Gonçalves
Ocupar e Resistir: problemas da habitação no centro pós-moderno (SP)

Dissertação apresentada à Comissão Julgadora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia – Universidade de São Paulo – como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Geografia – Área de Geografia Humana –, sob orientação da Profa. Dra. Amélia Luisa Damiani.

Comissão Julgadora

Defesa
2006

O universo é o centro. O centro do universo está em toda parte, e a circunferência em nenhuma.

(Giodanno Bruno, parafraseado, depois, por Blaise Pascal)

“O senhor pode compreender o que significa isso de não ter para onde ir? Não, o senhor não pode compreender... Há já um ano que viemos parar, finalmente, depois de muitos cansaços e muitas aflições, nesta magnífica capital, ornamentada com tantos monumentos. E aqui encontrei emprego... Encontrei-o para tornar a perder. Compreende? (...) Vivemos agora num canto, em companhia da dona da casa, (...) e como é que sei que nós vivemos e pagamos, não o sei ao certo”.

(Fiódor Dostoiévski)

AGRADECIMENTOS

À professora Amélia (e família), a quem devo grande parte de minha formação.

À minha família: minha mãe Nilza, que acredita e sempre acreditou em mim; meu pai Paulo; meus irmãos Paula e Diego; meus sobrinhos Annina, Victor e Sabrina; meus cunhados Sérgio e Cristina; minha tia Olinda.

À professora Odette, pela sempre dedicada atenção, e ao professor Dieter.

Aos meus colegas e amigos: Alexandre (obrigado pelo Dossiê FCV!!!!), Evânio, Flavinha, Luciano, Márcio, e Ricardo; Ailton (Miojo), Dori e Carlos (valeu!!!); Zá, Rejane, Ian e Téó; Zoltan; Paula; Fábio e Brunão; e Ju (obrigado!!!!).

Aos sem-tetos: Lizete, Nathanael, Israel e Tereza (a luta é pra valer!).

Aos funcionários do bandeirão (em especial, Vilma e Márcia) e do CRUSP.

À CAPES.

Ao 311 A.

Aos anarquistas.

Ao Levante! Anarquista.

Ao grupo de punk rock Fecaloma.

Aos meus avós.

Quase ao mesmo tempo em que iniciei meus estudos com sem-tetos, também eu passei a sofrer a ameaça constante do despejo. Morador do CRUSP desde 1999, formei-me em Geografia em meados de 2003, e no segundo semestre do mesmo ano ingressei no curso de mestrado em Geografia Humana. De acordo com o regimento de moradia, devia eu ter recebido um comunicado por escrito para desocupar o apartamento em que me encontrava. Então, conforme procedimentos de praxis, eu deveria entrar com um recurso demonstrando meu interesse de continuar como morador de pós-graduação do CRUSP. Diante do impasse, em março de 2004, ocasião em que se realizava o processo de seleção para alunos de graduação, compareci à Coseas para obter informações a respeito do processo de seleção da moradia de pós-graduação. Além de não ser informado (ou de ocorrer um “desencontro de informações”, como mencionou a Coseas posteriormente), disseram-me para “não me preocupar com isso, que a seleção de pós não era para agora, ainda ia demorar, etc.” Mas ainda assim manifestei o meu desejo de continuar morador através de um questionário da própria Coseas. Fui então estudar e trabalhar em minha pesquisa. Veio a greve. Depois, voltei a procurar esta Coordenadoria no começo de julho quando vim a saber que o período de seleção dos alunos de pós-graduação passara. Ocasião esta em que uma assistente social tomou conhecimento de minha situação, desde então, irregular no CRUSP e, para minha surpresa, impingiu verbalmente, infringindo assim um ou dois artigos do regimento, para que eu desse um prazo para me retirar do CRUSP. Ora, durante este tempo todo, nunca recebi, como foi dito, uma única notificação da Coseas e meu nome sempre constou no mapa dos moradores. Todavia, a Coseas, de modo **anti-acadêmico** e intransigente, passou a utilizar de ações que visavam a minha saída da moradia estudantil. Parte do tempo que eu podia estar me dedicando à pesquisa, foi gasto na tarefa exaustiva de procurar um advogado gratuito e com a elaboração de recursos que percorreram todas as instâncias desta Universidade, além da incerteza e instabilidade da continuidade de minha permanência na moradia. Escrevo estas linhas em solidariedade aos inúmeros alunos carentes que, diante das circunstâncias, não têm outra saída a não ser ocupar os aposentos do CRUSP, pois, caso contrário, se vêem na iminência de comprometer irreparavelmente sua formação, e que ainda estão sujeitos a agressões, como despejos truculentos, e violações a direitos constitucionais. O fato é que não está sendo atendida de modo adequado e suficiente a demanda por moradia estudantil, cada vez mais crescente, e que os procedimentos, convenientes a uma assistência social, não estão sendo realizados.

Moradia estudantil: AUTO-GESTÃO JÁ!

RESUMO

Esta pesquisa procura situar a produção do espaço no contexto das operações de reurbanização na cidade de São Paulo, especificamente, a “revitalização do centro”. Tais abstrações se colocam na realidade reduzindo as potencialidades do urbano, este entendido como lugar do encontro, a simples troca de mercadorias e relações contratuais entre “agentes” sociais, ora personificados em capitalistas, ora, em proletários. Neste sentido, o espaço, de modo estratégico, é produzido como espetáculo, ideologia e meio de segregação, dentro dos limites de uma economia capitalista que se apresenta agora como crise do trabalho. Diante destas circunstâncias, as relações de produção não se efetivam totalmente e é cada vez maior uma crescente população de trabalhadores que não consegue vender sua força de trabalho, devido à redução de sua oferta no mercado, e que, por isso, não encontra lugar nesta economia. Através destas questões, buscou-se definir táticas de resistência de parte desta população, notadamente os sem-tetos, perante a revitalização do centro. Daí, o problema da habitação não se resumir às restrições físicas da residência, mas a luta pela cidade, a própria existência e o *habitar*.

Palavras chaves: revitalização do centro; sem-tetos; ocupação; cotidiano; sociedade urbana.

ABSTRACT

This research tries to situate the production of the space in the context of the operation of reurbanization in the city of São Paulo, specifically, “the revitalization of the center.” This abstractions are putting in the reality reducing the potentiality of the urban, this understand how a place of the meeting, the simple change of merchandises and contractual relations between social “agents”, sometimes personified in capitalists, sometimes, in workers. In this way, the space, in a strategic way, is produced like spectacle, ideology and segregation way, inside the limits of a economy capitalist that show yourself like the worker’s crises. In front of this circumstance, the production relationship don’t be totally effective and each time a increasing population of workers that don’t obtains sell his work’s strength, because of the reduction of his offer in the work’s market, and them because of this, they don’t find their place in the society. Among these questions, searches have been made to define tactics of resistance by part of the population, nominated the homeless, ahead the revitalization of downtown. So, the problem of habitation can’t be resumed to the physical restriction of home, but the fight for the city, the own existence and the living.

KEY WORDS: center’s revitalization; the homeless; occupation; day by day; urban society.

ÍNDICE

Intrdução	1
Capítulo 1	11
1.1. Espaço e geografia	11
1.2. As abstrações concretas	12
1.3. A paisagem	14
1.4. Geografia e espaço	15
1.5. Geografia e história	19
Capítulo 2	22
2.1.1. A relação de propriedade	22
2.2.1. O fenômeno urbano	27
2.2.2. Engels e a metrópole capitalista	31
2.2.3. O urbanismo	36
2.2.4. O Urbano no Brasil	39
Capítulo 3	55
3.1.1. Prestes Maia: resistência	56
3.1.2. Os sem-tetos	63
3.1.3. O MSTC	78
3.1.3. A Associação Viva o Centro	82
3.1.4. Os sem-tetos vão à guerra	89
3.1.5. A conjuntura política	102
3.1.6. Os sem-tetos são revolucionários?	106
3.2.1. O Cotidiano	107
Conclusão	119
Bibliografia	127
Anexo I	131
Cartografia do Cotidiano	131
Anexo II	202

INTRODUÇÃO

Centro velho: o fluxo da multidão interminável esbarra em nossos ombros; olhos que nos olham sem olhar; fisionomias que são logo esquecidas na fração de segundos em que são substituídas por outras, e mais outras, e outras; e outras; e assim ininterruptamente. Não é mais o fenômeno da solidão na multidão, só resta solidão. Em contraste, prédios e edifícios em ruínas que pararam num tempo e marcam uma época desde hoje abandonada. O centro velho é pós-moderno: as obras que agora congestionam o trânsito de pedestre (!!!) têm um sentido oculto que é indiferente à multidão transitória. Qual o seu significado? Podemos encontrar as primeiras respostas no artigo de Jule Barreto da revista *Urbs*, ano 1, outubro de 1997, páginas 11, 12 e 13:

“O Centro era enxergado como caso insolúvel, em estado terminal, quando um grupo de pessoas resolve encarar a pergunta: por que o Centro da mais rica metrópole brasileira e sul-americana era tão ruim para nele viver, se divertir e trabalhar, se comparado aos centros de outras metrópoles? Para responde-la, e transformar a resposta em ação, esse grupo funda uma associação cujo nome de batismo é, ao mesmo tempo, uma exortação e uma proposta de trabalho: **Viva o Centro**. É outubro de 1991, e neste núcleo estão Henrique de Campos Meirelles, presidente do BankBoston e líder da empreitada, os presidentes das duas bolsas (de Valores e Mercadorias & Futuros), profissionais liberais, presidentes e diretores de bancos, empresas e instituições” (grifado por nós).

“Até uma viagem de mil milhas começa com o primeiro passo”, diz o provérbio chinês. Já demos o primeiro, mas o caminho é longo e sinuoso. Até agora, o que se sabe é que um grupo de pessoas, citadas acima, não se sabe com que “boas intenções”, tomou como estandarte de luta, ao que tudo indica contra todo o bom senso e a razão, uma causa nobre e perdida: o centro de São Paulo. Este grupo, quiçá, de visionários, a *Associação*, partiu então para uma empreitada de proporções quixotescas, denominada por eles próprios com o nome de *Viva o Centro*. Mas, pouco se disse ainda, e é necessário seguir em frente, continuemos nossa jornada:

“Como não podia deixar de ser, o pensamento da Viva o Centro, nos seus primórdios, considerava o centro como um espaço de perdidos atributos de

aprazibilidade e glamour a ser resgatado. (...) A partir dessa visão carregada de nostalgia evolui-se rapidamente para uma perspectiva complexa de expansão e modernização de funções, aliadas à preservação histórico-arquitetônico, sim, mas segundo uma concepção de refurbishment ou reciclagem prevendo seu uso para fins modernos. Surge o esboço de uma proposta de operação urbana que obtivesse, ou ajudasse a obter, essa síntese (o projeto de lei de 1993 criando a Operação Centro, pelo qual a Associação lutou em todas as etapas de sua tramitação, só foi aprovado pela câmara municipal e sancionado pelo prefeito em julho de 1997, mas sob a forma de um substituto muito melhor do que o projeto original, e para o qual a associação conquistou o apoio da totalidade dos vereadores)”.

É possível descobrir no texto, além da palavra “refurbishment” e de um certo glamour, digamos, *parisiense*, na região central da cidade de São Paulo, referências, não totalmente explícitas, a uma mudança de paradigma na concepção de arquitetura e urbanismo modernos que aponta para novas tendências, *pós-modernas*, as quais, dentre outras coisas, na verdade, pervertem o conteúdo histórico do Centro transformando-o num mero espetáculo de “peças de museu” combinadas ao acaso numa exposição sem qualquer compromisso com a continuidade efetiva da memória, e que adquirem um sentido próprio através do mercado, que bem caem aos propósitos destes notáveis cavalheiros da *Associação* (Banco de Boston, Banespa, Nossa Caixa, Votorantin, Philips etc.) e que foram amplamente acolhidas pelas instâncias políticas. Mas, atenção! há ainda alguns efeitos *espetaculares* que até agora não foram examinados:

“Um dos efeitos mais espetaculares dessa “rediscussão do centro” é o retorno do prestígio da área central como de grandes empreendimentos. (...) A Viva o centro enxerga o centro de São Paulo numa dupla perspectiva. Uma mais específica e local, diz respeito às condições de uso, manutenção e conservação do espaço público, ao gerenciamento da região central, à segurança pessoal e patrimonial. Aqui, ganha especial importância o programa Ação Local, de organização comunitária do centro em microrregiões. A outra perspectiva, estrutural e estratégica, é indissociável do futuro de São Paulo como uma das cidades denominadas globais ou mundiais”.

Eis que finalmente o artigo expõe, sem mais delongas, a inserção do centro histórico de São Paulo ao momento atual da economia capitalista. E lá se vai o glamour por água abaixo...

Este artigo da revista *Urbs*, curiosamente, uma publicação desta mesma Associação Viva o Centro, descreve, através de nosso entusiasmado autor, um projeto de reestruturação urbana que segue, em última análise, um modelo de empreendimentos de fundo internacional. “Estamos no centro, porque já temos uma tradição histórica nesse sentido. Em Boston (EUA), o banco participou da *revitalização* do centro da cidade” (o grifo é nosso)¹, segundo o depoimento do diretor das finanças do *BankBoston*, Alex Zornig, concedido à *Gazeta Mercantil* em 1998. Assim, a afamada *revitalização* do centro, com que só agora nos defrontamos literalmente, não é um projeto político da prefeitura, como à primeira vista podia parecer, mas, a princípio, uma iniciativa do setor privado.

Deste modo, liderada pelo *BankBoston*, a *Associação* se impôs como um *interlocutor* entre a sociedade civil e o poder público, e realizou, juntamente com técnicos e especialistas contratados por ela mesma, uma série de estudos e diagnósticos que apontavam para as causas da deterioração do centro de São Paulo. Dentre elas, pode-se destacar leis que restringiam o dinamismo do centro, estoque imobiliário obsoleto, estrutura viária ultrapassada, repleta de calçadas, e um comércio informal praticado por camelôs, que, segundo o parecer técnico, aumentava a criminalidade da região. E através do *slogan* da revitalização do centro, em 1993, a *Associação* induziu à prefeitura a criar um órgão público, o “Pró-centro”, que se encarregasse de uma política para a região central. Mas tal órgão não tem outra função que reiterar os interesses ocultos da *Associação*, como ficou claro numa entrevista concedida por Alfredo Mário Savelli, secretário das Administrações Regionais da então Gestão Pitta, depois da remoção “completa” dos camelôs realizada em 4 de agosto de 1998: “*Nosso objetivo é que o centro volte a ser o grande shopping center da cidade*”².

Como se pode perceber, este projeto, também em andamento na gestão Marta Suplicy (PT) – 2000-2004 – e Serra (PSDB) – 2004-2006 –, reuniu alguns setores da sociedade e formulou uma transformação aparentemente melhor para uma região vital da cidade de São Paulo, o Centro. O conteúdo desta transformação, ainda não totalmente desvendado por nós, põe em evidência indícios de um conflito social que precisa ser investigado. Até agora, como vimos, foi posto à mostra apenas um lado da moeda, o discurso da *Associação* e seus comparsas, que pretendem, como se viu, transformar o centro num “*grande shopping center*”. No entanto, é preciso saber

¹ “Bancos investem no centro velho de São Paulo”, *Gazeta Mercantil*, 2/4/98, p.C-1.

² “Prefeitura completa remoção de camelôs no centro”, *O Estado de São Paulo*, 4/8/98, p.C-4.

também que relações humanas existem hoje no centro, isto é, que espécie de atividade social está sendo realizada atualmente na região antes que a conclusão do “grande shopping center” seja consumada, e dar ouvidos a elas.

Ao analisarmos em linhas gerais as idéias da *Associação* expressas nos fragmentos analisados do artigo e nos depoimentos de alguns de seus colaboradores, tivemos a oportunidade de nos depararmos com elementos importantes que explicam em partes, como já foi assinalado, o processo do qual o Centro é palco. A mudança do paradigma urbano, à qual nos referimos, data historicamente da década de 70 do século XX e tem como marco inicial cidades como Baltimore, Seattle, São Francisco, Paris, Londres, (e experiências recentes no Brasil) Salvador (o Pelourinho), Santos, São Paulo... Portanto, usaremos para fins introdutórios ao tema os conceitos de pós-modernidade e de *gentrification*, num sentido de constituir um fio de Ariadne capaz de nos conduzir para fora deste labirinto que se tornou o Centro.

O conceito de pós-modernidade, diga-se de passagem, polêmico, pode bem servir para começar a desvendar as bases teóricas que sustentam o projeto contido no programa Viva o Centro. Para isso, seguiremos o caminho trilhado pelo geógrafo David Harvey em seu livro *Condição Pós-moderna*³. Neste livro, Harvey começa por constatar que a partir de 1972, houve na história do capitalismo uma mudança objetiva nas esferas política e econômica e, correlatas a elas, na esfera cultural, com o surgimento de “novos sentimentos e pensamentos”. Tal mudança significava uma ruptura com o sentimento moderno definido por Baudelaire (1863), citado por Harvey, como a oscilação entre tudo que é transitório, volátil, efêmero (tudo aquilo que, como descrevia o *Manifesto do Partido Comunista*, se desmancha no ar mesmo sendo sólido) e o que é permanente, imutável, universal. Assim, o pensamento moderno é marcado pela criatividade, ruptura, *revolução*, descontinuidade histórica, mas também pela redenção humana por meio da prática da razão, da ciência e de leis gerais às quais o iluminismo tentou tudo abarcar no século XVIII. Em se tratando de arquitetura e urbanismo, o modernismo tem seu momento inaugural com Le Corbusier e sua “Carta de Atenas”. Le Corbusier imaginava uma cidade construída segundo parâmetros *racionais* que pressupunham a própria transformação social e que foram germinais para a orientação de muitos projetos urbanos, como as leis de *zoneamento de São Paulo*. Entretanto, o momento subversivo

³ “Com toda necessidade de reconsideração, inclusive proposta pelo próprio autor, em livros posteriores, é preciso localizar o sentido da “grades de práticas espaciais”, intentada por David Harvey em *Condição*

do modernismo passou cada vez mais a ser incorporado ao *stablishment*, servindo-se a interesses políticos e corporativos que legitimavam uma prática imperialista; além do que o caráter opressivo da racionalidade técnico-científica não divergia de propósitos políticos de dominação (o panóptico). Foi então alvo, o modernismo, de intensa crítica nos anos 60 por parte de movimentos contra-culturais antimodernos, que davam ênfase, acima de tudo, à liberdade individual; à denúncia de toda e qualquer forma de autoridade e opressão; e à crítica de um cotidiano massificante.

Não nos entreteremos muito numa análise pormenorizada do conceito pós-moderno propriamente dito, pois para compreendê-lo seria mais fácil discutir a sua “antítese”, isto é, a modernidade. Falaremos apenas daquilo que nos parece essencial: *a pós-modernidade é a expressão de um sentimento e de um pensamento*. Segundo Harvey, se o modernismo transitava entre dois opostos, o pós-modernismo apresenta apenas um: o transitório, o fugidio, o mutante, o fragmentado etc. No campo da filosofia ele significa o abandono das “metanarrativas” (idéias de aplicação universal), isto é, a rejeição de teorias de tradição iluministas como as de Freud e Marx; e em todos os demais setores da cultura, é caracterizado pelo pluralismo, ecletismo, ênfase no discurso e determinismos locais. Nomes eminentes do pós-modernismo são Foucault, Derrida, Lacan, Baudrillard, Rorty.

Este “sentimento e pensamento” pós-modernos, ou melhor, esta ideologia, como não podia deixar de ser, contaminou toda a cultura e estendeu-se para todas as áreas do conhecimento e da arte, porém, tal concepção teve sua origem inaugural na arquitetura e no urbanismo, onde teve ampla aceitação:

Hoje em dia, é norma procurar estratégias “pluralistas” e “orgânicas” para abordagem do desenvolvimento urbano como “colagem”. De espaços e misturas altamente diferenciados, em vez de perseguir planos grandiosos baseados no zoneamento funcional de atividades diferentes. A “cidade-colagem” é agora o tema, e a “*revitalização urbana*” substitui a antiquada “renovação urbana” como palavra chave dos planejadores (HARVEY, 1992, p. 46, o grifo é nosso).

Essa “virada cultural” estaria assentada, segundo Harvey, na transição do *sistema de acumulação fordista-keynesiano* para o de *acumulação flexível*. Grosso

modo, a acumulação fordista (que marca o período do pós-guerra até 1973) era calcada nas políticas *keynesianas*, no Estado de bem-estar social, na produção e consumo de massa e na ação sindical. Com a crise do fordismo, devido a uma série de contradições estruturais (somadas às conjunturais), que podem ser genericamente resumidas pela rigidez da produção fordista, do Estado e das entidades ligadas ao trabalho, que acabaram por estagnar, num certo momento avançado do seu desenvolvimento, a acumulação de capitais, o capital passou então a buscar novas saídas que evitassem o colapso do sistema: inovações tecnológicas com o emprego cada vez mais freqüente de automação; a mobilidade geográfica e rapidez com que as multinacionais atravessam e alocam-se em diferentes partes do globo, e deste modo aproveitando o desenvolvimento desigual e a fragilidade dos direitos trabalhistas em países subdesenvolvidos com vista a maior exploração; a heterogeneidade de novos mercados e as novíssimas estratégias que as empresas adotaram para acelerar o tempo de rotação de capitais. Tudo isso está diretamente associado à falência do Estado de bem-estar social, da atuação política do trabalho como setor organizado e atuante, e da flexibilidade da produção, do consumo e da própria atividade do trabalho.

Assim podemos definir, resumidamente, a *acumulação flexível como novas relações históricas entre capital e trabalho*. Na esfera do *trabalho*, nota-se um aumento do desemprego estrutural; um incremento do setor terciário em detrimento do industrial; a generalização de subempregos, de subcontratações, e da chamada economia informal. Na esfera do *capital*, o tempo de circulação foi reduzido tanto na produção como no consumo (produtos com tempo de vida útil cada vez mais curto e diversificação de mercados); a informação passou a ser uma mercadoria altamente valorizada; as redes de articulações e ações coordenadas entre megacorporações e pequenas empresas se tornaram regra. Porém, o aspecto mais relevante da *acumulação flexível* é a primazia da estrutura financeira, que passa a submeter os interesses comerciais e industriais⁴.

Concluindo, essa transição estrutural implicaria numa mudança subjetiva e objetiva, isto é, das condições associadas ao comportamento individual, moral e cultural; das práticas jurídicas e institucionais; das manifestações artísticas e políticas; com o fim de uma “regulação” da sociedade ao novo regime de acumulação⁵.

⁴ Veremos num outro lugar, que o caráter da economia atual tem como motor a crise do trabalho.

⁵ Harvey usa como recurso metodológico para iniciar o assunto que tratará, a saber, a transição do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível, a "escola da regulação" de Aglietta (1979) e seus propositores Lipietz (1986) e Boyer (1986) e outros: "O problema, no entanto, é fazer os comportamentos de todo tipo de indivíduos - capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, financistas

Em linhas gerais, até aqui intentamos situar o conceito de pós-modernidade a título de compor um cenário de discussão. Passemos para a seguinte abordagem.

O segundo conceito, o de *gentrification*, não abordaremos de forma extensa, pela própria escassez teórica na qual nos deparamos. Este conceito, elaborado nos anos 60, pode ser definido simplesmente como o movimento das classes médias que passaram a ocupar para fins de moradia bairros operários, notadamente os localizados no centro da cidade⁶. Diante do fato de que em várias cidades européias e norte-americanas foi constatada a existência do fenômeno, procurou-se esclarecer suas causas. Apontaremos duas que nos parecem mais pertinentes. Uma delas, que não entraremos em detalhes, diz respeito a um deslocamento espontâneo das classes médias em busca de uma maior variedade e envolvimento cultural, mais acessível nos centros das cidades, expulsando assim seus antigos moradores. O outro enfoque, proposto por Neil Smith, nos parece mais condizente com a realidade e discorre acerca de fatores econômicos que estariam por trás da *gentrification*. Vejamos:

Neil Smith propôs a teoria do *rent gap* como aquela capaz de explicar a renovação e a reabilitação de determinados bairros centrais (...)

(...) Nesse sentido, a terra e qualquer construção que a ocupa são consideradas mercadorias de características especiais. Em primeiro lugar, o direito à propriedade privada oferece aos proprietários o controle monopolístico sobre a terra, sobre as melhorias realizadas nas construções e usos desta, apesar das regulamentações oficiais que o limitam e controlam, o mercado constitui a principal instância reguladora nas transferências de usos da terra. Em segundo lugar, embora a terra e os imóveis sejam elementos fixos, seu valor está em constante movimento. (...) E, em terceiro lugar, o prazo de retorno do capital investido nas construções e melhorias costuma ser muito longo, razão pela qual as entidades financeiras passam a ter papel fundamental no mercado da terra urbana (RIGOL, “A *gentrification*:

e todas as outras espécies de agentes políticos e econômicos assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando. Tem de haver, portanto, 'uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis e redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem nome de *modo de regulamentação* (Lipietz - 1986)” (HARVEY, 1992, p.117).

⁶ “O conceito de *gentrification* foi definido pela socióloga Ruth Glass no ano de 1964, em Londres, ante a evidência empírica de que alguns bairros da capital inglesa possuíam uma dinâmica de mudança que até então havia sido ignorada: a invasão de alguns bairros operários da cidade por parte das classes médias” (RIGOL, “A *gentrification*: conceito e método”, in: *Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole*, 2005, p.99).

conceito e método”, in: *Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole*, 2002, p.106).

Para nós, parece-nos evidente que o projeto Viva o Centro pode ser incluído neste contexto que descrevemos até aqui, pela própria razão de ser ele mesmo uma ideologia. Porém tal programa passa por questões fundamentais e reais que definem a própria estrutura urbana, a saber, aspectos sócio-econômicos. Assim, pergunta-se, quais os resultados extra-sensíveis, isto é, que não são visíveis através da bonita fachada da reconstrução espetacular de edifícios antigos e monumentos caindo aos pedaços, do projeto “revitalização do centro” numa metrópole como São Paulo, nos parâmetros daquilo que a *Associação* no artigo diagnosticou de “caso insolúvel”, em “estado terminal”?

Se a sociedade está doente, a cidade está doente e vice-versa. Não podem existir médicos urbanistas para a cidade, se o mal social continua a existir no fundo. (...) Se fosse possível, por um absurdo, mudar o rosto da cidade, deixando doente a sociedade, não teria sido construído senão uma fachada. Mas a verdade da cidade é inevitável, e a máscara cairia logo. (...) A cidade fala de modo inexorável ainda que só o faça por sistemas. Com isso não queremos dizer que, analisando uma cidade apenas no sentido físico, possam ser compreendidos todos os fatos sociais que contêm (que podem ser parcialmente independentes da estrutura espacial). O que importa é afirmar o inverso: e isto é, que todas as estruturas espaciais dependem de fatos políticos e sociais que provocam contínuos efeitos políticos e sociais (GUIDUCCI, 1975, pp.12 e 13).

Entretanto, o que estaria em estado terminal? A cidade e sua estrutura arquitetônica e urbanística ou a própria atividade social classista que se tenta esquecer?

Segundo Harvey, dito de forma bem irônica, em tempos de acumulação flexível, “o populismo do livre mercado, por exemplo, encerra as classes médias nos espaços fechados e protegidos por shoppings e átrios, mas nada faz pelos pobres, exceto ejetá-los para uma nova e bem tenebrosa paisagem pós-moderna de falta de habitação” (HARVEY, 1992, p. 31). Além disso, como bem lembra Engels, ao constatar que no “momento mesmo em que os operários afluem em grande número às cidades, as habitações operárias são destruídas em massa” (ENGELS e MARX, in *Textos*, 1976, pp.

41 e 42). Ou seja, para além de qualquer conceito, pós-modernidade ou *gentrification*, a destruição e a exploração perversa da classe trabalhadora é inerente ao sistema capitalista de produção.

Além disso, a cidade de São Paulo tem especificidades típicas de um desenvolvimento urbano de padrão de *países emergentes* (eufemismo “pós-moderno” para o antigo “subdesenvolvimento”). Dito de outro modo, as desigualdades sociais são extremamente mais acentuadas do que em Baltimore, Boston, Londres, Nova York, Paris etc. Surge então uma questão que necessariamente não precisa ser respondida, pelo menos por enquanto: quais seriam seus resultados nesta cidade?

Algumas peculiaridades do centro de São Paulo também chamam à atenção. Em primeiro lugar, o centro ainda ocupa o primeiro lugar na distribuição do setor financeiro da cidade com o índice de 45,11%, seguido pela Paulista (31,38%) e demais regiões (17,77%) – Marginal Pinheiros, Berrini, Itaim, Vila Olímpia, Jardins e Faria Lima⁷. O setor de serviços ocupa 32,95% das atividades do centro, seguido de perto pelo financeiro (31,62%)⁸. O centro de São Paulo tem uma infra-estrutura incomparável (eletricidade, esgoto, transporte, comunicações, etc.). Neste contexto, a desvalorização imobiliária é um atrativo para a especulação imobiliária. “O baixo custo e a infra-estrutura e telecomunicações está motivando as instituições financeiras a concentrarem parte de suas operações nessa região”⁹. Vemos, portanto, que o centro não está nos seus estertores como a *Associação* teima em afirmar e que o caso insolúvel tem, ao contrário, uma solução bem atrativa do ponto de vista econômico.

Desta forma, o programa da Viva o Centro parece obedecer apenas à lógica capitalista da valorização do valor, e o que está realmente em jogo na revitalização do Centro é o capital simbólico¹⁰. Os investimentos que somam milhões são dirigidos para um tipo de espetáculo da cidade que exclui totalmente a participação de seus habitantes,

⁷ Fonte: Bolsa de Imóveis do Estado de São Paulo – maio de 1998. Os dados são muito recentes e acreditamos que pouca coisa se alterou.

⁸ Fonte: Bolsa de Imóveis do Estado de São Paulo – maio de 1998.

⁹ “Bancos investem no centro velho de São Paulo”, *Gazeta Mercantil*, 2/4/98, p. C-1.

¹⁰ A referência ao capital simbólico foi dada por sugestão da professora Odette Seabra em banca de qualificação. Vejamos: “O consumo de signos, símbolos e significações, só nos pode deixar insatisfeitos. (...) O consumo de signos da tecnicidade – sempre igual a si mesmo – faz parte das ilusões dos signos e do consumo. O termo “sociedade de consumo” dissimula um aspecto desta sociedade, em particular as novas formas de pobreza que marcam esta sociedade: o aspecto banal do cotidiano, o frio e miserável rigor dos ‘conjuntos’ urbanos, as situações de crédito e de dependência sócio-econômica, a crescente escassez de espaço e tempo, etc. Este termo encobre uma ideologia e uma apologia. (...) A sociedade dita do consumo oferece a seus membros o consumo de espetáculos. (...) O mundo oferecido como espetáculo – exteriorizado, transformado em objeto conforme o modelo da imagem e do signo, subtraído da participação ativa – para alimentar o consumo devorador (LEFEBVRE, 1969b, pp. 22 e 23).

isto é, *o direito à cidade*. A cidade não apenas como luz mas, sobretudo, imagem, ilusão, coloca seus habitantes em mera posição de espectadores passíveis, inertes, alienados. Se o termo cidadania sempre foi carregado de uma conotação ideológica, agora não sobrou mais nada dele, pois não há mais cidadãos, somente o capital possui foros de cidadania.

Nossa pesquisa procura descobrir, tomando como ponto de partida as considerações expostas acima, evidências que demonstram algum tipo de resistência por parte dos habitantes, reduzidos a espectadores. Assim, questiona, como se dá o conflito entre agentes sociais e a tendência de dominação e homogeneização do capital (universal pseudoconcreto) no centro da cidade, que o projeto da Viva o Centro cuidadosamente busca omitir? Neste sentido, podemos identificar, na região central, uma polarização entre as grandes corporações financeiras que representam o capital e a população segregada, excluída. De modo que o centro da cidade se torna arena de embate de interesses que são constantemente silenciados, e seus espaços ganham diferentes significados de apropriação, tornando-se objetos de luta social. Como no capitalismo *o capital é sujeito*, entendemos que essencialmente o conflito se manifesta entre agentes sociais personificados nas figuras, ora de *proprietários capitalistas*, ora de *não proprietários*, isto é, proletários. O conceito de propriedade aqui, evidentemente, não está restrito à propriedade de um imóvel ou de um objeto (móvel), mas há uma realidade muito mais profunda, uma relação que coloca lado a lado proprietários dos meios de produção e proprietários da força de trabalho (ou trabalhadores livres). A questão da habitação reduzida à casa constitui-se como exterioridade dessa realidade, um gancho para compreendermos questões concernentes ao urbanismo, ou melhor, ao fenômeno urbano e ao cotidiano: *a habitação enquanto desdobramento do habitar*.

CAPÍTULO 1

Advertência: ontologia do espaço?

O conceito de ontologia, no decorrer da história da filosofia, ganhou significados múltiplos. Tomamos o sentido de ontologia não no que diz respeito à metafísica (pura), relacionado a um primeiro ente, um ser em si mesmo, de onde proveria todos os demais e daí todo conhecimento mas no que se refere à “teoria dos objetos” ou das *coisas*. Para a geografia tal consideração é relevante no debate sobre se o espaço é um “objeto real”, e assim justificá-lo como tema central desta área do conhecimento¹, ou se este é apenas um constitutivo dos objetos, descartando a possibilidade desta ciência. Afirmamos aqui que o espaço é um objeto real, que existe, na forma de uma ilusão que se realiza efetivamente, ou, por outras palavras, que a atividade social, mais especificamente no modo de produção capitalista, faz do espaço um conceito reificado. Quando, por exemplo, um habitante no meio do sertão nordestino se reconhece como “brasileiro”, *introjetando e projetando* conceitos, o espaço é meramente uma referência abstrata, mas, que se concretiza de fato na troca de mercadorias, na divisão social do trabalho dentro do território e na divisão internacional do trabalho. Com isso, não se reivindica uma trans-historicidade no que se diz do espaço, ao contrário, o espaço é um produto social delimitado historicamente. É o que tentaremos demonstrar nesse capítulo.

1.1. Espaço e geografia

O espaço na geografia não é evidentemente o espaço da matemática (ou da geometria, da física etc.), entretanto, ele o pressupõe; senão não haveria o menor sentido para a geografia falar em *espaço*. O espaço da geografia *nega* o espaço da matemática

¹ E aqui voltamos ao sentido metafísico de ontologia, ou, em última análise, ideológico.

(ele não *é* o espaço da matemática mas de alguma forma o contém ou *ele é*), portanto, ele é um “outro espaço”. Neste sentido, talvez seria melhor utilizar o adjetivo *geográfico* para designar o espaço da geografia: *espaço geográfico*. O *espaço é um produto social* ou *produzido socialmente* (ver Milton Santos quando trata do espaço como mercadoria em “Por uma Geografia Nova” e Henri Lefebvre em a “A Produção do Espaço”).

1.2. As Abstrações Concretas (ou os Universais Concretos)

Para Henri Lefebvre, o *espaço* é uma “abstração concreta”².

Quanto às “abstrações concretas”, vale lembrar que Hegel retoma a prova ontológica dos escolásticos, refutada por Kant, que não concebe o ser como um predicado real mas de posição – o objeto deve corresponder exatamente ao conceito – pois, para Hegel, *a idéia de cem táleres torna-se efetivamente cem táleres reais*. Ou seja, *o conceito, diferente do objeto, passa a existir na realidade efetiva*³, sob o jugo do movimento contraditório – dialético (conceito-realidade) – e, por assim dizer, histórico, no devir. De acordo com Ruy Fausto, uma leitura da obra de Marx sem ter compreendido antes a obra de Hegel, em especial a “Fenomenologia do espírito”, será sempre uma leitura inacabada. Ruy Fausto vê um “lugar” da metafísica nos textos de Marx⁴. Portanto,

² Se bem compreendemos a leitura feita em conjunto da obra *A Produção do espaço*, o espaço, para Lefebvre, realiza-se efetivamente no entrelaçamento dialético de *espaços de representação* e de *representações de espaço* na prática social: *vivido, percebido e concebido* (movimento dialético). O espaço se torna uma abstração concreta na projeção abstrata das relações sociais, oriundas da mercadoria, por meio de uma política do espaço. Lefebvre rejeita, em outras obras, o privilégio da análise do espaço ou do urbano a uma única ciência, chegando a ver problemas no recorte das ciências em objetos de estudo (positivismo), e propõe um relativismo metodológico. O que tentaremos realizar aqui é isolar uma unidade espacial, tendo por base a teoria do valor de Marx, através de um conceito clássico da geografia: a paisagem.

³ “A idéia é primeiramente algo de interno e inativo, algo de não efetivamente real, algo de pensado e representado, é o interno no povo; é aquilo pelo qual o universal se torna ativo, se exterioriza, a fim de ser efetivamente real, é a atividade da individualidade, que põe o interno na realidade efetiva e torna o que falsamente se chama realidade, a mera exterioridade conforme a idéia” (HEGEL, 1995, p. 81).

⁴ “Eis aqui o essencial sobre este ponto: que Marx concebe a realidade (social) como um universo por “coisas” e “forças” é um fato. Mas por que supor que isto representa um elemento negativo, um pecado mortal de seu discurso? Os que afirmam que Marx é metafísico crêem em geral que a resposta de Marx a uma crítica como esta seria defensiva: ele diria que seu discurso não é metafísico, que ele é científico no sentido corrente etc. Na realidade, a idéia de que é um defeito para um discurso ter alguma coisa de “metafísico” está subjacente a toda essa argumentação. (...) Mas a metafísica de seu discurso é a reprodução da metafísica real. É o real, o capitalismo que é em certo sentido metafísico, e o discurso quase metafísico é por isso o verdadeiro discurso científico, assim como o discurso claro da ciência se torna

para Marx a idéia de cem táleres está pressuposta no *valor* (abstração concreta) correspondente a cem táleres que se tornarão reais, por meio da produção. Assim, o comerciante se tornará mais rico se tiver *capital* e a *idéia* de ganhar mais cem táleres⁵ (dinheiro produz mais dinheiro), ou produzir relógios, sapatos, etc.!

Mas tomemos o conceito de tempo. Poderia se argumentar que o tempo pode ser de vários modos, subjetivo ou objetivo, absoluto ou relativo, etc. Porém o tempo que nos interessa é tempo social, quantitativo, marcado pelas horas do relógio. Esse tempo quantificado é uma abstração (produto do pensamento): o sol não demora doze horas quando vai do nascente ao poente; tampouco o movimento da terra sobre si mesma dura vinte e quatro horas ou a translação demora trezentos e sessenta e cinco dias. Esses fenômenos em si nada dizem respeito a concepção ou a construção teórica do pensamento humano (em tribos primitivas, seus membros não têm idéia, por exemplo, de “quantos anos de idade eles têm”). Este tempo medido e datado, este *ente abstrato*, é uma *redução* destes fenômenos, como o amanhecer e o entardecer, as fases da lua, as estações do ano, a seqüência de agoras, o passado, o presente, o futuro. Tudo isso pode e é reduzido numa abstração; o tempo assim pode ser dividido em infinitas partes, segundos, milésimos, milionésimos de segundos etc. Porém, esse tempo vazio, mera quimera, que “não existe”, faz um sentido enorme por um único e simples motivo, ele é “consentido” *socialmente*. Não podemos simplesmente, por exemplo, nos rebelar contra o tempo e acertar os nossos relógios a nosso bel-prazer, pois nossas vidas, socialmente, teriam consequências desastrosas. E o que adiantaria a um trabalhador se sentir mal ou indisposto e faltar ou chegar atrasado no serviço, ele teria antes que enfrentar uma fila enorme num hospital público para conseguir um atestado para não ser despedido. E se todas as pessoas de repente não cumprissem com seus prazos e horários, o que aconteceria, por exemplo, com o fórum, o judiciário, e toda a burocracia? O sistema entraria em colapso; o edifício do Estado ruiria. Na verdade o tempo regula ou governa a sociedade, e já foi *objeto* de intensa crítica e revolta pelos anarquistas quando George Woodcock se insurgiu, em seu

inadequado. Marx sempre insistiu no fato de que por exemplo a mercadoria tem algo de misterioso, que é um objeto sensível supra-sensível etc. Para este tipo muito particular de objeto, é necessário um discurso que se ajuste a ele, isto é, um discurso que ponha essas abstrações objetivas como elas são efetivamente: como coisas sociais que reduzem os agentes a suportes” (FAUSTO, 1983, p. 101).

texto, contra a *Ditadura do Relógio*. Mas, como já se disse tantas vezes, *tempo é dinheiro*.

Tomemos um outro exemplo, ainda mais palpável. No primeiro capítulo de *O Capital*, Marx demonstra como todas as mercadorias são reduzidas em uma única mercadoria (que ao mesmo tempo em que é uma mercadoria não é): um *equivalente universal* ou o *dinheiro*. Essa estranha mercadoria, que ao mesmo tempo é todas e não é nenhuma (vale por todas), historicamente já foi o gado (pecúlio, pecúnia, pecuniário, o radical dessas palavras se refere ao gado, por exemplo, pecuniária; e o ministério da fazenda cuida dos assuntos das finanças; etc.), o sal (salário), a prata ou o ouro, um pedaço de papel e finalmente as especulações na bolsa. Em si mesmo, o dinheiro é tão sem valor quanto essas folhas de papel onde esta monografia é escrita, no entanto, socialmente ele pode *valer* um computador, um carro, uma casa, *objetos* tão concretos quanto um paralelepípedo! Se numa época não muito distante, os seres humanos caçavam, pescavam, plantavam, enfim, mantinham relações diretas de sobrevivência com o meio; no capitalismo, é preciso, em primeiro lugar, trabalhar, receber o salário no final do mês, comprar um passe de metrô ou de ônibus, ir para um supermercado, comprar uma carne preparada numa embalagem, um feijão em lata, uma sopa instantânea, etc., para poder simplesmente realizar um ato também fisiológico, que é o de comer. Noutras palavras, a vida, sob o regime do capital, está cheia de mediações, e o dinheiro é sua principal manifestação. No *Capital*, Marx demonstra como o dinheiro passa por uma metamorfose; ora ele é idéia, ora ele é matéria. Entretanto, não é o dinheiro em si que é uma abstração concreta, mas o que está por trás dele (uma atividade social): *o valor*.

1.3. A paisagem

O conceito de paisagem será tomado pelo seu sentido mais elementar: *as formas materiais*. Uma segunda definição, derivada da primeira, pode ser descrita como *o conjunto de processos que caracterizam um certo lugar ou ambiente*. E uma terceira

⁵ O exemplo dos táleres, antiga moeda alemã, é usado por Kant na célebre passagem da *Crítica da razão pura*. É também usado por Ruy Fausto (1983) para demonstrar as implicações do pensamento de Hegel na

distinção, que não exclui as demais, será dada da seguinte maneira: *a realidade concreta, de fundo qualitativo, de um determinado lugar no tempo e espaço.*

O que há de comum nos três conceitos é o fato das formas materiais serem o conteúdo da formação de paisagens. As sociedades humanas vêm ao longo do tempo modificando a superfície terrestre.

Existem muitas formas de se apropriar da natureza e transformar a paisagem. Por exemplo, os Quilombos eram um espaço de resistência negra, isto é, escravos africanos que fugiam e formavam núcleos de luta contra a dominação dos senhores portugueses. Curiosamente, em muitos Quilombos a arqueologia encontra objetos de cerâmicas de características indígenas ou mistas, isto porque, como a maioria dos escravos que fugiam era composto por homens, muitas das mulheres, ou a maioria delas, eram formadas por índias que se “casavam” com os fugitivos. Assim a paisagem constituída por esses negros africanos (ou descendentes deles) já não é mais semelhante a dos habitantes que permaneceram no seu continente natal. Todavia, a despeito da peculiaridade desses objetos, estes serviam para o uso da comunidade e o conjunto de todos esses utensílios formava a paisagem: vasos, cabanas, cercas etc.

Portanto, num sentido mais profundo, a paisagem é produto do trabalho concreto (*expressa valor de uso*).

Assim, a propósito do trabalho concreto, Marx escreverá que – na sua produção o ‘homem’ só pode proceder como a própria natureza, isto é, modificando as formas da matéria (...) (Fausto, R., 1983, p. 147).

1.4. Geografia e espaço

A primeira coisa, talvez, a mais importante a ser dita do espaço é que *o espaço não aparece como espaço*, e sim como seu fenômeno, isto é, *paisagem*.

Como é possível tal inversão? Somente numa sociedade em que as instituições repousam sob o jugo das leis econômicas; numa palavra, no capitalismo.

Os modos de produção, ao longo da história, produzem paisagens, pois transformam a natureza, as formas materiais. No capitalismo a formação de paisagens ainda é mais diversa. O conceito de *formação sócio-ecônômica*, elaborado por Marx e aprofundado por Lênin, é importante porque vai revelar singularidades dentro do mesmo modo de produção. Neste contexto, a formação de paisagens evidentemente será variada, isto é, será diferente de acordo com cada realidade natural, cultural, social, política e econômica.

Nas formações econômicas pré-capitalistas, onde a ênfase do processo de produção está centrada no valor de uso, as sociedades humanas procederão “como a natureza, modificando as formas da matéria”. Assim o espaço aqui pode ser deduzido ou abstraído de sua realidade concreta, isto é, o espaço é um pressuposto da paisagem (o espaço é paisagem). Entretanto, no modo de produção capitalista determinado pelo trabalho abstrato, pela produção de valor e pela generalização da mercadoria, a paisagem também é produzida mas como mercadoria. Sendo mercadoria, deixa de ser paisagem; assim como um martelo deixa de ser um martelo. Dito de outro modo, na produção capitalista todas as paisagens, como um momento da circulação, são *reduzidas* a uma única forma, uma paisagem geral: *o espaço*.

Mas, se a paisagem como mercadoria deixa de ser paisagem, porque esta, estrito senso, está radicalmente atrelada ao valor de uso, o espaço pode se constituir como tal e ainda continuar sendo paisagem. Vejamos: de acordo com Aristóteles, na sua análise do valor de uso e valor de troca, citado numa passagem de *O Capital*⁶, cinco camas equivalem a uma casa (por mais que o filósofo descarte formalmente esta operação lógica depois de reconhecê-la). Isto só é possível, como ensina Marx, porque algo em comum existe entre cinco camas e uma casa, que, no entanto, difere completamente delas e, portanto, possibilita a troca: o valor, ou melhor, o mesmo tempo socialmente necessário para a produção delas. Num primeiro momento, as mercadorias são assim diferentes entre si, são de natureza qualitativamente distinta; uma cama possui qualidades inerentes a ela que a fazem uma cama (um objeto feito para dormir); a casa da mesma forma também

⁶ As considerações sobre as imbricações do espaço como mercadoria esboçadas aqui, é tentativa de ajustá-las à teoria do valor de Marx, notadamente o Primeiro Capítulo, “A Mercadoria”, de *O Capital*, ao qual nos baseamos (MARX, *O Capital*, Livro Primeiro, Volume I, Civilização Brasileira, São Paulo, 1975, pp. 41-93).

possui suas características (um objeto feito para morar); e o mesmo acontece com uma lata de molho de tomate que não é igual a um quilo de tomate. Mas, no momento da troca, cinco camas no mercado mudam de qualidade: é agora trabalho abstrato. Com relação à paisagem – ela mesma é um conjunto de um sem números de outras mercadorias (móveis e imóveis) –, esta, por sua própria natureza, precisa ser (quantitativamente) reduzida a uma unidade que melhor corresponda ao trabalho socialmente necessário. Vejamos: 10 relógios são produzidos socialmente em uma hora; 1 m² de apartamento também é produzido em uma hora; deste modo estas mercadorias são passíveis de serem trocadas, isto é, 10 relógios valem 1m² de apartamento. Nota-se que o que foi trocado aqui não foi o apartamento inteiro mas uma fração dele, que corresponde ao tempo de trabalho para produzi-la: o valor. Esta fração não tem valor de uso mas valor de troca. Dito de outra maneira, não é como paisagem, ou valor de uso, que a paisagem vai ao mercado, mas como trabalho abstrato relativo a uma unidade espacial⁷. Tal operação é realizável porque a paisagem precisa ser produzida e se tornar alguma coisa diferente dela (uma mercadoria), que melhor corresponda a um valor, mas que ao mesmo tempo a conserve. Finalmente, o espaço realiza a paisagem como uma mercadoria, de modo que o espaço é produzido e vendido como paisagem.

No âmbito do particular, o espaço é imperceptível, não é aparente. Quando um determinado indivíduo, personificado na figura de um comprador, adquire um imóvel, evidentemente ele não pretende comprar o espaço. Sua busca consiste no elemento essencial da paisagem, o valor de uso: o conforto, a segurança, a beleza etc. Contrariamente, as relações sociais não são assim, pois quando se efetua uma compra o que está implicado são as categorias abstratas. O m² (metro quadrado), por exemplo, pode ser a unidade espacial que vai definir o valor de um apartamento no centro da cidade ou num bairro da periferia ou mesmo num bairro nobre. O apartamento no centro é portanto uma mercadoria completamente diferente do mesmo apartamento na periferia ou num bairro nobre. Aqui o espaço é a mercadoria ou, por outras palavras, a paisagem é espaço.

⁷ O espaço geográfico não pode ser confundido com dinheiro, porque o dinheiro é um equivalente universal. Quando falamos em espaço geográfico destacamos seu forte vínculo com a paisagem e somente a esta, a princípio como um conceito subjetivo redutor das diferenças e posteriormente como um conceito objetivo produtor das diferenças, dentro das limitações históricas aqui referidas.

Num projeto arquitetônico, urbanístico ou de engenharia⁸, que manipula o espaço realmente como um objeto, a produção do espaço pode ser considerada sob vários aspectos, como, por exemplo, “consumo, custos e geometria”. Infere-se daí “indicadores de racionalidade” e de fato, em qualquer projeto bem elaborado, “o número de trabalhadores espelham a realidade da obra, onde além do consumo efetivo, estão incluídas eventuais perdas”.

Ora, evidentemente, sem a força de trabalho não haveria produto nem mais-valia, mas outros fatores são avaliados, como as “variáveis de caráter geométrico”. Podem ser apresentadas da seguinte maneira:

<i>Índice:</i>	<i>Valor encontrado</i>
1. Área de garagens/m ²	13,21%
2. Área de varandas/m ²	12%
3. Área de telhados/m ²	65,61%
4. Área de esquadrias/m ²	27,61%
5. Número de portas/m ²	0,06
etc.	

Ou então o “consumo de materiais:

<i>Material</i>	<i>Valor encontrado</i>
1. Cimento/m ²	102,17 Kg/m ²
2. Tijolo/m ²	66,13 un/m ²
3. Brita/m ²	0,14 m ³ /m ²
4. Areia/m ²	0,30 m ³ /m ²
5. Argamassa/m ²	0,138m ³ /m ²
6. Laje/m ²	0,79m ² /m ²
7. Pisos/m ²	1,332m ² /m ²
etc.	

E, por último, a “análise dos custos encontrados”, que também podem ser relacionados:

⁸ Os dados que se seguem foram extraídos da excelente dissertação de mestrado em engenharia da produção de Vanessa Adriano Andrade, sob orientação de Luiz Fernando Heineck, da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulada *Modelagem dos custos para casas de classe média*.

<i>Serviço</i>	<i>Valor-dólar/m2</i>
1. Serviços preliminares	8,73
2. Materiais brutos	45,88
3. Telhado	19,40
4. Impermeabilização	0,60
5. Esquadrias	15,87
6. Ferragens para esquadrias	8,52
7. Vidros	3,25
etc.	

O modo de produção capitalista, de acordo com a formação sócio-econômica, produz diferentes paisagens, mas que são reduzidas a um valor. Decifrado em preço, esse valor não trata da realidade aparente, mas de uma realidade homogênea (paisagem geral) que não anula esta realidade, a paisagem. Neste sentido, a manipulação do meio ambiente através de um projeto ou plano (elaborado por técnicos num gabinete) sugere a existência deste espaço. A propriedade privada de direito (contrato) dotada de valor também remete a esta realidade espacial. E a própria troca de mercadorias pressupõe uma trajetória (linha, reta, curva etc.) pela circulação que, se num nível pode parecer irrelevante, em larga escala é fundamental, como realização do valor.

1.7. Geografia e história

Descrever o papel do espaço na história é o mesmo que descrever a própria gênese da geografia, ou seja, conhecer as condições materiais que a tornaram possível.

Todavia, é preciso antes fazer um recorte. Foi dito acima que o espaço geográfico não é o espaço da matemática (da geometria, da física, da história etc.), mas de alguma forma também o é. Em matemática elementar o espaço é definido como *o conjunto de todos os pontos* (é um ente abstrato). Tal conceito é uma abstração. O ponto, por exemplo, é um conceito intuído (um dos conceitos primitivos da matemática), admitido sem definição, não tendo dimensão, largura e altura; é uma *idéia pura*, não possuindo correspondente material na realidade. (A reta e o plano são outros conceitos primitivos).

O que se quer provar é que este espaço vai tentar se tornar real, e vai conseguir através da história pela geografia.

Faremos agora uma breve narrativa histórica, que não se pretende a um rigoroso estudo dos fatos e conteúdos documentais; tampouco procura legitimar o conceito através da história; mas busca apenas ensaiar uma possibilidade de delimitar o aparecimento do espaço geográfico na história:

A troca pressupõe uma trajetória. Quando se diz que houve uma verdadeira revolução do espaço na Era Moderna, geralmente esta abordagem fica restrita apenas ao âmbito da cultura, da arquitetura, da pintura, das artes, ou seja, do Renascimento. Mas tal revolução refletia uma necessidade do capitalismo nascente. O próprio mecenato era uma prática comum realizada por ricos mercadores das repúblicas italianas, como Florença. As rotas de comércio, na Baixa Idade Média, eram assim o prenúncio desta necessidade. A Liga Hanseática mantinha uma rede de intercâmbio que culminou com mais de cem cidades interligadas. Veneza, Gênova e Pisa também mantinham um circuito, primeiro, com Constantinopla, depois, com os árabes que controlavam o Mar Mediterrâneo, e, finalmente, com o Oriente (rota da seda e rota das especiarias). Estas rotas pervertiam o sentido do antigo caminho, e foram verdadeiras fontes de conflitos que opunham lado a lado uma parte do sistema feudal e o capitalismo comercial (poder da terra X poder monetário). Assim, um comerciante era obrigado a pagar uma série de taxas a um senhor feudal quando passava por uma ponte, uma estrada, um lago, etc. que estivessem circunscritos ao domínio de um feudo (direito de passagem). Cada senhor feudal possuía moedas e leis próprias e não raro se dedicava à pilhagem, o que tornava a viagem de um comerciante muito onerosa e perigosa, e o negócio pouco lucrativo. O conflito se tornou insustentável, e a própria Liga Hanseática formulou um código de direito internacional, que reconhecia as diversas leis feudais mas que ao mesmo tempo criava cortes especiais que protegiam seus associados, e criou mesmo um braço armado. As rotas eram tão importantes que as feiras são potencializadas quando se tornam “nós” (ou “pontos de intersecção”) desta rede de caminhos, chegando mesmo a se constituírem grandes cidades ou atingir o estatuto de centros comerciais no *renascimento urbano* (auge da Idade Média). A partir daí, a burguesia passa a apoiar financeiramente as aspirações do rei e a formação de um território homogêneo, fato que originou o absolutismo e a formação dos

Estados-nacionais; resultando na prática da padronização e unificação de moedas, medidas, leis etc., em vastas regiões (*lat. regio, regionem; regius*, relativo ao rei, real). Com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, marco do fim da Idade Média, fecham-se as rotas do oriente. A descoberta de uma rota alternativa, o “caminho das Índias”, logo se fez. As navegações marítimas e os descobrimentos marcam um novo período de expansão deste capitalismo comercial. As técnicas e invenções deste período, como a bússola, a cartografia (resgates e revisão dos mapas de Ptolomeu), os portulanos são uma consequência desta necessidade.

Mas é fato que as trocas comerciais serviram muitas vezes, isto sim, para reforçar o sistema feudal, como no caso do império espanhol e português. E mesmo em cidades comerciais da antiguidade ou nas cidades espanholas americanas, projetos urbanos racionais, como o plano de xadrez, foram largamente utilizados. O comércio, no entanto, no capitalismo surge como um catalisador da produção. Portanto, ainda não se pode falar no espaço como “coisa social”, porque estamos ainda no nível da circulação e não da produção e porque não havia um aparato técnico-científico e jurídico consistente. Deste modo, o espaço não é espaço geográfico porque para sê-lo é preciso ser negado como espaço pela mercadoria capitalista.

O espaço se torna uma coisa dotada de valor. O espaço está velado nas paisagens capitalistas. Quando se constrói, por exemplo, uma estrada, ela passa a ser um investimento que tem por objetivo aumentar a produção e gerar mais lucros. Assim, o espaço é produzido, mas ele não é a estrada. Tal contexto histórico compreende-se ao nível da produção. Os elementos são: o advento da Revolução Industrial; a consagração da propriedade privada de direito no cenário das revoluções burguesas como uma instituição subordinada a fatores econômicos; as ideologias que forjaram a formação das identidades nacionais. Não por acaso desenvolveram-se novas técnicas, como a agrimensura, que demarca com precisão fronteiras e outras entidades geográficas, bem como grandes propriedades (fazendas) etc.

A geografia surge assim como ideologia para legitimar as práticas capitalistas deste período, isto é, o imperialismo e o neocolonialismo. Basta lembrar que pelo menos metade do território dos EUA foi comprada como se fosse um cacho de banana e a outra, roubada. O espaço homogêneo como “coisa social” é cheio de contradições e se

manifesta como a imposição de uma ordem repetitiva, formal, abstrata e objetiva, produzida em parte pelo Estado e pela relação *capital* (sujeito ontológico, na definição de Marx, segundo Ruy Fausto) e *trabalho*.

CAPÍTULO 2

2.1.1. A relação de propriedade

Lemos na “Crítica ao Programa de Gotha” que o trabalho *não é a fonte de toda a riqueza* mas a natureza. Em seguida, que o ser humano *se situa como proprietário diante da natureza*:

O trabalho **não é a fonte** de toda riqueza. A natureza é fonte dos valores de uso (que são os que verdadeiramente integram a riqueza material!), nem mais nem menos que o trabalho, que não é mais que a manifestação de uma força natural, da força de trabalho do homem. Essa frase encontra-se em todas as cartilhas e só é correta se subentender que o trabalho é efetuado com os correspondentes materiais (TEXTOS, p.209).

Vemos adiante:

Na medida que o homem se situa de **antemão como proprietário** diante da natureza, primeira fonte de todos os recursos e objetos do trabalho, e trata como possessão sua, seu trabalho converte-se em fontes de valores de uso, e, portanto, em riqueza (TEXTOS, p.209, os grifos são nossos).

O trabalho concreto transforma a natureza em valor de uso, porém não prescinde da natureza, a verdadeira fonte de riqueza dos valores de uso. Os socialistas que elaboraram o programa não deviam aceitar as teses dos liberais burgueses, que confundiram trabalho com riqueza, não compreendendo aquilo que está *subentendido*, isto é, os seus *correspondentes materiais*, que possibilita o trabalho, de modo que, contrariando as observações mais simplistas, ratificariam o hábito burguês de pensar que para enriquecer basta apenas trabalhar arduamente! Mas, voltemos ao problema: por que e em que sentido o ser humano se “situa de *antemão como proprietário*”? Será que esta frase não seria uma arbitrariedade do pensamento? Na verdade, *se situar de antemão como proprietário* não é apenas uma *pressuposição metodológica*, mas

também uma *pressuposição dialética*. Isto é, no seu modo de se relacionar com o meio, o ser humano *se antepõe* como proprietário; e a *propriedade*, que não está posta, é concebida como realidade social.

Segundo Ruy Fausto, no seu artigo sobre o discurso de “A Ideologia Alemã”, o sentido semântico de propriedade, tornando significativo em si mesmo por Destutt de Tracy para justificar a “verdade” da propriedade privada, e a quem Marx contesta, colocaria uma contradição numa sociedade comunista, pois, com o fim da propriedade privada, muitas outras coisas poderiam ser designadas por propriedade:

O interesse desse desenvolvimento é evidente. É que em outros textos – dos ‘Grundrisse’ – Marx se serve do sentido antropológico do termo ‘propriedade’ para designar uma relação que está presente tanto no comunismo – então sob forma ‘perfeita’ – quanto no pré-capitalismo. Esse sentido é sem dúvida **oposto e contraditório** – de modo diferente, de resto, conforme se considere o pré-capitalismo ou o comunismo – ao sentido que tem a propriedade no capitalismo (Fausto, ano, p. 14).

Não há nada que justifique, nenhuma lei intrínseca da natureza, que, por exemplo, um sapato seja meu ou seu. Não podemos, assim como Rousseau, dizer *isto é meu*, o que levaria ironicamente a um mundo hobbesiano mesmo antes da fundação da sociedade civil. O que faz de um sapato ser propriedade é a sua satisfação de uma necessidade à sobrevivência. Não podemos nós, “homens civilizados”, ir, por exemplo, ao trabalho no centro da cidade com os pés descalços. O sapato é uma extensão de nosso corpo, uma parte nossa, embora seja outra coisa que nós mesmos¹. Assim também a roda é uma extensão de nossos pés e sapatos; a máquina de escrever, de nossas mãos; o computador, de nossos pensamentos... Ressalva seja feita, pois muitos desses objetos, senão a maioria, podem ser de uso coletivo, ou seja, propriedade coletiva. Ainda está por ser feita a tarefa que separe conceitualmente intimidade e propriedade; privacidade e propriedade... Podemos criar, de modo subjetivo, representações daquilo que é “próprio” ou “o mesmo”, isto é, relações sobre *identidade*, que adquirem validade social. Contudo, estas representações ou concepções sociais, ao mesmo tempo que definem as relações humanas com a natureza, são suscetíveis às mudanças históricas de seus significados e conteúdos. O ser humano se põe como proprietário porque está

¹ “ ‘Sócrates – R: Ora, ao cuidarmos de nossos calçados, não estamos cuidando de nossos pés?’ Alcibiades Primeiro de Platão”.

ligado à natureza e esta *é fonte dos valores de uso*, fonte de sua sobrevivência. Põe-se como proprietário, porque se põe como algo diferente da natureza: um referencial subjetivo. Assim os recursos naturais, enquanto propriedade humana (passíveis de serem apropriados), podem ser transformados em objetos úteis para a vida humana.

Nos “Grundrisse”², mais precisamente nas seções “Formações Pré-capitalistas”, Marx analisa as principais formas históricas de propriedade. Chama-nos atenção a propriedade nas comunidades primitivas por ser mais isenta de mediações. A propriedade aqui se trata de uma negação subjetiva de indivíduos que são necessariamente parte integrante de um coletivo (portanto, social) e de seu meio natural – a natureza (os meios de existência [*laboratório*]), para um membro da comunidade, não passa de uma extensão do seu próprio corpo, dos seus sentidos (*sua natureza inorgânica*), sendo esta sensação de propriedade compartilhada pelos demais da comunidade. O indivíduo considera de modo subjetivo a natureza como propriedade sua, ou melhor, como ele mesmo, e ao mesmo tempo ela é, objetivamente, condição de sua própria existência: “*pré-requisitos naturais de si mesmo*”. Como ser social, tem representações construídas socialmente que dizem respeito às relações com a natureza. Deste modo, a propriedade é uma forma social ligada à existência ou a produção dos indivíduos humanos; um modo de se relacionar com a natureza. Noutras palavras, a propriedade define o modo como os produtores se relacionam com os meios de sobrevivência. Assim, por exemplo, o pescador é proprietário, juntamente com sua comunidade, do peixe que ainda vai ser pescado...

Mesmo sem descrever aqui todas as formas pelas quais assume a propriedade nos seus vários momentos históricos; é possível dizer que nas formas consagradas pelo ocidente os produtores diretos quase nunca são proprietários dos valores de uso por eles criados. No capitalismo, porém, a propriedade não é apenas uma pressuposição, mas

² Vejamos fragmentos de como Marx trata desta pressuposição nos “Grundrisse”: “Apropriação das condições naturais de trabalho: da *terra* como instrumento original de trabalho, ao mesmo tempo laboratório e reservatório de matérias primas; entretanto, apropriação que se efetua não por meio de trabalho, mas como condição preliminar do trabalho. O indivíduo, simplesmente, considera as condições objetivas de trabalho como próprias, como natureza inorgânica de sua subjetividade, que se realiza através delas. A principal condição objetiva de trabalho, em si, não se mostra como *produto* do trabalho mas ocorre como *natureza*. De um lado, temos o indivíduo vivo, do outro, a terra como condição objetiva de sua reprodução” (Marx, 1964, p.77). E mais adiante: “Assim, originalmente, *propriedade* significa nada mais do que a atitude do homem ao encarar suas condições naturais de produção como lhe pertencendo, como *pré-requisito de sua própria existência*; sua atitude em relação a elas como *pré-requisitos naturais* de si mesmo, que constituiriam, assim, prolongamentos de seu próprio corpo. De fato, ele não se mantém em qualquer relação com suas condições de produção, mas tem uma dupla existência, subjetivamente como ele próprio e, objetivamente, nestas condições inorgânicas naturais de seu ser” (Marx, 1964, p.85).

uma *coisa abstrata em sua forma jurídica*; uma instituição forjada a ferro e fogo pelas leis imanentes do capitalismo, que tem por base a *troca de mercadorias*. Aquilo que estava no sujeito passa definitivamente a ser objeto, “irreal” e fictício, separado do sujeito, e coloca-se de fato e de *direito*. Como uma entidade jurídica, ela esconde um longo e permanente processo de violência e expropriação. E exatamente por ser esta entidade jurídica é que ela é um *roubo*³. Ilusão seria pensar que justiça se faz com justiça. Na verdade é justamente o contrário: a justiça é um instrumento para se fazer injustiças. Voltemos novamente à “Crítica ao programa de Gotha”: “na sociedade atual os meios de trabalho são monopólios dos latifundiários (o monopólio da propriedade do solo é, inclusive, a base do monopólio do capital) e dos capitalistas” (Textos, p.211).

Desta maneira, a propriedade privada sempre foi uma realidade em potencial, entretanto, ela é inimaginável em algumas sociedades, e provavelmente em algumas épocas ela nunca passou de um sonho paranóico de alguns indivíduos megalomaníacos. Se este sonho se tornou realidade, isto mostra apenas em que mãos se encontra a sociedade! O trabalho também é propriedade (*manifestação de uma força natural*), parte indissociável do indivíduo. Quando se trata, por exemplo, do trabalho compulsório, a escravidão, o sujeito não é alienado apenas de seu trabalho mas de sua pessoa, ele se realiza apenas como um instrumento de trabalho, como meio de existência de outrem, sua humanidade então é-lhe destituída. O mesmo acontece com o servo, parte das terras do senhor; um apêndice da terra. Finalmente, com o trabalho assalariado, *aliena-se o trabalho do trabalhador por meio da circulação simples de mercadoria*. O trabalho se torna uma mercadoria disposta à venda no mercado; e o capitalista não faz senão por comprá-la, ou, o que dá no mesmo, trocá-la por meios de subsistência ao trabalhador que a vende⁴. Desta forma, o trabalho passa a ter *valor de troca*, quando é comprado pelo capitalista, e *valor de uso*, quando produz valor para o capitalista. Neste sentido, o trabalho humano é a única mercadoria que produz valor. Assim, transformar o trabalho

³ Não há nenhum elo intrínseco ou “lei natural” que vincule a posse da terra a alguém. Vejamos, por exemplo, um trecho da entrevista concedida pelo cônsul da Venezuela Bolivariana Jorge Luis Durán e pelo jornalista e escritor Gilberto Maringoni concedida ao jornal “A Palavra Latina”, ano 2, no. 6, São Paulo, março/abril de 2005: ‘A Lei de Terras foi parte da primeira investida para intervir na economia. Era uma lei muito moderada. Estipulava que as propriedades acima de 10 mil hectares eram passíveis de reforma agrária. Para ter terrenos acima disto, você devia apresentar a escritura de posse. Se ninguém conseguisse provar, então, a terra seria desapropriada. Isso causou críticas por parte dos donos de terras, porque, assim como no Brasil, ninguém tem papel de propriedade, é tudo terra grilada (Maringoni). (...) Desde a promulgação da Lei de Terras, houve vários protestos da oposição, até desembocar no golpe de Estado de abril de 2002, e até hoje esta elite venezuelana continua tentando junto aos tribunais, recursos de amparo e dizendo que essa lei é inconstitucional (Durán)’”.

nesta mercadoria e torná-lo disponível em grandes quantidades é fundamental para a existência do capitalismo. Mas esse processo não se fez do nada nem sempre foi assim, tem suas origens históricas, *seu pecado original*, que podemos remontar à Inglaterra da Idade Média e que se estende até o século XIX; processo este denominado por *enclosere* (“cercamento”). Marx descreve, na *acumulação primitiva*, como senhores feudais “empreendedores” expulsavam os servos de suas terras e cercavam, em primeiro lugar, os campos comunais e, depois, a própria aldeia, relatando as inúmeras violências cometidas; dentre elas, assassinatos e mesmo o fato de atear fogo em aldeias inteiras, nas humildes habitações de famílias camponesas. Em suma, *momento em que o trabalhador é separado de suas condições objetivas de existência*. Para nossa pesquisa, este advento é importantíssimo como *elo* para se compreender o segundo conceito a ser explorado, o *urbanismo*. Nos contentemos então com o relato estarrecido deste episódio nas belas linhas que se seguem, por Thomas More em sua célebre Utopia (1508). A passagem é longa, mas vale a pena:

“Os inumeráveis rebanhos de carneiros, outrora tão meigos, domesticados e sóbrios, e que agora se tornaram tão vorazes e ferozes que chegam mesmo a devorar os próprios homens. São eles a causa da destruição e despovoamento, dos campos, casas e povoações. Ora reparai que, nos pontos do reino em que produz a lã mais fina e apreciada, os nobres, os ricos, e mesmo certos reverendos padres, santos homens, sem dúvida, não só se contentam com os rendimentos anuais que, desde os seus antepassados, sugam das terras, insatisfeitos com a vida ociosa e cheia de prazeres, que em nada aproveita ao bem comum, como roubam todo o espaço arável, para converter em pastagens, rodeando-o de cercas, e deitam abaixo casas e aldeias, deixando apenas a igreja para servir de curral aos carneiros. E embora, em Inglaterra, grande parte do terreno seja ocupado por florestas, prados e cerrados, e estes honrados e santos varões transformam em desertos e desolação os lugares habitados e as terras aráveis.

“É assim que um avaro impaciente e insaciável pode tornar-se uma praga para seu próprio país, fechando com um só muro milhares de hectares de terreno, escorraçando os agricultores das casas, uns por meio de fraude, outros empregando a violência, obrigando-os, com perseguições e insultos, a vender as suas terras por uma ninharia. Em conclusão, por um meio ou por outro, pela

⁴ MARX, “O Capital” (Livro 1, vol. 1), Cap. IV, “Como o dinheiro se transforma em capital”, Seção, “3. Compra e venda da força de trabalho”, pp. 187-197.

força ou pela astúcia, são os desgraçados obrigados a partir, maridos e mulheres, órfãos e viúvas, mães chorosas com crianças de peito, afastando-se da sua terra e casa, sem qualquer lugar encontrarem refúgio. São forçados a vender todos os haveres domésticos, cujo fraco valor ofereça mesmo assim possibilidades de venda. Esgotando este recurso, no decurso da vagabundagem forçada, que lhes resta senão roubar e serem em seguida enforcados, ou então a mendicância nas cidades, e neste caso serem lançados nas prisões, acusados de vagabundagem, de não terem casa nem trabalho, o que não é de admirar, se ninguém lhes dá trabalho, embora se empenhem em oferecer os seus serviços! Um único pastor ou vaqueiro basta para ocupar com seu gado uma porção de terreno que até então exigia grande número de braços na sua cultura”.

2.2.1. O fenômeno urbano: **Urbi et orbi** [lat.: para a cidade e para o mundo] “Em toda a parte”

O conceito de “o urbanismo” que desenvolveremos se inspira nas reflexões de Engels sobre a *grande cidade moderna*: a saber, *a cidade que historicamente consagra e é constituída pelas relações capitalistas de produção*, colocando em lados opostos *proprietários dos meios de produção (a burguesia) e não proprietários (trabalhadores livres)*. Tal definição não pretende suplantiar outras definições teóricas, mas, compor elementos que possam incrementar as discussões sobre o tema. Por ora, suspenderemos uma abordagem direta do conceito para mais adiante adentrar nela, porque antes suscitam questões relativas à própria formalização do conceito que devem ser esclarecidas primeiro.

A primeira coisa que salta à vista é que o conceito diz respeito a um *fenômeno urbano* e dá margens a pensar numa separação entre *cidade* e *urbano* (*sociedade urbana*). Afinal, “o urbano” não está em qualquer cidade mas numa certa cidade. Mas seria correto do ponto de vista lingüístico distinguir como termos diferentes duas palavras que são quase sinônimos, que *representam* uma mesma realidade? Distinção esta, não seria andar em círculos? Portanto, o uso destes termos bem merece um maior cuidado. Entretanto, esta distinção já nasce da constatação de um “fenômeno urbano” relativo à formação de grandes aglomerados fabris no contexto da Revolução Industrial; do uso freqüente do adjetivo elevado à categoria de substantivo por uma comunidade de especialistas que tratam da realidade da cidade; e, por fim, de nossa leitura, e por que

não dizer recorte e desvio, da obra “O direito à cidade”, de Henri Lefebvre⁵. Pois, segundo este autor (no capítulo intitulado “Especificidade da cidade”), é possível constatar dois níveis metodológico basilares em se tratando do contexto urbano, a *morfologia material* (cidade) e a *morfologia social* (urbano):

Talvez devêssemos introduzir aqui uma distinção entre **cidade**, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o “urbano”, realidade social composta de relações a serem concebidas, constituídas ou reconstruída pelo pensamento (Lefebvre, 1969a, p.49).

Porém, Lefebvre não estabelece qualquer diferença sem fazer ressalvas, pois alerta o quanto pode ser perigoso para o entendimento a dissociação completa da morfologia social da morfologia material, o que resultaria numa guinada, de um lado, para o idealismo ou, de outro, para o empirismo:

O **urbano** assim designado parece poder passar sem o solo e sem a morfologia material, desenhar-se segundo o modo de existência especulativo das entidades, dos espíritos e das almas, libertando-se de ligações e de inscrições numa espécie de transcendência imaginária. Se se adota esta terminologia, as relações entre “cidade” e o “urbano” deverão ser determinadas com o maior cuidado, evitando tanto a separação como a confusão, tanto a metafísica como a redução a imediatez sensível (Ibid, p. 50).

Neste sentido, a separação não é mais separação, mas *contradição dialética*.

Também tomamos o cuidado de atentar para este pormenor teórico, a separação não é simplesmente separação, mas contradição. Historicamente, no entanto, a realidade que é contraditória à cidade é o *campo*. Esta contradição aparece, como veremos, primeiro como oposição no renascimento urbano, na Idade Média⁶. O fenômeno urbano, porém, surgirá num outro momento; basta dizer, de imediato, que ele é *um elemento do*

⁵ O *urbano* para Lefebvre se trata de uma *virtualidade ascendente* (presença-ausência), um momento posterior à cidade industrial, com suas potencialidades ainda não totalmente definidas, realidade a ser completada. “Mais do que a de um objeto dado à reflexão, a realidade do fenômeno urbano seria a de um *objeto virtual*” (LEFEBVRE, 2004, p. 61). Porém, já nos anos 50 e 60, Lefebvre utiliza o termo “o urbano” (sociedade urbana) para melhor definir o momento de então, refutando caracterizações como sociedade de consumo, sociedade técnica, etc., tidas como insuficientes.

⁶ “A afirmação da moderna cidade como entidade autônoma, política, econômica, administrativa e cultural, é uma longa história de tensões e conflitualidades. Na cidade medieval e barroca, por exemplo, este quadro de tensões coloca a cidade em manifesta oposição ‘aquilo que hoje designamos por “campo”’.

campo na cidade. Mas é preciso ressaltar que não é qualquer “campo”, tem como ponto de partida um *campo específico*, que corresponde rigorosamente a um momento crítico, isto é, a um processo histórico (a saber, a acumulação primitiva) em que a contradição entre campo e cidade se fez insustentável. Entretanto, a generalização do fenômeno urbano já impõe uma contradição com relação à própria cidade modificada por ele (e mesmo o campo), como veremos mais adiante.

De início, tomemos a cidade por duas perspectivas; a primeira, de caráter demográfico e quantitativo, se baseia na lei da dialética da passagem da quantidade para a qualidade, de modo que um determinado número (sempre crescente) de habitantes e suas construções (as relações de vizinhança, quase sempre, deterioradas), em uma dada localidade, caracterizaria uma cidade. A segunda se refere à própria qualidade da cidade em diferentes momentos históricos, de centro onde se reúnem as principais instituições, culturais, simbólicas, políticas, o mercado, etc.; momentos estes que são contraditórios e descontínuos.

A palavra portuguesa *cidade* parece cumprir com os dois significados, senão com o primeiro, todavia é uma herança cultural da palavra latina *civitatem*, declinação de *civitas*⁷, que remetia à atividade social de indivíduos em relação à sua pátria, ou mais precisamente, a cidade-Estado. Não entraremos em detalhes no que consistia esta atividade, podemos dizer, apenas, que se tratava de um estreito vínculo do cidadão ao Estado, que não era uma comunidade abstrata, mas uma entidade concreta personificada na própria cidade (ou seja, a cidade tinha em seu fundamento o cidadão: um ser coletivo e político), e que anulava, sob rígidas leis, o indivíduo, até mesmo na democracia ateniense⁸. Neste sentido, a palavra *cidade* parecia cumprir muito mais com uma morfologia social, isto é, com exercício de cidadania, a atividade social propriamente dita.

A palavra cidade, entretanto, chega até nossos dias como uma simples casca de seu significado original e é preenchida por conteúdos novos. Ainda que houvesse uma

“Os ares da cidade libertam”, pois, nela, a cidade representa a liberdade e emancipação política e social a que aspiram os camponeses” (FORTUNA, 2002, p. 124).

⁷ A palavra *civitas* designava em latim antigos povoados romanos ou pré-romanos (o termo equivalente na arqueologia de língua portuguesa para estas sociedades específicas é *citânia*). A cidade se referia a estas comunidades políticas independentes, ou melhor, o Estado.

⁸ COULANGES, 1971, p. 278.

tentativa na Modernidade de recuperar o seu sentido político-social, cidade é associada quase sempre a sua estrutura física⁹.

Já a palavra latina *urbs*, que nos primórdios designava apenas o santuário¹⁰, que não raro ficava fora da cidade, e mais tarde a cidade muralhada, com o tempo passa a ser sinônimo de cidade como se observa na palavra portuguesa *urbe*, que, não obstante, caiu em desuso. O seu qualificativo urbano, no entanto, substitui o desusado *citadino*, e passa a designar as características da cidade, que incluem quase totalmente a atividade social e suas representações.

Neste sentido, justifica-se formalmente a separação (contradição) dos termos cidade-urbano, que se tornará concreta, assim como faz Lefebvre. Contudo não podemos deixar de indicar uma inversão de sentido, pois cidade antes designava um exercício de cidadania e *urbe* sua estrutura material (*muralhas* no começo da Idade Média).

Sendo assim, tomaremos a liberdade de imaginar e tentar esboçar o momento desta inversão. Adiantamos que a contradição cidade-campo esta no cerne da questão.¹¹ Vejamos, então seu desenvolvimento histórico. A cidades-Estados ou polis têm origem no Mediterrâneo, no contexto daquilo que os historiadores convencionaram chamar de “revolução urbana”, na Idade do Ferro¹². Não se pode dizer que estas cidades, geralmente muito pequenas, sequer lembrassem nossas cidades modernas, a começar por sua estrutura, que não passava de um prolongamento do campo¹³. Se nos fosse

⁹ Mesmo *cidadania* é uma construção fictícia de uma aspiração por parte dos iluministas de resgatar o sentido original clássico, mas que, ao contrário, fundamenta-se no indivíduo autônomo frente ao Estado laico. Na Antiguidade, o conceito de liberdade não era bem elaborado, e liberdade significava o fato de não ser escravo, de não ser condenado sem julgamento, de ser um cidadão. “Escutem, com paciência, até o fim. Romanos, compatriotas e amigos, ouçam-me defender a minha causa e permaneçam em silêncio, para que possam me ouvir. (...) Quem aqui é tão vil a ponto de se tornar um escravo? Se alguém, fale, pois este alguém eu o ofendi. Quem aqui é tão vil de não ser um romano? Quem aqui é tão vil de não amar seu país? Se alguém, fale, pois esse alguém eu ofendi” (Shakespeare, “Julio César”, terceiro ato, cena II, tradução de Beatriz Viégas-Faria).

¹⁰ “Cidade e urbe não foram palavras sinônimas no mundo antigo. A *cidade* era associação religiosa e política das famílias e das tribos; a *urbe*, o lugar de reunião, o domicílio e sobretudo o santuário” (COULANGES, 1971, p.159).

¹¹ O fundamento de toda divisão do trabalho desenvolvida e processada através da troca de mercadoria é a separação entre cidade e o campo. Pode-se dizer que toda história econômica da sociedade se resume na dinâmica dessa antítese, de cujo exame não trataremos aqui” (O Capital, Livro Primeiro, Volume I, Civilização Brasileira, p. 404).

¹² GUARINELLO, *Cidades-estado na antiguidade clássica*, in: “História da cidadania” (Org. J. Pinsky e C. B. Pinsky), São Paulo: Editora Contexto, 2003.

¹³ Lefebvre chama estas cidades de cidade política: “Arrisquemo-nos, então, a colocar a *cidade política* no eixo espaço-temporal perto da origem. Quem povoava essa cidade política? Sacerdotes e guerreiros, príncipes “nobres”, chefes militares. Mas também administradores, escribas. A cidade política não pode ser concebida sem escrita: documentos, ordens e ordenação, poder. Todavia, ela também implica um artesanato e trocas, no mínimo para proporcionar os materiais indispensáveis à guerra e ao poder (metais,

permitido fazer uma analogia, diríamos que as cidades aqui eram a ponta do iceberg. Seu desenvolvimento econômico vai desde uma espécie de feudalismo baseado na clientela até a escravidão propriamente dita quando esta deixa de ser doméstica e torna-se um fenômeno de massa¹⁴. E aqui já se encontra o próprio germe de sua destruição. Pois, o que foram as “invasões bárbaras” senão a superação do sistema escravista pelas mãos daqueles que historicamente serviam de mão de obra escrava? E é neste contexto que acontece um fato raro na história humana, um êxodo urbano. As cidades simplesmente desapareceram na Alta Idade Média¹⁵. Com o desenvolvimento do feudalismo, desenvolvem-se também os elementos de sua superação. Indivíduos ou coletivos que não possuíam estatuto jurídico, isto é, não tinham vínculo com a terra, como judeus, ciganos, servos fugitivos etc., e, portanto, não podiam viver dela, na cidade encontram refúgio e condições de sobrevivência através do comércio. A cidade aqui – Renascimento Urbano – não é mais um contíguo do campo, mas sua própria oposição, e aos poucos vai se constituir como contradição. (A contradição e superação cidade-campo será tratada na seção seguinte).

Com a Revolução Industrial, questões como saúde pública, saneamento básico, poluição, lazer, transporte (invenção da locomotiva), comunicação (o telégrafo), tráfego etc., isto é, atividades ligadas à atividade social, não são apenas contingências da cidade desse período comum a todas as cidades de todos os tempos mas peculiaridades exclusivas a ela. Assim, a palavra *urbanismo*, do neologismo francês “urbanisme”, data do século XIX, e de algum modo denota um fenômeno urbano típico desta época que começara a emergir. Faremos uma reflexão mais aprofundada na seção seguinte.

2.2.2. Engels e a metrópole capitalista: O fenômeno urbano

Urbano e cidade não são sinônimos, a palavra urbano é um adjetivo e cidade, um substantivo. A forma substantivada de urbano, “o urbano”, não se encontra registrada no léxico da língua portuguesa. Foi cunhada inicialmente pelo filósofo francês Henri Lefebvre como abreviação de *sociedade urbana* e é corriqueiramente usada por uma

couros, etc.), para elaborá-los e conservá-los. Consequentemente, ela compreende, de maneira subordinada, artesãos, e mesmo operários. A cidade política administra, protege, explora um território frequentemente vasto, aí dirigindo os grandes trabalhos agrícolas: drenagem, irrigação, construção de diques, arroteamentos, etc.” (LEFEBVRE, 2004, p. 21).

¹⁴ COULANGES, 1971, pp. 117-131.

¹⁵ Isso não significa que as cidades na Idade Média deixaram simplesmente de existir. Na Itália, por exemplo, onde o feudalismo sempre teve dificuldades de se arraigar, as cidades ou repúblicas se impunham com importantes centros políticos e econômicos, fundados no comércio.

comunidade de especialistas variados (arquitetos, urbanistas, geógrafos etc.). Porém, o uso indevido da palavra sugere que o neologismo pode se referir a um fenômeno típico de uma época, um *fenômeno urbano*; ou também a um conceito surgido no âmbito de um saber referente a esta época: o urbanismo. Todavia, a substantivação de urbano já é em si mesma uma redundância, que pode, no entanto, denotar uma essência que se insinua a uma determinada cidade (sociedade) e, portanto, quando sua especificidade é invocada para melhor definir esta realidade.

Engels nunca tratou do urbanismo, nem poderia, esta ciência nasce no final do século XIX, ocasião em que Engels estava no ocaso de seus dias¹⁶. Ou melhor, nem poderia mesmo, porque esta ciência é antes de tudo uma ciência tipicamente burguesa, ou mais especificamente, uma ideologia (de acordo com a crítica mordaz dos situacionistas), fato que a distancia das questões fundamentais do materialismo dialético. Mas Engels foi mais longe, analisou aspectos da grande cidade capitalista o que, no fundo, não é mais do que dizer urbanismo, só que na sua essência. Examinaremos aqui o texto de Engels “Contribuição ao problema da habitação” onde o autor argumenta como a burguesia ou o socialismo burguês (leia-se social-democracia) pretende resolver o problema da falta/ ou das condições precárias de moradia das classes proletárias; e tentaremos extrair daí aquilo que hoje se convencionou chamar de “fenômeno urbano”.

A princípio, somos proprietários de nossas sensações, do ar que respiramos, do sol que arde em nossa pele, da lua que olhamos, das estrelas que desejamos. A princípio, somos proprietários de nosso corpo, de nossos sentimentos, de nossos pensamentos. Embora, em certas épocas nem disso somos donos! A princípio, somos donos de nossa força natural que nos faz viver. Todavia, em certos tempos, até isso nos é tirado!

Segundo Engels, “uma premissa absolutamente indispensável do modo de produção capitalista é a existência de uma verdadeira, e não pretensa, classe despossuída, uma classe que não tenha outra coisa que vender senão sua força de trabalho e que, por consequência, esteja obrigada a vender essa força de trabalho aos capitalistas industriais” (Engels in: *Textos*, 1976. p 70).

¹⁶ “Não estou declarando Engels precursor ou iniciador da História Imediata ou dos estudos urbanos, mas é importante salientar que a obra e o capítulo são anteriores em décadas ao aparecimento da disciplina Urbanismo propriamente dita – segundo os especialistas mais ou menos restritivos – surgida entre 1880 e 1910”. (GLEZER, in: *Marx e Engel na História*, 1996, p. 145). Raquel Glezer está citando a obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” de Engels, publicada em 1845.

Evidentemente, onde cabe tal premissa, supõe-se que esta classe despossuída seja estruturalmente despojada de tudo, exceto de sua faculdade (compulsória, porque não há alternativa) de negociar sua força de trabalho (como *mercadoria*) no mercado capitalista. Obviamente, esta classe despojada deve possuir apenas o seu *trabalho como propriedade*. Sendo assim, sua existência social se realiza como *classe dos trabalhadores*. Todavia, sua propriedade (única e possível) se converte em não propriedade, na medida em que o valor correspondente ao trabalho é subtraído no processo de produção; pois, a maior parte do produto gerado por esta classe lhe é expropriada pela classe dos *proprietários dos meios de produção* (logo, a não propriedade se converte então em propriedade para os capitalistas). Claro que esta premissa deve ter por origem um momento de expropriação total do trabalhador e que legitimou que os meios de produção fossem apropriados violentamente por esta outra classe, oposta à dos trabalhadores, a classe burguesa. Neste sentido, o direito de propriedade ou a propriedade privada é apenas o argumento legal para legitimar o fato nem um pouco formal da relação exposta acima: a *exploração* (a propriedade é a não propriedade). Portanto, qualquer bem que a classe trabalhadora adquira como, por exemplo, um imóvel, será sempre uma aquisição do valor de uso, em última instância, nos moldes do aluguel¹⁷. Assim sendo, a questão da moradia e a crise da habitação nas cidades escondem um fato essencial e inerente ao sistema capitalista:

“Em semelhante sociedade, a crise de moradia não é de modo algum um fenômeno casual; é uma instituição necessária, onde não poderá desaparecer, com *suas repercussões sobre a saúde*, etc. senão quando toda a ordem social que a faz nascer seja transformada pela raiz” (ibid, p. 71, grifo nosso).

Ao desenvolvermos o problema, sem querer, esbarramos na origem do urbanismo (ou em seu germe, grifado acima), mas ainda não devemos entrar diretamente no assunto, pois o fenômeno urbano se faz mais pertinente na ordem do discurso. O que de fato é fundamental para se compreender a realidade social da cidade capitalista é a contradição **cidade-campo**. Vejamos: Engels supõe duas categorias de trabalhadores, uma situada no campo, e a outra, já mencionada, na cidade. Está implícito, que, de um lado, o camponês está intimamente ligado à terra (meio de

¹⁷ Consideremos que um trabalhador passe pelo menos um ou dois terços de sua vida pagando um financiamento de uma casa própria, geralmente na periferia, e mais os reparos com a amortização do imóvel, o valor desta propriedade se constituirá muito baixo para durar por mais de uma geração. Mesmo usufruindo de eventuais rentismos, através dela, eles terão como fundamento as estratégias de sobrevivência.

produção), seja na condição de proprietário ou de poder usufruir a posse de uma gleba ou um terreno, onde possa plantar, criar animais domésticos, confeccionar artesanato, vender excedentes, etc., e daí garantir sua subsistência. A evolução do feudalismo mesmo, na Europa, é a da conversão do escravo da terra ou servo da gleba em pequenos proprietários (em alguns casos, em camponeses abastados). E de outro, o proletário urbano que, como já foi dito, encontra-se livre das amarras que o prendia à terra.

Tal distinção é importante não só porque define a qualidade dessas categorias sociais, e, por sua vez, a contradição *cidade* e *campo*, como também o papel desses agentes nos rumos que, teoricamente, teria a história. Por isso, para Engels, o camponês é, por definição, um *reacionário*, pois seu vínculo à terra o impediria de lutar por uma sociedade mais justa. Condição que não se dá com o trabalhador das metrópoles capitalistas, totalmente desligado dos meios de produção.

Esse proletário criado pela grande indústria moderna, libertado de todas as cadeias tradicionais, inclusive das que o ligavam à terra, e concentrado nas grandes cidades, é capaz de realizar a grande revolução social que porá fim a toda exploração e toda dominação de classe. Os antigos tecelões rurais à mão, com sua casa, nunca teriam podido realiza-la; não teriam podido jamais conceber tal idéia e muito menos teriam desejado converte-la em realidade (ib., p. 56).

Muito mais importante que os aspectos puramente físicos – cidade e campo – é a personificação destas categorias pelos seus agentes, realidades sociais diferentemente vividas e que definem esta contradição. Para Engels, como vimos, é inerente ao capitalismo que exista uma classe que não possua outro bem senão sua força de trabalho (que se converte em não propriedade). Por isso, qualquer medida que, porventura, vise contornar o problema da habitação desta classe transformando o trabalhador da cidade em proprietário de uma casa, ou melhor, transformar o proletário em camponês (dentro da cidade), como quer a social-democracia, não passaria de uma medida paliativa fadada ao fracasso.

Mas fiquemos com as palavras do autor:

É evidente que a solução do problema da habitação foi a pique ao chocar-se com o contraste entre cidade e campo. E chegamos aqui à própria essência do

problema. A questão da habitação não poderá ser resolvida até que a sociedade esteja suficientemente transformada para empreender a supressão do contraste que existe entre a cidade e o campo, contraste que chegou ao extremo na atual sociedade capitalista. Longe de poder remediar esse contraste, a sociedade capitalista tem que aprofundá-lo. Os primeiros socialistas utópicos modernos, Owen e Fourier, compreenderam-no muito bem. Em suas organizações-modelos o contraste entre a cidade e o campo já não existe. (...) Pretender resolver o problema da habitação mantendo as grandes cidades modernas é um contra-senso. Essas grandes cidades modernas só poderão ser suprimidas pela abolição do modo de produção capitalista, e quando essa abolição estiver em marcha já não se tratará de propiciar a cada operário uma casinha que lhe pertença em propriedade, mas coisa bem diferente (ib., p.77).

Finalmente lançamos nossa hipótese sobre o fenômeno urbano: *é a superação da contradição cidade e campo*. Isto é, as relações sociais, que envolvem *o vivido*, *o percebido* e *o concebido*, de proprietários dos meios de produção e trabalhadores livres – proletários urbanos de alguma forma camponeses expropriados – inseridos no incessante processo em que a propriedade não é propriedade (Mais-valia). Estas relações que se consagram na cidade, generalizam-se. Obviamente, não se trata daquela superação proposta pelos socialistas utópicos, mas, ao contrário, uma etapa que aprofunda o contraste (antinomia) e degrada a cidade e o campo, e que deve, do mesmo modo, ser suprimida. Desta maneira, identificamos o limiar do fenômeno urbano com o seguinte movimento histórico, citado por Engels: “o que hoje se entende por escassez de habitação é o particular agravamento das más condições de moradia dos operários em consequência da afluência repentina de população para as grandes cidades (...)” (ibidem, p.50). Isto é, o fenômeno urbano surge no contexto da acumulação primitiva. As massas camponesas expropriadas e expulsas de suas terras, na Inglaterra, são atraídas para as cidades. Chamamos de urbano porque esta conversão se consagra nas cidades, e o camponês já não é mais camponês, mas proletariado urbano, isto é, camponês expropriado. De modo que mesmo o operário da mais avançada indústria capitalista e fruto de sucessivas gerações de trabalhadores urbanos ainda guarda em si a marca inexorável de Caim, o camponês expropriado. A cidade, desde agora inflacionada, se torna local e reservatório deste contingente errante de milhares e milhares de expropriados que se coloca à disposição dos capitalistas; contingente este que é e potencialmente será a fonte de valor do capital. Com a industrialização do meio rural,

entretanto, o urbano também se impõe como um *pressuposto* no campo, causando a falência dos produtores diretos e a formação de um exército de reserva que não é mais absorvido pelas cidades.

2.2.3. O urbanismo

Evidentemente, as condições precárias de moradia (ou o déficit da habitação) da classe trabalhadora nas cidades trazem conseqüências danosas para a vida urbana, como aparecimento de epidemias, crescimento desordenado, saneamento básico insuficiente etc. Situação esta, que jamais passaria despercebida, podendo ser estudada pela ciência. Logo, o urbanismo reveste a sua essência: as relações capitalistas na cidade.

Fato consensual entre os especialistas é que o urbanismo surge como teoria e prática no final do século XIX, como já foi aludido. Entretanto, isto não parece ser totalmente verdadeiro. Voltemos ao texto de Engels:

Vimos que o fenômeno urbano, em última análise, não é senão relações necessárias ao capitalismo que de antemão pressupõem a existência de uma classe expropriada de tudo e outra, proprietária dos meios de produção. Logicamente, tal pressuposto vai refletir no problema da habitação, afinal, todas as pessoas necessitam de um teto onde possam morar. A falta de moradia, nas condições apresentadas, não é um problema conjuntural, pois o trabalhador quase sempre vai conseguir arranjar um canto onde possa passar uma noite, uma semana, um mês, um ano, dez anos e assim por diante, isto é, onde consiga repor e manter sua força de trabalho. Mas é, antes de tudo, um problema estrutural. O aluguel não é uma invenção do capitalismo, e parece mesmo que em todas as épocas houve um “déficit habitacional”, veja o exemplo de Roma. Porém, no sistema capitalista, tal condição é inerente à relação de produção (os alugueis, por exemplo, constituem em redistribuição da mais-valia). Naturalmente, com a exploração e os baixos salários que recebe o trabalhador ao vender a sua força de trabalho, as condições precárias de moradia correspondem ao valor possível de pagamento por parte deste para manter uma residência, um quarto de pensão, ou um barraco; de maneira que os bairros das classes proletárias sofrem pela miséria, e, por conseqüência, são marcados pela carência de saneamento básico, eletricidade, esgotos, água encanada etc. Não é de se admirar que pestes e epidemias avassaladoras fossem

comuns nos cortiços abarrotados de gente, infestados por ratos, pulgas, baratas, vermes e outros seres rastejantes nocivos, na Londres do século XVIII e XIX. (Façamos uma analogia com as periferias e favelas crônicas do mundo subdesenvolvido, sempre tão atuais). A insalubridade dos bairros industriais sem dúvida foi o primeiro “sintoma” das cidades capitalistas, e a urgência de remediá-la estava na ordem do dia¹⁸. Não é à toa que no final do século XIX, aparem bio-políticas e reformas urbanas (como a que causou a Revolta da Vacina no Brasil¹⁹). Porém, a situação inadequada e insalubre de moradia e a necessidade de combatê-la já eram relevantes na época de Engels. Nas suas palavras:

As ciências naturais modernas demonstraram que os chamados “bairros insalubres”, onde se amontoam os operários, constituem os focos de origem das epidemias que periodicamente invadem nossas cidades. O cólera, o tifo, a febre tifóide, a varíola e outras moléstias devastadoras esparzem seus germes no ar pestilento e nas águas contaminadas desses bairros operários. Quase nunca desaparecem aí, e se desenvolvem em forma de epidemias, cada vez que as circunstâncias lhes são propícias. Essas epidemias se estendem então aos bairros mais arejados e mais salubres em que residem os senhores capitalistas. (...) Desde o momento em que isso ficou cientificamente estabelecido, os

¹⁸ Le Corbusier em sua “A Carta de Atenas” discute o problema da habitação na segunda parte intitulada “Estado atual das cidades: críticas & remédios”: “No interior do núcleo histórico das cidades, assim como determinadas zonas de expansão industrial do século XIX, a população é muito densa... Quando esta densidade atinge, como em vários bairros, 600, 800 e até 1000 habitantes, tem-se o cortiço, caracterizado pelos seguintes sinais: 1. Insuficiência de superfície habitável por pessoa; 2. Mediocridade das aberturas para o exterior; 3. Ausência de sol (...); 4. Vetustez e presença permanentes de germes mórbidos (Tuberculose); 5. Ausência ou insuficiência de instalações sanitárias; 6. Promiscuidade proveniente das disposições internas da moradia, da má orientação do imóvel, da presença de vizinhanças desagradáveis...” (...) “Nos setores urbanos congestionados, as condições de habitação são nefastas pela falta de espaço suficiente destinado à moradia, pela falta de superfícies verdes disponíveis, pela falta, enfim, de conservação das construções...” (...) “... Este afastamento cada vez maior dos elementos naturais aumenta proporcionalmente a desordem higiênica” (...) “As contradições destinadas à habitação são distribuídas pela superfície da cidade em contradição com os requisitos da higiene. O primeiro dever do urbanismo é pôr-se de acordo com as necessidades fundamentais do homem. A saúde de cada um depende, em grande parte, de sua submissão às condições naturais”.

¹⁹ Com o objetivo de não abalar o turismo e atrair investimentos externos, o governo do então presidente Rodrigues Alves implementa medidas de saneamento e embelezamento do Rio de Janeiro. Esta cidade, repleta de cortiços e pensões, ruas estreitas e sujas, era assolada por epidemias constantes de febre amarela, varíola e peste. Inicia-se então uma política de higienização, sob os cuidados de Oswaldo Cruz, e reurbanização da cidade e de seu centro, através de construções de avenidas. Centenas de cortiços e pensões foram derrubados na região central e milhares de pessoas são despejadas de bairros inteiros, refugiando-se nos morros da cidade. Batalhões da Brigada Sanitária passam a invadir as casas e vacinar as pessoas à força. A vacina se assemelhava a um estilete, às vezes, contaminando pessoas saudáveis. Outras medidas são tomadas. A situação torna-se insustentável e desencadeia a *Revolta da Vacina* em novembro de 1904. A realidade social do Rio de Janeiro, com seus personagens de diferentes tipos, antes da revolta, foi muito bem retratada por Aluísio de Azevedo em “O Cortiço”.

humanitários burgueses animaram-se numa nobre emulação a fim de ver quem se preocupava mais pela saúde dos operários. Para acabar com os focos de origem das constantes epidemias, fundaram sociedades, publicaram livros, projetaram planos, discutiram e promulgaram leis. Investigaram-se as condições de moradia dos operários e se fizeram tentativas para remediar os males mais escandalosos (ibid, p.68).

O urbanismo já era um fato concreto, ou, nos termos do materialismo dialético, *uma prática*, na época em que Engels publicou o texto aqui examinado, 1872 e 1873. (Oficialmente, a sistematização e os fundamentos do urbanismo moderno foram lançados pelas obras de Geddes no início do século XX). Só que para Engels se chamava “método Haussmann”, isto é, os empreendimentos levados a efeito em toda Paris bonapartista em meados (50 e 60) do século XIX, como um projeto viário radioconcêntrico, o alargamento das ruas e construção de grandes avenidas, o embelezamento da cidade com edifícios luxuosos, a implantação de rede de água e esgoto, bem como a efetivação de um plano estratégico anti-barricadas e de intervenção militar etc. (antecipando a Comuna). E aqui chegamos a um ponto crucial, talvez a revitalização do centro não seja tão pós-moderna como parece, ela já dava os ares da graça no império de Napoleão III. Vejamos:

Entendo por “Haussmann” a prática generalizada de abrir brechas nos bairros operários particularmente os situados no centro de nossas grandes cidades, quer isso corresponda a uma medida de saúde pública ou de embelezamento, quer a uma procura de grandes locais comerciais no centro, quer a uma necessidade de comunicação como ferrovias, etc. O resultado é o mesmo em toda parte, qualquer que seja o motivo invocado: as travessas e becos sem saída desaparecem e a burguesia se glorifica com o resultado tão grandioso; mas... travessas e becos sem saída aparecem em outra parte, e com enorme freqüência em lugares muito próximos (ib., p.93).

E assim como se extrai suco de laranja espremendo laranjas, Engels extrai a essência de todos os compêndios do urbanismo vindouro:

Todos esses focos de epidemia, esses buracos e sótãos imundos, nos quais o modo de produção capitalista encerra nossos operários, noite após noite, não são liquidados, mas somente... **transferidos**. A mesma necessidade econômica que os fizera nascer em um lugar, os reproduz mais adiante (...) (ib., p.95).

Concluindo, eis como a burguesia resolve o problema da habitação: *transferindo...*²⁰

2.2.4. O Urbano no Brasil

Evidentemente, não entraremos em nossa pesquisa nesse terreno pantanoso que é o da gênese da industrialização no Brasil, mais especificamente São Paulo. Porém, tomaremos como condição necessária para o surgimento da indústria o processo descrito no capítulo XI de “O Capital”. Neste capítulo, Marx observa como do ponto de vista do modo de produção capitalista é prerrogativa indispensável uma certa quantidade mínima de trabalhadores organizados em torno de um mesmo capital²¹. Traduzida em capital variável, o seu aumento implica também no incremento de capital constante. Sabemos que o capitalismo tem seu pecado original, a acumulação primitiva,

²⁰ “Vale destacar que as duras medidas tomadas pelo poder (judiciário e prefeitura) para desocupar imóveis no centro de São Paulo, expulsando as famílias que ali viviam sem oferecer atendimento habitacional, atingem tanto sem-teto, como as cooperativas de catadores de material reciclável, os movimentos sociais e entidades que trabalham em defesa dos direitos da mulher, a população de rua, grupos artísticos e de produção cultural. Em suma, o que temos é a expulsão da população pobre das áreas valorizadas e providas de infra-estrutura da cidade. É, utilizando as próprias palavras do Secretário de Habitação do município, Orlando de Almeida Filho, uma política de *pulverização da pobreza*. No entanto, o que se constata na prática é que os pobres expulsos do centro ressurgem em outros locais da cidade, outros bairros, favelas, áreas de proteção ambiental e debaixo de outros viadutos da cidade” (Dossiê do Fórum Centro Vivo, 2005-2006, p. 15).

²¹ “Conforme já vimos, a produção capitalista só começa realmente quando um mesmo capital particular ocupa, de uma só vez, número considerável de trabalhadores, quando o processo de trabalho amplia sua escala e fornece produtos em maior quantidade. A atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista constitui, histórica e logicamente, ponto de partida da produção capitalista. Nos seus começos, a manufatura quase não se distingue, do ponto de vista de produção, do artesanato das corporações, a não ser através do número maior de trabalhadores simultaneamente ocupados pelo mesmo capital. Ampliam-se apenas a oficina do mestre artesão” (O Capital, Livro Primeiro, Volume I, Civilização Brasileira, p. 371).

à qual, dentre seus aspectos lógicos mais importantes, destaca-se a expropriação e expulsão de camponeses de suas terras, isto é, a separação dos trabalhadores de seus meios de produção, os quais, transformados em trabalhadores livres, encontrarão na cidade um modo de sobrevivência ao venderem sua força de trabalho à grande indústria. Definimos, anteriormente, o urbano como a supressão da contradição cidade-campo (*supressão* que, no entanto, degrada), ao descrevermo-lo como a *cidade* em que ocorre a mudança das relações de produção e onde o trabalhador se torna proletário: *proprietário apenas de sua força de trabalho*. Noutras palavras, o urbano é a cidade no capitalismo, pois as péssimas condições de moradia e habitação acerca do decorrente movimento das massas proletárias nas cidades sugerem não apenas a alterações materiais mas a uma técnica, um controle desta técnica e um modo de pensar a cidade calcada, *a priori*, nas ciências positivas.

No Brasil, para a indústria vingar, fez-se necessário antes a substituição das relações de produção e, conseqüentemente, uma aparecimento de uma grande quantidade de trabalhadores livres disponíveis, o que significava suplantando o regime de trabalho vigente, o escravismo, e os seus consecutivos entraves. Resumindo, foi preciso haver a *acumulação primitiva* (acumular sem necessariamente produzir). Podemos identificar esse movimento no Brasil na segunda metade, mais especificamente, no final do século XIX, culminando com as duas primeiras décadas do XX, quando um grande fluxo migratório desponta no cenário nacional. Tal processo foi responsável por um salto populacional sem precedentes na história da cidade de São Paulo. São milhares de imigrantes europeus, sobretudo, italianos, seguidos por portugueses, espanhóis e alemães, que desembarcam em solo brasileiro (notadamente o Estado de São Paulo), percorrendo um longo caminho da expropriação camponesa às Américas:

Em outras palavras, isso significa que o processo básico de *acumulação primitiva*, que leva a separação do trabalhador de seus meios de produção, resultando na sua transformação em homem livre sem outro recurso que não seja a venda da sua força de trabalho no mercado, *ocorreu fora da sociedade brasileira*. Isto é, a expropriação do trabalhador, sem a sua característica violência, que se expressa na acumulação primitiva e na produção das condições sociais e históricas para a reprodução capitalista do capital e da força de trabalho, enquanto *processo vivido pessoalmente e subjetivamente* pela maioria dos próprios trabalhadores (imigrantes para o Brasil) deu-se fora da sociedade brasileira (MARTINS, 1986, p. 119).

Isso significa que a contradição cidade-campo num primeiro momento não ocorreu, dentro destes limites, em território nacional. Todavia, esses imigrantes, em sua maioria, não foram absorvidos de pronto como mão-de-obra pela indústria, mas pela produção cafeeira, que ditava a economia da época. Estes imigrantes atravessaram o oceano com o projeto de um *retorno ao campo* e contornar, assim, a condição de expropriados em seus países de origem; ou melhor, sonhavam em restabelecer antigos laços de propriedade que haviam perdido. A meta individual de cada um destes estrangeiros era, no fundo, de se tornar pequeno proprietário de terras ainda não desbravadas, a serem “colonizadas”, ou, o que dá na mesma, de ainda poder manter relações de dependência com seus antigos meios de subsistência:

Em consequência, a interpretação que o próprio imigrante desenvolvia sobre a acumulação primitiva, a expropriação, a expulsão e a migração para a sociedade brasileira assumiu um conteúdo conservador. A sociedade de adoção aparentemente recriava relações que estavam desaparecendo no país de origem e se apresentava para ele como a ‘boa sociedade’, pois o que os expulsaram da terra e que beneficiaram com a expulsão não estavam aqui. A sociedade brasileira, de certo modo, oferecia-lhe de volta o que lhe haviam tirado no país de origem (ibid, p. 119).

Em suma, a substituição do regime escravista não se deu logo na indústria (embora uma parte considerável dos imigrantes se tornassem operários) mas no campo. Esta se deu nas grandes fazendas, que mantinham trabalho escravo e que pela sucessão de acontecimentos históricos, como a proibição do tráfico (1850) e a própria abolição da escravatura (1888), foram obrigadas a abandonar este sistema de trabalho. O escravo – ele próprio um instrumento, devido às condições a que fora imposto – não possuía a ideologia do trabalho e, portanto, para ele o ideal de liberdade significava tudo menos a rotina de trabalho. Noutras palavras, ele ainda não estava inserido no modo de produção capitalista. Tanto é que o negro recém-liberto não foi absorvido de imediato pelo capital, tornando-se antes errante ou formando redutos do *lumpenizado* nas cidades. O trabalho era-lhe compulsório e a própria encarnação do cativo, como já foi dito outras vezes. Para o imigrante europeu, ao contrário, o trabalho libertava, podia torná-lo

independente e até mesmo proprietário e, por conseguinte, livre. (E, diga-se, de passagem, para o camponês, o trabalho como agricultor). Não obstante, é um equívoco entender o cenário da produção cafeeira como o momento onde se procedeu a mudança das relações de produção para o modo tipicamente capitalista. O *colonato* de forma alguma consagra tais relações, e mesmo contraria tal fato. Segundo os estudos de José de Souza Martins, o capitalismo engendra relações não capitalistas de produção, e o sistema de trabalho introduzido nas fazendas de café, baseado no colono, pode exemplificar de maneira cabal este processo²². Não consideramos necessário aqui elencar todas as características deste complexo sistema de trabalho que é o colonato, tão bem descritos na obra de Martins, e que são suficientes para derrubar a tese de que nas fazendas já se realizava o modo de produção capitalista propriamente dito, falaremos apenas que, grosso modo, o trabalho necessário, realizado pelo colono na agricultura de subsistência, não possuía vínculos monetários e, portanto, saía da esfera da reprodução do capital. Assim, todo colono possuía como principal atividade – no seu modo de entender e de subsistência – uma cultura de artigos agrícolas, como o milho, o arroz e o feijão, que eram plantados de maneira intercalada às fileiras de café, e da qual contava com a participação do trabalho familiar e que não raro eram também comercializados. O trabalho excedente, assalariado, no seu modo de compreensão e de fato, entrava num segundo plano na ordem de prioridades na esfera da produção. Ou seja, para o colono, o trabalho excedente era supérfluo e o trabalho necessário restabelecia antigos laços com os meios de subsistência. Só isto bastaria para afirmar que esta relação ambígua de trabalho, o colonato, de forma alguma consagra relações capitalistas.

Desta forma, não se operou no campo a mudança das relações de produção, mas estas só se consolidariam nas cidades, na indústria²³. Pois, de um lado, o trabalho no campo não separava totalmente o trabalhador de seus meios de produção;

Por outro lado, a contradição da produção capitalista de relações não capitalistas de produção não podia se resolver no próprio interior da economia

²² “A minha hipótese é a de que o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa produção” (MARTINS, 1986, p. 20).

²³ Mais tarde, na passagem do século, quando a indústria começou a crescer significativamente, muitos daqueles primeiros imigrantes e seus filhos e filhas mudaram-se para as cidades onde a indústria tornava-se importante, para juntar-se aos imigrantes que vieram diretamente do exterior para trabalhar nas fábricas. Mas, a sua principal experiência de vida era rural, basicamente camponesa, e de modo algum era caracteristicamente capitalista” (MARTINS, 1986, p.20).

cafeeira. Como a fazenda não absorvia capital senão limitadamente, já que ela própria produzia a parcela básica do seu capital, pela transformação da renda-em-trabalho em capital, a oposição entre práticas capitalistas e relações de produção não-capitalistas se resolveria na reprodução capitalista do capital, fora do café, na indústria, como se deu, quase ao mesmo tempo em que se instalou o trabalho livre (ib., p. 93).

Assim, por motivos variados, como as sucessivas crises da economia, baseada na exportação de um único bem primário, e seus reflexos nas condições de vida dos trabalhadores; a difícil aquisição de terras; o excesso de braços na lavoura; as péssimas condições de trabalho; e a exploração sem limites nas fazendas de café, grande parte dos colonos muda-se/foge para a cidade de São Paulo. Desiludidos com “o sonho de fazer as Américas”, principalmente nas condições desumanas encontradas em território brasileiro (“o país que não se deve emigrar”, segundos os anarquistas), estes imigrantes, quiçá, voltaram a sonhar com o dia em que poderiam retornar à sua terra natal, como de fato muitos o fizeram. O que não está explícito neste processo é que o êxodo rural decorrente destas crises e as contínuas levas quase ininterruptas da imigração foram um fermento explosivo para a industrialização em São Paulo.

Embora faltem dados da migração rural-urbana da época, é bastante plausível a hipótese de que parcela significativa desta sobrepopulação transferiu para os centros urbanos, tendo-se em conta as fases de depressão do setor cafeeiro e as dificuldades de acesso à propriedade da terra. Por certo, houve muitas alternativas para a inserção no conjunto de atividades que a Capital do Estado em especial estava desenvolvendo. Mas os indícios da formação de um exército industrial de reserva, previamente a um momento de decisiva arrancada da industrialização da cidade, são bastante claros. Assim, quando São Paulo iniciou esta arrancada, a partir de 1905 aproximadamente, não se registrou nenhuma crise de mão-de-obra, o que de resto favoreceu o processo de acumulação. É tentadora a hipótese de que na própria cidade se tinha criado um reservatório de força de trabalho, expulsa do campo tanto pelo processo geral descrito como pelo seu agravamento, com a crise da cafeicultura iniciada em fins do século (FAUSTO, 1977, p.24).

O que pode se observar então neste contexto é um crescimento vertiginoso do contingente de mão-de-obra livre e a disposição para o capital, que vai ser absorvido pela indústria²⁴. E não é à toa que os primeiros operários eram constituídos em sua maioria por estrangeiros, principalmente italianos. E não é por acaso também que os bairros de maior densidade demográfica da cidade se localizavam nas zonas industriais, como o Brás e arredores.

A situação desse operariado não é muito diferente daquela Londres da Revolução Industrial, com seus bairros imundos, de ruas tortuosas e lamacentas, becos escuros e prédios sórdidos, com milhares de homens e, sobretudo, mulheres e crianças trabalhando treze, quatorze, quinze horas diárias nas fábricas, e vivendo condições deploráveis em pocilgas sujeitas a epidemias constantes. Pasquale Petrone ao descrever a paisagem paulistana conta-nos um pouco sobre esse outro lado, ao mesmo tempo crítico e vital da economia que caracterizava a cidade, um tanto oposto a ambientes aristocráticos como os bairros de Higienópolis e Campos Elíseos:

(...) pois é preciso fazer referência, pelo menos, ao burburinho das ruas, que se intensifica nas horas de entrada e de saída nas fábricas, quando, ao soar das sirenes, um enxame de homens, mulheres e menores enche as calçadas, dando vida e movimento às ruas; (...) e, finalmente, ao padrão de vida geralmente baixo da população que ali vive, que bem pode ser simbolizado pela imundície das calçadas, pelo aspecto desleixado das crianças e pela sordidez das habitações, muitas delas de caráter coletivo, miseráveis cortiços da grande metrópole (PASQUALE, 1958, p. 128).

É neste contexto que surgem as tais fundações da cidade de São Paulo, isto é, reformas urbanas que visavam sanar e controlar o crescimento desorganizado da cidade.

Na verdade, ao mesmo tempo que Francisco Pereira Passos e Osvaldo Cruz faziam aparecer um novo Rio de Janeiro, com amplas vias públicas e livre de epidemias, um fato idêntico se verifica na Paulicéia: executavam-se vastas e custosas obras de saneamento sobretudo na várzea do Tamanduateí;

²⁴ “A questão do suprimento de mão-de-obra e a dos níveis salariais parece ter sido a de mais fácil solução, com a intensificação dos fluxos imigratórios para São Paulo. Depois que o café solucionou o grande problema de suprimento de mão-de-obra para a sua própria expansão, fica quase que automaticamente resolvido o problema para a demanda de mão-de-obra requerida pela indústria. Desde 1898 a 1907 passa a ocorrer um fenômeno que só iria reforçar o suprimento urbano de mão-de-obra: o êxodo rural proporcionado pela crise cafeeira, e, desse último ano até 1910, o estancamento do plantio,

canalizavam-se os rios e ribeirões da cidade; garantiu-se, para a população, melhor e maior quantidade de água potável; rasgaram-se novas ruas e avenidas; ajardinaram-se as praças e pavimentaram-se, da melhor maneira possível, as ruas da parte principal da cidade. Disso tudo resultou uma nova cidade de São Paulo, bem diversa daquela que nos havia legado o século XIX (PASQUALE, 1958, p. 121).

Sabemos bem o conteúdo destas transformações, e o caráter higienista que está por trás destas reformulações urbanísticas. Seria exaustivo descrever aqui em detalhes as “fundações” quando sabemos que o objetivo velado é um urbanismo que atende as expectativas da classe burguesa. A forma da cidade não é por acaso, é necessário que exista um grande paiol de trabalho e reserva de trabalho. Favelas, cortiços, pensões, etc. não são elementos estranhos e contingentes na paisagem urbana, também não são frutos de negligência ou má vontade política, mas elementos necessários à metrópole capitalista, acima de tudo, quando os níveis de exploração são altíssimos, definindo um padrão de urbanismo como é e foi o de São Paulo.

Um outro momento que queremos salientar é quando *a acumulação primitiva se fez em território nacional*.

Assim sendo, é comum, ao andarmos pela metrópole paulista e deslumbrados com a infinita quantidade de edifícios e torres colossais, escutamos de alguém, talvez de alguém muito simples, alguém entre milhares, quase um vulto, a seguinte frase aparentemente despropositada: “foram os nordestinos que construíram a cidade de São Paulo”. Tal sentimento não é só manifesto nas conversas rotineiras de botequins e praças, como já se consagrou também em versos desta famosa música cantada por Zé Ramalho, composição de Lúcio Barbosa, não por acaso com o emblemático título de “Cidadão”:

Tá vendo aquele edifício moço
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição, era quatro conduções
Duas para ir, duas pra voltar
Hoje depois de pronto
Olho para cima e fico tonto
Mas me vem um cidadão

que contribuiu ainda mais para que não houvesse pressões sobre o mercado de trabalho” (CANO, 1998, p.140).

E me diz desconfiado
 “Tu tá aí admirado ou tá querendo roubar”
 (...)

Tá vendo aquele colégio moço
 Eu também trabalhei lá
 Lá eu quase me arrebento
 Fiz a massa, pus cimento, ajudei a rebocar
 Minha filha inocente vem pra mim toda contente
 “Pai vou me matricular”
 Mas me vem um cidadão:
 “Criança de pé no chão aqui não pode estudar”
 Essa dor doeu mais forte
 Por que é que eu deixei o norte
 Eu me pus a dizer
 Lá a seca castigava, mas o pouco que eu plantava
 Tinha direito a comer...
 (Ver letra completa em Anexo I, pp. 2002 e 2003)

Embora a acumulação primitiva em terras brasileiras seja anterior, haja vista que desde o final da década de 20 (XX) a mão de obra estrangeira passa a ser substituída pela nativa na indústria paulista²⁵, o período que vamos destacar é a partir dos anos 60, compreendido pelo regime militar. Esta década foi marcada pelo golpe de 64 e pela sua consecutiva política autoritária. No plano econômico, adotou-se um programa que gerou o famigerado “Milagre”, que consistiu, em suma, em abrir as portas ao capital estrangeiro. As multinacionais passaram a controlar os principais setores industriais do país e ocupar um lugar acentuado na economia nacional. Nos anos da “Ditadura Militar”, verificou-se também um aumento da concentração de renda sem precedentes, quer dizer, os ricos ficaram mais ricos, e os pobres, ainda mais pobres. No campo,

²⁵ “(...) é só a partir da década de 30 que ocorre o decréscimo da corrente migratória dos estrangeiros, marcando uma composição da classe operária. O movimento migratório, na ocasião, avoluma-se, principalmente o de origem rural, alimentando os canteiros de obras e as fábricas das cidades. Nesse momento, a elite brasileira, diante da necessidade de reativar o mercado de trabalho, dispondo de vasta oferta de mão-de-obra nacional e tendo em vista a necessidade de obter maior controle da classe trabalhadora, passa, então, a reconstituir a imagem do trabalhador nacional tão fortemente espoliada pelo vírus da escravatura. Tal reconstrução imaginária é alimentada pela representação de que esse contingente da população se encontra menos contaminado por idéias contestatórias, e que, à diferença do braço estrangeiro, pode trabalhar por baixos salários, aceitando qualquer tarefa sem reclamos e sem risco das paralizações coletivas. Ao se inserir no mercado de trabalho fabril e ao provocar mudanças na composição da classe operária, imputou-se ao trabalhador nacional a responsabilidade pelo decréscimo da ‘consciência de classe’, sinalizada pelo enfraquecimento do sindicalismo e pelo fortalecimento político do populismo” (CAVALCANTI, H. e GUILLEN, I., “Atravessando fronteiras: movimentos migratórios na história do Brasil”, in: *Imaginário*, no. 7, 2002, p. 51).

observou-se, nas três décadas abrangidas pelo regime (60, 70 e 80) um aumento também sem precedentes históricos da concentração fundiária nas mãos dos latifundiários em todas as regiões do país²⁶. Apesar do Estatuto de Terras (64), determinação norte-americana visando à reforma agrária para diminuir as tensões sociais mas que nunca foi cumprido, foram dadas pelo governo todo tipo de incentivos e facilitações para a empresa capitalista, multinacionais ou grandes proprietários rurais açambarcar as terras que outrora pertenciam a pequenos lavradores e grupos étnicos minoritários. Progressivamente, as fazendas destinadas à pastagem foram substituindo a pequena agricultura e a agricultura de subsistência, de modo que resultou na expulsão de grandes contingentes populacionais e que aprofundou a questão agrária deste período.

(...) a expansão e o desenvolvimento do capital e do modo de produção capitalista nas suas fronteiras físicas e econômicas com a agropecuária no período estudado foram, primordial e fundamentalmente, baseados em um processo de cercamento dos campos, isto é, de criação da propriedade fundiária burguesa pela expropriação da propriedade privada dos pequenos produtores, pela transformação da propriedade de pequenos produtores, posseiros e índios em elementos do capital (capital-terra, fixo) e, eles próprios, através do processo de limpeza da propriedade, “que consiste em varrer desta os seres humanos” (Marx), em elementos reais e/ou potenciais do capital variável (JONAS, 1987, p.148).

Evidentemente, os documentos de escrituras de propriedade apresentados pelos pretensos “donos” da terra, isto é, pelo grande proprietário rural ao pequeno produtor, eram falsos ou forjados em cartórios, o que resultava em grande violência na disputa pela terra, saindo em larga vantagem os primeiros, cercados que estavam de jagunços armados até os dentes. Embora o discurso oficial coloque em primeiro lugar a seca como fator que explicaria a movimentação de retirantes nordestinos, é preciso lembrar que a concentração também se deu em altos índices na já cristalizada estrutura fundiária do Nordeste, baseada no latifúndio; também não podemos esquecer que são justamente os grandes fazendeiros, os tais “coronéis”, que mais se beneficiam com a famosa indústria da seca²⁷. Para nós, não é difícil pensarmos numa relação “expropriação

²⁶ Ver tese de Alberto da Silva Jonas *Acumulação primitiva e cercamento dos campos na agricultura brasileira: uma hipótese de trabalho* apresentada à Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil, julho de 1987.

²⁷ A seca é tida, no senso comum, como o principal fator para explicar o fenômeno dos retirantes nordestino, mas, desde a Lei de Terras de 1850, sabe-se que na região nordestina foi corriqueiro o

camponesa-migração-urbanização”, tendo em vista que foi também no período citado o momento em que a população urbana ultrapassou a rural em larga medida. Neste mesmo contexto, a orientação monetarista do “Milagre” procurou financiar, através do BNH, a “indústria da construção civil”, um dos grandes pilares da economia do regime militar e que em parte explica a cidade de São Paulo como uma das mais verticalizadas do mundo²⁸. Parece-nos óbvio, através da mais simples constatação empírica ainda nos dias de hoje, que a expulsão dos camponeses gerou um grande excedente populacional que foi absorvido pelo setor da construção civil. Tal setor, dispensando mão-de-obra qualificada e contando com o grande número de trabalhadores desta natureza, pode achatar os salários lá para baixo e passar por cima de todos direitos trabalhistas, haja vista sua feição exploratória, definindo assim o padrão de urbanização na cidade de São Paulo, que é o da favela, do risco e da falta de segurança. Assim, pode-se dizer que as grandes migrações seguiram esta lógica, como se pode verificar também em outras cidades do Estado de São Paulo, como Cubatão (à qual nos serviremos de modelo):

A migração adquire, também, uma forma escalonada que, quanto à corrente analisada, desloca-se do campo para a cidade e entre cidades nos limites de uma mesma região e entre regiões; sugerindo, em grandes linhas, a transferência de população do Nordeste e Sudeste Rural para o Urbano, combinada ao movimento motriz de NE para SE, que resulta numa concentração populacional no SE Urbano. (DAMIANI, 1984, p.101).

Damiani (1984), no seu estudo sobre a cidade de Cubatão acerca das favelas, *a cidade que é o Brasil em menor escala*, como antes se dizia, pôde verificar, no fato daquilo que ela chamou acertadamente de *a aparência do bico à reprodução do capital constante*, isto é, uma determinada mão-de-obra esporádica, não qualificada e informalizada, de acordo com a legislação trabalhista, que de algum modo está intimamente integrada, ainda que de forma indireta, à reprodução do grande capital, no caso, os setores petroquímicos e siderúrgicos. A absorção desta mão-de-obra faz-se dentro dos limites da divisão do trabalho, ou seja, da interligação da reprodução do

aumento da concentração fundiária nas mãos da elite rural formada por grandes fazendeiros, problema que ainda persiste nos dias atuais.

²⁸ “Somos trabalhadores sem-teto desta magnífica cidade. Somos empurrados para as favelas, cortiços, pensões e para o relento das ruas. Sofremos com o despejo do senhorio. Nossas crianças, devido às nossas condições precárias de vida, penam para se conservarem crianças. Somos tocados de um lado para o outro. Não encontramos espaço, para nossas famílias, em nosso próprio território. *Nossa cidade, que*

capital constante com outros ramos da produção, especificamente em Cubatão, a *indústria da construção pesada* e da *montagem industrial*. É estarrecedor lermos as deploráveis e humilhantes condições de vida a que está submetido este trabalhador, denominado *peão-de-obra*, muito piores do que a dos operários, e que na sua maior parte é composto por migrantes nordestinos de procedência rural, e que vão por acabar constituindo o grosso das favelas de Cubatão, são rifados, sem as mínimas garantias jurídicas de apoio, pelas empreiteiras no “mercado de escravos”. Mas vejamos mais profundamente esta lógica na produção da cidade:

Para além dessa caracterização, foi possível definir o movimento de população deslocada para Cubatão como um movimento cuja direção, de certa forma e em certa medida, sofre a determinação da indústria da construção, implícita ou explicitamente. Portanto, os destinos de Cubatão enquanto lugar de concentração de população, em especial suas favelas, está atrelada, também, a essa determinação, que seria subestimada caso não se destaque.

O peão, trabalhador ou pobre que privilegiamos, é muitas vezes um nômade, que, preso a uma remuneração irrisória e, como trabalhador temporário, ao cotidiano de um mercado de trabalho sempre a alcançar, move-se sob a influência do mercado da indústria da construção, o que define sua condição de morador de alojamentos construídos pelas empreiteiras. A reprodução contínua e ampliada desse mercado em Cubatão cria a possibilidade de sua permanência como morador da cidade ou de suas proximidades, principalmente enquanto favelado, pela dificuldade de pagar o aluguel.

As favelas, portanto, desvendam o caráter perene da indústria da construção em Cubatão, agora, quanto à exploração do trabalho junto a mesma, cuja determinação, em última instância, refere-se à reprodução do capital das indústrias desse centro produtivo. (DAMIANI, 1984, p.97).

Como se pode perceber, Damiani deixa claro que *não é* a indústria da construção civil que responde pelo processo de “favelização” em Cubatão, mas sim a indústria da construção pesada e da montagem industrial, já assinaladas. Todavia, acreditamos que na cidade de São Paulo, uma cidade cada vez menos industrializada, o processo de

urbanização obedeceu a uma lógica semelhante, de maneira que a construção civil exerceu papel relevante na sua estrutura urbana no regime militar. É de se notar a semelhança no procedimento de contratação e exploração destas empreiteiras e o perfil da mão-de-obra ligada a ela. Por isso não pensamos ser uma extrapolação sujeita a muitas deformações buscar um nexo nestas duas realidades, às quais incidiu sobre elas, além da divisão de trabalho, um mesmo projeto político de modernização em um país subdesenvolvido e a sombra da dependência ao centro econômico mundial.

Um outro momento que devemos destacar é o atual (anos 90 em diante). Se é verdade que as migrações em território nacional sofreram um decréscimo, segundo os dados oficiais, é bem verdade também que elas continuam a existir, embora em menor proporção. De acordo com Censo Demográfico (IBGE) de 2000, a região Nordeste continua a se configurar ainda como uma área de expulsão, e o Sudeste como uma área receptora. Não se apresenta também uma transformação significativa na estrutura fundiária²⁹. Os motivos para a diminuição dos fluxos migratórios bem podem ser explicados pela *financeirização da economia em detrimento da atividade industrial*. Mas também devemos considerar, paralelamente, a herança camponesa de muitas gerações que continua subsistindo e determinando as feições da cidade de São Paulo, nos termos já descritos (veremos adiante que a *necessidade* caracteriza o modo de vida camponês). Assim, o momento atual do capitalismo pode ser explicado por uma radicalização do quadro exposto acima, no exemplo de Cubatão, isto é, radicalização das precariedades de trabalho. Entretanto, os conteúdos são outros. Para compreensão do atual momento, consideramos apropriado a perspectiva marxista do desenvolvimento das forças produtivas. Neste sentido, concentraremos nossas atenções, para elucidar a natureza íntima do fenômeno, baseando-nos no livreto “O Futuro do trabalho:

²⁹ “Em relação à concentração da propriedade de terra, a situação no país continua gravíssima. Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário informam que, em um universo de 5 milhões de propriedade, 26 mil, menos de 1%, detêm 46% das terras. Paralelamente, 55mil imóveis classificados como grandes propriedades improdutivas detêm 120 milhões de hectares. O reverso da moeda dessa enorme concentração de terras é que há 4,6 milhões de famílias sem terra e 200 mil acampados. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) tem criticado o governo Lula em virtude de este não estar cumprindo suas promessas de campanha em relação ao número de assentamentos para a reforma agrária” (Odilon Guedes, “Economia no governo Lula: arrocho e concentração”, *Correio da Cidadania*, 21 a 28 de janeiro de 2006, ano IX, no. 483, p. 9). “Embora recentemente o governo esteja dizendo que as metas acertadas no plano (PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária) estão sendo cumpridas, a realidade é muito diferente. Das 127,5 mil famílias que o governo Lula diz ter assentado em 2005, apenas 45,7% o foram em áreas destinadas à reforma agrária. O restante, de acordo com o banco de dados da Luta pela Terra, está em assentamentos reordenados em terras públicas” (Mateus Alves, “O abandono da reforma agrária no Brasil”, *Correio da Cidadania*, 4 de fevereiro de 2006, ano IX, no. 484, p. 8).

Elementos para a discussão das taxas de mais-valia e de lucro”³⁰ elaborado pelo grupo de estudo dos Grundrisse de Marx (*Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*), realizado semanalmente no Labur, Geografia-USP. Vejamos:

Num primeiro momento, para nós, esta crise (*do trabalho*) apareceu como crise de emprego. Assim fomos debater a extensão do desemprego na mundialidade. Foi esta porta de entrada que nos levou a estender o sentido de nossa observação: o desemprego é real e, ao mesmo tempo, aparência de um fenômeno ainda mais amplo, a crise do trabalho, de modo geral. (VÁRIOS, 2005, p. 1).

Deste modo, a *financeirização da economia* esconde um aspecto muito mais essencial e de certa forma crucial. A crise é na verdade *a crise do trabalho*. Mas o que isto quer dizer? Marx, ao estudar o desenvolvimento das forças produtivas, descobriu que com o incremento do Capital Constante, no processo de extração da Mais-valia Relativa, isto é, da elaboração técnica e tecnológica aplicada à maquinaria – meios de produção – cada vez mais auto-suficiente e eficiente, permite-se uma intensificação da exploração do trabalho em menos tempo e com menos pessoal envolvido, implicada, portanto, numa diminuição do Capital Variável e um aumento da Mais-valia sem alterar o Valor e a produção. Todavia, ao mesmo tempo em que a duplicação das forças produtivas ocasiona maior extração de Mais-valia, apresenta também uma diminuição proporcional da Taxa de Mais Valia (cv/m)³¹.

De acordo com a teoria marxista, somente o Capital Variável produz *valor*, este é dividido em Trabalho Necessário (pago) e Mais-valia (trabalho não pago). O próprio Capital Constante também é, em última análise, produto do trabalho humano, e transfere e consome seu valor inicialmente investido nos produtos durante sua vida útil e amortização – por isso, *não produz novo valor*. Assim, no afã do lucro pelo lucro, o capitalista investe em Capital Constante para obter mais Mais-valia: um único

³⁰ O livreto em questão tem um caráter didático sem contudo deixar de ser profundo. Apresenta também uma série de gráficos e o desenvolvimento de operações matemáticas realizadas pelo próprio Marx. Na contra-capa há uma nota explicativa sobre os *Grundrisse*: “A palavra ‘Grundrisse’ significa ‘anotações’ e ‘rascunhos’. Esta obra foi publicada tardiamente em 1953. Trata-se de uma obra em que os conceitos aparecem em elaboração, sendo, portanto, metodologicamente fundamental, evitando por este caráter de exposição, leituras dogmáticas; além de ser um marco, reconhecido atualmente, na análise da crise inerente à formação econômico-social capitalista”. Evidentemente, não reproduziremos os gráficos e cálculos que são complexos e especialmente desenvolvidos para o referido livreto, de maneira que a utilização de um ou dois deles implicaria numa simplificação grosseira.

³¹ No Livreto, pode-se observar uma sequência de equações e gráficos que deixam isto claro. Uma maneira simples de compreensão é imaginar que quanto mais fatias de um bolo, menores serão elas.

trabalhador pode substituir dezenas de trabalhadores com a mesma quantidade de tempo e os mesmos resultados na produção. Explora-se mais este trabalhador, extrai-se mais Mais-valia dele para produzir um produto ou um valor que antes seriam necessários, por exemplo, dez trabalhadores. Evidentemente, estes dez trabalhadores tornam-se supérfluos, e serão dispensados do processo de produção. No ato de apertar um botão de um robô de algum sistema de montagem industrial, aquele trabalhador solitário, com esse seu pequeno gesto, significa a demissão em massa de inúmeros trabalhadores e o desemprego...

Chega-se no limite que este aumento da MV é tão pequeno, de uma composição à outra do capital, que não compensa ao mesmo investir nas forças produtivas. Esta é uma contradição básica do capital que move diferentes formas de o mesmo superar esta crise, crise que é da natureza do capital” (ib., p. 28).

Com relação à Taxa de Lucro, esta compreendida na relação entre Mais-valia e o Capital Total (Capital Constante + Capital Variável), verifica-se também o seu aumento sempre em proporções menores com a intensificação da Mais-valia e diminuição do Capital Variável.

Para tentar aumentar a Taxa de Lucro ou mesmo mantê-la, o capital, historicamente, tende a explorar exponencialmente a força de trabalho. Contudo, tendo em vista o aumento do Capital Constante, o resultado sempre coincide com uma taxa decrescente de lucro (ib., p. 38).

Em poucas palavras, o desenvolvimento do sistema capitalista leva-o a um beco sem saída, pois ao mesmo tempo em que a tendência do capital é deterioração do trabalho, este é a sua única fonte de valor. A concorrência e a corrida voraz pelo lucro é a corda no pescoço do próprio sistema. Esta é a contradição inerente do Capital.

Indo pelo mesmo sentido, mas por outro caminho, a financeirização da economia pode ser explicada dentro deste modelo. Uma parte da Mais-valia produzida será reinvestida novamente em Capital Variável e outra não encontrará equivalente na circulação, constituindo-se como dinheiro em sua forma negativa. Este dinheiro, cada vez em proporções maiores, não possui correspondente material, senão como uma promessa de investimento na produção, *como trabalho futuro*. É dizer, dinheiro sem valor. Mas como promessa de investimento ele é a *base do crédito*, e pode ser

substituído por qualquer papel, títulos, etc. Imaginemos no entanto este capital financeiro (capital fictício), que precisa se realizar na produção, num cenário como o exposto acima, isto é, num mundo em que o *trabalho* se deteriora e está em crise, ele simplesmente não encontra seus correspondentes materiais, a não ser fazendo alguma acrobacias!

O capital tenta adiar o aprofundamento da crise, transferindo a produção, o comércio e a força de trabalho para outros países, investindo nestes lugares, onde o salário é menor, o imposto é menor, a organização dos trabalhadores é menor e impondo, ao mesmo tempo, a lógica das finanças internacionais. Portanto, a crise é transportada para outro lugar.

Esse fenômeno financeiro ficou muito caracterizado na década de 90, do século XX.

Vários países do Terceiro Mundo, chamados ‘emergentes’ pelo capital financeiro internacional, como o Brasil, o México e a Argentina, são exemplos típicos deste processo, pois para receber o capital financeiro internacional, na forma de investimento e empréstimo, tiveram de realizar uma política de privatização (venda de empresas públicas), corte dos gastos sociais e aumento dos impostos, como forma de pagamento de suas dívidas.

O que ocorre é que este Dinheiro Financeiro é pago com o endividamento do Estado sem, portanto, ter realizado valor através do trabalho. Quando o Capital Financeiro retira-se do território nacional, o Estado e a sociedade ficam com a dívida e com a crise social.

Essa bolha financeira obscurece o conflito existente na relação Capital-Trabalho. Isso permite a passagem do mundo do trabalho para o mundo do consumo; permite o esquecimento da identidade de classe e o apogeu da ‘política econômica’ em detrimento da reflexão sobre o trabalho e a crítica à economia política” (ib., pp 39 e 40).

Não seria esta a lógica dos bancos no Brasil que conseguem a cada ano lucros recordes, na casa dos bilhões, graças ao saque, através da dívida interna, dos cofres públicos que provém dos poucos recursos do povo?

Evidentemente, esta acumulação de riqueza tem origem na super-exploração do trabalho em todo o mundo, em uma nova escravidão, na arrecadação de impostos, às vezes, num sentido de acumulação primitiva.

Parece-nos mesmo que o tal “mercado de escravos” de Cubatão generaliza-se, porém, com um pequeno detalhe, a maior parte deste exército de reserva é totalmente supérflua vivendo das sobras e do lixo de uma restrita sociedade de consumo. Expropriados, primeiramente, do campo e, agora, da cidade; expropriados do urbano, estas pessoas não precisam de habitação, de água encanada, de luz elétrica, de esgoto, de cortiço, de bairros imundos, de favelas; no mundo, não há lugar para elas. São estes os sem-tetos que povoam o centro das cidades e que não se esqueceram de que ainda são gente de carne e osso. São estes os sem-tetos que querem um prato de comida, se proteger da chuva e do calor, tomar um banho quente no inverno; ter um colchão para dormir, uma casa para morar; que querem ter lazer; que querem um pinga de dignidade. São estes os sem-tetos que reivindicam também o seu direito à cidade.

Capítulo 3

Análise de uma Cartografia do Cotidiano

Se a economia capitalista se define atualmente pela sua financeirização e num sentido mais profundo pela expulsão dos trabalhadores da produção, como se demonstrou a pouco, nos anos 90, sob este contexto, dois fenômenos opostos mas que se imbricam passam a protagonizar as relações sociais no centro da cidade de São Paulo: a revitalização do centro e a ocupação de prédios abandonados por movimentos sem-teto. Tomaremos duas vertentes de pensamento para analisar este quadro. A primeira diz respeito a uma era urbana – que substitui a industrial – e seu cotidiano, numa perspectiva crítica de Henri Lefebvre:

Essa época teve o seguinte resultado: a constituição de uma *cotidianidade*, lugar social de uma exploração refinada e de uma passividade cuidadosamente controlada. A cotidianidade não se instaura no seio do “urbano” como tal, mas na e pela segregação generalizada: a dos momentos da vida, como a das atividades. O procedimento crítico comporta a crítica dos objetos e sujeitos, dos setores e domínios. Mostrando como as pessoas vivem, a crítica da vida cotidiana instala o ato de acusações contra as estratégias que conduzem a tal resultado. (LEFEBVRE, 2004, p. 129).

A segunda refere-se há modos de resistência a estas estratégias de segregação. Embora a obra de Lefebvre não exclua uma resistência, um “momento crítico”, tomamos como ponto de partida a perspectiva de Michel de Certeau (*A Invenção do Cotidiano*):

A pesquisa publicada parcialmente nestes dois volumes nasceu de uma interrogação sobre as *operações dos usuários*, supostamente entregues à passividade. (...) Ela visa uma lógica operatória cujos modelos remontam talvez às astúcias multimilenares dos peixes disfarçados ou dos insetos camuflados, e que, em todo o caso, é ocultada por uma racionalidade hoje ocultada no Ocidente. Este trabalho tem portanto por objetivo explicitar as *combinatórias de operações* que também (sem ser exclusivamente) uma “cultura” e exumar os modelos de ação característicos dos usuários, dos quais se esconde, sob o pudico nome de consumidores, o estatuto de dominados (o que não quer dizer passivos ou dóceis). O cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*. (CERTEAU, 2001, pp. 37 e 38).

Como já se disse, o centro possui, de um lado, uma infra-estrutura invejável e uma atividade sócio-econômica intensa, mas, por outro lado, apresenta uma deterioração que se reflete no próprio habitar. Assim, o grande número de imóveis desocupados é um atrativo tanto para a especulação imobiliária como para fins de moradia popular¹.

¹ “Na cidade de São Paulo existem mais imóveis vazios que famílias sem casa para morar. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – 2000), o número de imóveis vazios (254 mil unidades) é maior que a estimativa de déficit habitacional na cidade (203,4 mil unidades. Quase 10% dos domicílios vagos da cidade estão no centro, descumprindo sua função social. O que em números representa cerca de 40 mil vagas. O maior índice é registrado na Sé, onde 26,84% dos 11.384 domicílios existentes estão desocupados. A área considerada pelo IBGE considera como centro a Administração Regional (Subprefeitura) da Sé que engloba os distritos da Sé, República, Santa Cecília, Pari, Consolação, Liberdade, Brás, Bom Retiro e Bela Vista”. (“Violação dos Direitos Humanos no centro de São Paulo”, Dossiê – Fórum Centro Vivo – 2005-2006 –, p. 4).

3.1.1. Prestes Maia: resistência

Quando saímos a campo, com o intuito de elaborar uma *cartografia do cotidiano*, pretendíamos encontrar e narrar uma história de amor, como Romeu e Julieta; nossas expectativas foram no entanto frustradas, pois nos demos conta que o próprio amor se encontra fragmentado. Pretendíamos contar, dentro dos limites traçados por esta pesquisa, um amor entre duas pessoas, provavelmente sem-tetos, que, separadas e perdidas num labirinto de espelhos, o Centro da cidade, lutassem contra um mal maior e ainda assim saíssem vencedoras. Não buscávamos nada disso, na verdade, queríamos encontrar sim uma utopia que pudesse mudar um mundo a cada dia sem mais esperanças. E encontramos apenas o labirinto de espelhos... Paradoxo do Centro: é o outro a nossa imagem refletida no espelho, que se multiplica em milhares e, enfim, numa multidão. Mesmo assim, se um pesquisador não tem consciência de seu lugar, de sua classe social, de seus valores, isto é, das diferenças em jogo, jamais compreenderá a realidade a que está debruçado, demonstrando inversamente um deslumbramento especulativo longe do real. Quando, por exemplo, se vislumbrou, dentre muitas, a possibilidade de nossa participação nas reuniões do MSTC, nos colocamos na posição de ignorantes aprendizes. Todos os conceitos teóricos de nada serviam dentro da imediatez dos fatos (pelo menos naquele momento). A fugacidade das horas, dos dias, do cotidiano se fazia mais urgente. De maneira que, quando nos vimos no olho do furacão, na diversidade dos relatos e lugares, desvelamos a ilusão da imparcialidade que buscávamos. Esta, a neutralidade, entretanto, reina soberana na sociedade e cabe a ela organizar os fatos, trazer-lhes a luz, dar-lhes veracidade. Seu discurso é o que torna inquebrantável a legitimidade da ciência e do jornalismo. Aliás, pode-se dizer que cada vez mais se torna difícil saber quando ciência é ciência e jornalismo é jornalismo, e quando uma coisa não é outra. Mas, sob o dogma da neutralidade, da isenção, o discurso da ciência e do jornalismo adquire um poder totalitário, que produz ideologia. Recurso de retórica que censura e emudece vozes dissonantes, de outros. A neutralidade se impõe pela força até mesmo quando é visível seu partido. Ou melhor, a imparcialidade (a neutralidade) é um instrumento de um partido (uma classe social) que é legitimada pelo uso da força. Poder ideológico, mito que põe aos seus pés a verdade, no entanto, a neutralidade, assim como a igualdade civil, é fruto da lógica da equivalência capitalista. Não há culpados nem inocentes, só o capital. Desta forma, o nosso lugar é o daquele que está na fronteira, *dos sujeitos que escrevem a história*, e cumpre-nos mapear os fragmentos da realidade, inclusive aqueles que não estão ou tentam fugir deste poder homogeneizador.

Nossa análise começa pelo movimento sem-teto, ou melhor, por um de seus personagens, o “Prestes Maia”. O movimento sem-teto é marcado pelo improvável. Tudo nele é motivo para surpresa, a começar por quando nos deparamos pela primeira vez com uma de suas maiores

“ocupações”, o conjunto de edifícios conhecido pela denominação Prestes Maia. De fato, os sem-tetos parecem viver numa outra dimensão, num outro estado, num buraco no sistema. O Prestes Maia, elemento intimidador cravado no coração da cidade, invoca indagações. *Quem mora nele?* Ora, sem-tetos. A faixa colocada na fachada do prédio deixa isto muito claro: MSTC – Movimento Sem-Teto do Centro. *Quem são os sem-tetos?* A primeira coisa que vem à mente desavisada, quando se olha o edifício, é a imagem de mendigos, enigmáticos e sinistros, arrastando seus andrajos. Diante deste estereótipo, questiona-se qual o motivo que os levou a situação a que se encontram, tão fora dos padrões culturais do Ocidente. Estes mendigos, moradores de rua, parecem não ter lugar em qualquer sociedade, justamente por serem o *outro* da civilização ocidental. Um tecnocrata explicaria sua exclusão atribuindo-lhes um fator endógeno, eximindo a sociedade de qualquer responsabilidade ou culpa. Explicação sustentada pela falsa obviedade dos fatos e, portanto, inquestionável. Seja como for, o Prestes Maia continua diante de nós indomável e insolente, lançando-nos um desafio, um enigma como a esfinge que transforma os incautos e arrogantes em pedra. Este conjunto composto por dois prédios, que atravessa um quarteirão inteiro, indo de uma avenida a uma rua, possui no primeiro prédio vinte e três andares com oito janelas laterais, e no segundo, dez andares e oito janelas laterais, onde mal se lê, em alto relevo, *Companhia Nacional de Tecidos*, e que, curiosamente, apresenta também um estacionamento comercial na garagem (Anexo I, p. 149). Habitado por milhares de sem-teto, o Prestes Maia parece indiferente ao vai e vem de pessoas indo e vindo do trabalho e mesmo dos perigos da noite quando o sol se põe. Se ainda não sabemos que são os sem-tetos (e provavelmente nunca saberemos de fato), tentamos imaginar o que eles querem, quais são os seus projetos, os seus planos etc. Não sabemos tampouco. Talvez uma revolução em nome do caos, uma destruição completa de todos os valores e instituições da civilização, um cataclisma social que ao mesmo tempo redimiria a sociedade, o futuro da humanidade. Assim os dias passam e de repente nos defrontamos com uma tragédia. O Prestes Maia trazia as marcas de um incêndio. A mancha mais escura que a estrutura do prédio alastrava por vários andares. No entanto, luzes nas janelas continuavam acesas, e o Prestes Maia continuava indestrutível, imponente, indagando-nos, talvez a nossa insignificância. Talvez. Mas, questionamos, o que teria acontecido? Silêncio. O Prestes Maia não responde. Aparentemente tudo como antes. Porém, o Prestes Maia guardava uma história de dor.

Diante de tantas questões que inundavam nossos pensamentos nos dirigimos para lá, e de novo o surpreendente. Crianças com suas lancheiras e mochilas escolares, minúsculas aos pés do gigante Prestes Maia, adocicavam e subvertiam sua estrutura sóbria e empedernida ao atravessarem os seus portões e desaparecerem nele. O Prestes Maia se torna assim mais intrigante, mais heróico. E de novo: *quem são os sem-tetos?* Os sem-tetos são os expropriados expropriados da própria expropriação, isto é, os explorados que perderam o seu lugar de explorados.

Assim o Prestes Maia aparece como um elemento perturbador, afinal, como é possível sua presença física no Centro de uma das maiores metrópoles da América Latina e do mundo? O que ele quer dizer sobre a grande *operação urbana* perpetrada no Centro de São Paulo por algumas das maiores instituições financeiras do planeta? Qual o seu significado perante a “revitalização” do Centro e da entidade Viva o Centro? Aparentemente intruso, o Prestes Maia é aquilo que transmite parecer, “um buraco no sistema”, uma verdade que se revela diante de um cenário forjado.

A história dramática do incêndio é uma pista que nos convida para dentro do Prestes Maia. Afinal, o que teria acontecido? De acordo com o jornal Folha de S. Paulo², na madrugada do dia 7 de setembro de 2003, o fogo se alastrou pelo prédio destruindo quatro dos seus dez andares. Uma menina de quatro anos, de nome Kimberly, conhecida pelos moradores como Billy, faleceu vítima das chamas. Conforme notícia, a mãe da menina saíra para uma festa deixando Billy e o irmão aos cuidados de uma vizinha. A prontidão do Corpo de Bombeiros foi imediata, porém devido à falta d’água, atribuída pelos moradores, o fogo só foi controlado depois de três horas de seu início, às 6 da manhã. A perícia apontou para causa do incêndio as precárias instalações elétricas do lugar.

À tarde, não muito longe dali, a multidão assistia os desfiles militares, as festas comemorativas do dia da Independência Nacional. Talvez, o Prestes Mais assistia, de sua altura, aquilo tudo com desprezo.

Portanto, a farsa está montada e o Prestes Maia vem contestá-la com sua integridade e sua verdade moral. De modo que, para nós, conhecer a sua história e o seu papel é imprescindível para compreender os significados que não são visíveis da revitalização do Centro e que se tenta calar.

O conjunto de edifícios foi ocupado na madrugada do dia 3 de novembro de 2002. O jornal Folha de São Paulo assim noticia o fato:

Cerca de mil integrantes do Movimento Sem-teto (MSTC) invadiram, no início da madrugada de ontem, dois prédios na região central da cidade. Um deles, na rua Brigadeiro Tobias. O outro, na avenida Prestes Maia. Juntos os edifícios têm 33 andares, que as famílias já começaram a dividir. Sem luz, água, banheiro e comida, os invasores, entre eles famílias inteiras, idosos e crianças, afirmam que pretendem continuar no local até que haja uma solução para o problema.

Desocupados há aproximadamente 15 anos, os prédios pertencem aos empresários Fauzi Nacle Hamushe, 48, e Augusto Amorim, 27, e foram invadidos justamente durante o processo de negociações de venda dos edifícios à administração municipal.

² “Fogo em prédio invadido mata menina”, Folha de São Paulo, Cotidiano, p.C 6, 08/07/03.

Há mais de um ano, proprietários e prefeitura vinham negociando a compra dos imóveis, cuja dívida com IPTUs atrasados chega aos R\$ 2,5 milhões, segundo a Secretaria Municipal de Habitação (Sehab). Já os proprietários falam em R\$ 1,2 milhão. Os sem-tetos dizem que os valores passam de R\$ 3 milhões³. As negociações não avançaram, segundo a prefeitura, porque não teria havido acordo entre os proprietários dos prédios. (...) Uma lei sancionada pela prefeita Marta Suplicy (PT) em 2001 permite a quitação de dívidas através da entrega de imóveis ao governo.

Além disso, a Secretaria da Habitação também afirma que o MSTC não teria feito nenhuma solicitação específica para esses prédios e alega que o movimento já foi atendido em outras reivindicações. Já a coordenadoria do MSTC desmente a prefeitura e afirma que as negociações desses dois prédios já acontecem “Há mais de dois anos”.

Com as invasões de ontem, já são pelo menos nove ocupações na região central, segundo movimentos de moradia que atuam na cidade. (“Sem-teto invadem prédios no centro de SP”, Folha de São Paulo, Caderno “Cotidiano”, 05/09/02, p. C 3).

E Martin La Battaglia do CMI (Centro de Mídia Independente) narra o momento da ocupação:

Após longa concentração no metrô Bresser, vários ônibus de toda a região metropolitana saíram em direção ao centro de São Paulo. Uma ocupação ia acontecer...

A angústia dos marinheiros de primeira viagem era grande pois não sabiam o que esperar. Chegamos por volta das 23h30. Homens, mulheres e crianças enchiam os ônibus. Pé de cabra em mãos. Muita força de vontade para abrir tamanho portão (mais de cinco homens foram necessários). A porta é aberta. Momento indescritível.

³ De acordo com o “Manifesto” do MSTC sobre a ocupação do Prestes Maia, emitido no mesmo dia da ocupação, a situação do imóvel era a seguinte: “Enquanto não temos moradia, este imóvel da avenida Prestes Maia, no 853, com fundos para a rua Brigadeiro Tobias, no 700, está vazio e abandonado, um verdadeiro depósito de lixo, abrigo de ratos, mosquitos e outros insetos. É uma ameaça permanente à saúde pública e, ainda por cima, o proprietário não paga o IPTU há vários anos. Ele deve aos cofres públicos municipais R\$ 3.041.000,00 (três milhões e quarenta e um reais)! E o prédio está avaliado em torno de R\$ 3.500.000,00, ou seja, praticamente já pertence à Prefeitura de São Paulo. Tentamos comprar o imóvel por meio da Caixa Econômica Federal mas o proprietário não quer acertar a dívida com a Prefeitura. Isso inviabiliza o negócio. São mais de dois anos negociando”. Em 2006, a situação era diferente, conforme reportagem publicada na Folha de S. Paulo, “hoje, as dívidas de IPTU superam o valor do imóvel, segundo a Caixa Econômica Federal, as dívidas somam R\$ 4,5 milhões e a construção R\$ 4 milhões” (“Sem-teto faz biblioteca em prédio invadido”, Folha de São Paulo, Cotidiano, p. C1, 01/02/06).

Todos comemoram gritando e começa o empurra-empurra para poder entrar, (...) Os Coordenadores haviam avisado de antemão para tomarmos cuidado com os vãos dos elevadores. Algumas pessoas caem no chão mas logo são socorridas pelos seus companheiros. Outros ficam com medo e acabam deixando o local.

Os novos moradores orgulhavam-se ao poder mostrar o seu “novo apartamento”. Chega o eletricitista e oferece ajuda. Após algumas horas de trabalho, finalmente... faz-se a luz!

Segundo os coordenadores, mais de 1500 pessoas participaram da ação. Depois do momento de êxtase coletiva da entrada, os ocupantes do Movimento Sem-Teto do Centro arrumavam as suas coisas, acendiam velas e abriam seus colchonetes, acomodando suas crianças e fazendo milagre para que os pequenos cobertores abrigassem a todos. O medo se espalhou temporariamente quando a polícia chegou. Três viaturas. Não houve maiores confusões. *Portas fechadas, ninguém sai, ninguém entra.* (Centro de Mídia Independente, www.indymedia.org, 04/11/02, os grifos são nossos).

Sublinhamos a última frase, “portas fechadas, ninguém sai, ninguém entra”, porque a portaria é considerada pelo movimento o ponto nevrálgico de uma ocupação. Assim como o terrível guarda em *Diante da Lei* de Kafka, o implacável porteiro do Prestes Maia não permite a entrada de ninguém que não seja morador, ou parentes de moradores, ou que não traga uma autorização⁴. Sobre a “Portaria” o *Regulamento Interno da Ocupação* (Anexo II) é bem claro:

5. Portaria

5.1. A portaria funciona em regime integral de 24 horas, com trabalho voluntário dos moradores, organizados em escalas de trabalho.

5.2. A entrada e a saída do prédio devem ser obrigatoriamente registradas na Portaria. Cada morador deve se identificar pelo porteiro, apresentando sua Carteira de Sócio.

5.3. As visitas somente serão permitidas durante o dia, até no máximo às 21 horas. O visitante deverá ser identificado e registrado, indicando o andar e o nome de quem vai

⁴ “Há horário para tudo. Das 22h às 6h não é permitido fazer barulho nem sair do prédio. Na portaria, aliás, passa somente quem portar carteirinhas com fotografia e, em alguns casos, os sem-tetos chegam a ser revistados” (“Sem-

visitar.

5.4. No horário das 22h às 6h da manhã, haverá uma vigilância especial sobre a circulação de pessoas na portaria. As famílias devem procurar sair somente em casos de extrema necessidade (trabalho, estudo, doenças).

5.5. Em caso de dúvida, os responsáveis pela portaria deverão procurar a Coordenação para resolver. (Anexo II)

Fortaleza em tempos de uma guerra invisível, *estado de sítio* decretado informalmente, o Prestes Maia tem na sua portaria os limites de uma fronteira em permanente alerta. Furado esse bloqueio, anda-se por um pequeno corredor e sobe-se por uma escada “interminável” em espiral. Ao chegar no primeiro andar (ou segundo?), depara-se com um cenário que, pode se dizer sem nenhuma dúvida, é uma verdadeira expressão de uma *insurreição do uso*⁵: um enorme vão livre, com um teto extremamente alto, e nele, três grandes blocos enfileirados compostos por “barracos” contíguos, construídos com madeirite (Anexo I, p.144). Todavia, a designação “barraco” ou “favela” não cumpre nem de longe com o significado deste local, devido, de um lado, a carga pejorativa destas palavras, e, de outro, a extrema beleza do lugar, uma verdadeira *poesia concreta*. Realmente, as portas do Prestes Maia parecem se abrir para um outro país, habitado por uma população de estrangeiros que são nada mais nada menos os cidadãos de nossa pátria. Segundo nos relatou N., funcionário do estacionamento localizado na garagem do segundo prédio (rua Brigadeiro Tobias), o conjunto de edifícios era uma fábrica, por isso os andares serem formados por grandes vãos livres. De acordo com N., os sem-tetos *construíram* em cada andar dois blocos de madeira divididos em apartamentos, mas nos andares mais amplos foram erguidos três blocos. Antes da ocupação, os prédios eram freqüentados por viciados em crack (Anexo I, p.156)⁶. I., coordenadora-geral do MSTC, relatou em tom triunfante o estado em que se encontravam os prédios nos seguintes termos em reunião do movimento:

Quem se lembra como era esse prédio antes de nós o ocuparmos? Hoje ele é um hotel cinco estrelas (...) Vocês se lembram como era aquele pedaço, por onde a gente passa de um prédio ao outro, onde tem o buraco? Tinha lixo até o terceiro andar. Tinha lixo até o

teto disputa ‘pontos’ para obter casa”, Folha de São Paulo, Cotidiano P. C 1., 27/07/03).

⁵ O termo “insurreição do uso” foi tomado emprestado do artigo homônimo de Odette Seabra em “Henri Lefebvre: o retorno à dialética”

⁶ “Logo após a invasão dos dois edifícios, traficantes se infiltraram entre os moradores e tentaram fazer do local um ponto para guardar e vender drogas. Foram semanas de ameaças” (“Despejo anunciado aflinge Prestes Maia, 911”,

terceiro andar! Foram preciso cento e trinta e três (133) caminhões para remover todo o lixo! Lembra-se? Cento e trinta e três caminhões! Lá na frente tinha borracha queimada. Esse prédio era um *esqueleto* (...) (I. em reunião do MSTC, no Prestes Maia, 6/10/02, Anexo I p. 160, o grifo é nosso).

A eletricidade do Prestes Maia foi obtida por instalações clandestinas, conhecidas por “gato”, e os banheiros, três em cada andar, são de uso coletivo, segundo N⁷. (Anexo I, p.156).

Sobre a situação do imóvel, N., na ocasião da entrevista, nos informou que os proprietários, a família Hamushe, ainda detém da posse do estacionamento comercial e que devem mais de R\$ 3 milhões de IPTU (como vimos o valor foi reatualizado). O imóvel, no entanto, foi avaliado pela prefeitura em R\$ 3,8 milhões. Porém os Hamushes não aceitaram vender porque teriam que dividir o dinheiro com o outro sócio, e, mais o IPTU, o valor ficaria irrisório. Apesar de não conseguir manter a regularidade dos prédios, a família ainda é muito rica e o patrimônio familiar pertenceria a irmãos. De acordo com N, este patrimônio chegaria a mais de duzentos imóveis, inclusive alguns fora do Estado de São Paulo e muitas outras lojas na rua 25 de Março. Um outro prédio, da mesma família, localizado na rua Brigadeiro Tobias, também estaria desocupado (Anexo I, p.156).

Coisa curiosa é que no Prestes Maia desenrola uma disputa política que mais parece um reflexo em escala micro da política nacional, porém de forma muito mais visceral. Conforme nos relatou N., de um lado, a família Hamushe é partidária do PSDB, tendo inclusive, na ocasião, em um dos seus, um candidato a vereador por este partido, e, de outro, os sem-tetos apóiam em massa o PT (Anexo I, p. 155). Dentro do estacionamento inclusive há uma faixa com os seguintes dizeres, “Esta família apóia o PSDB”; em contrapartida, nas janelas dos moradores, podia-se observar muitas bandeiras e faixas do Partido dos Trabalhadores (Anexo I, p.155). Estas faixas foram inclusive motivo de contenda entre sem-tetos e proprietários. Os moradores vinham e tiravam as faixas do PSDB, depois era a vez dos proprietários, que agiam do mesmo jeito, e vice-versa; aí então a confusão estava armada (Anexo I, p. 155).

N. também contou que o que causou o incêndio foi uma vela no apartamento de um coordenador do MSTC, M., que se alastrou pelo *madeirite*⁸. Por outro lado, contou entusiasmado que “já nasceram mais de 50 crianças” no Prestes Maia (Anexo I, p. 157).

De qualquer maneira, os sem-tetos trouxeram vida ao Prestes Maia, que estava abandonado

Folha de São Paulo, Cotidiano p. C6, 14/07/05).

⁷ “Os moradores têm luz por meio de instalações clandestinas, os ‘gatos’, e do 9º. ao 20º. andar, a água só chega das 0h às 7h. As casas são divididas por pedaços de madeira, como se fossem barracos de uma favela. Os banheiros são coletivos, e há divisão de tarefas entre habitantes de cada andar. Os invasores pagam R\$ 20 de condomínio para manter três porteiros na entrada do prédio e fazer concertos no imóvel” (“Sem-teto faz biblioteca em prédio invadido”, Folha de São Paulo, Cotidiano, p. C1, 01/02/06).

há mais de quinze anos e em estado de deterioração, atribuindo-lhe, sem o menor exagero, uma função realmente social. Este até já foi palco de uma exposição de arte⁹ e hoje (2006) abriga em seu subsolo uma biblioteca com um acervo de mais de três mil livros¹⁰.

3.1.2. Os sem-tetos

Presume-se que um grande contingente de migrantes expulsos de seus locais de origem, devido à concentração fundiária e ao “cercamentos de terras”, no processo de acumulação primitiva, ao chegar às cidades, não é mais absorvido pela indústria ou qualquer outro setor da economia capitalista. A desindustrialização, o fim das fronteiras de expansão da cidade de São Paulo e a financeirização da economia, em que, num sentido estrito, os bancos passam a saquear os cofres públicos através da dívida interna e assim obter lucros inimagináveis, constituem um cenário árido para este *exército de reserva* que provavelmente nunca será aproveitado. Acrescenta-se ainda a estes fatores estruturais a política neoliberal implementada no governo FHC que, atingindo um índice recorde de desemprego, mandou para rua dez milhões de trabalhadores. Presume-se também que os sem-tetos são formados por este contingente, e que são, de fato, os chamados excluídos. Se dissemos mais acima que o proletário (a classe operária) guarda em si o camponês expropriado, os *sem-tetos*, ou “excluídos”, guardam em si, como um pressuposto, o *operário*, de modo potencial. Noutras palavras, os sem-tetos não têm *lugar* (aparente) na sociedade capitalista, apesar de serem o negativo da classe operária. A própria designação *sem-teto* indica ausência de lugar; a *preposição* “sem” sugere o sentido de *falta*, *privação*, *exclusão*, *ausência* e “teto”, não a uma casa, pois é

⁸ Ao que tudo indica, esta versão foi dada pela mãe da menina em segundo depoimento à polícia.

⁹ “Invadir, ocupar, colorir. Invadido há mais de um ano por cerca de 2000 pessoas do MSTC (Movimento dos Sem-Teto do Centro), o edifício da Prestes Maia que fica ao lado da Pinacoteca do Estado foi palco, na semana passada, de mais uma ocupação. Cem artistas, entre eles, Regina Silveira e Rochelle Costi, inventaram um tal de ACMSTC, ou Arte Contemporânea Movimento dos Sem-Tetos do Centro, e deixaram galerias e ateliês para invadir o prédio com suas intervenções artísticas. Durante vários dias, conviveram com moradores para preparar trabalhos que seriam expostos ao público sábado e hoje. (...) A resistência dos moradores foi sendo quebrada aos poucos. A costureira maranhense Célia Lopes, por exemplo, decidiu participar da intervenção com um desfile. Autoproclamada ‘estilista do ridículo’, convocou 12 vizinhas para desfilar com roupas de plásticos verdes de garrafas de refrigerante e fibra de coco, como, segundo ela, mulheres “pós-modernas” (“Invadir, ocupar, colorir”, Folha de São Paulo, Ilustrada, E P. 2, 14/12/03).

¹⁰ “Antes ocupado por entulho, esgoto e água de enchente, o subsolo do edifício Prestes Maia, uma das principais favelas verticais da cidade de São Paulo, agora abriga uma biblioteca com cerca de 3.500 obras, entre livros, revistas, gibis e enciclopédias. (...) Entre seus títulos, há obras de Machado de Assis, Mark Twain, Kafka, Balzac, Milan Kundera, Jorge Amado, Paulo Coelho e a coleção de Harry Potter. O acervo Prestes Maia foi formado com doações de uma ONG e de uma escola, mas também com publicações recolhidas no lixo. (...) O controle do empréstimo de livros na biblioteca é feito pelo catador Severino Manoel de Souza, 56, que tem um caderno para anotar entradas e saídas. Foi dele a ideia de fazer uma biblioteca no prédio. ‘Encontrava livros e não tinha coragem de mandar para a reciclagem’, diz. (...) O devorador de livros do Prestes Maia é o ambulante Lamartine Brasiliano, 38, que lamenta que o lugar não tenha ainda as obras do escritor Gabriel García Márquez” (“Sem-teto faz biblioteca em prédio invadido”, Folha de São Paulo, Cotidiano, P. C 1, 01/02/06). Segundo Lamartine, “aprendi a ler com cordel. Meu tio passava os dias na feira, em Pernambuco, contando histórias de cordel” (Ibidem, p.C 4).

atributo desta, mas a um *limite*, um abrigo onde se pode proteger da chuva, do frio, do calor etc. De maneira que, os sem-tetos não possuem espaço (uma propriedade e até mesmo a força de trabalho lhes é dispensável, pois não encontra valor de troca como mercadoria), mas, tempo, movimento. Nômades, fora da sociedade, são donos do mundo; socialmente, nada têm. Os sem-tetos são o *Outro*. São proletários porque compõem uma *classe* operária às avessas, isto é, são o outro do operariado. (Apesar disto, pressupõe-se aqui uma possível solidariedade com esta classe¹¹). Assim, se distinguem do morador de rua simplesmente (como veremos mais adiante), e definem um novo padrão do Urbano (este, em crise?). Apesar de viverem num submundo, sempre preste a desabar, os sem-tetos se rebelam e buscam um outro lugar (uma utopia?), distante das determinações abstratas da economia capitalista.

Tentaremos então esboçar um perfil dos sem-tetos.

Ao participarmos da primeira reunião dos sem-tetos no Prestes Maia, pudemos observar que os sem-teto se vestem de maneira muito simplória, embora estejam sempre muito limpos (Anexo I, p.141). A primeira impressão, correta, é a de que são trabalhadores humildes. N., militante do MSTC, define os sem-tetos como “trabalhadores de baixa renda” (Anexo I, p.161). O “Manifesto do MSTC sobre a ocupação do Prestes Maia” descreve os sem-tetos da seguinte maneira:

Nós, trabalhadores sem teto, precisamos de moradia. O desemprego e os miseráveis salários não permitem o pagamento do aluguel. Muitos de nós já estão morando na rua. Outros, residem em cortiços, pensões e favelas, em péssimas condições. Centenas de nossas famílias estão ameaçadas pelo despejo.

Somos famílias de baixa renda, trabalhamos na região central e, com nosso suor, fazemos funcionar todos os serviços da cidade mais rica da América Latina. Somos empregadas domésticas, manicures, babás, porteiros, merendeiras, vigilantes, copeiros, auxiliares de enfermagem, faxineiros, telefonistas, carregadores, frentistas, balconistas, operadores de caixa, cozinheiros, garçons, operadores de xerox, vendedores, ambulantes, catadores de papel, motoristas, e tantos outros (Anexo II)¹².

¹¹ “Nos anos 80, Henri Lefebvre havia constatado a emergência de formas modernas de luta de classes, que não são mais completamente da luta de classes tradicional –dizia ele–, pois não estão intrinsecamente vinculadas a um sujeito histórico: a classe operária já constituída” (p. 10) (...) “As lutas das mulheres e também aquelas pela regulamentação dos ‘sem papéis’, e, mais genericamente, as de todos os ‘sem’, as lutas por uma ‘outra mundialidade’, contra as guerras, etc., são ilustrações particulares expressivas dessas formas modernas de luta de classes, em escala planetária” (AJZENBERG, “As classes sociais e suas formas modernas de luta”, in: *Geousp: espaço e tempo*, no. 17, 2005, p. 17).

¹² O manifesto do MSTC emitido em 2 de julho de 2005, por ocasião da reintegração de posse do Prestes Maia, assim define os sem-tetos: “Milhares de mulheres, crianças, jovens e homens fazem parte desse movimento; eles são os cuidadores de carros, os vendedores de água, chocolate, eles puxam carrinhos de papelão, são faxineiras, lavadeiras e costureiras que, à noite, vão para ocupação participar da vida interna e política do movimento...” (sic) (Anexo II).

Neste sentido, os sem-tetos são, em suma, *desempregados e trabalhadores informais*, vivendo a ameaça constante de serem atirados nas ruas¹³.

Num outro sentido, em vão seria tentar inferir uma média salarial ou de renda dos sem-tetos, haja vista o caráter diferenciado de cada ocupação e de sua informalidade. Basta-nos dizer apenas que os sem-tetos estão excluídos dos programas habitacionais e de financiamento mais acessíveis à população mais pobre, o *PAR* (Anexo I, p. 161)¹⁴. De acordo com o manifesto emitido no dia 31 de outubro de 2004 pela FLM – Frente de Luta por Moradia (Anexo I, p.188), “o PAR – Programa de Arrendamento Residencial, da Caixa Econômica Federal, não atende famílias de baixa renda”.

Longe da linha de montagem, os sem-tetos são realmente formados por um grupo bastante heterogêneo. N., funcionário do estacionamento, disse que há uma gama de tipos muito grande entre os sem-tetos; segundo ele, “há muita gente boa morando aqui (Prestes Maia), mas como em todo lugar, também tem seus maus elementos” (Anexo I, p. 155). A consciência política também é variada; pudemos encontrar, em nosso trabalho de campo, desde aqueles que possuíam um interesse prático de conseguir um lugar para morar até os que pensavam numa atuação mais global. M., coordenadora do MSTC, sempre apresentava uma crítica ao capitalismo, chegando a afirmar que “a revolução urbana está chegando”, resgatando (e re-invertendo) assim o estatuto revolucionário das cidades perdido, nos últimos tempos, para o campo (Anexo I p. 147). De qualquer modo, as reivindicações são sempre muito justas e a participação de pessoas más intencionadas é sempre muito pequena devido ao rigor do “Regulamento da ocupação” (Anexo II), que, dentre outras coisas, proíbe o uso de álcool, drogas e armas dentro de uma ocupação¹⁵. Pode-se verificar também a presença de muitos estrangeiros latino-americanos (os “bolivianos” ou “peruanos”), dentre eles; a própria mãe da menina Kimberly era uma “boliviana” (Anexo I, p. 175.). Os sem-tetos, pela sua condição instável e nômade, identificam-se também com os moradores de rua, como quando N.,

¹³ Sobre os sem-tetos, o jornal Folha de S. Paulo assim os define: “A maioria dos invasores é formada por mulheres, crianças e habitantes da região central, camelôs, moradores de albergues e cortiços. Há também moradores das áreas de manancial, na zona sul de São Paulo” (“Sem-teto invadem 4 edifícios no centro”, Folha de São Paulo, Cotidiano, p. C1, 22/07/03). Pudemos compilar, em matérias publicadas de 2001 a 2006 deste mesmo jornal, as seguintes atividades exercidas pelos sem-tetos: ambulante, entregador de jornal, pedreiro, assistente administrativo, vendedor de lanches, vendedor de churrasco, segurança, costureira, artista plástico, aposentado, empregada doméstica, vendedor de alho, vendedor de água e refrigerante em semáforo e catador, além dos muitos que se declararam desempregados.

¹⁴ “(...) o PAR resolve somente uma parte do problema dos sem-tetos, já que a grande maioria dos integrantes do movimento não tem como participar. “Estamos muito longe de uma solução ideal”, afirma Gegê (coordenador do Movimento de Moradia do Centro (MMC). Segundo ele, o PAR tem muitas regras. A principal é a comprovação de renda. Geralmente, as famílias têm de comprovar renda mensal três vezes superior ao valor da prestação. ‘Por isso, vamos continuar ocupando prédios para pressionar os governos a adotarem políticas abrangentes de habitação, que sirvam para todo mundo” (Folha de São Paulo, Cotidiano p. C3, 10/04/02).

¹⁵ “O regulamento proíbe a entrada de armas, drogas e bebidas alcoólicas, na quarta-feira, dois invasores foram expulsos do prédio da rua Mauá por embriaguez. O texto sobre as regras ordena a preservação do patrimônio e não permite agressões físicas e ofensas, ‘especialmente espancamento de mulheres e crianças” (“Sem-teto invadem 4

militante do MSTC, manifestava indignação diante da impunidade envolvendo um crime de assassinato contra oito mendigos no centro da cidade (Anexo I, p. 161). Tanto é assim, que os membros do MSTC recorrentemente visitam favelas, albergues, pensões, cortiços e ruas em busca de novos militantes (Anexo I, pp. 171 e 180), sendo daí onde recrutam o grosso de seus militantes. I., militante do MSTC, explicou que eles, os sem-tetos, estão somente um grau acima dos mendigos e moradores de rua: “eles estão aqui embaixo; nós, um pouquinho acima deles” (Anexo I, p.196). Já I., coordenadora geral do MSTC, morou com o marido e três filhos na rua, debaixo do viaduto do Glicério, durante três meses no ano de 1997, após ser despejada por não ter dinheiro para pagar o aluguel (“Sem-teto invadem 4 prédios no Centro”, Folha de S. Paulo, Caderno Cotidiano, p. C 1, 27/0703). E neste sentido, suas histórias se repetem.

Aliás, o estereótipo do morador de rua descrito acima, o “lunático errante”, não é regra; o que se pode verificar no entanto é um grande número de famílias inteiras vivendo deste modo, marginalizadas por uma desigualdade social gritante. Portanto, os sem-tetos também fazem parte do grande número de brasileiros que vivem, inclusive, o descaso das autoridades com relação à educação, segurança, moradia, saúde e vida. I., militante do MSTC, assim se referia à campanha do candidato à prefeitura José Serra embasada na melhoria do atendimento médico:

Agora estão falando de saúde, mas desde quando o serviço médico do governo Alckimin é bom? Tem fila nos hospitais, não tem leito. (...) Saúde é fatalidade. Saúde é Deus que dá, e também depende um pouco da gente, não é? Se a gente dorme cedo, tem uma boa alimentação, se não fumamos, se a gente se cuida, não é? (Anexo I, p. 162).

A fala de N. reflete bem o sentimento da ausência do Estado de Direto na vida da maior parte dos brasileiros pobres. N. também se refere assim aos brasileiros: “o brasileiro de verdade é o índio, o caboclo...” (Anexo I, p.162). Também demonstra ter uma clareza do sentimento de desamparo relegado às classes baixas e uma falta de identificação e desconfiança destas com as elites brasileiras. Chegou a afirmar que o candidato Serra “não se apresentava como brasileiro no estrangeiro” e responsabilizou o povo pela vitória de Lula nas eleições de 2002: “não foram os intelectuais nem os políticos que puseram o Lula no poder, foi o povo” (Anexo I, p. 163). N. também contou uma história exemplar de expropriação camponesa¹⁶ quando se referiu a sua família: “meu avô era dono de terra lá no Piauí; ele era dono de terra mas foi expulso” (Anexo I, p.

prédios”, Folha de São Paulo, Cotidiano p. C1, 27/07/03).

¹⁶ Segundo reportagem publicada na Folha de São Paulo, pode-se ler o seguinte ao mencionar um dos coordenadores do MTST de 30 anos: “O homem é um dos coordenadores do MTST no acampamento de São Bernardo nasceu na Paraíba e diz que seu pai era dono de 20 alqueires em Areias, no interior do Estado, mas foi expulso por um coronel” (“Coordenador se engajou aos 15 anos”, Folha de São Paulo, Cotidiano, p. C4, 27/07/03).

165). Talvez mesmo, N. revele, na sua fala, uma consciência de classe explorada num sentido universal, pois é fato que o próprio movimento dos sem-tetos recebe estrangeiros, os tais “bolivianos”, em seus quadros de militantes, o que nos leva a pensar numa solidariedade internacional entre oprimidos.

As reuniões dos sem-tetos são também sempre cheias de crianças, o que demonstra que não há militante individual, mas famílias militantes (Anexo I). O citado manifesto se reporta aos sem-tetos como “famílias de baixa renda”. Um fato notável no entanto é a participação das mulheres. No quadro dos dirigentes do MSTC, os três primeiros coordenadores são todas mulheres; a tesouraria é composta por duas mulheres; a secretaria conta com a participação de uma mulher e de um homem; e dos nove conselheiros fiscais, oito são mulheres e apenas um homem (Anexo I, p.164). Segundo matéria do jornal Folha de São Paulo, I., coordenadora geral do MSTC, afirmou que as mulheres “são maioria, ao lado de crianças, e somam 75% e dominam a liderança”. De acordo com a matéria, na “primeira coordenação do MSTC, também chamada de ‘executiva’, há nove integrantes: oito mulheres e um homem e na segunda coordenação conhecida por ‘ampliada’, são quatorze mulheres e quatro homens” (“Mulheres tomam dianteira nas invasões”, Folha de São Paulo, Cotidiano, p.C 3, 27/07/03). Se os homens do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) reivindicam “terra para quem nela trabalha”, as mulheres do MSTC, lutam por um lar.

Também é marcante a presença de nordestinos, identificável pelo sotaque e pelas histórias de vida. M., militante do MSTC, é pernambucana e tem uma filha, seu ex-cônjuge permaneceu naquele Estado. M. é veemente: “moradia é direito de todos. Eu fico surpresa quando meus conterrâneos nordestinos vêm para cá e se contentam em morar em condições precárias, acham bom morar em albergue” (Anexo I, p. 178). M. se refere a J. H., militante do MSTC, como um “baiano muito feio”. L., coordenadora do MSTC, em reunião narrou o seguinte fato, exortando de maneira implícita um dos lemas dos sem-tetos: “Ó gente! Faziam sete anos que eu não comia buchada, agora têm quatro anos que eu vou todo ano para a Bahia e como buchada, isso porque eu não pago mais aluguel” (Anexo I, p. 178). N., militante do MSTC, é primo de L. e também é do sertão da Bahia.

Fato notável também é a grande religiosidade dos sem-tetos, presente em quase todo trabalho de campo, *cartografia do cotidiano* (Anexo I).

Todavia, os sem-tetos vivem num limite e sob a ameaça de voltarem a qualquer momento para as ruas. A pressão psicológica deve ser um fator desestruturante sob estas condições. O que não são raros alguns casos como os de alcoolismo ou de prostituição. Sob estas condições, questionamos L., coordenadora do MSTC do grupo de base Liceu Coração de Jesus, sobre o incêndio e falecimento da menina Kimberly. Segundo ela, a mãe da menina estava ausente, fora a uma festa. Posteriormente, depois do ocorrido, mudou o depoimento na delegacia responsabilizando

um coordenador do MSTC. Também nos relatou que no dia em que o fogo consumiu quatro andares do prédio faltava luz e que o que ocasionou o incêndio pode ter sido realmente uma vela. L., mãe de família, é taxativa: “você não deixa um filho de quatro, de sete, de quinze, de vinte sozinho” (Anexo I, p. 175).

Neste sentido, se os sem-tetos estão um pouco acima dos moradores de rua ou se de fato são ex-moradores de rua, é porque encontraram na união e na militância um modo de obter uma vida um pouco mais digna. Seu lema é: “Ou paga aluguel e não come; ou come e não paga aluguel”. Obviamente, eles optaram pela segunda alternativa, mesmo porque a primeira, de certa forma estóica, implicaria viver na rua ou simplesmente perecer.

Para concluir um possível perfil, mas sempre inacabado, dos sem-tetos; L., coordenadora do MSTC, contou o que nos pareceu essencial de sua experiência como sem-teto. Poderíamos colocar sua fala no seguinte contexto teórico do “fetichismo”, pois L. parece inverter o preconceito tão difundido socialmente e que se realiza no “trato” com as pessoas de que “sem-tetos, moradores de rua, mendigos não são ‘gente’”; sociedade esta que, entretanto, transforma seres humanos, seus os membros “incluídos”, em *coisas, mercadorias do capital*. Ao relatar sua estadia numa ocupação, o Casarão Santos Dumont¹⁷, usou os seguintes termos:

Eu passava lá e tinha medo das pessoas que moravam no casarão, eu pensava, “eu nunca moraria aqui”. Só que eu fiquei desempregada, e não tinha mais dinheiro para pagar o aluguel. Então, eu tive que me mudar para o casarão. Foi uma experiência incrível, eu cresci muito como ser humano, porque, às vezes, a gente é ser humano mas não sabe que é. Passei a olhar aquelas pessoas de outro modo. Passei alguns meses lá e depois fomos para o Ana Cintra, onde morei por 4 anos (Anexo I, p. 170).

Assim, a ênfase da identidade dos sem-tetos está na privação, isto é, na dimensão psíquica da *necessidade*; esta precisa ser *satisfeita* e só é através do *trabalho*. Ora, os sem-tetos são a própria encarnação de uma sociedade em que o *trabalho está em crise*; eles, desempregados e trabalhadores informais, não se realizam como trabalhadores mas como trabalhadores em potencial (“trabalhadores de baixa renda”). Supõe-se que migrantes ao chegarem nas cidades, onde devia ocorrer a mudança das relações de produção, devem manifestar um *sentimento de vazio*, isto é, um misto de sentimento camponês de desagregação, de incerteza, e de um sentimento de sobrevivência que remete à venda da força de trabalho que, entretanto, não é consumada, em tal circunstância da

¹⁷ “Onde o Estado planeja construir o Museu da Energia, no antigo Casarão Santos Dumont, na alameda Cleveland, havia um cortiço com cerca de 60 famílias. Com o auxílio da Tropa de Choque, o governo despejou os encortiçados, em abril do ano passado, em uma das ações mais violentas envolvendo o Movimento dos Sem-Teto do Centro”

atual fase do capitalismo. As mulheres acabam arcando com as maiores responsabilidades, em virtude de que, como se pode verificar nos índices estatísticos dos últimos quinze anos, elas lentamente vão conquistando o mercado de trabalho e assumindo o posto de *chefes de famílias*. Por outro lado, as taxas de desemprego para elas chegam a ser duas vezes maiores que a média e seus salários são os mais baixos, em especial os das mulheres negras, considerando-se a estratificação social. Isto sem contar a tão falada “dupla jornada de trabalho”. (O socialista utópico Charles Fourier dizia que o grau de liberdade de uma sociedade se mede pelo estado de emancipação das mulheres. Vivemos hoje um paradoxo?). Mas a maior participação das mulheres nos movimentos de moradia não tem apenas uma explicação de gênero, pois, além de fatores sociais, políticos e econômicos, uma psicologia de classes deve ser também considerada¹⁸. Supondo-se que os sem-tetos são um tipo de proletário, encontramos nas palavras do filósofo Henri Lefebvre a medida justa para uma possível compreensão do fenômeno:

A mulher proletária condensa os traços antigos e novos do psiquismo de classe. De modo mais profundo que o homem, ela experimenta as dimensões da totalidade social, com seus aspectos negativos e positivos: aumento das necessidades, trabalho extenuante e fragmentado, exigências das satisfações na vida familiar e no lazer. Sobre ela pesa a demanda de opções muito diferentes daquelas de que se encarrega a mulher burguesa: ela deve escolher no âmbito da satisfação de necessidades igualmente vitais, que raramente alcançam o nível psíquico da livre fruição. Se o peso da prática recai sobre ela, seu papel aumenta. A despeito de suas responsabilidades, ou por causa delas (trabalho, administração do lar, filhos, gestão do orçamento doméstico), a mulher proletária escapa, parcialmente, dos malefícios da divisão do trabalho (LEFEBVRE, “Psicologia das classes sociais”, in: *Geosp: espaço e tempo*, no. 17, 2005, p. 37).

3.1.3. O MSTC

O MSTC busca dar um “lugar” aos sem-tetos (aliás, se esboçamos um “perfil” dos sem-tetos, que, aliás, subentende uma atividade social específica, isto só foi possível graças à mediação desta entidade a que eles estão ligados, o MSTC); a própria designação “movimento dos *sem-teto do centro*” confere um sentido de posição ao grupo, pois, não são todos os sem-tetos mas os que

(“Integrar “ilhas” é desafio de urbanistas”, Folha de São Paulo, Caderno Especial, p. 6, 25/01/02).

¹⁸ “Marinei Rosa Silva, 41, que também integra a coordenação do MSTC, também já morou 15 dias na rua, após ser despejada da casa onde morava de aluguel. Hoje vive na favela do Gato. ‘A mulher busca mais porque quer a proteção dos filhos’, diz ela, que tem sete filhos e três netos” (“Mulheres tomam a dianteira nas invasões”, Folha de

atuam no centro. O MSTC também possui uma série de características e procedimentos que os distinguem como um grupo particular. Todavia, isto não impede que o grupo mantenha um intercâmbio e uma rede de alianças com outros grupos que também reivindicam moradia. Se os sem-tetos dispõem apresentação, pode-se ler no documento “O que é o MSTC?” (Anexo II) os seguintes termos:

O Movimento Sem-Teto do Centro é uma articulação de grupos de base e de Associações de Moradores das ocupações e projetos já conquistados. É um espaço de formulação de propostas e de lutas por moradia ao mesmo tempo em que procura se articular com outras lutas populares organizadas pelo movimento social.

Assim, o MSTC é “um espaço de formulação de proposta e de lutas por moradia...”

Historicamente, o MSTC surgiu assim em 2000, como uma dissidência de um outro movimento, o Fórum dos Cortiços¹⁹. Foi o Fórum dos Cortiços que lançou as bases do método de ocupação nas cidades, à semelhança do MST no campo, na década de noventa. Todavia, seus dirigentes foram acusados de corrupção²⁰, episódio que causou descontentamento em grande parte de seus militantes. Assim, o mais provável é que o MSTC tenha surgido, pelo menos em seu germe, em 1997, como se percebe nas falas de I, coordenadora geral, e L., coordenadora do MSTC e do grupo de base Liceu Coração de Jesus, quando de fato se deu a ruptura. Segundo L, “quando surgiu o MSTC, eu participava do movimento Fórum dos Cortiços há mais de dez anos, quando fui convidada para uma reunião do MSTC, em 97. Logo que cheguei e vi umas cinquenta pessoas lá, pensei: ‘Oba, vou ter minha casa própria!’” (Anexo I, p.170).

Depois o movimento foi crescendo. “A entidade, segundo matéria publicada na Folha de S. Paulo, estima que 12 mil famílias estejam no movimento, mas somente 2.500 são ativas” (“Participante só obtém detalhes na hora de invadir”, Folha de São Paulo, Cotidiano, p. C 3, 27/07/03). A porta de entrada para o Movimento são as reuniões, que acontecem periodicamente. Estas reuniões são divididas em “reuniões gerais” e “reuniões dos grupos de base”. As reuniões gerais foram realizadas, no período em que estivemos a campo, primeiro na garagem e depois no

São Paulo, Cotidiano p. C3, 27/07/03).

¹⁹ “A invasão do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), na avenida Nove de Julho, no centro de São Paulo, é considerada a maior da América Latina. No dia 2 de novembro de 1997, um exército de cerca de mil sem-teto liderado pelo Fórum dos Cortiços invadiu o edifício de 14 andares, onde vivem hoje 90 famílias. (...) Depois da saída de Veronika Kroll, coordenadora-geral do Fórum, o prédio foi assumido pelo MSTC, que surgiu de um grupo de ex-líderes do Fórum” (“Lideranças de dois dos principais grupos de moradia popular de São Paulo trabalham para parlamentares do PT”, Folha de São Paulo, Cotidiano, p. C4, 4/12/01).

²⁰ “Lideranças de dois dos principais grupos de moradia popular de São Paulo trabalham para parlamentares do PT”, Folha de São Paulo, Cotidiano, p. C4, 4/12/01.

segundo andar do Prestes Maia. As reuniões dos grupos de base em regiões definidas pelo MSTC (Anexo I, p. 166). Há ainda, reuniões extraordinárias, efetuadas logo após a ocupação dos prédios “alvos” do movimento (Anexo I, p. 194).

As reuniões gerais são precedidas sempre por uma “mística”, isto é, peças musicais representadas por crianças (Anexo I, 142). Todavia a realização da “mística” depende muito das condições técnicas da aparelhagem. As reuniões também apresentam, a princípio, uma seção intitulada “matéria jornalística da semana”, espaço aberto para explanação, por parte de algum militante, sobre algum tema, geralmente, social (Anexo I, p. 142). Depois, as coordenadoras se revezam em suas falas, tendo a frente I., coordenadora geral do movimento. Evidentemente, as reuniões não se sucedem numa estrutura rígida, podendo a qualquer momento alguém interferir com algum tema mais pertinente e prático. Nestas reuniões, o número dos presentes nunca é menor que cinquenta pessoas. Além do equipamento de som e de um palco, na garagem, há na parede uma bandeira vermelha do MSTC, semelhante ao MST, com os seguintes escritos: “Ocupar, Resistir, Construir, Morar”. Tal lema não podia ser mais apropriado, porque busca descrever de forma sintética a “essência” do movimento: *ocupar*, movimento de “invasão” em imóveis abandonados, desocupados, inabitados; *resistir*, a luta para permanecer no imóvel, contra ações de reintegração de posse e as tropas policiais; *construir*, a “revitalização” do imóvel, a exemplo do Prestes Maia; e *morar*, viver, habitar, ou seja, dar uma função social a um espaço vazio (o espaço abstrato, a especulação e valorização do m²). Ao final das reuniões, I., coordenadora geral, sempre incentiva os presentes a gritar um outro lema do MSTC: “MSTC, a luta é pra valer (2 vezes); quem não luta (?) está morto!”

As reuniões dos grupos de base são formuladas de forma mais direta e mais aberta à participação. No caso das reuniões que freqüentamos, no Liceu Coração de Jesus, nunca contaram com mais de vinte e cinco participantes, com exceção de uma realizada uma semana antes de um movimento de ocupação, onde participavam mais de cem pessoas. Os grupos de base são, como o próprio nome diz, a “base” do movimento, isto é, são eles que mobilizam os sem-tetos em torno das diretrizes do MSTC. Segundo matéria publicada no jornal Folha de S. Paulo, o MSTC é subdividido em 45 grupos de base²¹.

Um outro tipo de reunião, a chamada “executiva”, é muito mais restrita, e conta sempre com a participação dos principais coordenadores do MSTC. Duas figuras se destacam, por não serem sem-tetos, I, socióloga, e M, advogado do MSTC. Porém, não nos ocuparemos deles agora, deixando-os para daqui a pouco, num momento em que suas presenças se façam imprescindíveis.

Depois dos grupos de bases, o MSTC reúne seus militantes em cortiços, albergues, pensões,

favelas e ruas. Segundo L., coordenadora do MSTC do grupo de base Liceu Coração de Jesus, o movimento tem um convênio com albergues. L., ao conversar com uma mulher, que estava com receio de entrar para o movimento, disse para ela: “Olha, se é por causa do albergue, não tem problema, nós temos um convênio com todos os albergues da cidade, você mostra sua carteirinha, e eles garantem a sua vaga” (Anexo I, 180)²². L. na ocasião também trabalhava com moradores de rua.

A participação dos militantes é controlada por um sistema de pontos anotados numa carteirinha individual (Anexo I). Aqueles que possuem mais pontos acabam possuindo mais “direitos”, como a permanência numa ocupação ou “moradia social”. “A prioridade para conquistar a moradia é de acordo com a participação, que é medida conforme a pontuação anotada por coordenadores nas carteirinhas e nas fichas cadastrais: um ponto pela presença em cada reunião; um ponto pela contribuição financeira mensal de R\$ 3²³; um ponto pela participação nas comissões de trabalho; três pontos pela participação em atos” (Folha de São Paulo, Cotidiano p. C1, 27/03/03). O “Regulamento Interno da Ocupação” determina *sobre a participação* (Anexo II):

- É obrigatória a participação das famílias nas Assembléias Gerais. Três faltas consecutivas, sem justificativa, podem acarretar a perda do direito de continuar morando no prédio.
- As famílias devem ser representadas nas Assembléias por, pelo menos, um de seus componentes.
- Todas as famílias moradoras devem participar de todas as atividades visando o bem comum no prédio (Comissões de Trabalho e Mutirões), bem como de Atos, Reuniões de Negociações e outras Atividades Gerais do Movimento, para contribuir com o avanço da luta por moradia.

A estrutura interna de uma ocupação ou numa “moradia social” é subdividida de acordo com uma *divisão de tarefas*. Se pensarmos num âmbito de uma hierarquia de funções, há na frente um coordenador geral de uma ocupação (prédio) e coordenadores de andares (Anexo I, p. 148). Depois a organização se define por conjunto de atividades que se desdobra em *segurança interna, comportamento, higiene e limpeza, manutenção, finanças* (contribuição mensal de cada família),

²¹ “Regimento interno das ocupações dos sem-teto”, Folha de São Paulo, Cotidiano p. C3, 27/07/03.

²² O convênio com os albergues é feito de modo informal, parece que há um acordo para que os militantes do MSTC não percam suas vagas durante as atividades do movimento.

²³ Na época em que participamos do movimento, o valor era de 4 reais, sendo que 2 eram destinados para o

refeições comunitárias e punições. Todos participam, porém há voluntários para tarefas específicas, como a segurança, a limpeza e a manutenção. Ao visitarmos uma “moradia social”, pudemos constatar que cada família possuía sua própria cozinha (Anexo I, p. 172). Verificamos, no entanto, que a prática das cozinhas comunitárias ocorria em prédios recém ocupados (Anexo I, p. 191).

Nestas reuniões, pudemos distinguir uma “esfera política”, que transparecia em idéias no discurso dos coordenadores e de fato na militância partidária. A já assinalada carta de princípios “O que é MSTC” prevê o seguinte:

- nas conjunturas eleitorais, incentivar para que o movimento se engaje na eleição de candidatos efetivamente comprometidos com as causas populares (Anexo II).

Assim, nas reuniões gerais, por exemplo, foram comuns os ataques e as críticas ao capitalismo (Anexo I)²⁴. E, durante o período em que freqüentamos as reuniões, pré-eleições, o apoio irrestrito ao Partido dos Trabalhadores (PT). De modo que, sempre esteve incluído na pauta das reuniões um último item ligado à campanha eleitoreira, além da distribuição de material de campanha (Anexo I). Um sem-teto manifestava do seguinte modo a sensação de ter que votar em um político: “O que eu não gosto é que depois de cada reunião eles enfiam um folheto na nossa cara e dizem, ‘toma, esse é o candidato!’” (Anexo I, p. 146). E aqui talvez seja o momento de falar do advogado M. e da socióloga I. No salão, no segundo andar do Prestes Maia, onde também foram realizadas reuniões gerais, lia-se numa faixa “Parabéns M. e I. (coordenadora geral)”. A importância de M. foi crucial no período que antecedeu o segundo turno, discursou inúmeras vezes, expressando as palavras, “a diferença entre nós (PT) e eles (PSDB) é...”, “o PT é...” etc. (Anexo I, p. 158 e 164-5). M. chegou a colocar as eleições como prioridade, e o movimento de ocupação como “outras coisitas más”. Em se tratando de I., a socióloga, conforme um sem-teto, que não se identificou, ela é “cérebro do movimento; ela que faz tudo. Nos anos 80 trabalhou com sindicatos” (Anexo I, p. 194). Entretanto, I. nunca aparece, quase não faz intervenções nas reuniões, nunca fala à imprensa, mas sempre está por trás dos coordenadores nas reuniões. Não foram poucas as vezes que pudemos observar as reuniões da executiva antecipar as reuniões gerais, onde M. instruía os coordenadores do MSTC em suas falas (Anexo I, p. 193). Há mesmo uma orientação no MSTC para que os sem-tetos se filiem ao PT. Segundo o depoimento de I., militante do MSTC, “o movimento passa de casa em casa para o pessoal se filiar; mas nem todo mundo é filiado, eu consegui me safar” (Anexo I, 194). I., coordenadora geral do MSTC, atualmente com 33 anos,

movimento e os 2 restantes para o grupo de base (Anexo I, p. 163).

²⁴ “Temos uma orientação contra o capitalismo” afirma sem-teto. “Tudo se transforma, por que não podemos

desde os 18 é filiada ao PT (Folha de São Paulo, Cotidiano, p. C1, 27/03/03). L., coordenadora do MSTC, na ocasião da reportagem à Folha, não era filiada, declarou-se, para nós, no entanto, filiada recentemente ao partido e todos os militantes que se encontravam com ela também se declararam filiados (Anexo I, p. 184).

Neste sentido, como muito bem disse o filósofo Paulo Arantes em lúcida entrevista ao semanário Correio da Cidadania, os movimentos sociais todos acabaram caindo na clientela do PT²⁵. Mas tal relação não se faz sem tensões, entre aqueles que fazem a ideologia (*leadership* de opinião) e aqueles que *vivem*²⁶ e praticam os conteúdos reais abordados pela ideologia (*leadership* de ação). Pois segundo Lefebvre:

Lembremos um fato importante: as ideologias (que não devem ser confundidas com símbolos ou valores) são, geralmente, experimentadas, elaboradas, formuladas, lançadas por grupos e indivíduos marginais as classes. Em nossa sociedade contemporânea, sabemos que a *intelligentsia* constitui um tal grupo marginal, tanto em relação à classe dominante, quanto em relação ao proletariado (no que diz respeito à fração da *intelligentsia* que tende para a classe operária ou opta abertamente por ela). Os elementos especializados que se ocupam da ideologia – escritores, filósofos, jornalista, ou, ainda editores, diretores de publicação, etc. – são, pois, muitas vezes, atípicos em relação às classes; os elementos típicos se calam, escrevem pouco, mesmo e principalmente se são atuantes. Essa situação determina uma tendência aos conflitos entre as ideologias e os psiquismos de classe, mais do que a um acordo permanente. (LEFEBVRE, “Psicologia das classes sociais”, in: *Geosp: espaço e tempo*, no. 17, 2005, p. 25).

Assim, há uma espécie de astúcia dos sem-tetos e militantes sem-tetos da qual tira proveito a partir desta relação de troca em favor destes. Além dos programas assistencialistas concedidos pela administração PT, como por exemplo, bolsa-trabalho, bolsa-aluguel (“moradia social”), cestas básicas etc. (Anexo I, p.156), os militantes têm acesso há uma esfera (institucional) da qual nunca poderiam entrar. De modo que, utilizando-se de instrumentos do sistema, sem o subverter, pelo

²⁵ transformar a sociedade?” (“Coordenador se engajou aos 15 anos”, Folha de São Paulo, Cotidiano, p. C4, 27/07/03). (Movimentos sociais) “Estes estão em refluxo faz tempo, graças inclusive ao fato de migrarem para a clientela dos mandatos e administração petistas. (...) A independência dos movimentos sociais sempre foi muito relativa, por maior que seja o cuidado com sua autonomia política e ideológica. Com ou sem PT, continuarão batendo à porta do Estado, com maior ou menor força, dependendo do poder de dano dos sem-poder. Quando o real poder de veto da antiga classe operária se derrete ao sol do novo capitalismo, alastra-se pelo conjunto da população despossuída um sentimento de impotência que ainda não encontrou tradução política” (Paulo Arantes em entrevista para o Correio da Cidadania, ano VIII, no. 464, 03-10/09/05).

²⁶ “Em nossa investigação, justifica-se a introdução do *vivido*, relacionado aos termos *psiquismo* e *psicologia de classe*. Se existe psiquismo, existe “vivido”, mergulhado em um “viver” maior, pouco ou mal expresso, escapando das consciências” (LEFEBVRE, “Psicologia das classes sociais”, in: *Geosp: espaço e tempo*, no. 17, 2005, pp.22 e 23).

menos formalmente, os sem-tetos militantes (e aqueles que são militantes por astúcia) conseguem viver fora do sistema mesmo estando dentro dele. Isto não significa de modo algum uma ruptura com o modelo social imposto, nem poderia, mas uma maneira dos mais fracos se aproveitarem dele. Por isso os sem-tetos não se calam, ou melhor, falam mas como sem-tetos, para eles apenas, porque sabem que palavras não bastam, principalmente quando a liberdade de expressão é reduzida a um número muito restrito, daqueles que são alfabetizados, que reproduzem o discurso burguês, ou que são permitidos falar. Deixam o tecnocrata falar, de política, por exemplo, mas agem de acordo com suas necessidades e sabem e se reconhecem como sem-tetos. A relação visceral que os sem-tetos mantêm com o PT, uma relação de custo-benefício, é muito mais formal do que concreta, como se pôde observar no episódio em que a coordenadora do MSTC e do Prestes Maia J. se indignava com alguns moradores do prédio por estes supostamente não terem votado na ex-prefeita Marta no primeiro turno (Anexo I, p. 155): o que estava em jogo era ameaça de perder um teto.

De qualquer forma, a participação ativa dos militantes nas assembléias, às vezes, à margem do discurso oficial da ideologia do grupo, é um convite à democracia semi-direta e direta; talvez em poucos lugares na cidade exista um espaço aberto para discussões, o intercâmbio de idéias e o debate do cotidiano; *um fazer política a céu aberto*. Segundo as palavras de I, militante do MSTC: “O que eu gosto do MSTC, é isso daqui (reuniões e assembléias). Em São Paulo, as pessoas quase não conversam, você nem sabe quem é seu vizinho, aqui não, o pessoal discute, conversa, tem uma convivência” (Anexo I, p.194).

Talvez aqui seja o momento de usar a distinção que Certeau faz entre “estratégia” e “tática”. Ousaríamos dizer que os sem-tetos usam da *tática* em suas práticas cotidianas enquanto a Associação Viva o Centro, as esferas do Poder e o PT (este ocupando um lugar intermediário, entre tensões), da *estratégia*. Vejamos as palavras do autor (a citação é longa mas vale a pena):

Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi constituída segundo este modelo estratégico.

Denomino, ao contrário, “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe da base onde capitalizar seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. Ao contrário,

pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiado para “captar o novo”, possibilidade de ganho. O que ela ganha, não guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para transportar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que são estranhas. Ele consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos (assim, no supermercado, a dona de casa, em face de dados heterogêneos e móveis, como provisões no freezer, o gosto, apetites e disposições de ânimo de seus familiares, os produtos mais baratos e suas possíveis combinações com que ela já tem em casa etc.), mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a “ocasião”.

(...)

Essas táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos e a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo próprio ou pela instituição (CERTEAU, 2001, pp. 46 e 47).

Como veremos, estes termos, aparentemente de uso militar, não são apenas metáforas da vida cotidiana, mas é disso que se trata: *uma guerra*. Vejamos. O objetivo aparente dos sem-tetos é a tão sonhada “casa própria”, num sentido mais estrito, a propriedade privada. Mal sabem eles, no entanto, que, no seu modo de agir e fazer (ocupar, resistir, construir, morar), invertem o conceito em propriedade coletiva. Aquilo que pensam, apoiado nos parâmetros institucionais da sociedade, é justamente o contrário daquilo vivem. A concepção de propriedade privada para eles é ao mesmo tempo propriedade de todos. Evidentemente, isto para eles não é elaborado, mas a própria condição de sem-teto, os coloca nesta situação ambígua. Não é de se estranhar portanto que quando indagados sobre se eram comunistas, todos os sem-tetos disseram que NÃO (não eram comunistas) (Anexo I, p. 182). Reproduziram então a ideologia do partido (PT), afirmando-se socialistas (Anexo I, p. 182). Voltemos a carta de princípios:

- como perspectiva mais ampla, buscar o desenvolvimento físico, econômico, profissional e cultural das famílias sem-teto, tendo como horizonte a construção de uma sociedade fraterna e igualitária, socialista.

Quando questionamos, entretanto, qual era a diferença entre socialismo e comunismo, todos formam unânimes: “o comunista quer a guerra”. Ora, presume-se que o socialista não quer a guerra e que pelas vias institucionais pleiteia e reivindica condições efetivas de igualdade e justiça social,

esta função caberia possivelmente a um partido. Mas os militantes do MSTC são orientados pela liderança a rejeitarem qualquer vínculo com um partido e auto se afirmarem como um movimento autônomo, e é exatamente neste tom as suas declarações para a grande imprensa. Nestas circunstâncias, o PT se omite, esconde-se. Principalmente quando *os sem-tetos vão a guerra*. Logo se percebe a contradição. A guerra é a revolução (uma ruptura brusca na ordem das coisas pelas vias sociais). Os sem-tetos não são comunistas porque não querem a guerra. Seguem a ideologia do partido mas, em suas ações concretas, põem esta ideologia em cheque. Analisemos então o discurso de I, coordenadora geral, em reunião do MSTC, momentos antes de um movimento de ocupação: “Quantos ‘soldados’ foram convocados em cada região? soldados, porque é isso que somos!” (...) E sobre os prédios desocupados: “Ao todo serão doze ‘alvos’” (Anexo I, p.166).

Ora, evidentemente, para o sem-teto que vive a crueza dos dias pouco importa a terminologia complexa (obscura) da ideologia, pois ele, ao compartilhar suas necessidades com outros sem-tetos, possui, juntamente com seus companheiros, a capacidade de subverter (e inverter) tudo. Sendo assim, soldados não são soldados, mas *soldados sem-tetos* (famílias, idosos, mulheres grávidas etc.); alvos não são alvos, mas prédios abandonados a serem ocupados – um lar. Também não é PTista, mesmo quando filiado (...). Sabe, contudo, aproveitar as conjunturas políticas mas sabe também que segura o lado mais fraco da corda, na iminência de arrebentar; vive essa tensão. Possui uma inteligência prática, imediata e espontânea. Não possui condições materiais para esperar (a utopia?), mas para realizar a utopia (futuro) agora. Noutras palavras, os sem-tetos não podem esperar as condições objetivas, pois vivem a imediaticidade do presente (os conteúdos concretos). São os donos do tempo. Estão na vanguarda, abrindo caminhos. Assim, o sem-teto é o outro. Citemos novamente Certeau e sua *tática*, segundo este autor:

(...) chamo de *tática* a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o outro. E por isso deve com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de provisão e de convocação própria: a tática é o movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia von Bullow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e dela depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria

ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.

Em suma, a tática é a arte do fraco (Idem, pp. 100 e 101).

Assim, os sem-tetos se auto-reconhecem (como sem-tetos), têm consciência de suas necessidades (de suas privações), mas centrados nelas, não têm consciência de que elas e seu modo de vida estão em contradição com as estruturas sociais e instituições vigentes: moradia *não é* direito (discutiremos isto mais adiante). Portanto, utilizam-se de um espaço (o PT, as instituições e a sociedade civil) que não é deles (pois, como foi dito, eles não têm espaço), como num jogo em que seus lances (táticos) dependem da estratégia de seu adversário. Dizer alguma coisa mais seria repetir as palavras de Certeau.

3.1.4. O Partido dos Trabalhadores

O PT funda um lugar próprio. De acordo com o “Estatuto do Partido dos Trabalhadores”, aprovado pelo Diretório Nacional em 11/03/01, define o partido do seguinte modo:

(Art. 1º.) O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãos que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático.

(Art. 2º.) O PT, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, tem duração por prazo indeterminado, é organizado nos termos da legislação em vigor, tem sede central, foro e domicílio em Brasília – Distrito Federal, exceto para questões administrativas e financeiras, que serão de responsabilidade da sub-sede na capital do Estado de São Paulo.

(...)

(Art. 3º.) O Partido dos Trabalhadores atuará em âmbito nacional com estrita observância deste Estatuto e de seus Manifesto, Programa, demais documentos aprovados na Convenção

Nacional de 1981, nos Encontros Nacionais e Congressos, nos quais estão expressos seus objetivos.

Desnecessário continuar. Fácil perceber, porém, que o PT é uma associação que tem por objetivo a luta pelo *socialismo democrático*, por meio das vias institucionais e legais em território nacional. Vejamos então a sua história, isto é, como este partido se ajustou às conjunturas históricas e qual o seu papel nos movimentos sociais.

O PT surgiu no final dos anos 70 e início dos 80 a partir da *confluência* do remanescente movimento estudantil revolucionário pós-64 e do pragmatismo sindical, não-revolucionário (diferentemente do sindicalismo revolucionário e altamente influenciado por matizes ideológicas, como o que foi o das primeiras décadas do século XX), mas que contestava a ditadura através de reivindicações por melhorias salariais, liberdade política etc. Nada melhor, porém, que transcrever as palavras de quem conhece de perto o partido, um verdadeiro “raio x” do PT. Segundo o escritor e militante Frei Betto (o trecho que reproduzimos é demasiadamente extenso, mas fundamental):

O PT nasceu da crise – de identidade e perspectivas – da esquerda brasileira marcada, em fins da década de 1970, pelos segmentos oriundos da militância estudantil e derrotados pela ditadura militar.

A derrota decorreu de uma série de fatores, ressaltando-se o exíguo apoio popular às ações, sobretudo armadas, de resistência ao regime militar. A “vanguarda do proletariado” carecia da presença de proletariados. Estes, entretanto, não estavam inertes. (...) O novo sindicalismo desencadeou um processo a partir das campanhas salariais, comprovando a vulnerabilidade do alicerce do regime: a política econômica. (...)

O PT nasceu da confluência do novo sindicalismo, cujo desempenho tático não chegava sequer a propor a derrubada do regime, e da esquerda portadora de uma visão estratégica, de um projeto alternativo de nação (o Brasil socialista). O novo sindicalismo evitava vãos teóricos e centrava seu potencial de luta na conquista imediata das perdas salariais, corroídas pela inflação e pela falsificação dos índices econômicos, e da ampliação de seus direitos trabalhistas.

Na confluência entre sindicalismo e a militância e a militância remanescente da esquerda, cada um entrou com a sua cota de experiências e conceitos. O novo sindicalismo atraiu movimentos populares e, em especial, as Comunidades Eclesiais de Base. Estas venceram a tentação de se transformar em partido e confessionalizar a política. Encontraram no PT o

espaço laico no qual seria possível tornar realidade, via ação política, o conteúdo da fé libertadora alimentada no espaço pastoral.

A esquerda atraiu ao PT setores representativos da intelectualidade e do mundo das artes, imprimindo-lhe um caráter estratégico. O PT não seria a via privilegiada pela qual trabalhador deixaria de votar em patrão para eleger trabalhadores. Seria também o partido que haveria de manter acesa a tocha do futuro da nação sem opressores e oprimidos, e tendo por horizonte o socialismo. A diferença é que, agora, a tocha seria conduzida, não mais pelos subterrâneos da história, mas pela via institucional recapeada pela reforma partidária ocorrida nos estertores da ditadura, reflexo do processo de redemocratização do país.

(...)

Este era o campo minado que o PT escolheu trilhar: ser alternativa “proletária” de poder dentro da institucionalidade demarcada e comandada pelo poder burguês. (...)

Na via institucional – a única possível naquela e na atual conjuntura –, não restou outra saída ao PT senão buscar o poder pela porta da disputa eleitoral. Este é um jogo cujas regras e critérios estão definidos por aqueles que divergem das propostas do PT. Porém, o Partido trazia um capital muito mais precioso e politicamente rentável que os poucos recursos financeiros de que dispunha em campanhas eleitorais: o apoio dos movimentos sociais.²⁷

Com o desmoronamento do bloco socialista, o chamado “socialismo real”, nos fins dos 80 e começo dos 90, foi anunciado como um consenso o fim das utopias. Tal anúncio, já ensaiado com a derrota de Maio de 68, entretanto, não se referia apenas ao sistema socialista implantado no leste europeu, mas a todo movimento que carregasse a aura da utopia. Bem entendido, utopia significava toda manifestação popular que, desde o século XIX, reivindicava uma sociedade mais justa e igualitária, sob todos os aspectos, sociais, políticos e econômicos. Diante das incertezas destes acontecimentos, os mais liberais, então, influenciados por um hegelianismo ultraconservador, chegaram a falar no *fim da história*. E, apesar das críticas, quase sempre muito pertinentes, vindas também da esquerda, a URSS representava um referencial e um contrapeso à licença ao imperialismo e ao capitalismo selvagem. No vácuo político deixado por suas ruínas, os ventos de um neoliberalismo (Reagan e Thatcher) sopraram determinando toda política econômica desde então, principalmente na América Latina, sob a égide do *Consenso de Washington*.

²⁷ “O PT em crise”, Frei Betto em *Correio da Cidadania*, edição 464 – 30 a 10 de setembro de 2005, última página

Neste contexto, o PT (um projeto de utopia) lançava a candidatura à presidência do ex-metalúrgico e ex-sindicalista Luis Inácio Lula da Silva pela primeira vez, nos anos de 1989. Depois de concorrer por três vezes, Lula, finalmente, se elege em 2002, herdando uma política econômica ortodoxa perpetrada por duas gestões do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), apoiada em parâmetros neoliberais, como o Estado mínimo e a privatização de empresas estatais. A vitória de Lula, inclusive, foi atribuída ao descontentamento geral por este modelo econômico, o PT aparecia como alternativa. Entretanto, o governo Lula, contrariando promessas de campanha, não fez mais do que dar continuidade à ortodoxia econômica imposta pelo FMI (juros altos, pagamento da dívida e *superávit* primário). Tampouco, cumpriu com uma de suas principais bandeiras políticas, a reforma agrária. E, em meados de 2005, é abalado por uma contínua avalanche de denúncias de corrupção, afetando até então a imagem imaculada do partido. Fato que fez com que o deputado Fernando Gabeira declarasse, de maneira muito equivocada por sinal, à imprensa que a queda do muro de Berlim havia chegado com mais de uma década de atraso ao Brasil. Dito por outras palavras, que o Brasil, um país sempre em descompasso com o primeiro mundo, assistia finalmente a derrocada de toda uma tradição que preconizava a utopia.

De fato, o PT se cristalizou na *institucionalidade do poder burguês*, porque esta se apresentava como única via possível que não a revolucionária. Segundo o ex-ministro da Casa Civil do governo Lula, José Dirceu, em entrevista à revista “Caros Amigos”²⁸, “o problema é como, numa sociedade onde o poder econômico está muito concentrado, você abre espaços na institucionalidade para permitir que as forças populares se expressem”. Ou seja, as *forças populares* devem abrir mão de suas reivindicações históricas e ceder aos interesses do grande capital se quiserem ter um espaço dentro da institucionalidade política e assim obter suas reivindicações históricas. Assim conclui (conforme assinalado artigo de Frei Betto que diz que “na via institucional – a única possível naquela e na atual conjuntura”), que “o governo Lula faz um governo de centro-esquerda porque as condições do Brasil não permitem fazer só de esquerda. Muito menos de extrema esquerda”. Pois, está implícito aí que um governo de esquerda bateria de frente com setores conservadores da sociedade, que se beneficiam e promovem a exploração do trabalho e a desigualdade sócio-econômica. O mesmo princípio se aplica acerca da política econômica; Dirceu afirma que “o governo decidiu por uma política (econômica) e ela tem de ser aplicada e defendida por todos os ministros”, apesar das propostas de campanha que iam num sentido contrário.

Não é de se estranhar, portanto, que a “leadership” de opinião, que, como vimos, é um elemento marginal às classes e que, no caso específico do PT, é *oriunda do movimento estudantil derrotado pela ditadura militar, (...) a “vanguarda do proletariado” que carecia da presença de*

²⁸ Caros Amigos, “Estamos vivendo uma fase macartista”, ano IX, número 106, janeiro de 2006, pp. 39-45.

proletariados (Frei Betto), se distanciasse cada vez mais das reivindicações populares à medida que se aproximava e aceitava as regras do jogo democrático controlado por aqueles que detêm o poder econômico (*muito concentrado*)²⁹. Por isso, não foi o muro de Berlim que caiu com a capitulação do PT, mas este que já havia abjurado todos os seus princípios em troca do poder quando optou pela via institucional. O PT, por isso, ocupou/ocupa uma posição estratégica ambígua, que se arrasta num ciclo vicioso, onde, de um lado, pactua com segmentos sociais avessos a mudanças e, de outro, mantêm um diálogo intenso com movimentos sociais progressistas (“um capital muito mais precioso e principalmente rentável que os poucos recursos financeiros de que dispunha em campanhas eleitorais: o apoio dos movimentos sociais” – Frei Betto). Voltamos ao paradoxo do mentiroso? (“eu minto”: estou mentindo ou falando a verdade); antinomia kantiana que nega os dois termos e invalida o próprio argumento? ou, em última análise, o proletariado representando a burguesia: “a burguesia é a classe que nega as classes” (Henri Lefebvre). Neste sentido, o próprio *referendum* de novembro de 2005, sobre o desarmamento que buscava de forma indireta a aprovação popular do “pacto social” sustentado pelo governo, a despeito das críticas tanto da extrema esquerda quanto da direita, foi uma pequena mostra do fracasso da política conciliatória do Partido dos Trabalhadores: *venceu a luta de classes*.

Os sem-tetos, assim, aproveitam esta política vacilante em proveito próprio, e, ao contrário do que possa parecer, caminham a maioria em direção oposta as diretrizes do partido. Aproveitando-se da estratégia do PT, nos seus interstícios, utilizam-se de suas táticas para mudar num mundo sem mudanças, para viverem seu “comunismo” num sistema onde impera a propriedade privada e o *fim das utopias*. Numa época em que os movimentos sociais estão em refluxo, os sem-tetos (desprovidos de qualquer recurso econômico) adotam como forma de resistência medidas pontuais, pequenas rachaduras num muro (prestes a desabar?).

3.1.5. A Associação Viva o Centro

²⁹ Mergulhado num labirinto abstrato, que são as estruturas institucionais, José Dirceu declara à revista “Caros Amigos”: “(...) não se pode negar que o deputado tem de ter direito a um gabinete em Brasília com secretária, assessoria, administração, que tenha de ter no Estado dele também condições e estrutura para trabalhar e um salário que viabilize a função dele, que é pública. Se você tomar os salários que existem no Poder Judiciário e no Executivo, vai ver que o deputado tem que ganhar um salário no mínimo esse que ganha hoje, que é bruto 12.700 reais”. Não se contesta aqui o quanto se exige para manter um cargo público, mas se questiona se no mundo concreto das pessoas um salário mínimo de 350 reais é suficiente para manter, por exemplo, uma família e suas necessidades básicas, como moradia, alimentação, aluguel, saúde, educação, transporte, estrutura para trabalhar, lazer etc. A política se torna assim uma representação em si mesma distante da vida cotidiana. Assim, dentro deste mundo fantasioso, é apontado como falta de decoro um deputado, por exemplo, mentir, afinal, um cargo público exige integridade daquele que o ocupa, mas ninguém contesta que a mentira (promessas vazias) é o principal instrumento para se ganhar uma eleição.

Antes de prosseguirmos, façamos um gancho na entrevista de Zé Dirceu para salientar um fato no mínimo curioso. Quando este foi questionado sobre a nomeação de Henrique de Campos Meirelles à presidência do Banco Central, Dirceu relutou em responder até dizer: “Foi uma decisão do Lula”³⁰.

Voltemos ao tempo, mais precisamente ao artigo da revista *Urbs*, sobre a fundação da Associação Viva o Centro, citado no início desta pesquisa: “É outubro de 1991, e neste núcleo estão Henrique de Campos Meirelles, presidente do *BankBoston* e líder da empreitada...”

Sim, o mesmo Henrique Meirelles, que, depois de longa carreira no *BankBoston*, chegando a ocupar o cargo de Presidente mundial deste banco nos anos de 1996 a 1999, hoje é Presidente do Banco Central do Brasil (a partir de janeiro 2003), além de ser também Presidente do Conselho da Associação Viva o Centro.

Mas deixemos esta curiosidade de lado, e concentremos nossa atenção na Associação Viva o Centro, propriamente dita.

Se os sem-tetos têm como um de seus lemas a seguinte frase, “MSTC a luta é para valer, quem não luta está morto!”, o qual no fundo é uma intervenção em seu contrário, uma afirmação da vida, a *Associação* tem em seu nome próprio exatamente o contrário de seu sentido expreso. Talvez mesmo seja este o verdadeiro conteúdo das propostas da Associação Viva o Centro: transformar o Centro de São Paulo numa grande cidade fantasma, deserta e vazia, num cenário *hollywoodiano*.

Conforme nossa hipótese, dissemos antes que os sem-tetos, pelo seu próprio caráter anárquico e de suas maneiras de fazer, (o que faz deles um segmento de consumidores, de acordo com as concepções de Certeau), são movidos pela *tática* e a Associação Viva o Centro, pela *estratégia*.³¹

Sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz como se fica no corpo a corpo sem distância, comandada pelos acasos do tempo, a *tática* é determinada pela *ausência de poder* assim como a *estratégia* é organizada pelo postulado do poder (CERTEAU, 2001, p.

³⁰ Trecho da entrevista: *Marcelo Sales: Como foi a indicação do Henrique Meirelles para o Banco Central*. Zé Dirceu: Isso aí não tem nada a ver com o PL e o PTB, nada. *Marcelo Sales: Mas como foi que o PT...* Zé Dirceu: Não quero falar sobre isso. *João de Barros: Por quê?* Zé Dirceu: Não quero falar sobre isso. *João de Barros: Você não quer esclarecer pra gente por que o Henrique Meirelles?* Não, não posso. Foi uma decisão do Lula” (p. 43). Não nos deteremos na questão se houve Lobby e quais os interesses em jogo que determinaram a decisão do Presidente.

³¹ Poderia se dito também que a ênfase da prática dos sem-tetos está no *valor de uso*, na subversão deste, enquanto a Associação Viva o Centro enfatiza o *valor de troca*.

101).

Fica assim definida uma distinção entre práticas de uma esfera que detém e se apóia no poder (sendo a própria imagem dele), e suas estruturas várias, e outra que se distingue pela sua ausência e submissão. Segundo Certeau:

Chamo de *estratégia* o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* a ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro (Ibidem, p. 99).

A Associação “postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio*”, o Centro da cidade de São Paulo. Vejamos (documento em anexo II):

O Centro da São Paulo possui atributos e qualidades especiais que o distinguem das demais regiões da cidade. Pleno de potencialidade, o Centro é o espaço privilegiado de cultura, história e desenvolvimento urbano da metrópole. Em conjunto com suas áreas adjacentes constitui-se no espaço capaz de reverter a dinâmica de excessiva dispersão da mancha metropolitana que, desprovida de qualidade urbana, compromete a vida social e econômica da população. A Área Central configura-se, assim, como *alternativa racional* para a *reorganização funcional e espacial da metrópole*. No seu desenvolvimento e no fortalecimento de seu Centro Metropolitano residem as reais possibilidades de que São Paulo venha a inserir-se, de *forma competitiva*, no conjunto das “*cidades mundiais*” que, pelos seus padrões de eficiência e qualidade, sediarão as principais *corporações e organizações nacionais e supranacionais* (os grifos são nossos).

O Centro é a própria Associação – objeto desta, que se faz sujeito, imiscuído por uma lógica que remete ao capital. O poder da Associação está intimamente associado ao poder econômico, sua reprodução social e a lógica capitalista.

A Associação funda um lugar próprio e se reconhece “como resultado de tomada de

consciência das mais significativas entidades e empresas sediadas ou vinculadas ao Centro de São Paulo do seu de sujeitos e agentes do desenvolvimento urbano” (Anexo II). Seus objetivos são:

Associação objetiva o desenvolvimento da Área Central de São Paulo, em seus aspectos urbanísticos, culturais, funcionais, sociais e econômicos, de forma a transformá-la num grande, forte e eficiente Centro Metropolitano, que contribua eficazmente para o equilíbrio econômico e social da Metrópole, para o pleno acesso à cidadania e ao bem-estar por toda a população (Anexo II).

Por trás de todo discurso que exalta a cidadania, subentende-se que cidadania é falsa cidadania (isto é, para muito poucos ou só para o capital). Artimanha ideológica, coroando sempre um discurso pomposo, sua finalidade é a mistificação e a ilusão de que os excluídos são incluídos. Visa, num sentido mais profundo, a paralisia, o congelamento das tensões sociais. O lugar que a Associação Viva o Centro funda e se apropria implica na expulsão daqueles que não podem e não conseguem fazer parte de sua lógica, encoberta pelo discurso. Cidadania, no contexto da estratégia da *Associação*, é a própria segregação, separa e distingue, invocá-la é ao mesmo tempo constituir um lugar desprovido de cidadãos e marginalizar o outro do capital. Mas se separa, distingue e segrega, então também é instrumento que classifica, reconhece e controla. Racionalidade opressora. Impõe-se, assim, um poder no vazio e na ausência dos cidadãos, marginalizados por ela e, conseqüentemente, aprisionados e vigiados; contrata técnicos, burocratas e cientistas; emite pareceres e laudos; manipula objetos e números estatísticos; e constitui um saber, que disciplina, que “ilumina” (a *invisibilidade do Outro*), que legitima e garante o poder deste lugar.

A instauração de um corte entre um lugar apropriado e seu outro é acompanhada de efeitos consideráveis, alguns dos quais devem ser apontados imediatamente:

1. O “próprio” é *uma vitória do lugar sobre o tempo*. Permite capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias. É um domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo.
2. É também um domínio dos lugares pela vista. A divisão do espaço permite uma *prática panóptica* a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetivos que se podem observar e medir, controlar portanto e “incluir” na sua visão. Ver (longe) será igualmente prever, antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço.

3. Seria legítimo definir o *poder do saber* por essa capacidade de transformar as incertezas da história em espaços legíveis. Mas é mais exato reconhecer nestas “estratégias” um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio. De modo semelhante, as estratégias militares ou científicas sempre foram inauguradas graças à constituição de campos próprios (...). Noutras palavras, *um poder é a preliminar deste saber*, e não apenas o seu efeito ou seu atributo. Permite e comanda as suas características. Ele se produz aí. (Ibdem, pp. 99-100).

Desta forma, a estratégia da Viva o Centro é sempre espacial; não é o ser humano que está em jogo, mas as coisas, a troca de mercadorias, o ambiente construído³². Privilegia o espaço abstrato (a valorização do m2 etc.), o vazio. Tem por fim transformar o conteúdo da paisagem, do Centro, numa grande abstração que paira sobre as nuvens, espetáculo fascinante e inalcançável, pela sua própria natureza constituída por imagens. Tocá-las é improvável, vivê-las, impossível, porque já possuem vida própria e autônoma. Por trás destas imagens, a lógica capitalista da equivalência, a troca, a *alienação*; a despeito de seu apelo cultural, este mesmo uma mercadoria, com valor simbólico e poder massificante (caberia aqui um retorno à Teoria Crítica sobre a *indústria cultural* e às reflexões dos situacionistas). Enumeraremos suas *conquistas* (Anexo II) – os grifos que se seguirem são nossos:

Complexo Cultural Júlio Prestes.

Este projeto, que recebeu no ano de 2000 o prêmio ECO de cultura da Câmara Americana de Comércio, transformou a antiga Estação Júlio Prestes num Complexo Cultural de padrão internacional, contemplando a implantação de uma sala de concertos, que recebeu o nome de Sala São Paulo, salão para música de câmara, estúdio de gravações, salas de ensaios, restaurantes e *garagens para 600 carros*. (...)

Praça do Patriarca/Projeto do Corredor Cultural.

O projeto teve sua origem no projeto do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, elaborado por solicitação da Associação Viva o Centro que previa a *retirada do terminal de ônibus* e a construção do pórtico de entrada da Galeria Prestes Maia na Praça do Patriarca. (...)

MASP Centro.

³² Ora o que caracteriza especificamente os valores de troca das mercadorias no regime capitalista é que elas se tornam “fetiches”: é uma relação social determinada dos homens entre si que reveste aqui a forma fantástica de uma relação das coisas entre si” (GURVITCH, 1960, p. 105).

O Projeto do Pórtico da Praça do Patriarca incluiu, na ocasião de sua concepção, recomendou que a Galeria Prestes Maia, tradicional ligação da Praça do Patriarca com o Vale do Anhangabaú, que na época de sua inauguração abrigou o “Salão Paulista de Belas Artes” retomasse sua vocação cultural com seu espaço interno destinado ao MASP.

Centro Cultural Banco do Brasil.

Planejada desde de 1991, teve sua implantação postergada várias vezes por motivos diversos. Uma ação persistente da Associação Viva o Centro junto à administração do Banco do Brasil e junto aos órgãos de preservação, que inclui *modificação na lei municipal de tombamento* que, ao impedir qualquer modificação no projeto original, inviabilizava a *reciclagem* do edifício para abrigar atividades culturais. (...)

Mosteiro e Largo de São Bento.

A implantação, em 2001, do “Boulevard São Bento” na Estação São Bento do Metrô com seus charmosos restaurantes, é o coroamento de uma série de ações iniciadas no Largo São Bento em 1994, por iniciativa da Associação Viva o Centro. (...)

Festivais Internacionais São Bento de Órgão.

Realizado anualmente, desde 1994, na Basílica do Mosteiro, o Festival é responsável por manter o Grande Órgão Walcker em perfeitas condições de funcionamento e já recebeu mais de cinquenta artistas estrangeiros e cerca de 50.000 espectadores.

Restauro da Fonte dos Desejos.

A Ação Local Ramos de Azevedo, filiada à Associação Viva o Centro, às Indústrias Klabin S/A, e a Prefeitura entregaram à cidade no dia 10 de setembro, completamente restaurado, o magnífico conjunto composto pela Fonte dos Desejos e as 12 estátuas em homenagem a Carlos Gomes, na Praça Ramos de Azevedo. A Klabin, possui um escritório próximo à praça, contratou a Companhia do Restauro e a Helmet Fontes Luminosas para a realização das obras, que duraram três meses.

Posto Policial 24h no Viaduto do Chá/janeiro de 2001.

Concluindo uma parceria iniciada em 1994 pela Associação Viva o Centro entre a iniciativa privada e o poder público, foi implantado um posto policia 24 horas dentro do conceito “posto integrado”, PM/CIT- Polícia Militar/Central de informações Turísticas a ser estendido a outros pontos da região central, seguindo proposta e projeto arquitetônico desenvolvidos pela Associação Viva o Centro. (...)

Centro Cultural dos Correios.

Escolhido através de concurso realizado em parceria com a ECT, o projeto para o Centro Cultural dos Correios envolve um complexo de cinemas, teatros, galerias de arte, café, restaurante e auditório. A consolidação do projeto está em andamento.

Restauro do Viaduto do Chá.

As obras priorizavam a recuperação dos postes, grades, calçadas e o aperfeiçoamento do sistema de drenagem e impermeabilização do leito para a instalação de *semáforos inteligentes*. O viaduto também recebeu *iluminação cênica*.

Restauro do Viaduto Santa Efigênia.

Com apoio da Viva o Centro e com recursos da Operação Urbana Centro, o Viaduto Santa Efigênia foi restaurado pela Prefeitura e entregue à população *livre do comércio ambulante*. Foram recuperados a estrutura metálica, o piso e outros componentes do viaduto, inaugurado em 1913.

Sesc Centro.

Nova unidade do Sesc será mais um equipamento sócio-cultural a exercer, no entorno, um efeito indutor de qualidade urbana. Um centro cultural e desportivo com teatro, biblioteca, galeria de arte, espaço de *Internet*, piscina aquecida, sala de ginástica e muito mais no cruzamento das ruas 24 de Maio e D. José de Barros. (...)

A retórica dissimulada da Associação Viva o Centro não pode esconder suas premissas fundamentais e *conscientes*, que aparecem quase que perdidas, despercebidas no texto do estatuto. No tópico do presente documento (Anexo II), intitulado “Denominação, Foro, Duração e Finalidade”, pode-se ler no “Artigo 2º.”, item “d)”, o seguinte: “proteger, em Juízo ou fora dele, o ambiente, o consumidor, a *ordem econômica*, a *livre concorrência* e o patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico do Centro” (os grifos são nossos). Só não se entende o que quer dizer “proteger em Juízo ou *fora dele*”; talvez mesmo, aqui, a *Associação* se coloque descaradamente acima da lei, sem meias palavras. Mas o que está claro e evidente é a conservação da *ordem econômica* (ou conforme as palavras de José Dirceu, do “poder econômico muito concentrado”) e a ratificação da “lei natural” proposta pela ideologia liberal, a *livre concorrência*. Estes elementos dispersos no seu discurso nos induz a pensar quem está por detrás da Associação Viva o Centro. Descobrimos no mesmo documento uma complexa hierarquia mantida por “Sócios

Mantenedores” da *Associação*, que, por meio de uma Assembléia Geral, se reúnem a cada dois anos para eleger uma Diretoria Executiva, um Conselho Deliberativo e um Conselho Fiscal. Seria exaustivo e desnecessário descrever seus mecanismos deliberativos e todos os integrantes que ocupam cada função, basta mencionar, porém, que o presidente do Conselho Diretor (2005/2007) é Henrique de Campos Meirelles; atrás dele seguem nomes que representam instituições e empresas, como Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo; ACPS; ABBI; Febraban; Bovespa; BM&F; Serasa; *BankBoston*; Banco Nossa Caixa; Sesc; Klabin; Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Universidade Anhembi Morumbi etc. (ler todos em documento anexo). A *Associação* também é mantida e amparada por 122 empresas e instituições, dentre elas, citaremos Agropecuária Juruá; Associação Brasileira de Bancos Internacionais – ABBI; Associação Brasileira de Gastronomia, Hospitalidade e Turismo – ABRESI; Banco ABN AMRO Real; Banco do Brasil; Banesp; Banco Itaú; Banco Safra; Banco Nossa Caixa; *BankBoston*; Biblioteca Mario de Andrade; BM&F; Bovespa; METRÔ; CVC Turismo; Federação Brasileira das Associações de Bancos – Febraban; FIESP; Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB/SP; International Police Association; Ituana Agropecuária; Klabin; Logos Engenharia; OAB/SP; Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP; etc. (ler todos em documento anexo). Citemos mais um fato curioso: qual é o interesse de empresas como Agropecuária Juruá e Ituana Agropecuária numa grande *operação urbana* no centro de uma das maiores metrópoles da América Latina?

3.1.6. Os sem-tetos vão a guerra

Dentro da realidade brasileira, é fácil para aqueles, que vindos das classes médias, fazem a crítica do “sonho da casa própria”, desejo tão vulgar dentre as classes proletárias; para estes, que aspiram a fruição da burguesia – para ficarmos ainda dentro de uma perspectiva de uma psicologia de classes –, depreciar necessidades básicas, a partir de suas condições privilegiadas, como moradia, alimentação etc., parece-lhes extremamente óbvio e natural; afinal, tais necessidades aparecem-lhes supérfluas e outras, mais “nobres”, como cultura, arte, sofisticação, viagens são superestimadas. O tal “sonho da casa própria” não é devidamente compreendido, e aparece como fruto de mesquinhez ou mediocridade. Nada mais equivocado, pois dentro de uma concepção contaminada por valores de classe, que já supriu certas necessidades básicas e portanto encontra-se numa situação relativamente estável, negar o “sonho da casa própria”, ou mais precisamente a propriedade privada, é na verdade afirmá-lo. Os sem-tetos, num sentido oposto, ao afirmarem a

propriedade privada, em sua metáfora do “sonho da casa própria”, negam-na. Vejamos isto mais de perto:

Segundo Damiani sobre a alienação cotidiana: “a consciência ambígua das contradições; as contradições abafadas, atenuadas no cotidiano. Somente, em certos momentos, vividas de forma crítica. Daí, talvez, a apatia, que persiste em certos momentos de crise” (DAMIANI, “A Geografia que desejamos”, in: *Boletim Paulista de Geografia*, 2005, p.64).

Estes são os elementos básicos para começarmos nossa compreensão. Ora, num plano formal do cotidiano, nem a classe média nem os sem-tetos percebem com clareza a ambigüidade a que estão submersos, as contradições não aparecem como tais. Estas só se apresentam no vivido, num plano concreto, mas num momento crítico. Nestes momentos os conceitos se invertem, ficam de ponta cabeça. O “sonho da casa própria” se pulveriza, transforma-se em propriedade coletiva, uma *ocupação*. E, neste sentido, por mais que os sem-tetos aceitem todas as normas impostas pelas instituições, uma ocupação é a própria encarnação da ausência destes valores. Desta forma, o aluguel é abolido e a propriedade privada também; os impostos sobre o uso da água, da luz, do espaço etc. são postos em cheque por ligações clandestinas e outras formas de burlar o sistema. A classe média, entretanto, nos momentos de crise, volta-se às premissas garantidas por lei, isto é, à defesa de seus interesses, à *propriedade* como único recurso que lhe resta. Com relação aos sem-tetos, os *momentos de crise*, designados por nós como *momento de ocupação*, isto é, as táticas usadas pelos sem-tetos para *ocupar, resistir, construir, morar* numa edificação sem função social, o espaço vazio (uma abstração concreta), põem a descoberto seu antagonismo para com a ordem estabelecida. Definimos este momento como uma *guerra*. Ora, mas a guerra dos sem-tetos não é uma guerra apoiada na fundação de um poder e de suas estruturas, não há cálculos nem um planejamento minucioso, não há treinamentos, disciplina, estado-maior, armamentos etc. Quando os sem-tetos vão à guerra, o que os move é a luta pela sobrevivência, um espontaneísmo, suas necessidades mais elementares.

Assim, não é exagero nenhum o termo aqui empregado, *guerra*. Vejamos por quê: Embora os sem-tetos fazendo parte de uma estratégia maior – interesses partidários – recusem geralmente as formas violentas de mudança social, os conceitos *tática* e *estratégia* não são usados aqui de modo algum em sentido figurado. Os sem-tetos utilizam-se das táticas, embora não tenham plena consciência, contra um inimigo estabelecido, a própria instituição. De modo que, dentro desta óptica, são verdadeiros “revolucionários” pois, isolados, lutam contra *as coisas*. Da mesma forma, seus modos de fazer e num certo sentido de *ser*, isto é, a posição que ocupam que é a do não-lugar, implicam numa guerra contra todos os agentes que personificam as coisas. Num momento de ocupação, o confronto com aqueles que representam a segurança da ordem é inevitável, desde os que estão nos pés da hierarquia até os que estão nos seus mais altos escalões. E num sentido ainda

mais geral, a guerra dos sem-tetos é parte integrante da *luta de classes*. Justifica-se assim a palavra guerra para se referir a estes momentos críticos, ou mesmo ao momento de ocupação dos sem-tetos. Uma guerra, sem dúvida nenhuma, positiva, porque reafirma a vida, e busca verdadeiramente a paz. Por isso o termo *invasão*, usado e abusado pela imprensa, não é aconselhável, sendo mesmo reprovável. Invasão se aplica muito mais a uma estratégia bélica com fins estritamente políticos e econômicos. Ocupação, a uma tática dos mais fracos que buscam suprir suas necessidades essenciais. Invasão são as tropas ianques no Iraque; ocupação são sem-tetos em busca de uma vida digna que não se reduz à escravidão imposta pelo capitalismo.

Relataremos em seguida como se dá esta guerra. Sem dúvida nenhuma este momento que será contado é extremamente pontual, é sobre um momento histórico bem definido, uma conjuntura política, que revelou uma série de conflitos e interesses, inclusive internos ao movimento sem-teto. A história concreta, o cotidiano e o presente, que contradiz a história que busca reduzi-lo, são repletos de sedimentos infinitos que fogem à representação, por isso é preciso ter clareza do caráter fragmentado deste relato (bem como foi a caracterização dos sujeitos sociais descritos até agora).

Esta história começa em noites frias, por ruas escuras e desertas, e de repente o Prestes Maia. Em meio ao silêncio, algo estranho no ar. A pequena porta se abre, e pedem para você entrar rápido. A porta se fecha. Tudo muito sigiloso, poucas palavras e muita desconfiança. Pedem então para você subir, pela escada em espiral, infinita. No salão iluminado, centenas de pessoas se amontoam, tumultuando com suas falas entrecruzadas em todas as direções. A atmosfera está quente aí dentro, e transborda um clima irresistível de conspiração. Parece mesmo que uma revolução está na iminência de acontecer. O que está acontecendo? São os preparativos de um momento de ocupação.

O momento que examinaremos ocupa um curto lapso de tempo, do dia 6 de outubro até o dia 4 de novembro de 2004. Foi desencadeado por uma mudança de conjuntura política. Apesar disto pôs à mostra as contradições estruturais abafadas no cotidiano. Assim as tensões se revelaram, as classes se definiram em sua luta e desvelou-se o seu antagonismo. Não se pode dizer, no entanto, que houve nitidamente uma consciência de classes entre as partes, principalmente a dos sem-tetos. Caberia então falar numa “inconsciência de classe” (consciência não elaborada), tendo por base uma psicologia de classes já mencionada por nós como fator determinante? Seja como for, o consentimento social, isto é, a aceitação das instituições, normas e condutas reguladas por leis, foi posto à prova e virou letra morta³³. A maior parte da sociedade desconhece as leis, mesmo porque

³³ Que a lei é um instrumento do Estado para a defesa dos interesses da burguesia, isto é ponto pacífico. Da mesma forma, que a lei, através da igualdade formal, reafirma a desigualdade real, também. E que a lei é um labirinto sem começo e fim, não duvidamos. O primeiro fundamento da lei é um paradoxo (antinomia): “A nenhum cidadão (brasileiro) é lícito afirmar desconhecimento da lei e de prazos estabelecidos pela justiça”. Ora, se se considerarmos uma população com altos índices de analfabetismo como a brasileira, isto não passa de uma balela. Talvez mesmo os “dez mandamentos” exerçam maior influência na formação dos valores e das regulações sociais para a maior

estas não podem ser conhecidas, somente de forma corporativa – estas mesmas são concepções (conceitos construídos) que se chocam frontalmente com a atividade social. Assim o momento de ocupação foi preparado pondo também à mostra as suas contradições internas, suas concepções, isto é, a instituição partidária de um lado e os sem-tetos propriamente ditos de outro, desembocando numa tensa situação entre a legalidade e a ilegalidade.

Seguimo-nos então passo a passo este momento.

Como foi dito logo acima, o momento de uma ocupação foi quando pudemos constatar uma atividade mais intensa entre os sem-tetos do MSTC. Assim, as salas de reuniões sempre estiveram muito cheias nesta ocasião. Este momento é denominado pelos sem-tetos de “atividade” ou “festa” (Anexo I, p.157). Para participar da “festa” (ou da “atividade”), o militante do MSTC deve portar uma carteirinha, na qual é atribuída uma pontuação, como já foi explicitado anteriormente. Evidentemente, a “festa” é a atividade do movimento que mais agrega pontos, portanto, tem-se daí uma idéia de sua importância e de que este *momento* possui um lugar central no movimento, podendo se dizer que toda essência do MSTC orbita em torno dele. As principais informações estratégicas a respeito deste momento são restritas apenas aos coordenadores ou, mais especificamente, à reunião da executiva. De modo que a impressão que se tem é a de que existe uma grande lacuna entre a direção (*leadership* de opinião e, no caso, de ação) e a base do movimento. Numa das reuniões gerais, a coordenadora geral do MSTC, N., anuncia que “em breve haverá uma festa”, mas não diz quando e nem onde será, deixando as informações mais detalhadas em sigilo ou em aberto. A justificativa é de que estas informações podem “vazar” e por tudo a perder (Anexo I, p. 162). É fundamental, entretanto, o papel dos grupos de base, que se subdividem por regiões, que têm por eixo o centro da cidade. São nos grupos de base que se arregimentam os “soldados”, denominação atribuída pelos próprios sem-tetos aos militantes numa destas operações (Anexo I, p. 159). N., coordenadora geral do MSTC, em reunião geral, indaga a quantidade de “soldados alistados” à coordenação de cada grupo de base, e a resposta fica sempre na casa das dezenas e das centenas: “Como é que está a região centro-sul-sudeste; Cambuci, Bela Vista, Campo Limpo, Embu, Nove de Julho? Região centro-norte 1 e 2? Centro-leste 1 e 2? Região centro-oeste?” (Anexo I, p. 166). O grupo de base tem o poder de concentrar este contingente, que será articulado pela coordenação geral do MSTC. A meta deste momento é a ocupação de prédios desocupados ou “abandonados”, estes são referidos pelos sem-tetos como “alvos” (Anexo I, p. 168).

Estes *prédios-alvos*, às vezes, estão abandonados por anos, décadas, e por isso não é de se surpreender o estado precário em que muitos deles se encontram, não possuindo luz nem água, ou apresentando péssimas condições de higiene, ou mesmo correndo o risco de desabamento de alguns andares. Por isso, os “soldados sem-tetos” devem levar como mantimentos *velas, papel higiênico,*

bolachas, mas nada muito pesado (Anexo I, p. 162). Neste sentido, o objetivo dos “soldados” é ocupar os “alvos”, definidos estrategicamente, e aqui se desfaz a metáfora que se inverte em seu sentido literal. Um momento de ocupação é uma denúncia, seu significado revela uma sociedade desigual engendrada pelo modo de produção capitalista. Por isso, muitas vezes, no repertório das falas dos sem-tetos pode se verificar alguns vislumbres e ataques ao capitalismo por parte destes. De modo que, segundo N, coordenadora geral do MSTC, “esta ocupação vai ser uma denúncia, aliás, toda ocupação é uma denúncia, contra essa sociedade injusta...” (Anexo I, p. 159). A denúncia é contra os efeitos do capitalismo, e a luta, em última análise, é contra o capital. Ao final de cada reunião é invocado o grito de guerra dos sem-tetos do MSTC: “MSTC, a luta é pra valer! MSTC, a luta é pra valer! Quem não luta está... morto!”

Pudemos registrar também, a estratégia do PT absorvendo as aspirações e táticas dos sem-tetos militantes. A mudança de conjuntura à qual nos referíamos foi o período que marcou o segundo turno das eleições para prefeito em que disputavam os candidatos do PT e do PSDB, na época a então prefeita Marta Suplicy concorria ao segundo mandato. Assim, foi definido, nas reuniões do MSTC, como grande inimigo da cidade, tanto para o PT como para os sem-tetos, o “Vampiro”. Inimigo comum, este era o apelido do candidato do PSDB José Serra. Neste contexto, M, advogado do MSTC, também invocou a guerra, mas com um sentido muito mais político que social: “o Vampiro, é assim que nós chamamos ele [José Serra], vai botar tudo a perder, todos os programas sociais realizados por esta gestão, que é sem sombra de dúvidas, a melhor dos últimos anos. É uma questão de guerra agora!” (Anexo I, p. 158).

Nas reuniões dos grupos de base Liceu Coração de Jesus, assuntos mais imediatos foram tratados. Assim, na organização de um momento de ocupação, foi definido *comissões de frente, de limpeza, voluntários para o refeitório*, etc. (Anexo I, p. 78). Os sem-tetos do MSTC também relatam suas experiências como militantes em ocupações e dão conselhos para os novatos: “olhem, não levem muita coisa, lembrem-se daquela mulher que levou uma mala enorme, acabou ficando tudo pra trás, tragam bolacha e água”; “na primeira noite ninguém dorme, porque é muita tensão”; “não acreditem nestas pessoas que dizem que vamos ser despejados logo no primeiro dia ou que não vamos conseguir entrar”; “(...) fomos despejados na Mauá e Ana Cintra, mas hoje eu tenho bolsa-aluguel” (Anexo I, p. 162). O que demonstra a posição que ocupa o relato no discurso dos sem-tetos, como incentivo e solidariedade entre eles.

Nestas reuniões de base, é solicitado, a cada um dos sem-tetos, por parte da coordenação, um quilo de alimento não perecível uma semana antes da ocupação. Esta alimentação será utilizada depois, na cozinha coletiva de uma ocupação (Anexo I). A campanha eleitoral também sempre é pauta destas reuniões do Liceu, embora não com a mesma ênfase das reuniões gerais. A data do movimento e do momento de ocupação também é mantida sob sigilo. A coordenação incentiva que

membros do grupo ou simpatizantes levem câmaras fotográficas e de filmagem, pois é uma forma de evitar a violência e os abusos policiais. Na última reunião do grupo de base que antecedeu o momento de ocupação (Anexo I, p.176), encontramos mais de cem pessoas reunidas e foi tratado de assuntos como o custo dos ônibus (5 reais por pessoa), doação de alimentos, bolsa-aluguel etc. Na lousa, a seguinte mensagem de otimismo: “vai dar tudo certo!”

Na reunião geral do dia 14 de outubro, a campanha política pró-Marta foi ainda mais acirrada, com longa fala de M., advogado do MSTC. Todos os coordenadores que se pronunciaram também se manifestaram em favor da candidata. Depois N., coordenadora do MSTC, relatou que o MSTC ocuparia “seis alvos” num único dia e que tinha informações que outros movimentos afins, reunidos todos numa frente (*Frente de Luta por Moradia*), ocupariam mais “seis alvos”, “ao todo, doze alvos” (Anexo I, p. 166).

Dois dias antes (sábado) de um momento de ocupação, foi convocada uma reunião de caráter emergencial; nela foi acertado o valor estipulado sobre o frete do ônibus para cada sem-teto remanescente. E foi anunciado o dia da ocupação: meia-noite do dia 1 de outubro, horas depois do encerramento das urnas eleitorais.

No domingo à noite, os jornais já anunciavam a vitória do candidato José Serra, e seus partidários comemoravam na Avenida Paulista. Uma chuva torrencial caía sobre a cidade. Às 22 horas, mais ou menos, ônibus lotados de sem-tetos partiam de vários pontos da cidade. Antes da meia-noite a chuva cessava. A meia-noite em ponto dava-se início a maior operação de ocupação que se tem notícia em São Paulo.

Vejamos notícias do front:

À meia noite do dia 31 de outubro para o dia 1º. de novembro, centenas de sem-tetos coordenaram uma ação tentando ocupar 11 edifícios na cidade de São Paulo. A ação foi articulada por diferentes movimentos de trabalhadores sem-tetos da cidade como o MSTC e o MMRC (Movimento de Moradia da Região do Centro) e exigia mais moradias para famílias sem-tetos. A polícia reprimiu com violência as ocupações (...)

00h11m

Um prédio de 12 andares na esquina da Conselheiro Carrão com a Conselheiro Ramalho foi ocupado por cerca de 200 pessoas ligadas ao MSTC. Inicialmente as pessoas ficaram presas entre a primeira e a segunda portas e aparentemente conseguiram entrar. A polícia no entanto chegou e reprimiu com violência, jogando muito spray de pimenta no interior do prédio. A situação está caótica. Prenderam uma coordenadora do MSTC e estão encaminhando para o 5º. DP.

Um outro prédio de 12 andares na esquina da Conselheiro Crispiniano com a Barão de Itapetininga foi também ocupado por outro grupo de 200 pessoas ligadas ao MSTC. Elas

entraram no prédio e a polícia estava na porta. (...)

00h32m

O prédio da esquina da Barão de Itapetininga com a Conselheiro Crispiniano está cercado pela polícia. Alguns policiais se concentram no prédio ao lado e parece que vão invadir pelo fundo.

00h37m

Outro grupo de cerca de 300 trabalhadores sem-tetos ligados ao MMRC ocupou um prédio na rua Barão de Piracicaba (na altura do número 840) no Bairro do Bom Retiro. Há muitas famílias e crianças. A polícia tentou entrar no prédio, mas o movimento a impediu. Por enquanto, a polícia foi embora.

00h49m

A ocupação da Barão de Itapetininga com a Conselheiro Crispiniano foi desocupada pela polícia que invadiu o lugar pelo prédio de trás. Alguns militantes arremessaram objetos contra os policiais, mas não houve muita violência. Apenas no último andar, um senhor e uma senhora de idade foram agredidos por policiais. Quase todas as pessoas já saíram. O prédio está cercado pela polícia.

01h08m

Na ocupação da Barão de Itapetininga, a polícia está reprimindo com muita violência, lançando mão de muitas bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo. O objetivo é “limpar” a rua.

01h14m

Vários feridos no centro de SP. Os ocupantes do prédio da Barão de Itapetininga foram dispersos com muita violência. Diversos militantes foram feridos com bombas e o gás lacrimogêneo. Pelo menos dois jornalistas foram feridos.

No Teatro Municipal, há uma quadra dali, uma equipe de publicidade filma um comercial...

01h30m

As pessoas que estavam na ocupação da Conselheiro Crispiniano se encontram agora em frente ao Teatro Municipal. Muitos carros da polícia, incluindo a rota, circulam no local.

(...)

01h33m

Acabam de chegar três blazers com policiais na ocupação do MMRC no Bom Retiro (Barão de Piracicaba, 846). Os militantes estão reforçando a segurança na porta.

Há notícias de que pelo menos uma ocupação do MSTC foi bem sucedida, mas o local ainda

não está confirmado.

01h46m

Informações ainda não confirmadas indicam que das onze ocupações planejadas, apenas cinco seguem desalojadas no presente momento.

(...)

01h56m

Confirmada mais uma ocupação bem sucedida na Rua Sólon, também no Bom Retiro. (...)

02h27m

Cerca de cem pessoas ligadas ao MSTC ainda ocupam prédio na Rua Rego Freitas, 427. Há cerca de 50 policiais em frente ao prédio, inclusive a tropa de choque.

Parece que a polícia está estudando um meio de invadir o prédio e desalojar os ocupantes.

02h40m

A ocupação da Rua Piracicaba, no Bom Retiro foi desalojada agora há pouco. Um contingente de cerca de 50 policiais se concentrou na porta e negociou a saída dos sem-tetos. Como havia muitas crianças, a negociação foi delicada, mas o desalojo aconteceu sem maiores problemas.

Uma criança passou mal e foi levada para o hospital,

(...)

08h30m

Os policiais finalmente se retiraram de frente de ocupação da Rua Rego Freitas. Os sem-tetos comemoram muito a vitória (parcial) e o grupo que estava na rua observando e dando apoio, agora começa a entrar no prédio de 9 andares.

Há informações não confirmadas que outras três ocupações permaneceram: a da Casa Verde, a de São Mateus e a do Bom Retiro (na rua Sólon).

09h00m

Integrantes do MSTC, presentes na ocupação de Rego Freitas, informam que a polícia deixou o local, e que as providências virão da justiça de agora e não mais da força policial. Passado algumas horas com pessoas dentro do prédio da Rego Freitas, policiais deixam o local e asseguram que agora a ocupação é uma questão judicial. (Extraído do site Centro de Mídia Independente – CMI – www.midia independente.org).

No dia seguinte os principais jornais destacavam o fato na primeira página de seus suplementos. O jornal “Agora São Paulo” intitulava em letras garrafaís: “Sem-tetos invadem 7 prédios logo após eleição”. Na matéria podia ser lido, entre outras coisas:

Na madrugada seguinte às eleições municipais, sem-tetos de 12 movimentos sociais invadiram simultaneamente sete prédios na zona leste, na região central e na zona norte da capital. PMs entraram em confronto e expulsaram os militantes de três imóveis. (...) Segundo as lideranças, a ação contou com 3500 militantes, que usaram 45 ônibus para chegar aos locais das ocupações. A PM estimou em 1,5 militantes o número de sem-tetos. (...)

Segundo os militantes, os PMs agrediram militantes e explodiram bombas de gás lacrimogêneo dentro dos prédios. Alguns sem-tetos desmaiaram. (...)

A dona-de-casa Débora da Costa, 30 anos, mãe de quatro filhos e grávida do quinto, participou da invasão com a filha de nove meses nos braços. Para ela, o pior momento foi quando uma granada de gás lacrimogêneo, jogada pela polícia, estourou dentro do prédio. Segundo ela, o bebê “passou de mão em mão” pelos sem-tetos e foi rapidamente tirado do imóvel.³⁴

O coronel Alberto da Silveira Rodrigues, comandante-geral da PM, afirmou que os policiais agiram para manter a ordem e “precisaram usar gás”.

O jornal destacou também o viés político da ação:

Na varanda e janelas de um prédio de nove andares invadido na rua Rego Freitas, Vila Buarque (região central), os sem-tetos gritavam um recado para o prefeito eleito horas antes: “Este é um presente para você, Serra”. (...)

Segundo os líderes, o objetivo das ocupações é protestar contra a política habitacional de todos os governos. Eles pedem o atendimento imediato de 2 mil famílias sem-tetos e 20 mil famílias por ano. (...)

³⁴ Agora São Paulo, p. C1, 02/11/04.

O “Agora” elaborou uma relação das ocupações bem-sucedidas e daquelas “frustradas”:

Frustradas:

República: rua Conselheiro Crispiniano, 125; MSTC; um prédio vazio do INSS; 500 sem-tetos; a PM entrou no imóvel ocupado através do prédio vizinho. Durante o confronto, expulsou os sem-tetos com bombas de gás lacrimogêneo.

Bexiga: rua Conselheiro Ramalho; MSTC; um prédio; 200 sem-tetos; PM entrou em confronto com os militantes e expulsou sem-tetos com bomba de gás lacrimogêneo.

República: rua Barão de Piracicaba, 125; MMRC; um prédio; 400 sem-tetos; PMs entraram no prédio e expulsaram os militantes por volta das 4h.

Bem-sucedidas:

Zona Leste: rua Francisco de Melo Palheta; Terra de Nossa Gente; Antiga sede da Subprefeitura de São Mateus, 350 sem-tetos; ocupação feita pacificamente e sem problemas.

Bom Retiro: rua Sólon, 951; MSTC; galpões de fábrica abandonada; 200 sem-tetos; ocupação feita pacificamente e sem problemas.

Vila Buarque: rua Rego Freitas, 527; MSTC; um prédio da liga Paulista de Proteção à Tuberculose; 400 sem-tetos; além das 115 pessoas que invadiram o prédio na madrugada, o imóvel recebeu ao longo do dia quase 300 militantes das invasões frustradas.

Casa Verde: Casa Verde, 2926; MSTC; uma casa onde funcionava o salão de festa do Clube Laranjeiras; 60 sem-tetos; ocupação pacífica e sem problemas.

O “Estado de São Paulo” noticiou a matéria da seguinte maneira: “Assim que acaba apuração, sem-tetos ocupam sete prédios: Movimentos pró-moradia que apoiaram Marta mobilizaram 3 mil pessoas. Nome da ação: Operação Voto na Urna”. Assim:

De acordo com a coordenadora-geral do MSTC, L., o objetivo era conseguir abrigo para 3 mil pessoas com a operação, batizada de Voto na Urna. A polícia, no entanto, impediu que mais um prédio no centro, que pertence à União, fosse invadido, frustrando a expectativa de metade dos manifestantes. (...)

Líderes do movimento reclamaram de truculência por parte da polícia. “A PM se excedeu com nossos companheiros e foi violenta”, afirmou L., coordenadora do MSTC. (...)

Segundo L., as ocupações não tiveram motivação eleitoral. “A Marta poderia ter ganho a eleição que teríamos feito a manifestação do mesmo jeito. Estávamos planejando havia três

meses e decidimos realizar as ocupações no dia do segundo turno”.

L., no entanto, afirma que o movimento apoiou Marta e seria melhor se ela tivesse continuado à frente da Prefeitura. “Ela ao menos conversava com a gente e tinha propostas para a área. Com o PSDB não tem diálogo e a coisa vai piorar”. L. criticou o governador Geraldo Alckmin (PSDB) e disse que o movimento ainda não decidiu se vai procurar José Serra (PSDB) para negociar. “Com Alckmin não há negociação e não acredito que com o Serra será diferente”.

“Ou pagamos o aluguel ou compramos comida. Não existe alternativa”. M.S., coordenadora dos ocupantes de um galpão na rua Sólon, no Bom Retiro.³⁵

Apontamos aqui uma aparente divergência entre coordenadoras do MSTC. Durante o período em que freqüentamos as reuniões que antecederam o momento de ocupação, nunca pudemos registrar o nome “Operação Voto na Urna”, designando tal movimento. Se a notícia é verdadeira, isto se deve ao fato de que I, coordenadora geral do MSTC, ter um vínculo muito mais forte com o PT do que L., coordenadora do MSTC do grupo de base do Liceu Coração de Jesus. Enquanto I. é filiada ao partido há mais de dez anos, desde quando tinha a idade de 18 anos; L. é filiada há pouco tempo (quatro anos), e parece mesmo ter seguido a orientação do movimento neste sentido. Tal divergência é um dos indícios das contradições do MSTC, no caso, da *leadership de opinião e da leadership de ação* e da própria liderança com a base do movimento, que já assinalamos.

Mas atentemos para uma contradição ainda mais profunda: a inversão de valores, ou mesmo a contradição entre o vivido, o percebido e o concebido dos sem-tetos. Ao visitarmos a ocupação da rua Rego Freitas, constatamos um eficiente esquema de segurança improvisado, com especial atenção à portaria e à entrada (a única possível), de acordo com o “regulamento da ocupação” já mencionado. Segundo o jornal Folha de S. Paulo, “integrantes do MSTC entraram no edifício e trancaram a entrada principal com dois cadeados” (“Sem-teto invadem 7 imóveis em São Paulo”, Folha de São Paulo, Cotidiano, p. C4, 02/11/04). Um esquema de segurança também foi montado (Anexo I, p. 193) e as instalações elétricas, o “gato”, foram rapidamente estabelecidas, pois muitos dos ocupantes eram eletricitas (Anexo I, p. 193). Dentro da ocupação recém ocupada, as pessoas se amontoavam, cena que nos remeteu à imagem de refugiados – de guerra (Anexo I, p. 193). Os sem-tetos também se referiam ao momento de ocupação como um momento de “grandes emoções” e, alguns, relatavam com minúcias o enfrentamento com a polícia, distinguindo até os vários tipos de

bombas usadas por esta (Anexo I, p. 192). Também seus sentimentos, que transpareciam nos discursos, eram um sentimento vitorioso, e orgulhoso até, inspirado na conquista do direito à moradia pelos mais oprimidos. Independentemente de quem fosse o proprietário do imóvel, os sem-tetos se apropriavam do lugar, com a sensação *legítima* e legitimada por uma noção de justiça “natural” que lhes parecia universal. Afinal, um imóvel vazio, desocupado, e tanta gente precisando, sem ter um lugar onde morar... Suas reivindicações podiam parecer encontrar eco em toda a sociedade, diríamos mesmo no senso comum. Aliás, como já dissemos, os sem-tetos não contestam a propriedade privada, e a “casa própria” aparece, para eles, como um oásis num deserto, objeto a ser sempre perseguido. Tampouco percebiam ou lhes era claro, dentro da ocupação Rego Freitas, que, na verdade, *invadiam um domicílio*, uma propriedade alheia, e que com isso iam diametralmente em sentido oposto ao “consentimento universal” ou ao “consenso social” estabelecido pelo que comumente é chamado de *Estado de Direito*.

Mas o que diz a lei, a representação das regras sociais que têm um caráter de obrigatoriedade? Que, dentre outros, *o direito de propriedade é inviolável* (Art. 5º. “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”). Está pressuposto aí que a propriedade é uma determinação econômica, um bem, possuindo um valor equivalente em dinheiro. Sugere-se que todo o cidadão possui o direito à propriedade, desde que possa comprá-la. Neste sentido, um conteúdo material nega o seu sentido ideológico, pois, como sabemos, a igualdade formal é uma expressão da desigualdade concreta, a própria realidade social dividida em classes. Mas e o direito à moradia? Os sem-tetos reivindicam-no como um direito *natural* e consensual, porque, afinal, todos necessitam de um abrigo, de um “teto para morar”. O direito à moradia parece-lhes ser imprescindível para não ser previsto como um *direito social*, isto é, remetendo às necessidades básicas, ao direito à vida em sociedade. Mas o que diz a Constituição? No capítulo Dos Direitos Sociais (Art. 6º.), “são *direitos sociais* a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados”(o grifo é nosso). Ou seja, nada de moradia. A questão da “habitação” compete ao Estado; a União deve “instruir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transporte urbanos” (Art. 21º., Capítulo II). Noutras palavras, *habitação*, um dever do Estado; *propriedade*, um direito do cidadão. Desnecessário continuar, percebe-se que se a habitação ou (o seu sinônimo) não é um direito social, então, questiona-se, *o que vem a ser a função social da propriedade*³⁶? Terreno ainda mais pantanoso! A função social da propriedade em verdade é uma função meramente econômica, ligada à produção capitalista. Só isto basta para esquecermos as vias legais quando o assunto é moradia ou

³⁵ O Estado de São Paulo, p. C1, 02/11/04.

³⁶ Constituição: Da Política Urbana (Título VII, Capítulo II) “...a propriedade urbana cumpre sua função social quando atente às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor”.

propriedade e outros direitos aparentemente naturais ou sociais, estando nós, oprimidos (coletiva ou individualmente), fadados a perder em todas as instâncias! Mas tratar do assunto de cima para baixo, através das leis, seria cair num certo proudhonismo que queríamos evitar. O que nos chama à atenção é que o “direito natural” dos sem-tetos choca-se frontalmente com o pretense direito social. Então por que estes últimos acreditam agir de acordo com o direito social instituído, e vêem o problema da falta de moradia como um problema de má vontade (de ordem) política, se a propriedade sempre lhes é inacessível? Vê-se a contradição. O fundamento das reivindicações dos sem-tetos é o próprio consentimento universal expresso na forma de lei, o direito à propriedade, que é, por eles, subvertido em suposto direito *natural*. Ao buscarem realizar o sonho da casa própria, encontram aí um obstáculo e um princípio antagônico das determinações econômicas que regulam a sociedade. Isto resulta num momento crítico, as contradições latentes (ambigüidades) vêm à tona; os valores, resultantes da psicologia de classe, revelam seu verdadeiro conteúdo.

Todavia, a exposição dos fatos até aqui foi bastante fragmentada. Devemos colocá-la, no entanto, num plano mais elevado, ou numa totalidade possível, e inseri-la na perspectiva da economia capitalista. De acordo com Lefebvre, considerando-se o conjunto da obra de Marx e, do mesmo modo, evitando-se uma interpretação meramente econômica ou filosófica dela, o conceito de *produção* não se restringe apenas à produção dos produtos, mas, num sentido mais amplo, também das coisas, dos “seres humanos” e de seu desenvolvimento histórico, das *relações sociais*, em suma, da *reprodução* (destas relações); este movimento complexo (compreendido pela reprodução), realiza-se na *práxis* do cotidiano³⁷. Segundo este autor, uma sociedade, conforme a orientação metodológica marxista, divide-se, em primeiro lugar, numa *base econômica*, tendo o trabalho (e por extensão a divisão de trabalho) ocupando um lugar central; em segundo lugar, uma *estrutura*, isto é, as relações sociais determinadas pela *base* e determinando as relações de propriedade; e, por último, uma *superestrutura*: os códigos jurídicos, as instituições e as ideologias³⁸. Lefebvre, de maneira dialética e num sentido contrário a um certo dogmatismo do esquema marxista, refuta a idéia de que a estrutura e superestrutura são meramente reflexos da *base econômica*, e destaca o papel ativo destas, assim nada desprezível, que determinam também a/na produção³⁹. Assim, a reprodução das relações sociais pressupõe um *equilíbrio momentâneo* de todas estes níveis, e é na vida cotidiana que ele se mantém. Mas se o cotidiano é o lugar deste equilíbrio, é também onde ocorre as tensões, as contradições sufocadas. O próprio equilíbrio deve-se também à

³⁷ LEFEBVRE, 1972, p. 44.

³⁸ Ib. p. 44.

³⁹ “Los conocimientos nacen a nivel de las superestructuras em relación com las ideologías. Por lo tanto, son eficaces: la ciencia interviene en la producción material. ¿Qué es una ideología? Esta mezcla de conocimientos, interpretaciones (religiosas, filosóficas) del mundo y del conocimiento y, finalmente, de ilusiones, puede llamarse “cultura”. ¿Qué es una cultura? Es también una *praxis*. Es una forma de repartir los recursos de la sociedad y, en consecuencia, de orientar la producción. Es una forma de producir en sentido pleno del término” (ib. p. 45).

produção ideológica, cultural e alienação promovidas pelo fetichismo da mercadoria e pelo Estado. Quando as contradições se tornam insustentáveis, a crise é inevitável: o *momento crítico*. Este é o lugar privilegiado do qual ocupa o cotidiano: é por excelência o berço das revoluções.

Vejamos os sem-tetos: as relações jurídicas, as ideologias são produzidas e reproduzidas socialmente, no contexto do capitalismo. A casa própria ou o seu *sonho* é um valor, uma concepção. Objeto de desejo esconde seu fundamento e se faz cultura, regulando também anseios da sociedade. Os sem-tetos absorvem e aceitam esta concepção, aspiram uma estabilidade e reproduzem conceitos que mal conhecem. Porém sua condição econômica, de despossuídos sem recursos materiais, e as contradições reais colocam-nos em fragorosa contradição com os valores sociais que também são os deles. Esta ambigüidade não pode ser suportada sem frustrações. Há um abismo perverso, porque é intransponível e separa as reais necessidades sociais das construídas para manter o equilíbrio do cotidiano. A vida cotidiana então não pode fluir em harmonia, esta sempre aparente, e produz um sistema perpétuo de constrangimentos, nem sempre revelados. A reivindicação dos sem-tetos por moradia, como direito universal, vital e natural, entra em flagrante oposição com as normas constituídas pelo sistema capitalista fundado na propriedade particular. As contradições desabrocham então e o equilíbrio se rompe; surge a crise: sem-tetos ocupando prédios abandonados, que de maneira nenhuma deixam de ser propriedade alheia, e dando-lhes um sentido social, não reconhecido pelas leis que existem para legitimar a reprodução social e que garantem a propriedade privada.

3.1.8. A conjuntura política

Uma mudança conjuntural desencadeou o aparecimento dos conflitos, até agora latentes, que resultaram num momento crítico: as contradições emergiram. Como a pequena gota que transborda o barril ou a fagulha que causa a explosão, a mudança política que se vislumbrava foi o motivo da eclosão do momento de ocupação, descrito acima. De um lado, uma gestão municipal que mantinha um diálogo com movimentos sociais nos termos também já descritos, notadamente os sem-tetos, de outro, afigurava-se a ameaça de interrupção total deste diálogo e a ruptura dos movimentos com as instituições, representada pela oposição partidária mais conservadora. A mudança, que acabou efetivando-se, determinou uma transformação significativa em relação à política da região central da cidade, correspondendo às previsões do MSTC. Pôde-se constatar um aumento da repressão, principalmente ao comércio informal, recrudescimento da revitalização do centro, despejos de

ocupações, violações aos direitos humanos⁴⁰, etc. Também constatamos um refreamento dos movimentos de ocupação, mais frequentes na gestão anterior, como se houvesse uma mudança tática entre os sem-tetos de unir todos esforços para assegurar conquistas passadas. Assim, seguiram-se muitas manifestações e protestos ante a política municipal vigente. Vejamos alguns dos efeitos desta mudança.

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, “uma lei sancionada pela prefeita Marta Suplicy (PT) em 2001 permite a quitação de dívidas através da entrega de imóveis ao governo de São Paulo”⁴¹. Nota-se o teor desta lei e, que se fosse aplicada, os benefícios que traria aos sem-tetos em casos como o do Prestes Maia. Afinal, através da desapropriação e reforma de prédios abandonados, poderia se investir em habitação popular no centro da cidade. Neste sentido, é válida a aceção de que toda ocupação é uma denúncia. Isto mostra, de início, a que ponto a gestão Marta se colocou diante destas questões, dando respaldo legal, de forma indireta, é verdade, a principal prática dos movimentos sem-tetos. A ocupação de um prédio desocupado pode trazer à público eventuais irregularidades do proprietário e da situação do imóvel.

Ainda assim na obscura ideologia socialista que se afundou o PT, é difícil escapar das ambigüidades que se apresentam e que esta ideologia visa contornar. De um lado, a pressão dos interesses do capital financeiro escamoteados pela Associação Viva o Centro, de outro, as reivindicações de movimentos populares. Absorver as aspirações destes e daqueles é andar na corda bamba sem rede de proteção; um malabarismo desastrado que o PT se propôs como representante político. Puxa-se o cobertor de um lado, e descobre-se uma das partes; puxa novamente, cobre-se esta, e põe-se ao relento a outra. Assim a gestão Marta Suplicy colocou como pôde, sob a sombra dos grandes interesses econômicos, os movimentos populares na pauta de seu governo, não sem críticas. Segundo o dossiê do Fórum Centro Vivo *Violação dos Direitos Humanos no Centro de São Paulo* (2005-2006):

Particularmente, a gestão Marta Suplicy definiu, como uma de suas atuações prioritárias, o Programa de Ação Centro, tendo conseguido aprovar um financiamento de US\$ 100 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)⁴². Este programa, não obstante os valores positivos, como a instituição de canais de interlocução e participação e a previsão de habitação social no centro (por meio do Programa Morar no Centro, coordenado pela

⁴⁰ Ver dossiê “Violações dos direitos humanos no centro de São Paulo” (2005-2006) elaborado pelo Fórum Centro Vivo. Este dossiê apresenta uma riqueza de detalhes concernentes à política no centro da cidade.

⁴¹ “Sem-teto invadem prédios no centro de SP”, Folha de São Paulo, Cotidiano, p.C3, 05/11/02.

⁴² “No último dia 2 de julho o contrato do empréstimo de US\$ 100,4 milhões destinados ao programa Ação Centro, que prevê 130 ações voltadas para o Centro paulistano e concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi assinado pela prefeita Marta Suplicy e pelo representante do BID no Brasil, Waldemar Wirsing. (...) Em um prazo de cinco anos, o total de investimento será de US\$ 168 milhões, dos quais US\$ 67 milhões correspondem à contrapartida da Prefeitura. (...) Para o pagamento do empréstimo há uma carência de seis anos e meio e a Prefeitura terá 25 anos para pagar. As taxas de juros são de cerca de 2,5% ao ano” (“BID libera recurso para Ação

Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de São Paulo), foi alvo de diversas críticas de entidades e movimentos sociais participantes do FCV, por diversas razões, a exemplo da prioridade dada aos aspectos da valorização imobiliária como indicador de sucesso do programa, além da baixa proporção de recursos destinados a programas e projetos de inclusão social dos grupos mais vulneráveis, comparativamente aos outros investimentos previstos (página 2).

(...)

Em 2004 estava em início de implementação o Programa de Ação Centro, que previa cerca de 130 iniciativas contando com financiamento de US\$ 100 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento, envolvendo seis secretarias da prefeitura na sua execução. Uma parte importante dos recursos deste programa, ainda que muito reduzida para as demandas existentes (cerca de 15%), estava prevista para o investimento em projetos de Habitação de Interesse Social (HIS) na região central (Página 6, Dossiê FCV).

Com a vitória do PSDB – Serra, as diretrizes do novo governo municipal apontaram para um sentido favorável somente à elitização do centro. Fora implantada uma política em alguns bairros da região central denominada *Operação Limpa*⁴³, que não sabemos se tal nome foi posto de maneira inadvertida ou se faz referência direta às políticas higienistas do começo do século XX. A julgar por suas ações, ficamos com a última hipótese; a limpeza não é apenas da sujeira da rua, como latas, pedaços de papel, plástico e todo lixo da indústria – esta, aliás, fica a cargo dos catadores de materiais recicláveis –, de edifícios degradados e de “elementos marginais”, como quer o moralizante discurso oficial, tendo em vista a “sujeira” que é comumente atribuída ao centro da cidade. Mas também a limpeza de pessoas, preferencialmente de pessoas pobres⁴⁴. Além disso, vários canais e instâncias de interlocução com movimentos sociais e entidades ligadas a eles (como o próprio FCV) foram cortados⁴⁵. Programas que visavam, através de subsídios, como o *Programa*

Centro”, *Urbs*, agosto/setembro de 2004, pp. 26 e 27).

⁴³ “Anunciado como uma das primeiras (extremamente enérgicas) medidas do governo municipal no início de 2005, a Operação Limpa representou uma das intervenções mais simbólicas relativamente ao ideário de requalificação do centro de São Paulo da atual administração. Sob a alegação da existência do comércio e consumo de drogas ilegais e degradação na região do distrito da Luz, teve início uma série de ações comandadas pela polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana que resultaram na atuação e repressão de centenas de pessoas, bem como fechamento de hotéis e outros estabelecimentos. (...) As crianças, adolescentes e adultos (todos pobres, excluídos e demandatários de programas de inclusão social) que freqüentavam a região mudaram de endereço. Passaram a freqüentar outras ruas, praças e mocós nas redondezas como registrado por diversos educadores de rua, organizações não governamentais e veiculadas nos jornais. (...) Concebido nos mesmos moldes da Operação Limpa da Região da Luz diversas ações de repressão na região Glicério tem resultado na expulsão do mais pobre e vulnerável” (Dossiê FCV, pp. 71 e 72).

⁴⁴ “Será uma ação semelhante à realizada em 8 de março de 2005 na “Cracolândia”, no centro velho, uma espécie de limpeza social” (“Prefeitura agora tente limpar o Glicério”, Folha de São Paulo, Cotidiano, C p. 8, 16/02/06).

⁴⁵ “O Programa Ação Centro havia instituído duas instâncias de participação e controle social e público, ambas encerradas pela atual gestão da prefeitura de São Paulo em 2005: o Conselho Executivo Provisório Ação Centro e o Fórum de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro. Em função do encerramento dos canais de participação

Morar no Centro, atender a demanda habitacional foram interrompidos, e contratos não foram renovados⁴⁶. Somaram-se ações de reintegração de posse e despejos, geralmente acompanhados de violência policial⁴⁷. E medidas de reforma urbana de caráter repressivo, como rampas anti-mendigos na av. Paulista, e a própria repressão da Guarda Civil Metropolitana aos ambulantes, foram motivo de críticas de vários setores, inclusive minorias atingidas⁴⁸. Além de medidas segregacionistas como o “repatriamento” da população pobre e migrante, através do “kit despejo” ou “kit volta para casa”⁴⁹.

Quanto ao Prestes Maia, este vem resistindo bravamente há duas tentativas de reintegração de posse (uma em julho de 2005 e a outra em fevereiro de 2006⁵⁰), graças ao esforço dos próprios sem-tetos (MSTC), como também de parte da sociedade civil, que se solidarizou com a luta dos movimentos por moradia popular no centro. Artistas, estudantes, intelectuais, movimentos sociais uniram-se e transformaram o Prestes Maia num símbolo da causa do problema da habitação.

Assim, a mudança de conjuntura política, embora não tenha sido a única causa, sendo esta mesmo um problema estrutural, foi o fator deflagrador do momento por nós estudado, a maior articulação de ocupações simultâneas em São Paulo que pudemos registrar. É para o centro que toda cidade se converge, é nele que as contradições estão mais presentes. Segundo Lefebvre, *não existe realidade urbana sem um centro, que se desdobra em centralidades*. “Por conseguinte, não se pode teoricamente deixar de defender a concentração urbana, com seus riscos de saturação, de desordem, e suas oportunidades de encontros, de informações, de convergências” (LEFEBVRE, 2004, p. 93). Os programas políticos direcionados à cidade, ao centro, buscam anular as contradições, as diferenças inerentes a esta convergência, à desordem; ora tendendo mais para a direita, ora, para a esquerda, conforme a conjuntura política.

e controle social pouco se sabe acerca das reais alterações do Programa junto ao financiamento do BID” (Dossiê FCV, p. 6).

⁴⁶ “(...) nota-se que desde o início de 2005 a gestão municipal paralisou alguns programas habitacionais importantes que tinham como escopo o atendimento à população de baixa renda que habita no Centro, entre eles moradores de cortiços, pensões, catadores de materiais recicláveis, população de rua e baixos de viadutos, moradores das ocupações” (ib., pp. 6 e 7).

⁴⁷ “Destacamos a ocorrência de cinco despejos forçados de famílias, organizadas em movimentos de sem-teto no centro de São Paulo, que reivindicavam o direito à moradia adequada para o cumprimento da função social da propriedade dos prédios vazios e ociosos em que viviam e moravam, mediante sua destinação para projetos de habitação popular. As ações determinadas pela Justiça atingiram famílias das ocupações nas ruas Plínio Ramos, Paula Souza, Tenente Pena, Brigadeiro Tobias e o do Ouvidor, e parte delas ocorreu com violência e com o uso de tropa de choque” (Ib., p. 15). Estes casos foram acompanhados e registrados pelo FCV.

⁴⁸ “Ações como as observadas no despejo da ocupação Plínio Ramos, na Operação Limpa no bairro da Luz e no Glicério, além de espaços públicos em geral, como baixos de viadutos (construção de rampas e muros), praças, parques (gradeamento, cercamento e instalação de câmaras) e calçadas, têm afetado diretamente o cotidiano e a sobrevivência dos grupos mais vulneráveis, como catadores e catadoras de materiais recicláveis, a população de rua, crianças e adolescentes em risco, moradores e moradoras de cortiços e habitações precárias, trabalhadores e trabalhadoras ambulantes, além de profissionais de sexo, gays, lésbicas, entre outros e outras” (Ib., p. 3).

⁴⁹ A administração José Serra (PSDB) paga até R\$ 5.000 para famílias de sem-teto deixarem a cidade de São Paulo. Além do dinheiro, a prefeitura cede as passagens de ônibus para os municípios de origem dos desabrigados” (“Serra dá até R\$ 5 mil para sem-teto deixar SP”, Folha de São Paulo, Cotidiano, C p. 4, 07/02/06).

⁵⁰ “Protesto contra reintegração de posse interdita via em São Paulo”, Folha de São Paulo, Cotidiano, 07/02/06).

O centro só pode, pois, dispersar-se em centralidades parciais, móveis (policentralidades), cujas relações concretas determinam-se conjunturalmente. Sendo assim, corre-se o risco de defender as estruturas de decisão, os centros de poder, aqueles onde os elementos da riqueza e do poder se concentram maciçamente, até adquirir uma densidade colossal. Não existem lugares de lazer, de festa, de saber, de transmissão oral ou escrita, de invenção, de criação, sem centralidade. Mas na medida em que algumas relações de produção e de propriedade não sejam transformadas, a centralidade sucumbirá ao golpe dos que utilizam tais relações em seu proveito. Ela será, no melhor dos casos, “elitista”, no pior deles, militar e policial” (LEFEBVRE, 2004, p. 93).

3.1.9. Os sem-tetos são revolucionários?

Sim e não. Os sem-tetos vivem um paradoxo: ao mesmo tempo em que, como afirma nossa hipótese, são o negativo da classe trabalhadora, também não podem se reconhecer como classe trabalhadora. São os agentes da mudança histórica mas não se reconhecem como tal. Habitam o lugar privilegiado onde nasce as revoluções, o *cotidiano*, mas também vivem a situação do não-lugar, isto é, a própria ausência do “ser” (relação de identidade), do “habitar” sem referências. Para que as táticas dos sem-tetos se tornem práticas revolucionárias é preciso superar as ambigüidades sem cair na burocracia e na institucionalidade; discernir as confusões e mesmos as contradições entre os significantes e os significados, entre o vivido e o concebido; o que demandaria elaborar um projeto universal.

Os sem-tetos são revolucionários num sentido porque estão no centro das coisas, isto é, na *cotidianidade* definida como equilíbrio momentâneo das contradições. Estão, por outro lado, fora das coisas, das relações de produção, e impedidos de suas capacidades criadoras (de produtores) sempre frustradas. Fato que os deixa a meio do caminho, sem um horizonte, sem uma utopia, distantes do socialismo (este só pode existir para eles como ideologia mistificadora). Assim, as denominações que encontramos no repertório dos sem-tetos referentes ao momento de ocupação, como *soldados*, *alvos*, *atividade*, *festa*⁵¹, não são palavras vazias de significações ou apenas metáforas, mas virtualidades de uma realidade que se pretende, o fim do cotidiano, e que nunca se alcança. Tarefa difícil imbuída ao sem-tetos, a de romper com o cotidiano, justamente eles! Suas concepções, como venda nos olhos (no caso, alienações), conduze-nos por caminhos que levam ao esclarecimento de seu papel histórico, porém a claridade decorrente disto cega-lhes. Ao analisarmos

⁵¹ “La Revolución desde este momento (violenta o no violenta) cobra um sentido nuevo: ruptura de lo cotidiano, restitución de la Fiesta. Las revoluciones pasadas fueran fiestas (cruelles, pero no hay siempre um lado cruel,

a sua prática, apontamos a contradição entre prática e conceito, cabendo às instituições (o Estado, a mídia, a ideologia) o papel de congelá-las através de um pensamento único (lógica formal) e, indo mais longe, da própria produção do espaço. Para os sem-tetos superarem estas contradições, devem eles não só subverter as instituições em proveito próprio através das táticas mas também de constituírem um projeto global, fundado nestas mesmas táticas, que implique na ruína das instituições. Num outro sentido, devem se reconhecer como proletários, no caso, trabalhadores sem trabalho, e assim tomarem consciência de sua posição como classe dos trabalhadores, ainda que virtual e pressuposta (formação que não se completa ou que não se completou), própria da realidade econômica para onde foi o capitalismo atual.

Antes de encerrarmos, façamos novamente uma reflexão do papel das mulheres. Estas não podem se constituir como classe: pois há mulheres em todas elas, burguesia, classe média, proletariado, campesinato, *lupensinato*, etc. Todavia, as mulheres, durante quase toda história, formaram um grupo explorado (como criadagem, clientela ou escravas); exploradas inclusive economicamente, de modo informal e sem remuneração, ainda nos dias atuais. Os níveis de exploração também diferiam, não obstante a dissolução das classes sociais, basta lembrarmos que o capital industrial sempre utilizou de mão-de-obra feminina e infantil, consideradas mercadorias mais baratas. Este fato contribuiu para que algumas mulheres, principalmente as que estavam inseridas no contexto do socialismo do século XIX, formassem reivindicações de luta contra toda exploração. Descolando-se do ideário socialista, as reivindicações dos movimentos feministas resumiram-se ao *trabalho*, à *sexualidade*, e ao *poder* (política). Nestas esferas, obtiveram muitas conquistas que parecem cada vez mais consolidadas e profundas. Livres da autoridade masculina (paterna ou conjugal), as mulheres deixam de ser um grupo homogêneo e dependente para também se distinguirem entre elas como classes. Finalmente, desvencilhadas de uma relação de superestrutura que as depreciava, podem se reconhecer como indivíduos, e não gênero, capazes de ações coletivas concernentes à luta de classe. Isto parece ser mais verdadeiro em se tratando da mulher proletária e negra. A mulher proletária sentindo de modo mais dramático os níveis de uma psicologia social pode de fato assumir os rumos de uma eventual mudança. Particularmente no caso dos sem-tetos, que não podem se constituir como sujeitos, devido às ambigüidades que estão em jogo. Talvez seja esta a tarefa que cabe às mulheres sem-tetos; estas devem superar as contradições não aparentes, na condição de administradoras do lar, da família, do habitar, e de trabalhadoras e desempregadas. Numa situação em que o não-lugar é esfera privilegiada, as mulheres, na também condição histórica de exceção, podem dar um sentido a este “nada” criador.

3.2.1. O Cotidiano

Feita algumas considerações sobre o movimento sem-tetos e das condições que como fermento levaram a um momento crítico, voltemos para um outro lado, um outro momento, que, inversamente, “navega em águas calmas”. Este momento é o do cotidiano: *equilíbrio momentâneo*. Este, a princípio, parece funcionar como um relógio, regido pela égide do trabalho. Nele, todos os atos, até os mais mesquinhos, como a *hora de almoço*, é trabalho, por exemplo, nas apressadas e nervosas garfadas nos restaurantes self-services, um em cada esquina. Vale ressaltar aqui que trabalho se define como necessidade oposta ao lazer, à liberdade, ao prazer. Cotidiano que se repete indefinidamente. Tudo igual, funcionando infalivelmente: o vai e vem do metrô, dos carros e ônibus trafegando pelas avenidas e vias da cidade, dos pedestres e veículos obedecendo à ordem imposta pelos semáforos; o pisca-pisca dos painéis e anúncios publicitários despertando a noite e o dia; etc. Só mudam as pessoas, as feições de suas faces, as suas roupas, as suas cores, os seus cabelos, as impressões digitais, mas não o seu eterno andar, o aspecto igual (quase autômato) de suas fisionomias, quase sempre graves e mudas. Caminhando na mesma direção, no mesmo sentido. Porém, não nos ocupemos com uma sociedade de massas, tampouco de um mal-estar da civilização, senão de uma sociedade urbana. Num mundo sem utopias, isto é, sem um ideal revolucionário, ou, melhor dizendo, numa sociedade sem um projeto de ruptura e, por conseguinte, desmobilizada, questionamos o que sonham as pessoas quando elas conseguem? (Colocação piegas, é verdade, entretanto, exata e imprescindível!)⁵². Sonhos que não são o celular nem o carro zero (ou importado); signos que, longe de serem objetos do desejo, se definem como consumo compulsório. Jamais saberemos. Mas podemos supor, pois, diante de tal totalitarismo, destas determinações obrigatórias, que deve existir um anseio por liberdade; e é razoável pensar também que, de maneira inconsciente ou reprimida, exista um impulso (*pulsão*) avesso a tudo isso, que traga algum alívio. Não mais o celular, tampouco o automóvel, mas algo verdadeiramente humano⁵³. Desvendar o segredo de cada um destes sonhos, é tarefa que não ousamos realizar. Devemos apenas registrá-los como um indício, uma evidência, e que devem nortear nossas reflexões, num sentido mais preciso, o *habitar*, e de uma forma desdobrada, a *habitação*, que não deve ser entendida apenas como a casa, mas também como a ocupação (*uso*) de um espaço. (A palavra habitação tem mesmo um sentido

⁵² “O ‘ser humano’ (não dizemos o ‘homem’) só pode habitar como poeta. Se não lhe é dado, como oferenda e dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele a fabricará à sua maneira. Mesmo o cotidiano mais irrisório retém um vestígio de grandeza e de poesia espontânea, exceto, talvez, quando não passa de aplicação da publicidade e encarnação do mundo da mercadoria, a troca abolindo o uso, ou o sobredeterminando” (LEFEBVRE, 2004, pp. 81 e 82).

⁵³ “É através do cotidiano que se pode alcançar a felicidade; não se pode mais abstrair este nível. Mas não é nesta cotidianidade *hic et nunc* que a palavra felicidade assume um sentido. Pelo contrário, é na e pela metamorfose dessa mesma cotidianidade” (LEFEBVRE, 1969b, p. 32).

duplo: *lugar – estático – e movimento*).

Esse ritmo, esse cotidiano, o espaço homogêneo, vazio, produzido em partes pelo Estado, tendo como fundo a lógica industrial, condiciona os comportamentos como nos experimentos de Pavlov. Numa sociedade em que tem hora para tudo e os estímulos são todos dirigidos, para sorrir, para chorar, para falar, para ser culto, polido, educado, grosso, ríspido, etc., sorrir ou falar sozinho pode ser sim sintoma de loucura, de *anormalidade*, mas também sugere que os mecanismos de repressão social e condicionamento desembocam num tipo de resistência inconsciente ou de desespero contra um mundo em que não há espaço para a diferença. As políticas de inclusão social ou de afirmação, embora eventualmente necessárias, não realçam as diferenças como se poderia supor, mas, ao contrário, suprimem-nas, através da equivalência da mercadoria, e de vários modos são manipuladas por propagandas e interesses políticos em nome de uma pseudo-tolerância. Demagogia em que todos querem roubar o seu filão. Mas dissemos antes resistência, numa loucura resistente, sem direção. Foi este o cenário empírico que encontramos no centro da cidade de São Paulo: o comportamento acrítico determinado pelo ritmo de trabalho subordinado ao capital e a resistência sem direção. Poderíamos aqui descrever crianças abandonadas ou em situação de rua que, enroladas em cobertores negros de sujeira, perambulam pelas ruas e praças – Praça da Sé, Vale do Anhangabaú – sempre com um saquinho de cola nas mãos ou fumando crack: forjando uma loucura onde não deveria ter ou uma “alienação consciente”⁵⁴. Talvez mesmo, neste fato, um indício do sonho antes mencionado. Situação paralela a da obsessão pelo celular, a *nova mania*. Como o vício, há drogas que são aceitas socialmente e outras não, e o mesmo se pode dizer da insanidade. Fugas ou frustrações, diante de coisas que, por essência, não trazem e nunca trarão a plenitude. Entretanto, não há saída. São coações que definem necessidades⁵⁵. Mas é preciso dizer também que o conteúdo do cotidiano é a diferença e o extraordinário⁵⁶. Isto não é possível perceber, numa descrição superficial do fenômeno, o cotidiano é aparentemente sempre maçante. É preciso ir mais longe, estar munido de certos conceitos teóricos que os desvelem. Num sentido profundo, a diferença mais notável é a diferença de classes. Esta se espacializa, se mostra nas coisas. Na rua, ela

⁵⁴ A situação limite em que estas crianças e adolescentes se encontram só é suportável sob o uso de muita droga, esta mesma uma mercadoria.

⁵⁵ “Empregando a terminologia freudiana, na cotidianidade funciona o ‘princípio de realidade’ contra o princípio do prazer. É aí (ou antes *aqui*) que se faz presente o mecanismo da repressão que deixa passar apenas aquilo que o ‘sintoma’ admite. Por conseguinte, é aqui que se efetua a pseudo realização do desejo, através de seu disfarce, apesar da repressão, através de um salto para o imaginário (social). Salto inconsciente, travessia da passagem que parece se abrir e que logo se fecha, salto ilusório preparado pelo uso e abuso dos signos e significações.(...) É portanto ‘aqui’ – neste nível – que se deve retomar o projeto de liberação das possibilidades sufocadas” (LEFEBVRE, 1969b, p. 30).

⁵⁶ “Não é menos verdadeiro que o urbano se define como lugar onde as diferenças são conhecidas e, ao serem reconhecidas, postas à prova” (LEFEBVRE, 2004, p. 93). “Revelar la riqueza oculta bajo la aparente pobreza de lo cotidiano, desvelar la profundidad bajo la trivialidad, alcanzar *lo extraordinario* de *lo ordinario*, sólo estaba claro y quizá era verdadero, si nos basáramos en la vida de los trabajadores, poniendo de manifiesto, para exaltarla, su capacidad creadora” (LEFEBVRE, 1968, p. 51).

pode se pulverizar. Mas nem sempre. No Brasil, principalmente em São Paulo, o negro – ou o místico – esconde uma questão de classe, em virtude da herança de seu passado e presente histórico de 500 anos de exploração, primeiro, na condição de mão-de-obra escrava, e, segundo, na condição de mão-de-obra proletária e desqualificada (como afirmar isso num país em se que comemora a “democracia racial”?).

Mas é exatamente aqui que nossa pesquisa encontra um lugar privilegiado: *a rua*. O centro de São Paulo acontece na rua! À noite e nos finais de semana, o centro é praticamente vazio, despovoado – e seus *habitantes* moram na rua. Ao contrário, nos dias “úteis” (dias vazios, determinados pela forma da mercadoria), uma avalanche de pessoas toma as suas ruas e comércio. Neste sentido, o que filósofo Henri Lefebvre tem a dizer da rua, seus prós e seus contras?

(...) A rua? É o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatro, salas diversas). Esses lugares privilegiados animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem. Na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada. (...) A rua é desordem? Certamente. Todos os elementos da vida urbana, noutra parte congelados numa ordem redundante, liberam-se e afluem às ruas e por elas em direção ao centros; aí se encontram, arrancados de seus lugares fixos. Essa desordem vive. Informa. Surpreende. Além disso, essa desordem constrói uma ordem superior. (...) Na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, *apropria-se* dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado. Uma tal apropriação mostra que o uso e o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca. Quanto ao acontecimento revolucionário, ele geralmente acontece na rua. (...)

Lugar do encontro? Talvez, mas quais encontros? Superficiais. Na rua, caminha-se lado a lado, não se encontra. É o “se” que prevalece. A rua não permite a constituição de um grupo, de um “sujeito”, mas se povoa de um amontoado de seres a procura. De quê? O mundo da mercadoria desenvolve-se na rua. (...) A rua? Uma vitrina, um desfile entre as lojas. A mercadoria, tornada espetáculo (provocante, atraente), transforma as pessoas em espetáculo uma das outras. Nela, mais do que noutros lugares, a troca e o valor prevalecem sobre o uso, até reduzi-lo a um resíduo. De tal modo que a crítica da rua deve ir mais longe: a rua torna-se o lugar privilegiado de uma repressão, possibilitada pelo caráter “real” das relações que aí se constituem, ou seja, ao mesmo tempo débil e alienado-alienante. (...) Ela não é mais que a transição obrigatória entre o trabalho forçado, os lazeres programados e a habitação como lugar de consumo. (...) A rua, série de vitrinas, exposição de objetos à venda, mostra como a lógica da mercadoria é acompanhada de uma contemplação (passiva) que adquire o aspecto e a importância de uma estética e de uma ética. (...) É assim que se pode falar de uma *colonização* do espaço urbano, que se efetua na rua pela imagem, pela publicidade, pelo espetáculo dos objetos: pelo “sistema dos objetos” tornados símbolos e espetáculo

A rua carrega em si a dialética da liberdade e da repressão. A estratégia da Viva o Centro, por exemplo, é baseada no mundo da mercadoria, *a sociedade do espetáculo*. Seus idealizadores podem se exasperar e indagar: por que esses seres humanos têm sempre que atrapalhar, estar onde não deviam e estragar tudo? Isto com referência principalmente à população pobre que teima, porque não tem recursos, em morar e habitar no centro. Por que não fazem como manda o figurino, isto é, comprar, consumir e depois sumir do mapa? A rua assim é o lugar onde também se opera as estratégias do poder e, conseqüentemente, dos grandes interesses econômicos. Visa manter o *status quo*, a ordem espacial, o vazio. A repressão policial utiliza-se da rua em suas estratégias, fecha-se uma rua, alarga-se uma avenida, cerca-se o inimigo, a rebelião é sufocada. A perseguição aos ambulantes também é feita na rua, pois é aí que o comércio informal é praticado. Estes, no entanto, subvertem o sistema, através da mercadoria pirata (CDs, DVDs, roupas, sapatos, alimentos, etc.), copiando, colando, reproduzindo, vendendo a preços irrisórios, e parecem fazer o feitiço virar-se contra o feiticeiro. Os prejuízos que os produtos piratas dão para as empresas convencionais chegam a ser gigantescos. Por meio de rádios e celulares formam uma rede de comunicação, sempre alerta às investidas do *rapa*. Também não seriam formas de táticas, semelhantes às dos sem-tetos, estas, utilizadas pelos camelôs, para inverterem para si as regras do jogo e sobreviverem num mundo de crise do trabalho? “Por que estes seres humanos sempre têm de atrapalhar tudo!”

Assim, o problema da habitação de fato é mais amplo, não se resume ao *habitar*⁵⁷, categoria rígida, formal e limitada, mas às questões da própria *existência*. A habitação no caso do centro se faz na própria rua, no cotidiano. Seria, enfim, um modelo ou a supressão entre o público e o privado? Isto é, o modo de habitação e o modelo urbano que começam a se configurar revelam-se no conteúdo que está por trás do lema *ocupar e resistir*, em resposta a um modelo abstrato que se apóia numa ideologia: *o centro pós-moderno*? A rua então guarda assim duas vertentes em direção opostas, ou melhor, contraditórias. Como lugar do encontro, é o meio onde pode se realizar a *democracia direta*, como na cidade política. A conversa dos excluídos, o drama das periferias que inundam o centro, a desigualdade social, temas de debate e discussões, ainda possíveis nas ruas e no centro. Por outro lado, o *panóptico* cada vez mais presente: “sorria, você está sendo filmado”. Constrangimentos: todos são suspeitos! Ordem versus Desordem. Espaço versus Tempo.

A realidade mais imediata do centro, que verificamos, desvela-se nesses dois aspectos contraditórios. As instâncias burocráticas – ligadas ao Estado e ao controle – cumprem o papel de

⁵⁷ “Aquilo que se chama de ‘urbanismo’ é apenas um conjunto muito coerente – um sistema – de estipulações e de limitações que mantêm uma atividade essencial ao nível mínimo estritamente técnico. E isto reduzindo uma situação e uma atividade, *o habitar*, a uma realidade brutalmente material, a uma função: *o habitat*”. (LEFEBVRE, 1969b, p. 14).

identificar, registrar e marcar indivíduos numa realidade que bem lembra uma torre de Babel, porém de modo inverso o Estado (hegeliano, sem dúvida) busca reduzir cada língua a uma única língua universal, a dos números. As línguas que cada um fala, e que só podem ser compreendidas por aquele que fala, tornam-se resíduo, exceção, sem significados sociais. Deste modo, censura-se. Aqueles que sucumbem a esta prática, isto é, que sem forças, porque ela mesma se baseia na lógica capitalista e portanto possui um custo, passam a subsistir como indigentes. Habitantes das ruas, marginais no âmago do centro. Ainda assim, de algum modo, expressa-se. No metrô, nas ruas do centro, conversas que vem de longe do centro e traduzem a violência das periferias, contadas como trivialidades, banalidades. Em contrapartida, a poesia nas conversas roubadas daqueles que para quem só resta mesmo poesia; poetas que não sabem que são poetas, mas nem precisa (“o ‘ser humano’ só pode habitar como poeta”, Lefebvre, citando Hölderlin). E a oratória impecável dos ambulantes que vendem ou pedem dentro dos ônibus, verdadeiros cíceros anônimos. Subversões, táticas. Transgressões, resistências. Às vezes, roubos. No mais das vezes, revelam o contraste escandaloso da sociedade capitalista. Assim como os inúmeros imóveis vazios e os carros importados ou não, que valem o preço de uma casa; estes passeiam lado a lado de pedintes, pessoas em condição de miséria extrema, quando não vão intencionalmente de encontro a elas. O ferro vale mais do que a carne. O frio, mais do que o quente.

Pudemos registrar em nosso trabalho de campo o seguinte escrito num papel pequeno: “Não sei o que o futuro me reserva, mas isso me preocupa muito, creio mim, na vida e na sua compreensão, mas acima de tudo em Deus. Nisto baseia-se a minha luta pela sobrevivência. R\$ 1,00 – Obrigado” (Anexo II). Papel que vinha num pacotinho de balas vendido por uma pequena menina de uns seis anos de idade, dentro de um ônibus. O discurso dominante e aceito recomenda que não se dê esmolas, afinal, este dinheiro será usado por alguma “mãe de rua” para comprar drogas. No metrô, isto é dito pelo alto-falante e os guardas, conhecidos como “urubus”, porque se vestem de preto, expulsam estes pedintes com toda “delicadeza” que lhes é peculiar. Mas se porventura as “mães de ruas” usam drogas é porque, na linguagem freudiana, não é possível suportar a realidade sem uma válvula de escape. Ainda mais uma realidade de exclusão e miséria⁵⁸. Alongar-se nesse tema, seria cair na jogada do sistema, falar a sua língua, moralizante, de um lado, e hipócrita, de outro. Primeiro, porque a maioria das famílias que estão nas ruas não são usuárias de drogas, mas vítimas de uma sociedade desigual, a que produz este discurso, e, segundo, porque o tráfico de drogas tem o seu lugar na troca de mercadorias. Sem contar que quem define o que

⁵⁸ “Quem vive nessa situação passou pelo rompimento de vínculos familiares e afetivos, pelo desemprego, pela migração na busca de sobrevivência, numa sequência de perdas que acaba impedindo ou dificultando sua reintegração à sociedade. A vida de rua leva ao esquecimento da identidade, ao anonimato, à solidão e à vulnerabilidade quanto à dependência química, que acaba por se agravar por falta de atendimento público especializado para essas pessoas, principalmente em relação à saúde mental e ao desenvolvimento com álcool e outras drogas”. (Dossiê FCV, 2005-2006, p. 36)

oficialmente é uma droga ou o que é permitido ou não é o próprio sistema, moldado pelos lobbies e cartéis capitalistas. Mas a sociedade burguesa prima pela estética, tudo aquilo que é, nos seus padrões, “feio”, ela joga para debaixo do tapete. Assim, jogar papel, plástico ou lata nas ruas é deveras reprovável, aliás, material reciclável que poderia gerar emprego a coletores e separadores de lixo⁵⁹, mas expelir todos os dias, através de veículos motorizados, milhares de toneladas de gases poluentes, de monóxido de carbono na atmosfera – veneno que não pode ser coletado nem reciclado, isto ninguém ousa questionar, afinal todos querem ter seu automóvel⁶⁰, este mesmo símbolo de status social. Bem se vê que o próprio discurso ambientalista não passa de ideologia. A questão ambiental, que hoje sem dúvida nenhuma substitui a ameaça nuclear, só ganhará consistência quando pensarmos numa supressão da produção e do consumo capitalistas, que, como já foi dito, são determinados pelos lobbies e corporações capitalistas.

A rua? Se o inferno é o outro, então o multiplique por milhares de outros, depois, aperte-o num lugar bem apertado, pequeno, fechado, abafado, sem ar. Eis a imagem acabada do urbano: o lugar do encontro, desencontro, reencontro, dos empurrões, das cotoveladas, das trombadas, do stress. Ninguém conversa com ninguém; ninguém ao menos olha para os olhos de alguém; ninguém discute o destino da sociedade, da economia ou da política; ninguém fala de arte, fé, ciência ou filosofia. Enfim, a cidadã e os cidadãos (Anexo I, p. 78). É aqui que as potencialidades são todas anuladas, numa eterna promessa. A solidão na multidão. O individualismo determinando os comportamentos. Não só isto, as relações sociais vão deteriorar numa guerra de todos contra todos. O Estado (hobbesiano, sem dúvida) cumpre o seu papel, com mão de ferro. Mas é nestes interstícios que se pode imaginar um projeto de transformação do próprio cotidiano, pois o habitar (e o valor de uso) se encontra tão corroído que não se pode mais conceber uma vida social possível. Basta ver as horas intermináveis que se perdem no trânsito congestionado das metrópoles. Este tempo mesmo vazio de significados, empobrecendo o *vivido*, e transformado em trabalho, ou melhor, valor de troca, destruído o tempo de ócio e a capacidade criativa do pensamento. O trabalhador é subordinado a uma nova escravidão, resumindo sua vida numa eterna inconsciência: o tempo de trabalho e as poucas horas destinadas a dormir. (Voltamos aqui aos sonhos, que são sempre esquecidos ao acordar, talvez restem seus vestígios?). As pessoas que, entretanto, utilizam-se do centro no sentido do uso são relegadas a uma vida irrisória, residual. Resíduo com capacidades explosivas. Alguns ambulantes, por exemplo, que não podem concorrer com o grande capital (nem com o médio e pequeno) no plano legal, surpreendentemente realizaram uma campanha pelo voto nulo, conscientes de que nenhuma conjuntura política é-lhes favorável (Anexo I, p. 78). Porém, tal

⁵⁹ A coleta e separação de parte do lixo já é feita todos os dias por um exército de trabalhadores informais, que recolhem todo tipo de material reciclável.

⁶⁰ “O carro é ‘estruturado-estruturante’. Tem suas razões que a própria razão desconhece: razões de Estado, razões econômicas, razões sociológicas. Substitui os meios de circulação mais racionais (os públicos) ou mais

campanha, não se realizava de fato como um movimento com uma linha clara de pensamento e uma prática pertinente à luta de classe, limitando-se apenas a uma insatisfação das conseqüências imediatas. Por que estas virtualidades não se efetivam? Porque, como vimos, a reprodução das relações sociais tendem a abafar as contradições e visam a sua permanência, romper este equilíbrio e por a mostra as contradições é tarefa complexa. Ao que parece, não é apenas a extrema miséria capaz de por em xeque o cotidiano – *a miséria é reproduzida também*, esta, nas atuais conjunturas, suscita rebeliões e revoltas pontuais, mas não apresenta um caráter de transformação social.

A crise no trabalho, a falta de emprego, que joga as pessoas na rua, que produz o sem-teto, o catador de material reciclável, o morador de rua, a criança e o adolescente em situação de rua, o comércio informal, etc., também faz surtir um movimento conservador, pois ao reduzir a oferta (e achatar os salários) produz um trabalhador conformado e sujeito a suportar altos níveis de exploração. Diante de tal escassez, cria-se uma mentalidade no trabalhador num sentido de que é mais *negócio* estar trabalhando do que vivendo a penúria do desemprego, ainda que de maneira precária e sem garantias trabalhistas. Num sentido oposto, o exército de reserva permanentemente supérfluo pulveriza uma possível identidade de classe em torno do trabalho. Se é verdade que todos estes agentes sociais, os tais “sem”, representam uma forma de luta de classes e que, por isso, são o *negativo do trabalhador*, então as políticas afirmativas só ganham sentido se se embasarem numa perspectiva de luta de classes, senão, ao contrário, juntam-se aos elementos conservadores da sociedade. Estas “rachaduras” ou pressuposições são perpetuadas no sistema, porque se o capital reproduz as relações Capital-Trabalho – contradição em si – num sentido de conservá-las, também reproduz sua supressão a todo tempo, pois é na esfera do trabalho que se produz o valor (Mais-valia) e é nela e por ela que se constitui o germe da mudança.

Todavia, não podemos perder nunca de vista o nível do cotidiano. É nele que as relações sociais são reproduzidas e nele também as contradições são levadas adiante. Tomando como base o material empírico, nota-se que a “matéria-prima” dos sem-tetos é por princípio e excelência o morador de rua, este de fato sem-teto. Os sem-tetos (escrevemos no plural), ou o movimento sem-teto, assim se define pela sua situação de *não-lugar*: de instabilidade e de movimento; a qualquer momento da rua ele pode ocupar um “teto”, e a qualquer momento ele pode ser despejado novamente para rua. Os sem-tetos mantêm um diálogo com alguns setores da sociedade e conseguem, por meio das táticas já mencionadas, burlar o sistema em proveito próprio: priva-se pela qualidade de vida, alimentação, educação, saúde, etc. Já consideramos as ambigüidades deste movimento, mas é importante ressaltar que tais concepções têm origem no morador de rua. Este se desdobra em duas vias possíveis: os sem-tetos em busca de um projeto, às vezes, abortado e cooptado pelas instituições; e os moradores de rua forjando sua própria alienação e cultivando sua

tragédia. O desemprego (ou a possibilidade de trabalho) entra aí como desagregador, ao invés de unificar. Estes são os elementos que compõem o cotidiano central dos *habitantes* do centro. Surge uma pergunta: como discernir o lumpen urbano dos que representam o negativo do trabalhador e deste modo estão inseridos ou estão nas bordas da luta de classes? Questão problemática. Talvez a partir do momento em que o morador de rua passe a ser um sem-teto, ou melhor, um *sujeito coletivo*, deixa de ser também um lumpen. Desajustados todos são, a questão é: *ajustar-se*? Evidentemente, a resposta é *não*. Se por acaso os sem-tetos obtêm suas reivindicações, serão submetidos a uma nova exclusão, pois vão ter que entrar num plano de financiamento, arranjar um emprego (o que não implica que será uma tarefa fácil), e assim serão sujeitados a um outro tipo de *aluguel*, indo contra a seus princípios. De maneira que se desmobilizarão enquanto coletivo. O segredo das rachaduras no edifício do sistema está talvez na posição do *não-lugar*.

O cotidiano, em contrapartida, também reproduz a alienação. A Associação Viva o Centro estrategicamente produz espaço, não sem subestimar o poder público, se referindo a este, nos bastidores e sempre que se apresenta uma saborosa ocasião, como incompetente e burocrático. No entanto, ambos são parceiros nesta empreitada. A lógica é a da mercadoria, o centro transformado numa grande vitrine, desabitado de gente, vazio. Quando, na música *Cidadão*, citada lá atrás, o trabalhador *admira* o prédio construído por ele sem poder entrar (ou seja, usá-lo), já não está aí implícita a mercadoria como espetáculo. Todavia, a mercadoria do “centro pós-moderno” é deliberadamente espetáculo. A forma, geralmente prédios com uma arquitetura de época, “turbinados” – para usar um jargão pós-moderno – não passa de uma imagem exterior simulando uma realidade outrora repleta de significados, o conteúdo agora é o valor de troca, que esvazia qualquer sentido real e reduz o valor de uso a mera aparência ou desejo. O consumo aí não pode ser palpável, e o centro mais do que nunca se constitui como lugar de passagem. Espetáculo tem a mesma origem da palavra espelho, a tragédia grega que representava e, portanto, *refletia* o cotidiano dos espectadores. No drama capitalista, os consumidores delegam as suas vidas ao enredo fantasmagórico da mercadoria, assim como deixam de viver as suas vidas para viver a vida do personagem ou da celebridade da novela.

Neste *cenário*, do centro transformado em espetáculo, não se verifica em nenhum momento a *gentrificação*. Esta daria algum sentido – de uso – ao centro, ainda que superficial. Mas a classe média, que restou e ainda reside no centro, está aprisionada. O que é mais notável, é que a revitalização do centro, que já dura 15 anos, realiza-se em algumas “ilhas” - como na São Bento, no Mercado Municipal, no Teatro Municipal, etc. -, e não em todo o centro, acirrando ainda mais as contradições. O uso ou a habitação de fato se transfigura realmente em resistência, por parte daqueles que são denominados atualmente excluídos. Só eles aparecem, rivalizando com o espetáculo das fachadas dos edifícios revitalizados. Causam má impressão sem dúvida, mas não

fariam eles também parte do espetáculo? Espetáculo grotesco que o capitalismo engendra e que em si mesmo é uma tragédia.

O cotidiano, num outro sentido, se define por uma prática social, esta engloba “três *continentes*: o agrário, o industrial, o urbano”⁶¹. Vejamos:

Todavia, não se trata de “cortes” na acepção que a epistemologia contemporânea confere ao termo. Não somente existem simultaneidades, interações, desigualdades de desenvolvimento, pelas quais esses *momentos* (esses “continentes”) coexistem, não só uma tal noção de “corte” lançaria à cegueira as relações de produção e de classes, como, de modo geral, os países ditos subdesenvolvidos caracterizam-se atualmente por conhecerem simultaneamente a era rural, a era industrial, a era urbana. Eles acumulam problemas, sem por isso acumularem as riquezas. Pode-se dizer também que esses momentos correspondem, em toda prática social: necessidade-trabalho-fruição (LEFEBVRE, 2004, p. 40).

Como já afirmamos anteriormente, o campo se faz presente na cidade e se traduz em *necessidade*, esta encontraria sua satisfação no trabalho industrial. Se isolarmos o urbano – fruição, este irá pressupor a superação da necessidade e do trabalho. Seguindo este raciocínio, numa sociedade socialista, urbana por excelência, supõe-se o fim da divisão do trabalho e de um mundo de abundância de fato graças ao desenvolvimento das condições objetivas. Este projeto ainda é uma utopia, embora as condições existam virtualmente. A sociedade se recorta em fragmentos desiguais. A *necessidade* é personificada pelo camponês expropriado no campo e cidade, se este não encontra *trabalho*, ou, em outros termos, se ele não pode vender a sua força de trabalho, ele não realiza todas as suas potencialidades enquanto proletário. Não se tem verificado há algum tempo que um número considerável de habitantes da cidade – proletários – vêm engrossando as fileiras dos movimentos que reivindicam terra para trabalhar no campo, como MST? O centro da cidade comporta todas estas simultaneidades, mas seu *habitar se define principalmente de modo agrário*, isto é, fundado na necessidade. Sem trabalho e sem como satisfazer estas necessidades, *os habitantes* do centro dispõem de tempo. Este precisa ser preenchido, assim como o ócio na Grécia Antiga foi a semente da filosofia. Mas já apontamos a oposição entre tempo e espaço, este produzido pelas estratégias políticas, oriundas da mercadoria. Estas características, tempo, necessidade e resistência, determinam o habitar no centro, e no sentido mais restrito a habitação.

O urbano se define também como *centralidade*. O centro comporta uma *centralidade* que, ao seu ritmo, dispersa-se em *descentralidade* o tempo todo: num movimento incessante, há uma centralidade em cada ponto da cidade, que se dispersa e converge para centro, e num outro sentido, o centro que se torna periferia.

⁶¹ LEFEBVRE, 2004, p. 40.

Descobrimos o essencial do fenômeno urbano na *centralidade*. Mas na centralidade considerada com o movimento dialético que a constitui e a destrói, que cria ou a estiliza. Não importa qual ponto possa tornar-se central, esse é o sentido do espaço-tempo. A centralidade não é indiferente ao que ela reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo (Ib., p. 110).

A rua, as avenidas, os meios de transporte são as “estruturas” que lavam ao centro. Elas reúnem ao mesmo tempo em que não reúnem. Estar, por exemplo, preso no trânsito, num ônibus lotado ou no metrô, é estar junto, às vezes, próximo demais de milhares de pessoas e não ter o menor contato com elas. Sociedade que se revela não-sociedade, e que precisa de meios externos, normalmente fabricados pela mídia, publicidade e Estado, como referências de reconhecimento. Já discutimos o estatuto da rua, o mesmo poderia se dizer das praças (habitadas normalmente por “vagabundos”). O banco de praça é por excelência o lugar onde se têm tempo: onde se pode conversar, cantar, beber ou dormir, etc.

A centralidade, que concerne às matemáticas, concerne também ao drama. Ela reúne, como reúne *tudo*, inclusive os símbolos e signos (entre eles os da reunião). Os signos do urbano são os signos da reunião: as coisas que permitem a reunião (a rua e a superfície da rua, pedra, asfalto, calçada, etc.) e as estipulações de reunião (praças, luzes, etc.) (Ib., p. 111).

Mas o trabalho e consumo ditam este ritmo frenético de reunião-dispersão, que, como dissemos, faz com que a sociedade quando reunida não construa laços de identidade, somente quando dispersa, através de mediações.

Os habitantes do centro, isto é, aqueles que *habitam* o centro, vivem na praça, trabalham na rua, moram na rua ou numa ocupação, cortiço, albergue, etc., tornam-se periferia quando a cidade se converge para o centro, e protagonistas quando esta se desfaz. Nos finais de semana ou à noite, são eles que tomam as ruas do centro, alguns deles, os mais desestruturados, saem de seus esconderijos, geralmente recantos de praças ou redutos escuros. Alguns vivem dos restos da cidade-centro. Outros, os mais remediáveis, chegam a situações deploráveis de higiene. Ambiente estático e permanente, reflexo de sociedade desigual, que anula todas as potencialidades do cotidiano. Já os sem-tetos permanecem em suas ocupações ou assembléias pensando nas próximas atividades, nas festa, na guerra.

Para encerrar, voltemos a uma crítica já formulada pela filosofia no século XX, isto é, a crítica ao iluminismo, que se traduz na argumentação de que o projeto iluminista de libertação do ser humano através da razão malogrou. Neste sentido, a razão e a tecnologia, ao invés de libertar, criaram novas formas de coações, e serviram na maioria das vezes como instrumento do poder e de

uma racionalidade massificante-alienante. Já tocamos de leve nesse aspecto. Mas o uso da técnica também recai no cotidiano, determinando-o, e voltando-o para o consumo.

O termo “sociedade de consumo” dissimula um aspecto desta sociedade, em particular novas formas de pobreza que marcam esta sociedade: o aspecto banal do cotidiano, o frio e miserável rigor dos “conjuntos” urbanos, a situação de crédito e de independência sócio-econômica, a crescente escassez do espaço e do tempo, etc. (LEFEBVRE, 1969b, p. 22).

Assim o mal-estar provocado pelo cotidiano chega a níveis torturantes. Seria desnecessário descrever todas as mazelas do trânsito, veículos, que podem atingir a velocidade de 250 km/h, trafegam a passos de tartaruga, das filas intermináveis nos bancos, nos hospitais, nos supermercados, da sociedade desigual sócio-economicamente, etc. Neste sentido, Marcuse entendeu melhor que Freud os significados profundos deste mal-estar, pois considerou a sociedade dividida e compreendida pela luta de classes. Questionamos, novamente, se as condições objetivas já são capazes de produzir uma relativa abundância, como a sociedade humana, que produz foguetes capazes de levar seus membros para fora dos limites do planeta Terra ou mísseis atômicos capazes de destruir esse mesmo planeta, permite condições que levam ao morador de rua, crianças, adolescentes, famílias, idosos em situação de rua, ou à miséria material e mental de pessoas de todas as partes do mundo. Poderíamos formular outras perguntas também: assim, como a sociedade humana não consegue pensar e por em prática um outro modelo de produção que não crie tantas desigualdades e, mesmo, desumanidades, e que na conduza a uma destruição ambiental, como esta que se apresenta em nossos dias. O que tentamos mostrar aqui, é que, parafraseando Certeau, apesar de todas as sujeições, o ser humano não se mostra totalmente passível diante delas, e que, parafraseando Lefebvre, o cotidiano guarda potencialidades diversas e contraditórias: de repressão e de libertação. Descrevemos alguns elementos do cotidiano do centro e de alguns dos personagens que o habitam, notadamente os sem-tetos, talvez como um modelo a meio do caminho que responda a um projeto de libertação perante as conjunturas e estruturas da sociedade capitalista, em sua nova fase, a crise do trabalho.

Conclusão

Acreditamos que esta pesquisa ensaiou enunciar alguns elementos de uma Cartografia do Cotidiano. Ao examinarmos os elementos e as diversidades do centro de São Paulo, pudemos distinguir dois níveis opostos em se tratando do cotidiano, não apenas especificamente da região central, mas acima de tudo dela: o claro e o escuro. O claro identificado pelas estratégias panópticas dos centros de poder¹. E o escuro, com as táticas elaboradas por aqueles que habitam o *não-lugar*. Esta pesquisa, no entanto, está inserida num projeto inicial de uma Geografia Anarquista². Entende-se por isso uma geografia de combate, disposta a dinamitar e explodir o “sistema”, ou seja, o modo de produção capitalista que tem por seu corolário o Estado e a divisão de classes. Deste modo, uma geografia libertária está a serviço dos mais fracos, dos explorados, e deve por princípio apagar os holofotes do poder, jogar com astúcia, omitir, errar e não contar a “verdade” (ideológica), mas nem por isso deixar de produzir conhecimento, uma outra verdade, mais sincera, talvez, mais *verdadeira*, por assim dizer. Portanto, esta geografia deve ir contra uma geografia tradicional, costumeiramente a serviço do Estado. Os geógrafos não resistem à tentação de se tornarem tecnocratas, consultores ou demiurgos da verdade; mas, ventrículos do poder, reproduzem o discurso deste, e se embrenham, e se embarçam num labirinto da burocracia e das repartições, desde a educação ao planejamento, da indústria ao urbanismo, etc. Saindo das esferas estritamente técnicas, passam a opinar e, depois, legislar sobre política, determinando de maneira unilateral assuntos de interesse geral. Evidentemente, esta Geografia Anarquista, que se desenha, é um projeto, que não se resume apenas há uma única tendência, fechada e acabada, mas em fase de discussões e aberta à elaboração e colaboração múltipla.

Esta geografia tem como norte o urbano. Foi o que procuramos realizar nesta pesquisa, ainda que engatinhamos nesse sentido: desvendar as suas contradições e

¹ As considerações que se seguem e que permeiam boa parte desta pesquisa sobre as estruturas do poder, seus dispositivos e procedimentos, nomeadamente o “Panóptico”, são de Michel Foucault e sua obra mais conhecida, *Vigiar e Punir*. Certeau utiliza destas considerações, mas vai além, busca fazer menção àqueles que se desviam dessa prática, da disciplina, da hierarquia, etc., as pessoas comuns.

² Uma geografia contemporânea, que atualiza uma geografia crítica – de presença anarquista e subversiva, portanto, não estatista – questiona a economia e o Estado. Esta é grande aquisição destes novos tempos: generalizar a crítica do processo de desumanização, inerente às ações econômicas e estatistas. Portanto, a relação com a prática já não é, necessariamente, sob a mediação do Estado (DAMIANI, in: *Boletim Paulista de Geografia: perspectiva crítica*, 2005, p.60).

procurar formas de resistência. Assim, as questões aqui tratadas sempre tiveram como pano de fundo a *problemática urbana*.

Nós a abordamos. Nós a margeamos: traçamos os seus contornos. Chegamos a um dos problemas mais perturbadores: a extraordinária *passividade* das pessoas diretamente interessadas, concernidas pelos projetos, postas em questão pelas estratégias. Por que o silêncio dos “usuários”? Por que os balbucios informes das “aspirações” quando nos dignamos consultá-los? Como explicar essa estranha situação?

Tivemos que incriminar o *próprio urbanismo* em seu duplo aspecto: ideologia e instituição, representação e vontade, pressão e repressão, estabelecimento de um espaço repressivo representado como objetivo, científico, neutro (LEFEBVRE, 2001, p.165).

Por outro lado, pensamos nós que os mapas confeccionados pela geografia e cartografia podem e são utilizados pelas estratégias de mercado, militares, logísticas, urbanas, etc. Numa palavra, são os “olhos” do poder, expressão máxima da vigilância no/do saber. Ousamos dizer: já está na hora de abolir os mapas da geografia!

Esta afirmação é particularmente verdadeira quanto mais se trata da cidade. Vimos que o cotidiano carrega em si ambigüidades, contradições latentes, e é nele em que as relações sociais são reproduzidas (*feed-back*). Estas, pela sua natureza contraditória, podem acarretar momentos de rupturas, de crise, e num sentido mais amplo, uma revolução (transformação radical das relações e modo de produção). Os elementos que podem levar a interrupção ou não deste equilíbrio (*feed-back*) são variados e complexos – econômicos, sociais e políticos – atuam em ordem ou desordem e são personificados em atores sociais. Os mapas cartográficos cumprem o papel de localizar, identificar, diferenciar, classificar, ordenar, controlar e vigiar os fatores de ordem e de desordem, os elementos subversivos, os atos de “vandalismos”, etc. Evidentemente, estas representações, estáticas e formais, só se efetivam realmente, em última instância, graças a um aparato repressivo, para fazer valer estas abstrações. Sem

isto e através disto, deixam escapar uma riqueza infinita de detalhes, cheia de vida, a própria realidade concreta, destinada à obscuridade³. Segundo Michel de Certeau:

Escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível. Neste conjunto, eu gostaria de detectar práticas estranhas ao espaço “geométrico” ou “geográfico” das construções visuais, panópticas ou teóricas. Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de “operações” (“maneiras de fazer”), a “uma outra espacialidade” (uma experiência “antropológica”, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade *opaca e cega* da cidade habitada. Uma cidade *transumante*, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível (CERTEAU, 2001, p. 172).

Neste sentido, nossa preocupação, contingente até, foi a de resistir à sedução de reduzir a realidade que nos propúnhamos estudar ao plano geométrico. Optamos por uma outra forma de representação, mais qualitativa, não operacional e menos instrumental. Ela se funda na *deriva*, no caminhar ao acaso e na captura dos elementos que vem ao nosso encontro, como conchas na praia: impossível não perceber, por exemplo, o Mercadão (Mercado Municipal), ou o Teatro Municipal, ou as ocupações de sem-tetos como o Prestes Maia. Realidades que se contrastam e se revelam em significados passíveis de serem decifrados. Assim, o primeiro passo, foi o de *caminhar*.

Certamente, os processos do caminhar podem reporta-se em mapas urbanos de maneira a transcrever-lhes os traços (aqui densos, ali mais leves) e as trajetórias (passando por aqui e não por lá). Mas essas curvas em cheios ou em vazios remetem somente, como palavras, à ausência daquilo que passou. Os destaques de percursos perdem o que foi: o próprio ato de passar a operação de ir, vagar ou “olhar as vitrines”, noutras palavras, a atividade dos passantes é transportada em pontos que compõem sobre o plano uma linha totalizante e reversível. Só se deixa então captar um resíduo colocado no não-tempo de uma superfície de projeção. Visível, tem como efeito tornar invisível a operação que a tornou possível. Essas fixações constituem procedimentos de

³ Mas “embaixo” (*down*), a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade. Forma elementar dessa experiência, eles são caminhantes, pedestres, *Wandersmänner*, cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um “texto” urbano que se escrevem sem

esquecimento. Traço vem substituir a prática. Manifesta a propriedade (voraz) que o sistema geográfico tem de poder metamorfosear o agir em legibilidade, mas aí ela faz esquecer uma maneira de estar no mundo. (Ibidem, p. 176).

Evidentemente, o caminhar se “funda” no habitar (o relato funda um espaço). As projeções cartográficas e mesmo os mapas mentais dispensam as particularidades concretas desta categoria, relegando-a ao esquecimento. O “sistema geográfico” possui a faculdade de exonerar o tempo, o vivido, em planos espaciais, essencialmente vazios, mas que se efetivam na realidade, reduzindo as diferenças, no processo da produção do espaço. Estes mapas, sempre atuais, porque são destituídos do tempo, possuem uma instrumentalidade técnica, num sentido de impor uma ordem homogênea que visa regular e anular a atividade social, como de fato o fazem.

O espaço concreto é substituído por um espaço abstrato. O espaço concreto é o *habitar*: gestos e percursos, corpo e memória, símbolos e sentidos, difícil maturação do imaturo-prematuro (do “ser humano”, contradições e conflitos entre desejos e necessidades, etc. Por seu turno, o pensamento reflexivo desconhece esse conteúdo concreto, tempo inscrito num espaço, *poièsis* inconsciente que desconhece suas próprias condições. Ele se lança no espaço abstrato da visão, da geometria. O arquiteto que desenha, o urbanista que compõe o plano-massa, vêem, de cima e de longe, seus “objetos”, imóveis e vizinhanças. O que concebem e desenham movem-se num espaço de papel, de escritas. Após essa *redução* quase total do cotidiano, retornam a escala do “vivido”. Acreditam reencontrá-lo, embora *executem* seus planos e projetos numa abstração ao segundo grau. Eles passaram do “vivido” ao abstrato para projetar essa abstração no nível do “vivido”. Dupla substituição, dupla negação que estabelece uma afirmação ilusória: o retorno à vida “real” (LEFEBVRE, 2004, p. 165).

Consideramos, por outro lado, que se elaborássemos uma cartografia qualitativa, tentando resgatar as minúcias do habitar, através do relato e da descrição, por mais que esta também reduz a realidade a um monte de signos e códigos, a sua representação estaria datada, isto é, remeter-se-ia a um passado. Se conseguíssemos reproduzir aquilo que foi esquecido e perdido, mas que ainda se conserva na memória, por meio da

poder lê-los. Esses praticantes jogam com espaços que não vêem; tem dele um conhecimento tão cego como no corpo-a-corpo amoroso (CERTEAU, 2001, p. 171).

narrativa, teria esta reprodução alguma utilidade operatória para a produção do espaço? Dito de outro modo, se se enfatiza o tempo – passado, o movimento, o invisível, este poderia passar a ser um procedimento do poder, que busca esmagar tudo à atualidade? Sem dúvida. Alguma coisa passaria. Por exemplo, algumas lições das táticas. Mas de maneira geral, as táticas ou “maneiras de fazer” têm como principal “lição” o surpreendente, isto é, o inesperado. Não se pode prevê-las, nem onde nem quando. Característica temporal por excelência, a surpresa inverte uma ordem espacial, que não pode se reconstituir novamente sem se atrasar, ficando sempre aquém do momento inicial, um passo atrás.

Neste sentido, elaboramos uma *cartografia do cotidiano*. Enfatizando o vivido, retrata um tempo passado, aparentemente inútil, e de fato inútil para as instituições e esferas de poder, mas que se põe como um registro de lembranças de uma atividade social que define a habitação como *ocupar e resistir*. “Só se pode morar num lugar assim povoado de lembranças – esquema inverso daquele do *Panopticon*” (CERTEAU. 2001, p. 189).

Michel de Certeau, no entanto, distingue “lugar” de “espaço”. Para ele, o primeiro diz respeito a uma ordem situada através de um “próprio” e o segundo a uma prática instável do lugar⁴. Não vamos entrar aqui numa possível discussão teórica, interminável, diga-se de passagem, sobre o espaço, discussão que já fizemos em outro lugar. Mas é importante mencionar esta distinção que faz o autor, haja vista que usamos e abusamos de suas formulações teóricas, muito fecundas por sinal. Todavia, diremos que pressuposições espaciais existem em todos os lugares (paisagens), nos termos lefebvrianos, *espaços de representação* e, contraditoriamente, *representações de espaço*, oriundas da prática social. O fato é que o espaço se torna uma abstração-concreta, tendo por base a mercadoria, o contrato e a produção do espaço via política-estatal. Não é desse espaço que Certeau tira suas conclusões, mas de uma prática do lugar (de sujeitos em movimento, sem dúvida) que se traduz na narrativa e descrição de

⁴ “Inicialmente, entre espaço e lugar, coloco uma distinção que delimitará um campo. Um *lugar* é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. (...) Aí impera a lei do “próprio”: os elementos considerados se acham uns *ao lado* dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que se define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. (...) O espaço é um cruzamento de móveis. (...) Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um “próprio”. Em suma, *o espaço é um lugar praticado*. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito” (Ib., pp. 201 e 202).

lugares, dos relatos das trajetórias, dos caminhos, de demarcações e organizações de lugares, etc. (Não seriam concepções espaciais também, o mesmo que as tais representações do espaço?). Para nós, ambas são importantes, refletem níveis de realidade, que não se excluem. Para a elaboração de uma cartografia do cotidiano, em especial as implicações de Certeau.

Todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço. A este título, tem a ver com as táticas cotidianas, faz parte delas, desde o abecedário da indicação espacial (“dobre à direita”, “siga à esquerda”), esboço de um relato cuja sequência é escrita pelos passos, até ao “notiário” de cada dia (“Adivinha quem eu encontrei na padaria?”), ao “jornal” televisionado (“Teherã: Khomeiny sempre mais isolado...”), aos contos lendários (as Gatas Borracheiras nas choupanas) e às histórias contadas (lembranças e romances de países estrangeiros ou de passados mais ou menos remotos). Essas aventuras narradas, que ao mesmo tempo produzem geografias de ações e derivam para lugares comuns de uma ordem, não constituem “suplemento” aos enunciados pedestres e às retóricas caminhatórias. Não se contentam em deslocá-los e transpô-lo para o campo da linguagem. De fato, organizam as caminhadas. Fazem a viagem, antes ou enquanto os pés a executam (CERTEUA, 2001, p. 200).

Assim, também partimos nós de uma situação de instabilidade, *do não-lugar* – o zero (?), e intentando fugir às estratégias, incluindo as táticas, ensaiamos uma narrativa organizadora de espaços, *relatos de espaço*, tentando criar um *teatro de ações*⁵. Traçamos demarcações, limites, fragmentos. “Tudo ocorre como se a própria delimitação fosse a ponte que abre o dentro para o seu outro” (Ib., p. 215).

Assim, tentamos descrever maneiras de habitar o centro da cidade, ou nos termos de Certeau, *maneiras de utilizar uma ordem imposta, de jogar e desfazer o jogo do outro*⁶. De um lado, os lugares de trabalho e lazer determinando comportamentos, coações que suscitam necessidades, de outro, as *modalidades de ação* que transcendem estas esferas, no sentido de subverter a ordem estabelecida pelas entidades que lucram com ela: *estratégias e táticas*. “O que distingue estas daquelas são os *tipos de operações*

⁵ “Eis aí precisamente o primeiro papel do relato. Abre um *teatro* de legitimidade a *ações* efetivas. Cria um campo que autoriza práticas sociais arriscadas e contingentes” (Ib., pp. 210 e 211).

nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear, impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar” (Ib. p.92). De modo que narramos durante um curto espaço de tempo o cotidiano e as táticas dos sem-tetos, o seu modo de agir, diante de uma ameaça maior, a *revitalização do centro*. Nesta cartografia, os acidentes geográficos são metáforas: os rios podem ser os fluxos; a vegetação, a demografia; e os relevos, os momentos: a planície, o equilíbrio, os picos, o momento crítico. Também seus protagonistas são pessoas comuns, simplórias até, mas que demonstram um saber ou uma arte, residual, própria das maneiras de fazer. A vida cotidiana assim se revela, ao mesmo tempo, irreduzível e também um nível em que se realizam estas práticas.

Enquanto indícios de singularidades – murmúrios poéticos ou trágicos do dia-a-dia – as maneiras de fazer se introduzem em massa no romance ou na ficção. Assim, em primeiro lugar o romance realista do século XIX. Essas maneiras encontram aí um novo espaço de representação, o da ficção, povoado por virtuosidades cotidianas das quais a ciência não sabe o que fazer, e que se tornam, bem reconhecíveis para os leitores, as assinaturas das micro-histórias de todo o mundo. A *literatura* se muda em repertório dessas práticas desprovidas de *copyright* tecnológico (Ib., p. 142).

Estes texturas, invisíveis, os lugares utópicos, o movimento, não podem ser representadas num mapa convencional, este reduz as diferenças, as interações e relações. *Quantifica*. Como já foi dito, tem um poder segregador; separa, torna homogêneo, congela as relações, o encontro, o urbano! Abstração que produz um conhecimento, um saber, próprio da técnica, e uma prática social. Serve-se a um poder, às estratégias das corporações capitalistas, à produção e à circulação de mercadorias, do dinheiro, do crédito, que fixam um lugar, uma ordem e uma racionalidade própria, e que se realiza como realidade mais pura e acabada. Instrumento precioso nas mãos do poder (político-econômico) modifica o real à sua própria imagem abstrata. Ou seja, luz que não detém apenas o poder de iluminar, clarear, mas também o de separar, classificar, deformar, distorcer. Todavia não só os mapas, mas, o urbanismo, a arquitetura, a

⁶ “(...) cria para si um espaço de jogo para maneira de utilizar a ordem imposta do lugar ou da língua. Sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe impõe uma lei, ele aí instaura *pluralidades* e

polícia, etc., reduzem a paisagem ao valor. A revitalização do centro, e seu projeto urbanístico pós-moderno, com a participação de entidades e instituições variadas, e seus diversos interesses políticos e econômicos, não é um retrato fiel desta atividade que vem de cima para baixo? Ordem metafísica que se quer impor no centro da cidade de São Paulo?

A ordem que constituem é apenas aparente. Só uma ideologia pode contrapô-la a desordem da informação, dos encontros, da centralidade. Só um racionalismo limitado, industrial ou estatista, mutila o urbano dissociando-o: projetando no terreno sua “análise espectral”, os elementos disjuntos, cuja informação recíproca torna-se impossível (LEFEBVRE, 2004, p. 124).

Bibliografia

ADORNO, T. W. “Atualidade da filosofia”, extraído do site www.obeco.planeta.clix.pt/adorno/

ADORNO, T. W. “Sobre o sujeito e objeto”, extraído do site www.obeco.planeta.clix.pt

ANDRADE, V., “Modelagem dos custos para casas de classe média” (dissertação de mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, SC, 1995

BAKUNIN, M. “Textos anarquistas”, São Paulo: L&PM, 1999.

BATALHA, C., “O movimento operário na Primeira República”, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BOTTOMORE, T., “Dicionário do pensamento marxista”, Rio de Janeiro: Zarár, 1988.

CANO, W., “Raízes da concentração industrial em São Paulo”, Campinas: Unicamp, IE, 1998.

CARLOS, A. F. A. “A cidade”, São Paulo: Contexto, 1994.

CERTEAU, M., “A invenção do cotidiano”, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

COULANGES, F., “A cidade antiga”, Lisboa, Livraria Clássica, 1971.

DEBORD, G. “A sociedade do espetáculo”, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DAMIANI, A. L., “Na busca das favelas o encontro do ‘peão’ que permanece: as favelas de Cubatão num quadro de desenvolvimento do centro petroquímico-siderúrgico” (dissertação de mestrado), São Paulo: FFLCH-USP, 1984.

ENGELS, *Contribuição ao problema da habitação*, in: “Textos” (vol. 2), São Paulo, Edições Sociais, 1976.

FAUSTO, B., “Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)”, São Paulo, Difel, 1971.

FAUSTO, R., “Marx: lógica e política: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética” (tomo I), São Paulo: Brasiliense, 1987.

FOUCAUL, M., “Vigiar e punir”, Campinas: Papirus, 1985.

GUIDUCCI, R., “A cidade dos cidadãos: um urbanismo para todos”, São Paulo: Brasiliense, 1975.

GURVITCH, G., “A sociologia de Karl Marx”, São Paulo: Anhambi, 1960.

HAIDEGGER, M., “Seminário de Zollikon”, Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

HAIDEGGER, M., “Ser e tempo”, Vol.I, Petropolis (RJ): Vozes, 1988.

HARVEY, D., “Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural”, São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, D., “Los límites del capitalismo y la teoría marxista”, México: Fondo del Cultura Económica, 1990.

HEGEL, F. “A razão na História”, Lisboa: Edições 70, 1995.

HEERS, J. “O Ocidente nos séculos XIV e XV: aspectos econômicos e sociais”, São Paulo: Pioneira/Edusp, 1981.

HORKHEIMER, M. & ADORNO, T. W., “Dialética do esclarecimento”, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1985.

JONAS, A. S., “Acumulação primitiva e cercamento dos campos na agricultura brasileira: uma hipótese de trabalho” (dissertação de doutorado), Minas Gerais: Viçosa, Minas Gerais, 1987.

LEFEBVRE, H., “A revolução urbana”, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

LEFEBVRE, H., “Direito à cidade”, São Paulo: Moraes, 1969a.

LEFEBVRE, H., “La vida cotidiana em el mundo moderno”, Madri: Alianza, 1968.

LEFEBVRE, H., “La production de l’espace”, Paris: Anthropos, 1974. (Leitura realizada em conjunto durante o curso “A cidade e o urbano em Geografia”).

LEFEBVRE, H., “Lógica formal/lógica dialética”, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1995.

LEFEBVRE, H., “Posição: contra os tecnocratas”, São Paulo: Nova Crítica, 1969b.

KROPOTKIN, P., “A conquista do pão”, Lisboa: Guimarães & C.a. Editores, 1973.

KROPOTKIN, P., “A questão social: o humanismo libertário em face da ciência”, Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1913.

MARTINS, J. S., “Expropriação & violência (a questão política no campo)”, São Paulo: Hucitec, 1984.

MARTINS, J. S., “O cativo da terra”, São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, K., “Formações econômicas pré-capitalistas”, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1964.

MARX, K., “O Capital” (Livro 1, Vol. 1), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

NOBRE, M. “A dialética negativa de Theodor W. Adorno: ontologia do estado falso”, São Paulo: Iluminuras, 1998.

NUNES, B., “Passagem para o poético: filosofia e poesia em Heidegger”, São Paulo: Ática, 1992.

RANGEL, I., “Introdução ao desenvolvimento e econômico brasileiro”, Bial, 1990.

ROLNIK, R., “O que é cidade?”, São Paulo: Brasiliense, 1988.

SANTOS, M., “Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica”, São Paulo: Hucitec, 1978.

STÉDILE, J. P., “A questão agrária no Brasil”, São Paulo: Editora Atual, 1999.

SEVECENKO, N., “Orfeu extático na Metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20”, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VANEIGEM, R., “Nous qui désions sans fin”, Paris: Gallinard, 1996.

VÁRIOS, (org. Aroldo de Azevedo) “A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana; A evolução urbana, Vol.II”, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

VÁRIOS, “História da cidadania” (Org. J. Pinsky e C. B. Pinsky), São Paulo: Editora Contexto, 2003.

VÁRIOS, “Marx e Engels na história” (Org. O Coggiola), Humanitas, São Paulo: Publicações FFLCH, 1996.

VÁRIOS, “O futuro do trabalho: elementos para a discussão das taxas de mais-valia e de lucro” (Coord. A. Damiani), São Paulo: AGB/SP, Labur/Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, 2006.

VÁRIOS, “Urbanização e mundilização” (Org. A. F. A. Carlos e C. Carreras), São Paulo: Editora Contexto, 2005.

Revistas

“Geosp, espaço tempo: revista de pós-graduação”, no. 17. São Paulo: FFLCH/USP, 2005.

“Boletim Paulista de Geografia: perspectiva crítica” (No. 83), São Paulo: AGB, dezembro de 2005.

“Caros Amigos”, no. 106, janeiro de 2006.

“Imaginário”, no. 7, 2002.

“Urbs”, ano 1, outubro de 1997.

“Urbs”, ano 7, agosto/setembro de 2004.

Jornais

“Agora São Paulo”:

02/11/2004

“A Palavra Latina”:

No. 6, ano 2, São Paulo, março/abril, 2005.

“Correio da Cidadania”:

No. 464, 03-10/09/2005

No. 483, 21-28/01/2006

No. 484, 28/01-04/02/2006

“Gazeta Mercantil”:

02/04/98

“Folha de São Paulo”:

04/12/01

25/01/02

10/04/02

05/09/02

05/11/02

08/07/03

22/03/03

27/03/03

02/11/04

14/07/05

01/02/06

07/02/06

16/02/06

“O Estado de São Paulo”:

04/08/98

02/11/04

Dossiê

“Violações dos Direitos Humanos no Centro de São Paulo”, Fórum Centro Vivo (FCV)
2005-2006

Estatuto

“Estatuto do Partido dos Trabalhadores”, aprovado pelo DN em 11/03/01

Cartografia do Cotidiano

PARTE I

Legendas:

O centro é cinza. Esta é a primeira impressão. Depois, se enxerga todas as cores.

O centro é movimento.

O centro é periferia. O centro é centro.

O centro é música. A cada passo, uma melodia.

Toca-se o centro, no encontro e desencontro das pessoas. Estas vêm de todas as partes: Casa Verde, Santo Amaro, Butantã, Cidade Tiradentes, ABC, Capão Redondo, Pinheiros, Jardins, Salvador, Fortaleza, Manaus, Florianópolis...

Tudo no centro é ao mesmo tempo falso e verdadeiro. Ou melhor, verdade falsificada. Subverte-se e apropria-se de tudo, os piratas do comércio informal.

Rosa dos Ventos:

No entanto, questiona-se: quem está no centro? onde está o centro, quais os seus limites? Não é possível responder, porque se perde sempre todo o referencial.

Nesta primeira parte desta cartografia, não serão datados os fatos relatados. Compreendem narrativas fragmentados, fronteiras demarcadas, que se iniciaram setembro de 2003 e terminaram em maio de 2004. Os relatos são feitos em primeira pessoa:

Começo narrando certo dia em que eu estava no terceiro andar da Galeria do Rock, olhando pela varanda do prédio o movimento a rua 24 de maio, o vai e vem constante das pessoas, a música dos CDs piratas tocando sem parar. De repente, alguns ambulantes, que vendem meias em grandes panos negros nas calçadas, fizeram uma roda de dança, onde se revezavam, um a um, com audaciosos passos de funk, e rap, e acrobacias. A música vinha de alguma banquinha de outro camelô. Não demorou muito para que se aglomerasse muita gente em torno do grupo, formando um grande círculo, para assistir o “show” um tanto improvisado. Tudo isto demorou uns trinta minutos ou mais. O “espetáculo” foi encerrado com muitos aplausos.

Escala:

Conversa com Rodox: Rodox tem 18 anos, é estudante e mora no bairro João XXIII, e vai todo final de semana andar de skate no Vale do Anhangabaú:

“Os guardas do Banco de Boston não deixam a gente andar no Vale, eles nos mostram as plaquinhas escritas “BankBoston”, e dizem que o Banco de Boston comprou o Anhangabaú, e por isso não podemos andar de skate. Mas andamos assim mesmo!”

Conversa com Sandro “Loser”: Sandro tem 23 anos e mora no bairro do Capão Redondo. Todo final de semana ele vai ao Centro encontrar seus amigos na Galeria do Rock. Seu pai é motorista de ônibus metropolitano e é separado de sua mãe, que é “do lar”. Sandro já leu “Anna Karênina” de Tolstoi; “Admirável mundo novo” de Alex Huxley; “Sonho de uma noite de verão”, de Shakespeare; e muitos outros. Segundo ele, seu pai compra todos os livros que saem nas promoções de bancas de jornal. Mas atualmente não está estudando. Conforme contou, seu pai tem uma certa erudição, pois já foi motorista de ônibus de viagem, onde viajou o Brasil inteiro na companhia de muitos artistas. Mas, segundo ele, sua família não é exceção no Capão, pois “existe muita gente que lê e se interessa por cultura lá”.

Sandro também contou algumas histórias trágicas do seu bairro: um homem foi baleado por um bando, sobreviveu rastejando-se até uma escada. O bando ao tomar conhecimento disto, foi até o local e ateou fogo no homem agonizante. Outro caso relatado foi o de um homem ter sido morto e feito em pedaços pelos assassinos. A polícia não encontrou uma de suas mãos, esta foi encontrada, posteriormente, há muitos quilômetros de distância. Segundo ele, um cachorro levava para longe. Apesar disso, Sandro disse que o bairro é tranquilo. “Lá é sossegado”.

Conversa com Raquel: Raquel tem 20, já conclui o ciclo básico, trabalha e mora no Imirim. Sempre vai ao centro a lazer. Um dia disseram para ela, “por que você está com fulano, não vê que ele só quer se abusar de você”. Ao que Raquel respondeu, “será que vocês não perceberam que eu só quero transar com ele”.

Conversa com Falador: Falador tem 36 anos e mora com a mãe no centro. Segundo me contou, sempre trabalhou na área de informática mas atualmente está desempregado, “ninguém dá mais emprego para um cara da minha idade”. Seu pai, falecido nos anos 80, foi membro do partido comunista e foi torturado no regime militar. “Quando dizem que o povo brasileiro não tem memória, é verdade, hoje em dia, esses moleques nem sabem o que foi a ditadura militar”.

Conversa com Wagner Zoltan: Zoltan tem 27 anos e está desempregado, tem o segundo grau completo e mora com os pais na Casa Verde. “Ontem eu estava pensando, e descobri que tenho 27 anos e nunca vive um único dia sequer da minha vida”.

Planície:

No dia 13 de fevereiro, fui tirar a terceira via do meu RG. Perdi há alguns anos e não me importei em fazer um novo documento, porque a sociedade “respeita” muito mais a minha carterinha da Universidade. Na ocasião também não tinha o CIC, perdi este documento há vários anos também. Mas arrumei um estágio remunerado *no* PAE (Programa de Aperfeiçoamento de Ensino), e precisava da documentação. Por isso, fui aos órgãos competentes regularizar a situação.

De acordo com as informações que recebi, desempregados há mais de dois meses estavam isentos de pagar uma taxa de vinte reais no Poupa-tempo, localizado nos arredores da Praça da Sé. Sem problemas, não havia registro na minha carteira de trabalho há uns dez anos. Quando entrei na faculdade, tive as seguintes atividades: monitor (bolsa-trabalho - Coseas) no Museu de Zoologia e depois bolsista de iniciação científica CNPq-PIBIC pela mesma instituição. Ultimamente, estava vendendo CDs de bandas independente para lojas especializadas, na Galeria do Rock, atividade esta que não me dava uma boa renda.

Então fui para o Poupa-tempo. Ao sair da estação de metrô, vi meninos de rua banharem-se numa fonte artificial da Praça da Sé, o dia estava quente. No local indicado, um colossal prédio corporificava o Estado; aos seus pés milhares de pessoas, insignificantes como formigas. Nas suas proximidades, centenas de homens me interceptavam: “carteira de motorista, por aqui”, “fotos para o RG, aqui” etc.

Atravessei os portões e caminhei por um grande pátio; parece que uma peça popular estava sendo encenada nele, pois no lugar onde se reuniam muitas pessoas em círculo e, de tempos em tempos, davam risadas. Continuei e me dirigi para a imponente

portaria do prédio, talvez de arquitetura modernista. As pessoas marchavam como gado, entravam e saíam do prédio. O dia quente e cinzento e o monumental edifício conferiam uma atmosfera épica àquele cenário.

Na antecâmara, fui a um balcão pedir informações. Um funcionário, com encargos burocráticos, e que obviamente me tratou como um número, orientou-me a seguir por um corredor e ir até o final. Lá tinha outro balcão, e outro corredor. Logo, outro funcionário, “entre no corredor e tome à direita”. E à direita, mais um balcão, e mais um corredor, e mais um funcionário. E assim, eu me encontrava perdido num labirinto kafkaniano para nunca mais sair. Finalmente, cheguei a um balcão onde me deram uma senha. “Aguarde no salão”. Era um salão enorme, comprido e com muitos bancos e centenas de pessoas sentadas olhando como autômatos para um painel eletrônico que, de quando em quando, alterava o número. Então, levantava-se alguém e se encaminhava rapidamente, quase correndo, para mais um outro balcão! No teto, que devia ter uns dez metros de altura, lustres imensos, pesados e sólidos, pendurados em fila, cada um deles segurados por uma única e fina corrente, mas sem esboçarem qualquer movimento, eram como mísseis apontados para as pessoas aqui embaixo, oprimidas. Pela janela, o dia passava. Do lado de fora, telhados com muitas chaminés prateadas, que giravam ao vento. A liberdade devia estar lá! De repente uma brisa, quase insignificante, um suspiro, mas o suficiente para balançar os lustres. Talvez estivessem zangados. Algum tempo mais tarde, um funcionário, semelhante a um desenho animado, impecavelmente vestido, com uma camiseta social branca e uma calça preta, atravessou quase que em marcha militar o salão, inspecionando severamente as pessoas que diante de sua figura se curvavam. Não sei por quê ele me repreendeu. Com isso, me endireitei a postura. Repreendeu depois uma criança. E ficou ali parado, vigiando como um algoz. Algum tempo depois, foi embora. Alívio de todos.

Enquanto isso, o painel ia sistematicamente alterando os números, que depois de muito tempo bateram com os da minha senha. Levantei-me, e, exatamente como os demais, dirigi-me apressado, quase correndo, ao balcão. Informaram-me, ou quase sussurraram, “à direita, sua esquerda, vá pelo corredor, entre à esquerda, sua direita, siga em frente, e na segunda porta, entre e vá direto ao primeiro balcão”. E consegui, sabe-se como, chegar ao balcão mencionado. Lá recebi outra senha e solicitaram gentilmente que aguardasse num outro recinto, bem pequeno desta vez, mas com muitos painéis eletrônicos. A essa altura eu já me sentia derrotado. “O sistema vai mastigar você e cuspir fora depois”. Então me “convocaram”, assinei os papéis quase como quem

assina um contrato sem ler. Queria me ver livre daquela situação. Solicitaram-me cordialmente, depois, que esperasse num outro ambiente, só que desta vez de pé, não tinha cadeiras. Para mim, a essa altura, já me importava o tempo, se me mandassem esperar lá infinitamente, não teria problema, teria esperado. E perdi a noção de quanto tempo eu fiquei lá. Então colheram minhas digitais. Quando saí, já anoitecia.

Depressão:

Sábado. Fazia tempo que eu não sabia o que era andar na chuva sem ficar com os pés molhados. Quando recebi meu primeiro salário do PAE, evidentemente fui comprar um sapato novo. Claro, no centro da cidade! Acabei indo na C&A da Rua 24 de Maio. Escolhi um sapato de 50 reais, mas a caixa registradora não aceitou meu cartão de banco. Saí para retirar o dinheiro no caixa eletrônico. Já anoitecia. Voltei à loja. Comprei o sapato. Passei então na Galeria do Rock. Por volta das oito horas, decidi ir embora. Andei pelas ruas do centro no sentido do ponto de ônibus, na Praça da República. Tudo estava escuro. Neste momento, fui abordado por um homem que, num salto ligeiro, se pôs à minha frente. Ele tinha mais ou menos a minha altura, era moreno escuro, devia ter entre 30 e 35 anos, e vestia-se com andrajos muito sujos.

“Me dá cinco reais!”, exclamou imperativamente.

“Não tenho cinco, tenho um real”. Na verdade eu tinha onze: uma nota de um e uma nota de dez, mas não queria dar esta para ele, porque se não seria roubo.

“Eu pedi cinco reais, e não um real!”

Olhei para ele e vi que segurava ou fingia segurar uma arma por dentro da camisa. Fiquei sem saber o que fazer. Ato contínuo, o sujeito puxou a sacola onde estava meu sapato, abriu, olhou, dobrou a sacola e colocou sob o seu braço. Pedi para que me devolvesse. Então, ele se aproximou muito de mim como se quisesse pegar a minha carteira. Num movimento brusco fui para um lado e olhei para ver se via alguma viatura policial por perto. Nada. Nisso, o sujeito precipitou a correr. Não sei porquê, fui atrás. Começara então uma perseguição pelas ruelas escuras do centro da cidade, à noite.

Lembro-me que ao passar por um bar ouvi um comentário: “Olha, acho que aquele cara roubou aquele outro ali”. E enquanto corria atrás dele, pensava onde ia acabar tudo aquilo. Não havia uma viva-alma nas ruas, somente vultos ao longe. Não tinha também um único policial. Imaginei que o ladrão fosse talvez um súdito de algum

rei dos mendigos e que, talvez, a princesa fosse uma linda cigana, e que para tal ele reino rumava para entregar a oferenda.

Mas ruas passavam, e fomos parar numa avenida, tão deserta como tudo aquilo. Apesar de continuar correndo, eu tinha perdido as esperanças de recuperar o meu sapato, que ainda nem usara. Nesse momento, decidi mudar de estratégia: passei a correr rente às paredes da avenida, de modo que ele não me visse. Deu certo, o sujeito diminui a marcha, achando que tinha me despistado entrou numa rua. Ao chegar nela, era uma ruela ainda mais escura do que as outras, estreita e escura. “Virgem Maria, e não é que ele está indo mesmo para o tal reino!”

Tive medo de entrar na rua, mas movido um pouco pela curiosidade, continuei seguindo-o. Seu andar agora cambaleava, quase tropeçando, e sumia na escuridão daquele caminho, mas não segurava mais a sacola. Esta estava colocada encostada a uma parede, como se fosse um saco de lixo. Então parei, aproximei-me da sacola, mas tive receio de pegá-la. Olhei para ele novamente, e, neste momento, ele me olhava, com ódio, como um animal feroz acuado. Recuei e fui para a esquina da rua, onde tinha ainda alguma claridade. Ele pegou a sacola novamente e ficou me olhando.

“Devolve o sapato!” Eu disse.

“Vem aqui!”

“Não! Devolve o sapato, eu te dou uma grana!”

“Vem aqui, eu quero trocar idéia”.

“Trocar idéia uma ova, devolve o sapato!”

Em virtude da falta de acordo, ele pegou a sacola e desatou a correr. Voltei a persegui-lo. Talvez não houvesse reino dos mendigos nenhum. Acho que nós dois já estávamos perdidos, e era indiferente que rumo tomávamos. O seu mundo, na verdade, talvez seja o mesmo mundo de todos: *o cotidiano*.

Então avistei, no fundo da rua, luzes vermelhas piscando alternadamente. Um carro de polícia se aproximava silenciosamente, como um gato à espreita de sua presa.

“Polícia!!!” Gritei.

Ato continuo, o rapaz largou o sapato.

O carro parou ao meu lado, e os policiais me olharam com olhar interrogativo.

“Aquele cidadão roubou meu sapato”, mas nisso, me arrependi, pois já de posse dos sapatos em minhas mãos, não via a hora de voltar para casa, e, além disso, depois de

tudo aquilo, só de imaginar o transtorno de ter que fazer um boletim de ocorrência já era demais.

Os policiais tentaram dar a marcha ré, mas foram impedidos por um carro que vinha atrás.

“Nós vamos dar a volta”.

Acompanhei-os a pé até a avenida, então eles partiram para a direção oposta: não iam dar a volta coisa nenhuma.

Nisto, disparei o mais rápido que pude, seguindo os caminhos que a memória indicava. Finalmente, cheguei à Praça da República e fui para o ponto de ônibus. Ia pegar o primeiro ônibus que aparecesse. A sorte agora estava do meu lado, o primeiro ônibus que chegou foi o Butantã USP.

Ônibus vazio, a viagem passou rápido. Não tenho certeza o que eu pensei direito, mas fiquei me questionando o por quê me referi ao rapaz por “cidadão” aos policiais. Talvez, quis ser um pouco popular.

Ao passar pelo Largo da Batata, o ônibus parou numa rua de mão única e vazia, e permaneceu assim. Subitamente, um homem, de pé e ao lado do motorista, e olhando através do pára-brisa, gritava: “Sai daí! Sai daí!”

Eu estava no fundo do ônibus mas deu para ver que o homem estava armado. Impasse. O que estava acontecendo? Fim do mistério, uma caminhonete saiu de frente do ônibus e estacionou. Dois homens saíram do veículo e interpelaram aos gritos o homem armado no ônibus:

“Que que foi?!!”

“Sai fora!”, respondeu o sujeito no ônibus, e nesse momento foi para as janelas laterais, sempre com a arma em punho.

“Sai fora nada, agora você vai descer!”

Então o sujeito se identificou:

“Aqui é polícia”.

“E daí que é polícia, agora você vai descer!” Disseram os homens nem um pouco intimidados.

O policial não contava esta com reação, e voltou-se para o motorista e disse timidamente: “abre a porta”.

O motorista não abriu, e os homens começaram a cercar o ônibus. Eu já estudava um lugar para me atirar e deitar, caso começasse um tiroteio. Antes disso, eu olhei pela janela um corredor que formava entre o ônibus e os automóveis estacionados, nele

atravessaram dois policiais militares segurando suas armas. Atrás do ônibus formara um pequeno congestionamento, onde se encontrava uma viatura policial. O motorista então abriu a porta e o policial desceu, e tão logo partiu em alta velocidade.

Não usei o sapato durante uma semana, e toda vez que eu chegava em casa podia sentir, do lado de fora, o cheiro de sapato novo. Então entrava, olhava-o e pensava: “o sapato que quase virou pedra¹”.

Lençol freático:

O centro tem seu lado subterrâneo: o metrô. Certo dia, o metrô estava cheio como uma lata de sardinha, para piorar a situação, o alto-falante informava que por causa de uma falha no sistema, o metrô ia circular lentamente e, de quando em quando, pararia dentro dos túneis. E assim aconteceu, ficava parado mais ou menos uns dez ou vinte minutos. Paradoxo das grandes cidades: quanto maior a pressa, maior também a demora, a lentidão. Assim diante da impossibilidade de empurrar o trem, só resta mesmo a resignação. Lá em cima, provavelmente, uma multidão se acotovelava pelas ruas e avenida do centro numa briga frenética.

Um rapaz que estava ao meu lado bambeou e caiu. Amorteci sua cabeça com um leve chute. Apesar de estar completamente inconsciente, seus olhos estavam abertos mas sem movimento. Tentei acordá-lo. Os passageiros assistiam a cena sem se manifestar. Um deles, no entanto, deu um murro violento no lacre de acrílico do dispositivo de emergência, que se despedaçou e milhares de cacos. Então, pela primeira vez pude ver o que acontece quando a emergência é acionada: com o trem em movimento, a porta do metrô abriu e, segundos depois, fechou.

Uma mulher apareceu quanto eu tentava levantá-lo. “Não, não levanta muito ele, não!” Ela se agachou e conseguiu fazer com que o moço despertasse. Ele se levantou completamente zozinho e desceu na primeira estação que o metrô parou.

“Você é enfermeira”, perguntei.

“Não, sou professora”, e depois de uma pausa, “é que eu tenho noções de primeiros-socorros”.

Quando o metrô chegou na estação Paraíso, fui descer. Impossível. Uma multidão desesperada lutava para entrar no vagão. Quanto a mim, botava um pé na plataforma e a muralha de pessoas me empurrava novamente para dentro, então botava

¹ Uma pedra de crack custa cinco reais.

o outro pé para fora, e empurravam-me de novo para dentro, e assim sucessivamente. Um homem que assistia a cena do lado de fora passou a gritar: “Deixa o cara descer! Deixa o cara descer!” Passei então a gritar: “Me deixa descer! Me deixa descer!” Consegui, depois de muito esforço e alguns safanões. Porém, o resto da muralha, que não conseguiu entrar, continuava lá, intacta. Pedi licença para uma garota que estava bem na minha frente. Ela tentou se mover para um lado, em vão; depois tentou para o outro, também em vão, me olhou, e disse quase suplicando: “não dá”. Então pensei, se chegar outro metrô, eles vão me empurrar, contra a minha vontade, novamente para dentro do vagão: de volta ao purgatório. Não havia jeito mesmo, tive que mandar a boa educação às favas e sair empurrando todo mundo. Talvez seja isto o mal-estar da civilização.

PARTE II

26 de julho de 2002, quinta-feira, 17:00.

Planalto:

Fui à ocupação (Prestes Maia). Confesso que, quando cheguei na Av. Prestes Maia, senti um pouco de receio ao pretender entrar na ocupação, mas quando vi três crianças com suas lancheiras e mochilas escolares atravessarem os portões para dentro do gigantesco prédio, totalmente ocupado por sem-tetos, fiquei tranqüilo. Diante da porta, entrei sem precisar me identificar, porém, no fundo do hall de entrada, havia um balcão semelhante aos de zeladoria, atrás dele, uma mulher e um senhor sentados, que, desta vez, me intercederam. Identifiquei-me como estudante de mestrado e apresentei meu projeto de pesquisa. Eu procurava, segundo informações, a Jaira. Conforme me informaram, esta não se encontrava no momento, somente no dia seguinte, sexta-feira, na reunião das 19h. Então pedi pela Lisete ou Neti. “Hoje, na reunião das 20:00”, foi a informação que obtive. A mulher permanecia calada, e o senhor, lacônico, não tinha cara de ter muitos amigos. Para esclarecer as dúvidas sobre a minha presença ali, comecei a relatar o propósito de minha pesquisa. O senhor, no entanto, disse que eu não podia entrar na ocupação sem uma autorização, e esta só poderia ser concedida por um coordenador. Atrás deles um aviso: “Visitas das 9:00 às 21:00”. Cheguei a pensar que o prédio era aberto à visitação pública naqueles horários, mas visitas eram parentes, conhecidos e pessoas autorizadas.

Saí de lá com a intenção de participar da reunião das 20:00. Enquanto isso, eu fui para a Galeria do Rock.

Esta parte do centro, a região da Luz, é extremamente feia e suja. Seus protagonistas chegam a ser sinistros de tão encardidos que estão: crostas de sujeira impregnam por toda sua pele, cabelos e vestimentas, geralmente cobertores, e bernes saem pelas erupções de seus pés. Muitos têm problemas mentais. Já os passantes, pessoas comuns, que circulam por lá, a maioria veste roupas desbotadas e curtas – encolheram com o tempo, e carrega um semblante sofrido...

Na Galeria, encontrei alguns amigos; um deles comprou uma garrafa de vinho, “Sangue de Boá”, e passamos a beber. Um mágico, ou melhor, um profissional, evidentemente sem a cartola e o coelho, fazia alguns truques para algumas garotas. E assim as horas passaram rápido.

19:45. Voltei à ocupação. Entrei pela mesma portaria e fui informado que a reunião era realizada na garagem, do lado de fora do prédio, no outro portão lateral, grande de metal e azul.

Saí e fui para lá. Nele, um rapaz muito alto, vestido de rapper, recepcionava os que iam entrar.

“Por favor, a Lisete ou a Neti”, perguntei.

“Lá embaixo”.

“E como é que eu faço para falar com elas”.

“Entra e fala”.

Desci por uma rampa que levava para um grande salão. Dois carros estavam estacionados nela. No salão, havia muitas cadeiras reunidas de frente para um palco. No local, umas cinquenta pessoas ou mais. Coisa curiosa, não eram mendigos² como antes eu pensava, mas trabalhadores humildes. Estes se acomodavam em seus lugares. Uma mulher ajustava o volume do som dos amplificadores. Um sujeito alto, grande e gordo, com barbas brancas, um quepe e um tapa-olho, era notável, parecia um pirata³. Atrás do palco uma bandeira vermelha, semelhante a do MST, com os seguintes dizeres em letras garrafais: “MSTC (em cima); ocupar, resistir, construir, morar (em baixo)”.

² Para muitos, o termo mendigo é pejorativo porque supõe uma certa assistência: de pedinte. A denominação adequada seria morador em situação de rua. Usamos “mendigo” aqui e em outro lugar porque é a imagem mais vulgarmente conhecida.

³ Talvez aqui a nossa história de amor: “Getúlio Veloso, 66 anos, participou da invasão do prédio da Prestes Maia, em 2002, porque estava apaixonado por uma namorada que aderiu ao movimento. Acabou abandonado por ela. Veloso usa um tampão no olho. Diz ele que perdeu a visão “na guerra dos Seis

A mulher do som me pareceu a pessoa mais fácil de se abordar naquele momento. Mas talvez fosse um engano.

“Por favor, eu gostaria de falar com a Lisete ou a Neti”.

“Espera um pouquinho”, ela me disse, e, ato contínuo, aumentou o som dos amplificadores. “Eu sou a Neti; aquela é a Lisete”, e ao dizer isto, colocou-me sentado numa cadeira, e sentou-se ao meu lado. Não consegui ver bem quem era a Lisete.

Começou então uma apresentação, com três crianças. Elas dublavam uma música hip-hop, e encenavam uma música que contava a história de um personagem que cheirava cola e de outros dois que tentavam persuadi-lo a parar. Não consegui prestar atenção na letra, mas sei que constantemente se referia a Deus, e de como as drogas podem acabar com a vida de alguém. Fiquei feliz em entrar numa reunião e encontrar um show. Soube mais tarde, por um coordenador, que este tipo de “peça” sempre antecede as assembléias, e são chamadas de “místicas”.

Terminada a mística, a Neti apresentou as crianças, e uma delas fugiu, correndo, ao ouvir seu nome e o lugar onde morava. Fato que provocou risos dos presentes. Depois a Neti passou a ler a pauta de reunião. Uma mulher pediu a palavra, e começou a dizer que o material da campanha do Chico Mecnas do PT já estava à disposição. Aí, então, passou-se a articular como seria a campanha dos sem-tetos em prol do candidato. Em seguida, foi dada a palavra a uma outra mulher que anunciou a “matéria jornalística da semana”. Então chamaram um estudante que reconheci da História-USP. Este informou que a matéria era sobre os “piqueteros” da Argentina e seria dada a palavra a que uma *companheira* argentina, mas antes ele faria algumas considerações sobre o este movimento.

Confesso que senti um certo mal-estar quando meu colega se pôs a falar. Seu discurso não tinha erros de português e me deu a impressão de ser distante demais dos sem-tetos. Mas era tratado, por eles, com uma certa familiaridade, e parece mesmo que já fora preso em manifestação do movimento sem-teto. Não obstante, falou e realçou que mais da metade da população da Argentina está vivendo a abaixo da linha da miséria, e que a bandeira de luta dos “piqueteros” é contra o desemprego.

Durante sua fala, uma mulher alta e clara acompanhada de um homem de barbas brancas descia a rampa. A Neti imediatamente se levantou e foi falar com eles.

Assim que o estudante terminou, a Neti pegou o microfone.

Dias”, por Israel. Por causa do problema, vê cada imagem multiplicada por três” (“Coluna Mônica Bergamo”, Folha de São Paulo, Ilustrada, p.E2, 14/10/03).

“Gente, desculpa interromper, disse a Neti, é que uma companheira da Alemanha está aqui, ela é do grupo ‘Pão para o mundo’”.

Então chamou a alemã, que hesitou um pouco, mas, persuadida e sorridente, saudou o movimento, com poucas palavras faladas em língua portuguesa, e saiu sob aplausos.

Os presentes se entusiasmaram, e diziam que, hoje, a reunião estava “internacional”.

Então passaram o microfone para argentina, de nome Carolina. Ela falava em espanhol, e o estudante traduzia. Ela parecia bem instruída, citou uma dezena de conceitos marxistas, criticou o capitalismo e incitou à luta. Ficou bastante emocionada quando mencionou o “Massacre de 2002”, e disse a seguinte frase, “nós não queremos mártires, mas as pessoas vivas para lutar ao nosso lado”. Outro fato marcante foi quando citou indignada a desigualdade sócio-econômica na Argentina, seus olhos se encheram de lágrimas, algo que, talvez, passou despercebido para a maioria das pessoas, não para uma mulher, no fundo, que correspondeu da mesma forma, com os olhos cheios de lágrimas. E assim terminou sua fala.

Então, a Neti pegou o microfone e enérgica fez uma exortação contra o capitalismo. Depois disse que no domingo dia 5 o MSTC faria uma passeata até uma “experiência” desenvolvida numa outra ocupação muito bem estruturada.

“Olha, a concentração vai ser aqui, às 9:00, mas eu vou falar para todo mundo chegar às 8:00, para ninguém se atrasar. Nessa ‘experiência tem até uma creche’”.

(Infelizmente, não anotei o endereço desta ocupação nem pude ir à passeata).

Depois voltou a falar da campanha eleitoral, etc., no final disse: “vamos gritar o grito de guerra do MSTC, vocês se lembram como era, né? ‘MSTC, a luta é pra valer; MSTC, a luta é pra valer; quem não luta está morto!!!’ não era assim gente?”, questionou esperando confirmação.

“Então vamos, e gritou com uma voz forte e ao mesmo tempo estridente, ‘MSTC, a luta é pra valer; MSTC, a luta é pra valer; quem não luta está morto!!!’”

Mas os presentes não corresponderam às expectativas. Saiu um grito chocho, fraco, desanimado.

“Ó gente, não senti firmeza, vamos outra vez”.

E entusiasmada deu um berro ainda mais alto:

“MSTC, a luta é pra valer; MSTC, a luta é pra valer; quem não luta está morto!!!”

Dessa vez o esforço foi recompensado.

Olhei para o lado, e um senhor, acompanhado da esposa, sorriu timidamente e condescendente.

A reunião foi encerrada, e com isso se formou um pequeno tumulto. Cadeiras se arrastando, muita gente conversando, numa confusão de vozes, abraços, saudações e sorrisos.

Andei pelo salão, e vi expostos muitos painéis sobre o movimento “piqueteros” em grandes colunas que sustentam a enorme estrutura do prédio. Então, procurei a Neti. Uma moça falava com ela, pedia para mudar a última frase do lema, “está morto”. Aguardei, e depois quando consegui chamar a sua atenção, expliquei os motivos de minha presença ali, ela disse, “volta na quinta feira às 17h, e participe da reunião da executiva dentro do prédio”.

Quinta-feira, 2 de setembro de 2004, 17:00.

Voltei à ocupação. Dessa vez tive dificuldade de entrar. O senhor da outra vez resolveu colocar uma série de obstáculos. “Eu vim da parte da Neti, vim participar da reunião da executiva”. Depois de muito insistir, consegui convencê-lo. “No segundo prédio, no segundo andar, você entra por aqui”. Segundo prédio porque são dois edifícios geminados, um deles na Brigadeiro Tobias; e o outro, na avenida Prestes Maia. Antes de subir perguntei, “a Jaira está participando?”. “Não. Só tem umas cinco pessoas”, respondeu. Tive que deixar meus documentos na portaria para entrar no prédio. Então, entrei por uma porta que ficava atrás da zeladoria, depois subi uma escada em espiral e interminável, que até o primeiro andar. Lá, a visão por dentro da ocupação era simplesmente surpreendente: um enorme vão livre com um teto extremamente alto, e dentro dele, três grandes fileiras contíguas de “barracos” construídos com madeirite. Perdido, vi uma mulher grávida andando por aquela cena pitoresca, e, ao contrário dos sem tetos que participaram da reunião passada, ela, de fato, parecia uma moradora em situação de rua. Perguntei para ela onde estava ocorrendo a reunião da executiva. Respondeu-me apontando para um lado, um enorme buraco na parede, onde se via o segundo prédio. Então, segundo eu entendi, atravessei buraco, que dava num “telhado”, e depois passei por um outro buraco na parede do outro prédio. Dentro do segundo prédio, subi novamente uma escada em espiral quase sem fim como a outra. Alguns moradores passavam por mim, alguns pareciam

moradores de rua, outros catadores de material reciclável e outros ainda trabalhadores comuns. Disseram-me onde ficava a sala de reunião da executiva.

Havia quatro mulheres na reunião, uma delas era bem adolescente, e uma outra eu reconheci da última reunião, era uma mulher com traços europeus, bem vestida e evidentemente pertencia à classe média ou classe média alta, seu nome, Iara. Pedi licença e interrompi o que estavam fazendo. Expliquei por que eu estava lá, e pedi uma autorização para estudar a ocupação. Então a Irene pegou meu projeto e perguntou se eu ia fazer um “estudo de caso” da experiência da Brigadeiro Tobias ou um estudo do MSTC. (A expressão estudo de caso indicava que ela possuía instrução superior). Eu disse que gostaria de estudar somente aquela ocupação.

“Então você deve participar da reunião de hoje às 19:30, e falar com a Jaira, que é a coordenadora deste prédio”.

“Mas eu já participei da reunião da semana passada e a Neti me falou para participar desta reunião”.

“Mas essa reunião é do movimento e não do prédio, somente o coordenador pode te autorizar”.

Não tinha como retrucar. Devia voltar depois. Fui novamente para a Galeria do Rock. Ao passar em frente ao DEIC, uma enorme feira de bugigangas e coisas usadas concentrava uma centena de pessoas (o famoso “mercado do lixo”). Como já mencionei, nesta parte do centro, a revitalização do centro ainda não deu os ares da graça.

Como estava sem nenhum dinheiro, passei no banco. Mas parece que esses bancos não têm o menor problema em aceitar dinheiro de um possível cliente; mas para liberar o dinheiro depositado por este cliente, aí a coisa complica. Assim, meu cartão foi recusado pelos caixas eletrônicos – não dá para reclamar. Coloquei meu jaqueta preta, com o A sob o círculo, símbolo da Anarquia, num balcão, e testei todos os caixas, até que finalmente, depois de ter perdido um tempo enorme, consegui sacar 10 reais. Notei que um segurança, na parte interna do banco, que estava fechado, olhava-me muito. Acho que a minha movimentação o preocupou. Fui embora, mas percebi que havia esquecido a jaqueta. Voltei ao banco. O segurança arregalou os olhos. Procurei minha jaqueta em todos os caixas eletrônicas. Não encontrei. O segurança não se manifestou. Então me dirigi a ele por uma fresta na porta de vidro. Perguntei se tinha visto a jaqueta, e ele me respondeu que uma mulher entregara para ele um casaco e como ninguém reclamou a falta da roupa, resolveu guardar, etc. Depois, agachou e tirou o casaco de um

cantinho bem escondido e entregou-me um pouco contrariado. Pensei, “que que um segurança vai fazer com uma jaqueta com o A de Anarquia?”

19:00. Voltei à ocupação. Fui direto para o local da reunião. Desci a rampa e sentei-me numa cadeira, e fiquei esperando. Ao meu lado, um homem na faixa dos cinquenta anos, vestido com roupas extravagantes jamaicanas, um grande boné colorido, dezenas de colares pendurados no pescoço, e um grande dente canino de algum animal pendurado na ponta de sua longa barba grisalha. Passados alguns minutos, ele me perguntou:

“O que você está fazendo aqui?”

“Estou realizando em estudo, e você?”

“Estou reivindicando um direito de todos, além de também estar realizando um estudo”.

Contou-me que na segunda-feira, ele participou de uma reunião na Santa Cecília, e orientaram-no para participar da reunião do Prestes Maia, que seria realizada hoje.

“O que eu não gosto é que depois que acabam essas reuniões eles enfiam um folheto na nossa cara e dizem, ‘toma, esse é o nosso candidato’”. Concordei e depois perguntei:

“O que você está estudando aqui?” Não entendi a sua resposta. Pareceu-me que ele estava um pouco constrangido de se encontrar naquela situação. Depois continuou:

“Eu sou músico”.

“É mesmo! Eu toco numa banda também”.

“O que você toca?”

“Guitarra, e você”.

“Eu toco guitarra, baixo, bateria, teclado, sax... Sou um músico completo”.

Contou-me então que vinha de Manaus, que acabara de se separar de sua família, que estava morando na São João com a Ipiranga, que não dava mais para pagar o aluguel, e que a empresa onde trabalhava, a Sony Music, havia falido e, portanto, desempregado. Disse também que já havia tocado com Gilberto Gil, Carlinhos Brown, Maria Betânea, Ziggy Marley e tantos outros.

“Eu gosto do Jimmy Clift”, comentei.

“Eu conheci o Jimmy Clift, eu sou amigo dele”.

Depois me contou sobre suas viagens pelo mundo, e outras aventuras.

“Conheço dezessete países, três continentes, já fui para todo lugar... Califórnia, Suriname, Guadalupe, Congo, Jamaica... Morei cinco anos em Portugal, sete nos

Estados Unidos... Já fiz de tudo, participei das filmagens quando o Jacques Cousteau esteve no Brasil em 83...”

Tudo muito consistente e impressionante.

“Que estilo de música sua banda toca”, ele me perguntou.

“Punk rock”.

Depois começou a me contar que assistira um show de rock pesado, e articulou detalhes da acústica, da timbragem, dos músicos, etc.

No ambiente muitas pessoas conversavam também, um barulho constante, então, à certa altura, tive a impressão, mas não posso ter certeza, de tê-lo escutado dizer, “eu não toco nada!”.

“O quê?”

Ele me olhou.

“O que você toca?” perguntei.

“Toco guitarra solo, guitarra base, baixo, bateria, sax... sou um músico completo. Dei sorte, quando vim para São Paulo, a Sony estava precisando de um baterista. Eu sou registrado. Na minha carteira de trabalho, sou registrado como músico e cantor. Você é sindicalizado? O sindicato dos músicos fica no quinto andar de um prédio na Av. Ipiranga. Fiz seis anos de faculdade...”

Tudo muito verdadeiro, e o sujeito não tinha nada de maluco. Mas aquela impressão, “eu não toco nada”, ficou na minha cabeça.

Enfim, começou a reunião. Desta vez, por motivos de falhas na aparelhagem, não houve a mística. A Iara estava presente. Como estava muito cansado não consegui prestar muita atenção no que diziam, e o que me sobrou foi muito fragmentado. Muitas mulheres se revezaram em suas falas, mas dessa vez um homem também falou. Discutiram a situação do imóvel, o Prestes Maia. E uma delas falou a seguinte frase: “como diz fulano, se pago o aluguel, não tenho dinheiro para comer; se como, não pago o aluguel”.

Uma mulher negra, de nome Eudete, colocou em sua fala que há vinte anos participava dos movimentos por moradia em cortiços e pensões. “Hoje, depois de muita luta, graças a Deus, tenho a minha casa própria”. Entretanto, não estava disposta a parar de lutar pela causa, e por isso continuava participando do movimento. Uma moça, de nome Miriam, disse assim, “olha gente, a revolução urbana está chegando!”. Depois fez muitas críticas ao capitalismo, etc., e terminou assim, “as eleições passam, e os políticos vão embora, mas nossa luta continua”.

No final, a Eudete veio na minha direção, falar comigo. Expliquei para ela que eu era aluno de mestrado e que queria estudar a ocupação. Muito gentilmente ela me conduziu e apresentou-me a duas mulheres, coordenadoras de andares. Estas me levaram até a portaria, mas não puderam me autorizar a entrar no Prestes Maia. Ou seja, deveria continuar indo às reuniões, e procurar a Jaira.

Terça-feira, 14 de setembro de 2004, 17:00.

Rio:

Voltava do centro. Fui pegar o Butantã-USP num ponto em frente à Assembléia Legislativa no Ibirapuera. Esperei uns vinte minutos. O ônibus estava vazio. Ao chegar nas proximidades do Itaim, o ônibus simplesmente parou. O trânsito estava sem exagero nenhum caótico. Tudo parado, mas os veículos faziam manobras improváveis. Cheguei no campus às 19:20.

Quarta-feira, 15 de setembro de 2002, 10:00.

Indo a campo. No metrô, dois jovens sentados conversavam. De pé, eu escutava discretamente. Um deles contava que se envolveu numa briga, e acabou sendo baleado. Descrevia com as mãos os locais do corpo onde fora atingido. Uma bala acertou a sua testa. Dizia que na cirurgia os médicos tiravam restos de chumbo de sua testa. O outro rapaz argumentou que o tiro não poderia ter sido a queima-roupa, porque senão ele estaria morto. Mas ele retrucou, “não, foi à queima-roupa, eu estava na bicicleta quando ele me provocou, parti para cima dele e ele atirou”. Estação da Sé, e os dois desceram.

Quinta-feira, 16 de setembro de 2002, 17:00.

Fui na ocupação. O senhor da portaria pediu-me para voltar na segunda-feira, porque a Jaira falaria comigo.

Segunda-feira, 20 de setembro de 2004, 13:00.

Montanha:

Vou fazer uma descrição sucinta da Ocupação: *Na rua Brigadeiro Tobias, o edifício se ergue em 10 andares com 8 grandes janelas laterais. Numa inscrição em alto relevo, lê-se “Companhia Nacional de Tecidos”. No térreo, há dois estabelecimentos comerciais, uma papelaria e um estacionamento. *O segundo prédio, na Av. Prestes Maia, tem 23 andares e 8 janelas laterais. Como muitos prédios no centro, a cor deles é cinza escuro.

O sujeito da portaria, cada vez mais, demonstrava má vontade com as minhas investidas. Ao perguntar da Jaira, ele disse que estava viajando e mandou-me voltar só depois das eleições.

Oceano:

Decidi então sair à deriva. Passei no Shopping Center Luz, em frente da antiga estação Sorocabana (Júlio Prestes). Depois na Av. Rio Branco, uma menina dormia em pleno dia, num sono profundo no meio da calçada. Na mesma avenida, esquina com a Rua dos Gusmões, parece existir uma ocupação, com vinte andares e em pelo menos três janelas, avistam-se antenas parabólicas Sky. Do outro lado da rua, muitas lojas de motocicletas.

Continuei andando pela avenida. Um RG rasgado no chão. Passa por mim um grupo de quatro africanos. Mais adiante, um segundo grupo de africanos (três). Um terceiro grupo de africanos (mais três), metros depois. Num bar, mais três africanos sentados a uma mesa. E finalmente, um quinto grupo de africanos (quatro). É possível reconhecer os africanos porque eles são extremamente altos e sempre estão muito bem vestidos, e geralmente falam extremamente alto em algum dialeto africano. Distinguem-se dois andinos, que se vestem de maneira muito simples.

Na avenida também há muitas casas de shows streep-tease e sexo ao vivo.

Av. Ipiranga. Altura 1248. Um prédio abandonado com a portaria totalmente lacrada com concreto.

Vale do Anhangabaú (em frente ao BankBoston). Muitas pessoas sentadas, aparentemente desocupadas. Dois meninos (uns 10 anos) tentam comprar *camisinhas* de um ambulante, este perguntou, “camisinha pra quê?” Um deles retrucou, “pra transar”.

“Cresce moleque”.

“Cresce você!” responderam.

Sentei num banco de praça, atrás de mim, dois rapazes conversavam, um falava e outro se limitava em ouvir:

“Você tem talento, você tem futuro, é só você encontrar a empresa certa. (...) Você pode casar com a Gisele Bündishen ou com uma Cicarelli, mas uma hora você vai enjoar. Você pode andar de Vectra o tempo todo, mas uma hora você enjoa. Você vai andar de fusca, aí você vai sentir alguma coisa diferente. (...) Você tem personalidade, se eu tivesse a sua personalidade... eu era bem moço; eu acabei casando de um modo obrigado, porque eu não tinha personalidade, aí o pai dela obrigou. (...) Você cria filho pro mundo...”

Na minha frente, três homens sentados num banco, um deles tem uma garrafa de bebida alcoólica na mão e um outro irreverentemente canta bem alto: “Baratas saiam de suas casas; ratos entrem nos sapatos, dos cidadãos civilizados; pulgas, que habitam minhas rugas; oncinha pintada, ursinho peludo vão se foder!!! Porque aqui na face da terra, só bicho estranho é que vai ter”.

Enquanto isso o outra argumentava: “(...) Você tem personalidade. Você é autêntico. É uma crítica construtiva, para você chegar onde eu cheguei, você vai ter que, como diz o Chorão do Charlie Brown Jr., vai ter que levar muita lata d’água. (...) Você mostrou uma São Paulo pra ela. Você é igual a eu, ‘mas vale um gosto do que um tostão no bolso’. (...) Eu trabalho de quarta à sexta, e de sábado e domingo. Você vai ver o prédio, o elevador. Lá tem que ir de social. Sabe é outra mentalidade. (...) Você vai para sua casa ou para o seu curso?”

Um quarto homem se aproxima dos três que estavam no banco de praça em frente, e senta-se no chão. Três cachorros também se juntam a eles e deitam-se. Um deles passa a rolar no chão.

Num outro banco, um homem grampeia cartões do Garfield.

Um garoto desce de skate.

Saí daquele local e subi o vale, passei por uma roda de dez homens (todos estavam de pé menos um, que estava sentado), um deles tocava uma viola, um outro batia palmas e dois dançavam. Aparentemente não estavam pedindo dinheiro, faziam aquilo espontaneamente e pareciam ser sertanejos. Sentei numa plataforma em frente da Avenida São João, para assisti-los. Ao terminar a música, os dois que dançavam e mais um cumprimentaram os demais e todos foram embora.

Ouve-se uma bonita música de reggae numa loja, o som é alto. Um menino de rua (na verdade, um adolescente) senta-se ao meu lado, com as roupas encardidas,

extremamente sujas. Há muitas prostitutas nas redondezas. Algumas pessoas também estão sentadas na plataforma, um homem de uns trinta anos está deitado. A música agora concorre com a vinheta musical de algum candidato a vereador.

Pergunto as horas para transeunte: “cinco e quarenta, não, cinco e trinta e sete”.

Saio de lá e sigo pela Av. São João.

Dois índios sentados numa banquinha vendem artesanatos, pulseiras, guitarras, violões feitos em arames coloridos. Chego a um shopping – “Shopping Moto & Aventura”, altura 1086, dentro muitas motos Harley Davison. Do lado de fora, mais três africanos.

Um vento de chuva começa a soprar. Os postes de luz acendem conforme anoitece.

Um casal de alemães passa por mim.

Vou para a Galeria Olido. Saio de lá. Uma garota vestida de Robin passa por mim.

Passo por um outro “shopping” “Galeria Rua Monteiro”, na 24 de maio.

19:18 h. Passo no Shopping Ligth e vou embora.

Quarta-feira, 22 de setembro de 2004, 10:00.

Oceano:

Saí a esmo, à deriva como náufrago sonhando com a praia, uma ilha, ou terra firme. Porém tinha um destino: o centro da cidade. Tomei qualquer ônibus, porque o centro está em todo lugar. Quando estava na Rebouças, na altura da Av. Brigadeiro Faria Lima, um gari sentou ao meu lado:

“O bom é que não dá trabalho, não precisa nem tirar da carteira”.

“O quê?” perguntei.

“Não precisa nem tirar da carteira”.

“Ah! o bilhete único! É, isso é bom”.

A viagem continuou. Algum tempo depois, ele voltou a falar comigo, olhando-me fixamente:

“O bom é que não dá trabalho...”

“É verdade”, repondi.

Então contou um pouco de sua vida. Disse que tinha uma namorada rica: “Mas rapaz, essa muié só qué moiá o pavil” (sic). Pelo visto o namoro não estava dando certo.

Também tinha outra no pedaço. “Ah! Essa gosta de mim de verdade, acho que vou trocar a outra por essa; aquela não dá certo não”. Olhei bem para ele, era um homem negro, devia ter uns sessenta e poucos anos. Dizia que a mulher rica só queria usá-lo, e não estava certo fazer dos outros, objeto. Concordei. Mas uma mulher pendurada atrás de nós, pois o ônibus estava lotado, ouvia tudo aquilo indignada. Então eu disse, “a gente não pode esquecer que os homens também usam as mulheres”. Ele concordou e a mulher pareceu ficar satisfeita, e assim eu estabeleci uma espécie de consenso.

Quando chegamos no Anhangabaú, eu disse que ia descer. Ele estendeu a mão, grossa como uma lixa, e apertou com a força de uma prensa.

Já caminhando pelas ruas do centro, notei que algumas pessoas, não a maioria, esbarravam em mim por pura hostilidade.

Algum tempo depois comprei o bilhete único. É verdade, o bom é que não dá trabalho, não precisa nem tirar da carteira!

Sábado, 25 de setembro de 2004, 14:00.

Ilha:

Aniversário de minha sobrinha. Fui ao centro comprar o CD da “Amy, a menina da mochila azul”, em algum camelô. Coisa curiosa, as ruas, outrora repletas de camelôs, que vendem CDs piratas, neste dia não tinha nenhum. Explicação: muitas viaturas da guarda metropolitana apreendiam os CDs e detinham os ambulantes.

Domingo, 26 de setembro de 2004, 14:00.

Oceano:

Participei de uma passeata punk, com aproximadamente duzentos manifestantes, pelo voto nulo. A passeata saiu do MASP, seguiu pela Av. Paulista, Consolação e terminou em frente à prefeitura, nos arredores da Sé.

28 de setembro de 2004, terça-feira.

Fui ao centro, anoitecia, peguei um ônibus, “Estação da Luz”, e desci na Luz; fui a pé até a antiga estação de trem Sorocabana (Júlio Prestes). O dia inteiro foi abafado e quente, à noite, entretanto, foi fria e nublada. Embarquei no trem, que estava parado, pois esta estação é um terminal de ônibus. Depois de alguns minutos de espera,

partimos. Coisa curiosa, não havia ambulantes no trem; estes são presença constante e vendem de tudo, desde chocolates e salgadinhos a canetas e chaveiros. Entram num vagão e começam a anunciar automaticamente suas mercadorias em voz alta enquanto circulam num vai e vem incessante; às vezes, entram cinco ou mais, e alternadamente oferecem seus produtos aos passageiros. Muitas vezes entra algum portador de deficiência no seu fatídico trabalho de tentar ganhar um troco. Desci então na Lapa, com a intenção de esperar o próximo trem. Eram por volta das oito ou nove horas. De repente, uma voz: um homem pendurado no muro de arame farpado pede ajuda a um outro que se encontrava sentado logo abaixo; aquele estendia a mão, que segurava um saco preto, mas o outro se recusou em ajudá-lo. Um outro homem, que assistia tudo aquilo, levanta-se e vai em seu socorro. Então o homem desliza entre o arame farpado e salta do muro de mais de três metros de altura. Segundos depois, aparecem muitas cabeças detrás do muro. Agora estes seguram sacos e caixas, e outro, que descera, presta-lhes auxílio. Assim, um grupo de mais ou menos oito pessoas, inclusive mulheres, pula para baixo. São os ambulantes, que estavam ausentes. Chega o trem, e eles passam a executar o seu ofício como se tudo estivesse normal. Um sujeito ao meu lado disse que, por causa das eleições, a fiscalização aumentou. Narrou também que em Osasco viu ambulantes serem detidos com extrema truculência e levados a um recinto, a portas fechadas dentro da estação.

Sábado, dia 25, eu também estava no centro e vi muitos guardas metropolitanos apreenderem as mercadorias dos camelôs que vendiam CDs piratas, e que eu nunca tinha visto antes serem incomodados.

Sábado, 2 de outubro de 2004, 13:00.

Correnteza:

Fui ao centro tentar anotar o nome e o ramo de todas as lojas de uma certa rua de estabelecimentos varejistas. Acabei por concentrar todo o meu esforço em tentar trocar uma boneca das Superpoderosas (a Lindinha) por outra (também Superpoderosa, a Docinho). Na semana anterior, fui ao Shopping Light nas Lojas Americanas comprar um presente de aniversário (mencionado acima) para minha sobrinha, que, entretanto, ganhara o mesmo presente de alguém. Não fui bem sucedido nessa simples tarefa, porque eu perdera a nota fiscal e a burocracia da empresa impediu que eu trocasse o brinquedo por outro com exatamente o mesmo preço.

Então, fui para a Galeria do Rock. Chegando lá, senti alguém bruscamente caminhar rente ao meu lado, empurrando-me, e senti remexerem na minha mochila. Olhei imediatamente para o lado e vi uma mulher vestida humildemente andando colada em mim; ela segurava uma bolsa de couro preto e, talvez, nem se deu por mim. Tranquilei-me e continuei andando. Entretanto, senti outra vez mexerem na minha mochila. Não podia ser uma sensação simplesmente, estava acontecendo mesmo! Olhei rapidamente para trás, e me deparei com duas mulheres surpreendidas; olhei para minha mochila e vi o zíper aberto e minha carteira amostra.

“Você mexeu na minha mala?”

“Eu não moço”.

“Mexeu sim, você está me roubando”.

“Eu não moço”, respondeu aflita.

“Eu estou de olho! eu estou de olho...”

E assim fui embora. Depois senti pena daquelas mulheres. Provavelmente era um bando de três, e uma delas já tinha mais de quarenta. Fiquei pensando como uma sociedade com uma tecnologia tão avançada pode levar as pessoas a essas condições. Lamentável.

Quinta-feira, 06 de outubro de 2004, 17:00.

Planície litorânea:

Fui na ocupação e novamente não consegui falar com a Jaira, e desta vez ainda o senhor da portaria disse que eu não poderia participar da reunião das 19:30.

Cansado de procurar informações e não obtê-las, decidi ir até o estacionamento que fica na Brigadeiro Tobias, lá obter alguma informação. Um sujeito de nome Newton trabalha lá. Segue-se anotações das principais assuntos tratados:

O proprietário: Os prédios e o estacionamento pertencem à família Hamushe. Segundo ele, esta família é proprietária de mais de duzentos imóveis, inclusive fora do Estado de São Paulo, e são donos de muitas lojas na rua 25 de março. Um outro prédio também desocupado na mesma rua, Brigadeiro Tobias, também pertence aos Hamushes. Ela deve mais de três milhões de IPTU do Prestes Maia, ocupados por sem-tetos. Estes foram avaliados em três milhões e oitocentos reais pela prefeitura. Porém os Hamushes não aceitaram vender porque teriam que dividir o dinheiro com outro sócio e mais o IPTU, o valor líquido do prédio ficaria irrisório. Apesar de não conseguirem manter a regularidade legal do prédio nem seu estado de conservação, esta família ainda é muito

rica, e todo patrimônio pertence a irmãos. Pareceu-me, no entanto, que o impasse da situação dá uma certa comodidade aos Hamushes.

Os sem-tetos: Segundo o funcionário me informou, a coordenação *obriga* seus moradores a pagar uma taxa mensal sob pena de dobrar o valor ou mesmo a expulsão⁴ da ocupação. “Algumas famílias já foram expulsas”.

Disputa política: A Jaira estava indignada e muito nervosa porque Serra ganhou o primeiro turno; o motivo é que muitos moradores da ocupação não votaram no PT. Dizia que, se o Serra ganhar as eleições, todos seriam despejados. Segundo o funcionário, alguns moradores se revoltaram porque estavam pagando uma taxa para a *Moradia Social*, e cem famílias esperavam ser transferidas para um prédio novo. O que acabou não acontecendo. Ressentidos, responderam não votando na Marta.

A família Hamushe é declaradamente do PSDB, um dos membros da família saiu como candidato a vereador por este partido. No período eleitoral, houve atrito entre os Hamushes e os sem-tetos por causa de faixas de campanha. Num desses conflitos a polícia teve que intervir. Há dentro do estacionamento uma faixa escrito o seguinte, “esta família apóia o PSDB”. Esta faixa também já foi motivo de contenda. Em compensação, há dezenas de faixas e bandeiras do PT nas janelas do prédio e um outdoor publicitário com a foto da candidata Marta Suplicy.

A batalha judicial se configura da seguinte maneira: os sem-tetos tem a posse do prédio mas não a propriedade.

Os moradores: O funcionário me contou que é amigo de muitos moradores: “Há muita gente boa morando aqui, mas, como em todo lugar, tem também seus maus elementos”. Ironicamente, este funcionário também não tinha onde morar, e, antes de pagar aluguel, residiu nas dependências do estacionamento.

O funcionário disse que o problema da organização é que ela recruta qualquer pessoa sem conhecer os seus antecedentes, falou de um ex-presidiário que extorquia os moradores e expulsava os que não pagavam.

Disse que em dois anos que o prédio está ocupado já nasceram mais de cinquenta crianças.

Sobre o incêndio que acabou com o falecimento de uma menina, responsabilizou a negligência de um dos coordenadores. Segundo o funcionário, a mãe da criança foi para uma festa de madrugada, deixando uma outra filha com a vizinha e a que faleceu

⁴ Durante o período em que eu estudei o movimento nunca vi tais práticas. O que está estabelecido é uma contribuição de quatro reais mensais para as despesas do movimento.

dormindo. Uma vela no apartamento de um coordenador caiu e pegou fogo, alastrando-se até o apartamento onde a criança dormia⁵.

A estrutura do prédio: Os andares dos prédios são compostos por grandes vãos livres, porque nele antes funcionava uma fábrica. Em cada andar existem três banheiros. Os sem-tetos construíram dois blocos contínuos em fileiras de madeiras separados por um corredor, mas há andares com três blocos.

“Antes dos sem teto ocuparem o prédio, relatou o funcionário, isso aqui era um antro, onde os ‘malacos’ vinham pra cá fumar crack”.

A eletrecidade é o famoso “gato”: “eles puxaram de fora, um dia veio a Eletropaulo tirar as instalações e os moradores desceram e impediram. Foi uma confusão só”.

Enquanto conversávamos, vi uma perua da prefeitura passando pela rua. “Olha, está vendo essa perua, ela vem todo dia trazer cesta básica para os sem-tetos”.

Depois dessa conversa, fui dar uma volta, estava em dúvida se tentava participar da reunião ou ia embora; decidi tentar participar da reunião. Quando deu 19:30 fui para o local de costume. Alguns homens trabalhavam, com carroças. “A reunião vai ser na Brigadeiro Tobias”. Fui para lá. Fiquei rondando o prédio, que traz as marcas do incêndio. Vi pessoas entrando por uma porta. Um rapaz de colete com a inscrição de segurança vigiava a entrada. Perguntei para ele se a reunião era somente para a executiva ou se estava aberta ao público. “Está aberta para todo mundo”, foi o que me respondeu. Entrei, mas logo em seguida um outro rapaz, o alto, que sempre estive do outro lado, vestido com um colete de segurança, me interceptou: “De que associação de base você é”. Expliquei para ele que era estudante, que um amigo meu, que namorava uma boliviana moradora da ocupação, me indicara a ocupação. “Temos muitos bolivianos morando aqui”, respondeu. O outro já entreabriu a porta para que eu me retirasse, mas ele fez um sinal e disse, “eu confio em você”. Mostrei minha carteirinha da USP, ele pediu para que eu escrevesse meu nome numa folha de papel: “escreve aí que eu sou analfabeto”. Em seguida, de próprio punho, copiou com dificuldade, “Universidade de São Paulo”, e disse em voz alta: “FATEC!” Então me deixaram subir a escada em espiral. A cada passo, muitos rapazes de colete indicavam o caminho. Segundo andar, entrei por um corredor e cheguei a um aposento grande cheio de cadeiras, procurei uma para sentar. A Neti estava presente. O sujeito do tapa-olho

⁵ Vim a saber depois que a mãe da criança mudou o seu depoimento e culpou o MSTC, talvez pensando numa indenização.

também. Sentei-me e uma senhora perguntou se eu era morador. Eu disse que não. “Sua família é daqui?”. Também não. Então começou a contar como foi parar lá:

“Eu morava numa pensão. Aí, a Lisete ligou para mim e disse que ia arranjar um lugar para eu morar. Aí ela mostrou o lugar, e hoje eu não pago aluguel. Pago luz e água”.

Então eu disse a ela:

“Eu sou estudante, gostaria de estudar esta ocupação. Estou tentando entrar há mais de um mês, e não consigo”.

“Você tem que estar participando. Aí você ganha uma carteirinha. Depois eu vou falar pra Lisete sobre você”.

Enquanto isto, cada vez mais se comprimiam mais pessoas naquele ambiente. Evidentemente, aquela era uma reunião extraordinária, pelos motivos do primeiro turno. Muitos bolivianos e peruanos estavam presentes também.

Então eu disse para a senhora, de nome Tereza:

“Eu também não pago aluguel. Moro no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo, onde estudo, mas tenho que cumprir créditos”.

“Você tem que participar das *atividades*, sabe o que é atividades?” e falou quase confidencialmente num tom de malícia: “Invasão!”

Início da reunião

A reunião teve início com a fala da Neti. Ela disse que em breve teria uma “festa”.

“Vocês sabem o que é festa, né? Todo mundo aqui sabe o que é festa? Festa para quem não sabe é ocupação. Então faremos uma festa em breve. Mas é preciso saber como estão os grupos de base”.

Os grupos de base são formados de acordo com a região a que pertencem.

“Não adianta o grupo de base falar que tem cem *soldados*, e quando chega a hora H, só tem uns dez”.

Então convocou os representantes dos grupos de base, todas mulheres, a manifestar como estava cada grupo e quantos soldados haviam arregimentados. Cada representante ia à frente, tomava o microfone, fazia algumas considerações e falava um número: “quarenta”; “setenta”; “cinquenta”; “cem”; “setecentos” (quando uma coordenadora falou esse número, causou um certo reboleio de admiração e espanto entre os presentes).

Depois, a Miriam, discursou, como da outra vez, contra o capitalismo e a desigualdade; disse que as leis foram feitas para os ricos e não para os pobres; e referiu-se, talvez imprudentemente, ao Bandido da Luz Vermelha como uma vítima do sistema, etc. (Vítimas somos todos nós). No final foi muito aplaudida.

Outra coordenadora discursou também, disse que pelo levantamento do Mané (coordenador), cinquenta prédios estavam desocupados no centro da cidade⁶, e ao final de sua fala, a Neti pegou o microfone e falou: “Fulana para prefeita!” Todos riram.

O calor daquela reunião, ante o marasmo do cotidiano repetitivo da cidade, logo atrás daquelas portas, parecia anunciar uma revolução iminente.

A Neti então interpelou a assembléia:

“Quem votou na Marta aqui ?”

Todos levantaram as mãos.

“Quem votou no Chico Macena?”

O mesmo gesto se repetiu.

Em seguida relatou como era o Prestes Maia antes da ocupação:

“Quem se lembra como era esse prédio antes de nós o ocuparmos? Hoje ele é um hotel cinco estrelas”, todos aparentemente concordaram com tal afirmação. “Vocês se lembram como era aquele pedaço, por onde a gente passa de um prédio para o outro, onde tem o buraco? Tinha lixo até o terceiro andar! Tinha lixo até o terceiro andar! Foram precisos cento e trinta e três caminhões para remover todo o lixo! Lembram-se? Cento e trinta e três caminhões! Lá na frente tinha borracha queimada. Esse prédio era um esqueleto (...),” concluiu sua fala e disse, “Agora vou chamar o Dr. Manoel Del Rio”.

O Dr., Manoel Del Rio é um advogado de barbas e cabelos brancos, provavelmente ligado ao PT. Iniciou a sua fala dizendo como era importante votar e fazer campanha para Marta, porque, senão, conforme as suas palavras, “o Vampiro, é assim que nós o chamamos, Vampiro, vai botar a perder todos os programas sociais realizados por essa gestão, que é, sem sombra de dúvidas, a melhor dos últimos anos. É uma questão de guerra agora”. E nesse tom foi a sua fala do começo ao fim. Terminou dizendo sobre a organização e o material da campanha.

Por fim, a Neti apareceu segurando em seus braços um bebê de colo, e disse:

⁶ “Segundo o advogado do MSTC, Manoel Del Rio, um documento indicando 20 prédios vazios no centro da cidade será apresentado na quinta, na reunião” (“No centro, desocupação é adiada”, Folha de São Paulo, Cotidiano, pC1, 29/07/03).

“Gente, quem quer que a festa seja a curto prazo, levanta a mão?” Todos levantaram as mãos. “Agora, quem quer que a festa seja a longo prazo levanta a mão?” Ninguém. “Então vamos acertar os detalhes. Vocês têm que levar velas, as velas são muito importantes, papel higiênico, lanche...” Nisso a senhora me revelou, quase como quem conta um segredo, que antes de toda ocupação, é necessário doar um ou dois quilos de alimento.

“Esta ocupação vai ser uma denúncia, aliás, toda ocupação é uma denúncia, contra essa sociedade injusta...”

E, quando já estava dada por encerrada a reunião, a Neti gritou, “quem não luta...” e foi seguida em coro, “está morto!”

Findada a reunião, a Tereza me pegou pelo braço e disse:

“Vamos falar com a Lisete”.

Assim, consegui falar com a Lisete, Expliquei meu projeto etc.

A Lisete me respondeu, “vá até o grupo de base do Largo Coração de Jesus, toda quarta às 19:00, no Liceu Coração de Jesus”.

Depois fomos todos embora. Ofereci-me para levar a Dona Tereza para sua casa. “Não precisa, meu crucifixo me protege”, e mostrou-me uma correntinha.

Peguei o metrô, ainda impressionado com o ânimo exaltado da reunião, e pude observar a “normalidade” do sistema. As pessoas voltando do trabalho, sóbrias, inexpressivas como uma estátua, completamente adaptadas a suas correntes e jaulas do cotidiano.

Sexta-feira, 8 de outubro de 2004, 20:00.

No momento que eu já estava de saída do centro, encontrei o meu amigo Professor. Formado em Geografia, foi ele quem me indicou os nomes dos coordenadores do MSTC. Conversamos um pouco, e ele disse que se desligou do movimento MSTC por causa de seu forte vínculo com o PT, “na verdade, tinha que ser apartidário...”

Depois fui embora, desta vez, decidi pegar o ônibus na Av. Brigadeiro Luiz Antônio. Quando cheguei no Largo de São Francisco, observei muitos cartazes com um palhaço votando e com os seguintes escritos:

“Não vote/Quem não vota não é idiota”

“Convocamos a população a não votar em nenhum candidato, pois a eleição é uma farsa que a burguesia promove para continuar no poder e é responsabilidade de todos os trabalhadores lutar pelo fim do desemprego e para se libertar desses lacaios, corruptos e exploradores”,

“Movimento dos Ambulantes de São Paulo – Fone: 9203 26 76”

Notei depois que estes cartazes estavam colados por toda a Avenida até a Paulista. Depois tentei ligar para o referido número de telefone mas nunca fui atendido.

Quarta-feira, 13 de outubro de 2004, 17:30.

Areia movediça:

Se o inferno é o outro, então o multiplique por milhares de outros, depois o comprima bem num lugar apertado, fechado, pequeno, sem ar, abafado. Eis a imagem acabada do urbano: o lugar do encontro, desencontro e reencontro, dos empurrões, dos tropeços, das cotoveladas, das trombadas, do stress. Ninguém conversa com ninguém; ninguém ao menos olha para os olhos de alguém; ninguém discute o destino da sociedade, da economia ou da política; ninguém fala de arte, fé, ciência ou filosofia. Enfim, a cidade e os cidadãos.

Fui, numa tarde chuvosa, para a reunião no Liceu Coração de Jesus, conforme a Lisete me orientou. Fui de metrô, por isso desci na Estação Santa Cecília, e me dirigi pela rua Helvetia. Logo no início desta rua, diga-se de passagem, sem iluminação, podia se ver muitos carroceiros. Como chovia, muitos deles improvisaram pequenas cabanas com saco preto para se abrigarem. No meio da rua havia uma montanha de lixo. Passei por eles e segui o meu caminho.

Planície:

Ao chegar no Largo, entrei na igreja e fui conduzido por um vigia até a sala de reunião. Fiquei impressionado com a beleza da igreja. Na sala, três pessoas estavam sentadas, duas mulheres e um homem. Este me informou, “a Lisete não vem hoje”. Perguntei se teria reunião. A resposta foi afirmativa. Eles conversavam sobre política, dizendo que o povo era burro por não ter votado na Marta no primeiro turno. Depois conversaram sobre os oito moradores de rua assassinados. “O que aconteceu com os assassinos, ninguém mais fala no assunto”, indagou o rapaz. “Mas já descobriram os

caras que mataram?” interrogou a moça que estava a seu lado. “Já, disse ele, você não sabia, são dois policiais e um segurança, que é também policial. Ninguém mais fala, não sai mais nos jornais”. Pensei: talvez os verdadeiros criminosos nunca serão reconhecidos. Mudaram de assunto, e passaram a falar de um certo político, conhecido por roubar e fazer (não é necessário citar expressamente seu nome, suas aptidões públicas o qualificam melhor do que seu nome, hoje sinônimo de falcatuas), e seu apoio à candidata do PT. O rapaz então disse que tudo era uma armação para a Marta perder.

Aos poucos foram chegando mais pessoas, mas não passaram de quinze, mais algumas crianças. A dona Tereza (a mulher da última reunião) apareceu e sentou-se ao meu lado.

19:30. A reunião se desenrolou em tom informal. O rapaz então se apresentou, “eu sou o Natanael”, e depois fez o seguinte comentário, “está vazio hoje”. Então conversaram sobre os planos de financiamentos para se obter uma casa própria e como era inacessível para os sem-tetos ou “os trabalhadores de baixa renda” (palavras do Natanael) os parâmetros impostos pelos bancos e instituições. “O plano mais barato é PAR, da Caixa, o valor é de duzentos e poucos por mês, além disso, eles exigem que você ganhe no mínimo dois salários mínimos, tenha carteira assinada. Como é que eu vou pagar isso se ganho quatrocentos reais por mês; tem que pagar o condomínio também”. Depois pediram para cada um se apresentar. A certa altura o Natanael indagou, “cadê o Israel? O Israel fala melhor do que eu”.

A dona Tereza, então, me mostrou uma carteirinha, e disse:

“Você vai ter uma dessas”.

Olhei a carteirinha, que possuía uma tabela de frequência.

“Eu já tenho muitos pontos, para você ter uma dessas, é preciso pagar 4 reais”.

O Natanael interferiu:

“Você tem que pagar 4 reais por mês, dois é para a reserva do movimento, o restante para o grupo de base. Com esse dinheiro nós compramos mantimentos, fretamos ônibus”. Perfeitamente justo e cabível, mas o Natanael, na sua ingenuidade, falou isso quase que se desculpando.

Então uma das mulheres escreveu numa lousa os itens da reunião na seguinte ordem: 1. Ocupação; 2. Campanha; e 3. Reunião.

O Natanael exclamou outra vez, “cadê o Israel?!” Depois fez questão de enfatizar que o MSTC só atua no centro.

Começaram a falar então da atividade, ou melhor, da ocupação. Os presentes se mostraram instigados, a dona Tereza sorriu significadamente para mim.

O rapaz começou a dizer que mais para frente iam decidir quem ia participar da *Comissão de frente*, da *Comissão de limpeza*, do refeitório etc. Depois a moça começou a dizer:

“Olha não levem muita coisa, lembram-se daquela mulher que levou uma mala enorme, acabou ficando tudo para trás. Tragam com vocês bolacha e água”.

“Na primeira noite ninguém dorme mesmo, porque é muita tensão”, disse o Natanael. “Não acreditem nestas pessoas que dizem que a gente vai ser despejado logo no primeiro dia ou que não vamos conseguir entrar”. Depois relatou sua experiência em ocupações na rua Mauá⁷ e na Ana Cintra, e finalizou, “fomos despejados, mas hoje eu tenho bolsa-aluguel”.

Todos aprovaram suas palavras e perguntaram quando seria a atividade.

“Ah! isso nem a gente sabe. A Lisete não conta nem para gente (no caso, ele e a moça que conduziam a reunião), que é mais próximo dela. Porque senão a informação vaza e tudo vai por água abaixo. As pessoas acabam falando, não é intencional”.

Passaram então para o segundo item da reunião. Neste momento chegou o tão aguardado Israel.

O Natanael dizia, “com o Serra vai piorar muito, veja, quando a gente ocupou um prédio do Alckmin, no mesmo dia desalojaram a gente...”

Então o Israel tomou a palavra:

“A ocupação será antes das eleições, para que a sociedade saiba que o povo não tem moradia. Aí os candidatos vão ter que apresentar suas propostas, e o Serra não tem proposta; no debate não vai ter o que dizer”.

“Agora estão falando da Saúde, mas desde quando o serviço médico do governo Alckmin é bom; tem fila nos hospitais, não tem leito...”

A dona Tereza olhou para mim e disse, “a gente só é atendido quando está nas últimas”.

“Saúde, continuou o Israel, saúde é fatalidade. Saúde é Deus que dá, e também depende um pouco da gente, não é? Se a gente dorme cedo, tem uma boa alimentação, se não fumamos; se a gente se cuida, não é?

⁷ “No prédio da rua Mauá, antiga sede do hotel Santos Dumont, eram 1.200 sem-tetos e 204 quartos. Por enquanto eles se amontoam” (“Sem-teto disputa ‘pontos’ para obter casa”, Folha de S. Paulo, Cotidiano, p. C1, 27/07/03).

Em seguida, ele disse que o pai do Serra era italiano, e que no estrangeiro nem devia se apresentar como brasileiro.

“O brasileiro de verdade é o índio, o caboclo...”

Depois disse alguma coisa, que a terra pertencia a todos.

“Meu avô era dono de terra lá no Piauí; ele era dono de terra mais foi expulso”.

Falou então do presidente Lula:

“As pessoas param e falam para mim, ‘e não é que o presidente Lula me surpreendeu, está fazendo um bom governo’. Não foram os intelectuais nem os políticos que puseram o Lula no poder, foi o povo”.

Por fim, disseram que o material da campanha seria distribuído na próxima reunião da Brigadeiro Tobias. O Natanael perguntou se eu estaria lá, disse que sim.

Na saída algumas pessoas faziam o sinal da cruz respeitosamente antes de retirarem-se da igreja.

Despedimo-nos.

Fui tomar o ônibus no terminal Princesa Isabel. Lá duas crianças pediram-me dinheiro. Recebi o troco em moedas e despejei sem contar uma porção delas na mão de uma delas. Depois uma senhora, de uns setenta ou mais anos, também me pediu dinheiro. Disse que não tinha. “Não tem importância, muito obrigado”, respondeu educadamente. Judiação!

Entrei no terminal e peguei o ônibus; e fiquei pensando num certo momento da reunião, quando falavam da política do PT, em que a dona Tereza falou para mim que não via ultimamente tanto morador de rua. Tenho a convicção política muito forte para achar que tudo está bom. Mas pensei que de certa maneira o PT surge para essas pessoas que estão no limite como um meio de se obter alguns benefícios e participação.

Quinta-feira, 14 de outubro de 2004.

Planalto:

Reunião. Cheguei cedo, entrei no prédio, e fui para o local da reunião. Procurei um lugar para sentar, e notei que em cima das cadeiras se encontrava uma folha de papel com texto impresso (Anexo II). Sentei-me, e li o que estava escrito. Não demorou muito para que a sala lotasse de gente, talvez umas oitenta ou cem, ou mais. Meu amigo professor também compareceu. Uma moça que se sentara ao meu lado mostrou um avental para suas amigas. Uma mulher mais velha vestiu o avental e disse, “vou

desfilar”. E levantou-se, e saiu andando de um lado para o outro. As outras riam da brincadeira. “Nossa, é muito grande, imagine a formiguinha nesse avental”, falou referindo-se a moça dona do avental. Esforcei-me para ler o que estava escrito no avental: “Secretaria Municipal Social” (na parte de trás); “Acolher” (na frente em baixo e à esquerda); e o slogan da prefeitura (do outro lado). Mais atrás, no fundo, uma mulher vestia um uniforme semelhante. A dona Tereza chegou e conseguiu um lugar na minha frente. Um homem visivelmente embriagado tentava entabular uma conversa com a Neti a uma distância de no mínimo uns oito metros. Ela impaciente pediu para que este se sentasse ao lado dela.

Na parede à minha direita, um painel com uma tabela hierárquica:

1^a. Coordenadora: Neti

2^a. Coordenadora: Jaira

3^a. Coordenadora: Ednalva

1^a. Tesoureira: Eudete

2^a. Tesoureira: Lisete

1^a. Secretária: Miriam

2^o. Secretário: Leopoldo

Conselho fiscal: Nazaré, Rita, Mariah, Marinei, Fátima, Janiz, Rosaria, Osias, Adriana

Início da reunião

Novamente não houve a mística, deram uma justificação. Mas acredito que, dada à pertinência do assunto tratado, as místicas estavam fora de propósito. A Neti fez apresentação e disse, “agora vou passar a palavra para o Dr. Manoel Del Rio para explicar cada item dessa folha que vocês receberam”.

“Gente, disse o advogado, sabe pra que serve esse folheto, para vocês terem argumentos pra quando chegar na hora do corpo a corpo rebaterem os adversários e se possível convencê-los. Frequentemente, o outro lado apresenta argumentos contrários aos nossos. Por isso, nós devemos estar bem preparados para a hora da discussão. Para vocês não terem dúvidas, a Marta é realmente melhor do que o Serra, esse papel que vocês têm em mãos deixa isto bem claro.

“Mas o que eu vou falar agora deve ficar aqui só entre nós, vocês não precisam dizer isso para as pessoas, isto é, qual é a concepção de governo do PSDB e a nossa? A dos tucanos é a do Estado mínimo. O que isso quer dizer? Que o Estado não deve

interferir na economia, não deve intervir nos problemas sociais. Mas como assim? O Estado não deve fazer melhorias sociais, isto deve ficar a cargo do setor privado, das empresas particulares. Como isso funciona? Por exemplo, hoje quando você vai fazer uma viagem pelo interior de São Paulo tem que pagar uma série de pedágios espalhados por tudo quanto é estrada por aí. É um absurdo a quantidade de pedágios que surgiram nesse governo do PSDB. O que acaba acontecendo? Isso acaba encarecendo demais os produtos que chegam do interior para mesa do consumidor. Por que isso? Porque o governo do PSDB vendeu as estradas para as companhias privadas. Vejam outro exemplo. Quem está achando fácil pagar a conta de água e de luz? Não está tudo muito caro? Por quê? Porque o governo do Sr. Fernando Henrique vendeu a Eletropaulo, a Eletrobrás, a Telesp... O que acontece, é que não tem mais subsídio; o Estado não está mais subsidiando esses setores. Então, se antes, por exemplo, há dez anos atrás, você pagava uma conta de 50 reais, hoje você vai pagar o dobro. E como está difícil fazer uma ligação hoje, as tarifas aumentaram! Então essa é a concepção do governo do PSDB.

“E a nossa? A nossa é que o Estado deve interferir nas desigualdades sociais, e por isso existem tantos programas realizados pelo PT. A Marta, por exemplo, acabou com a máfia dos transportes e fez o bilhete único. Vocês podem escrever, a passagem vai subir para quatro reais, e ele, o Serra, vai acabar com o bilhete único, porque ele vai fazer a integração com o metrô. A Marta tentou fazer a integração metrô-ônibus, mas o governo do Alckmin vetou. A Marta fez o CEU e hoje as crianças aprendem línguas estrangeiras, esporte; têm uma formação integral. Para quê? Para que quando a criança crescer estar preparada para o mercado de trabalho.

“Mas agora eu vou comentar os itens da folha que vocês têm em mãos”.

O dr. Manoel Del Rio passava os olhos em cada item e comentava. O que mais chamou à atenção foi a conta CC5, relativa a bancos estrangeiros, fora do país, onde uma quantidade absurda de dólares (24 bilhões) fora depositada ilegalmente no governo FHC. Referiu-se também às contas recheadas do ex-presidente nas Ilhas Cayman. Disse que se o Serra ganhasse a turma do Pitta voltaria via Kassab, e PFL. “O Serra vai querer sair candidato à presidência, ou seja, a prefeitura vai ficar nas mãos do bando do Pitta outra vez”. Também comentou que o PSDB sucateou o CIEPS, “os CEUs do Rio”, (entretanto omitiu que os CIEPS também eram chamados de Brizollões), e que faria o mesmo em São Paulo com os CEUs.

E assim foi a sua fala até o fim, ao terminar disse, “vou passar o microfone para as coordenadoras, e elas vão falar ‘otras cositas más’”.

Passaram a palavra para a Miriam, e ela fez tal como o doutor, fez um discurso em prol do PT. “Nós temos programas; nós temos o que argumentar. Eles não, não têm o que dizer, não têm o que dizer”.

Agora era a vez da Neti. Falou um pouco da campanha, mas o assunto tratado com mais ênfase foi o da atividade, que ela fez questão de ressaltar que era uma “ocupação denúncia”. Disse que o movimento MSTC iria ocupar seis “alvos” (prédios desocupados) num único dia, dois só na região norte, e que tinha informações que outros grupos de moradia ocupariam cinco ou seis “alvos” somente neste dia, “ao todo serão doze alvos”. Este número causou o espanto dos presentes. Depois a Neti comentou um pouco das ocupações dizendo que tinham que ter raça, e disse, “olha gente, depois eu não quero ver ninguém chorando, dizendo, ‘eu quero sair’”. Estava se referindo ao um caso anterior, de uma mulher, e concluiu, “ainda bem que essa mulher nunca mais apareceu por aqui”.

Mas havia a hipótese de as ocupações fracassarem, então seria montado um grande acampamento no centro. Neste momento, percebi que os ânimos estavam bem exaltados.

A Neti prosseguiu:

“Como é que está a região sul-sudeste; Cambuci, Bela vista, Campo Limpo, Embu, Nove de Julho? Região centro-norte 1? E a norte 2? Região centro-leste 1 e 2? Região centro-oeste, como estão seus soldados?”

A cada região invocada, alguém dava um parecer sobre a respectiva área, isto é, expunha a quantidade de “soldados” arregimentados.

Esgotado o assunto das ocupações, falou-se nas feiras que o movimento organiza nos domingos das 10:00 às 14:00, no Largo da Santa Cecília, Vila Joaniza (Glicério), Praça da República (de artes), Av. Paulista e demais, e num seminário que seria realizado sobre ocupações também num domingo na Av. 9 de Julho, Bela Vista. (Infelizmente não pude comparecer em nenhum desses eventos). Para encerrar, a Neti disse que algumas famílias iriam assinar a escritura de suas casas próprias pelo Crédito Solidário. E a reunião terminou em clima vitorioso.

Saí do prédio pensando em assuntos que me interessavam, por exemplo, onde estavam os anarquistas para conduzirem as demandas sociais. Os anarquistas hoje se

dividem em grupos inócuos muitas vezes afundados em categorias burguesas. Mas isso é outra história...

Sábado, dia 16 de outubro de 2004.

Depressão:

O dia estava quente e ensolarado, poucas nuvens no céu. Fui para a Galeria do Rock. Isso eram mais ou menos 18:00. Fiquei esperando o tempo passar. As luzes se apagaram e a galeria foi encerrando seu expediente às 19h. Fui para fora, e fiz a mesmíssima coisa que estava fazendo lá dentro, isto é, nada. E assim aconteceu. As pessoas a passarem por mim (para onde iam?), ansiosas para voltarem para suas casas depois de um exaustivo dia de trabalho, compondo o ritmo da cidade. A noite já escurecia o céu. De repente gritos, “segura ela, puxa ela!”. Olhei para cima, e vi uma garota pendurada pelo lado de fora da grade da varanda; e pelo lado de dentro, três ou quatro pessoas que a agarravam, impedindo-a de uma queda-livre do quarto andar. (Outro dia subi lá e fiquei intrigado tentando entender como eles conseguiram segurá-la). Seu corpo estava deitado entre a grade e o concreto que serve de base da varanda. As pessoas que a seguravam não agüentariam por muito tempo. Os seguranças já se movimentavam rapidamente em baixo. Então surgiu um sujeito grande e forte que se debruçou sobre a grade, e, com quase todo seu corpo para fora, içou-a para dentro. Todos desapareceram. (Fiquei sabendo posteriormente que o sujeito a encheu de tabefes). Um homem com um colete escrito “Grandes Galerias” passou por mim, correndo e entrou no prédio. Sem conseguir parar de olhar para cima, pela primeira vez vi o que estava escrito na frente do prédio: “Shopping Center Grandes Galerias”. Coisa curiosa, há questão de um mês, uma outra adolescente se atirou também do mesmo quarto andar do prédio. O motivo alegado foi o fato de ela ter perdido o show de rock do Linkin Park. Segundo os amigos, “o show de sua vida”. Evidentemente, este não foi o motivo, mas quem pode saber destes motivos, escondidos nas profundezas da mente.

Mas aquela cena não sai da minha cabeça, então fui para rua Augusta e subi para a Paulista. Tomei um dos lados da avenida, e continuei andando. Ao longe, na minha frente, vi dois meninos, pequenas sombras distantes, caminhando solitários pela calçada vazia. Quando cruzavam com alguém, pediam dinheiro mas suas tentativas eram frustradas. Andavam despreocupados e sem pressa; eu, ao contrário, tinha pressa, e logo ia alcançá-los. Eu tinha dois reais na carteira, que recebi de troco. Pensei: “quando

passar por eles, vou ter que dizer que não tenho dinheiro”. À medida que me aproximava, reparei que o mais alto devia ter no máximo sete anos, e o menor, uns quatro. Quando cheguei perto deles, percebi que eles estavam distraídos demais para me notarem. Mas que diferença fazia, mais um que se negaria a dar esmolas. Então eu parei ao lado deles, e falei, “aí garotada”, puxei minha carteira e dei um real para eles. O mais velho olhou para mim, e disse, “Deus te abençoe”. Agradei e continuei o meu caminho, e logo em seguida vi uma família inteira num farol de uma rua. Deduzi que deviam ser parentes dos meninos.

Quarta-feira, 20 de outubro de 2004, 17:15.

Vale:

Fui para a reunião no Liceu Coração de Jesus. Estava preso no trânsito. Tudo parado, menos o tempo. Este, ao contrário, corria, corria, e corria muito rápido: 18:50. Da janela do ônibus, uma fileira interminável de carros e ônibus impacientes, imaginado talvez um passar por cima do outro. As pessoas do lado de fora, a pé, nas calçadas, ultrapassavam fácil, fácil os veículos motorizados, roncando e dispostos com quatro rodas. Eu estava atrasado. Uma triste sirene e as luzes frias de uma ambulância do resgate tentava se rebelar contra a ordem do trânsito. Situação dramática. Dentro do ônibus lotado, toca um celular: “Oi tudo bem? É, é o remédio anti-acne... Alô? Alô?... é tá ruim a ligação, acho que é o sinal. Então eu tava pensando em tomar, porque a pele de uma amiga minha ficou tão boa. Acho que é... Tá bom doutora, vou continuar. Tchau!”

Outras pessoas conversavam atrás de mim:

“Não toma remédio nenhum? mas o que você fez para emagrecer, fez uma plástica aqui, outra ali...”

“Como é que você falou, orto... orto o quê?”

“Ortomolecular”.

“Minha mãe era gorda, mas tomou remédio. Só remédio natural”.

“Minha mãe também”.

“Ela tomou nove meses, agora é só manter”.

Fora esta conversa, os demais se apertavam em silêncio. Então o cobrador fez uma observação considerável: “O ônibus não está cheio, lá atrás tá vazio, é que todo

mundo fica na porta”. Na verdade, só mesmo na cabeça obtusa dessa criatura o ônibus não estava cheio! Felizmente eu tinha um lugar.

Os passageiros se amontoavam e se amassavam dentro do ônibus, e eu mais do que atrasado... Para que ônibus? Para que carro? Para que motor? Para que roda?

Planalto:

Consegui chegar à Igreja Liceu Coração de Jesus, e encontrei o meu amigo Professor à entrada. Disse que precisava falar comigo e dar um recado para a Lisete. Entrei na igreja enquanto ele terminava de fumar um cigarro. Na sala, as seguintes pautas:

1. Movimento MSTC
2. 2º. turno da eleição:Marta Suplicy
3. Ocupação
4. Viagem à Aparecida do Norte, Cesta de Natal
5. Visita de Marta ao Liceu

Cumprimentei o Natanael, a dona Tereza, a Lisete e demais. Desta vez deviam ter umas 20 ou 25 pessoas ou mais participando da reunião, além das crianças que brincavam o tempo todo e corriam de um lado para o outro. O Israel apareceu com sua filha de uns seis anos, e sentaram-se à mesa, ao lado de Lisete. Em seguida, entrou o Professor. Este sentou no fundo, mas foi convidado pela Lisete para se sentar à frente. Depois a Lisete nos apresentou para os presentes: “Hoje temos dois convidados da Universidade de São Paulo, o Gustavo (o Professor), que vocês já conhecem, e o Jean. Vocês querem dizer alguma coisa?” Dissemos que não.

A Lisete deu início à reunião, acrescentando antes uma outra pauta, “Filmagem dos franceses”, e disse, “olha, quando a gente diz 7 horas, é às 7 horas mesmo!” Desculpei-me culpando o trânsito, o mesmo fez o Natanael. Depois ela prosseguiu a palestra e demonstrou, para minha surpresa, desenvoltura e uma personalidade muito forte, que envolveu toda a sala. Extremamente espontânea, soube conciliar a seriedade dos assuntos tratados com momentos de humor, nascidos de uma ironia sutil e oportuna. De quando em quando, chamava atenção das crianças, que não paravam nunca de brincar; então a Lisete assobiava, repreendia, exclamava, mas no mesmo instante em que as crianças obedeciam e ficavam em silêncio, por algum motivo de força maior e

anárquica, lá estavam elas novamente numa correria incansável. “Oh! Oh! Vamos parar com essa confusão”. E assim foi a reunião do início ao fim, sem nunca a Lisete tomar providências mais enérgicas. Não pedia auxílio dos pais, e falava com as crianças diretamente e com familiaridade. Certo momento, a filha do Israel, que desenhava numa folha de papel, não parava de conversar com o pai, provavelmente assuntos de crianças. Diante da situação atípica, pois o Israel era uma figura importante nesse grupo de base, a Lisete advertiu calmamente, “vou dar umas palmadas na filha e no pai...”

O que mais me impressionou é que isso não atrapalhou o andamento da reunião, de maneira alguma, mas ao contrário, tinha o seu lugar na reunião. Era impossível não prestar atenção no que ela dizia.

Ao falar do MSTC, começou contando sua trajetória no movimento:

“Quando surgiu o MSTC, eu participava do movimento Fórum dos Cortiços há mais de dez anos. Quando fui convidada para uma reunião do MSTC em 97, logo que cheguei e vi umas cinqüenta pessoas lá, pensei: ‘oba, vou ter minha casa própria!’ Já queria ter minha casa passando na frente de todo mundo! Depois caí em si”. Disse que a essência do movimento era a ajuda mútua. “Aí eu participava das atividades. Quando nós ocupamos o casarão aqui na Santos Dumont, conseguimos ficar lá quatro anos. Mas eu não morava lá, eu pagava aluguel. Eu passava lá e tinha medo das pessoas que moravam lá, eu pensava, ‘eu nunca moraria aqui’. Só que eu fiquei desempregada, e não tinha mais dinheiro para pagar o aluguel. Então tive que me mudar para o casarão. Foi uma experiência incrível, eu cresci muito como ser humano, porque, às vezes, a gente é ser humano mas nem sabe que é. Passei a olhar aquelas pessoas de outro modo. Fiquei alguns meses lá e depois fomos para o Ana Cintra⁸, onde morei por quatro anos”.

Depois passou para o tema da reeleição e, ao contrário, do clima de já ganhou que senti nas outras reuniões, Lisete demonstrou estar preocupada. “Do jeito que está, vai ser muito difícil a Marta ganhar, mas pode ser que os resultados das pesquisas sejam falsos”. Mas disse que todos teriam que concentrar os esforços para virar a atual situação. Disse também que agora os ambulantes estavam com a Marta, porque “eles sabem que se o Serra ganhar não vai ser só GCM que vai descer a borracha, mas a Polícia Militar também”.

⁸ “Após quatro anos e oito mese de ocupação, noventa e sete famílias foram despejadas ontem do edifício Almeida, na esquina da rua Ana Cintra com a avenida São João, em Campos Elísios (região central de São Paulo). A reintegração de posse ocorreu sob protestos das cerca de 500 pessoas que moravam no local, mas não houve confrontos com a polícia” (“Famílias deixam o prédio ocupado há 4 anos”, Folha de São Paulo, Cotidiano, p.C 3, 21/01/04).

Assim a reeleição não teve a prioridade que ocupou nas outras reuniões, pois o MSTC teria que continuar independentemente das conjunturas políticas. Esta abordagem da questão me agradou bastante.

O tema seguinte foi o da ocupação. Disse que o dia estava próximo, e pediu a todos que trouxessem um quilo de alimento não perecível na próxima reunião. “Só não tragam sal e fubá, porque isso é o que mais trazem, e depois a gente não sabe o que fazer com tanto sal e fubá”. Falou também sobre os custos do ônibus, que estaria entre cem e duzentos reais, que seriam divididos por cada família, etc. “Eu sei que o Gustavo (o Professor) vai, então ele vai ter que trazer o dinheiro, mesmo que na última hora ele não apareça. É muito bom a presença de pessoas como o Gustavo, porque eles levam câmeras e filmam, aí a polícia sente-se mais intimidade na hora de descer a borracha”. Por fim, disse que já participara de mais de vinte ocupações, tranquilizando os presentes.

Comentou depois sobre uma equipe de franceses que faria uma filmagem sobre o movimento e as ocupações. “Mas eles precisam de uma família que aceite ser acompanhada desde sua saída da favela até a ocupação. É muito bom para o movimento essa filmagem, porque as imagens vão para o estrangeiro, e eles vão ver que no Brasil não é só carnaval, futebol, mulher e cerveja. Então é muito importante que uma família se disponha a participar. Quem aqui é da favela do Moinho e está interessado?”

Então um casal se mostrou muito preocupado: “É difícil, porque se a gente deixa o barraco, logo ele é invadido, e se não der certo, para onde a gente vai depois?”. Então o Israel tomou a palavra, “não, mas não é para vocês saírem do barraco, vocês serão acompanhados por essa equipe, olha, vai ser muito bom”. A Lisete interferiu, “enquanto um participa, o outro fica no barraco, não é pra vocês abandonarem o barraco”.

Então um homem de um outro casal tomou a palavra:

“Como é que essa equipe vai entrar e filmar a favela?”, disse isso quase indignado e com um sorriso irônico.

“Eu já estou indo lá para falar com o bam-bam-bam de lá”, disse a Lisete.

“Minha senhora, não é fácil entrar na favela, você acha que eles vão deixar! Eu nem ia vir aqui, eu só vim por causa dela”, e apontou para sua mulher que abaixava a cabeça, aparentemente envergonhada.

“Hoje eu estive lá, retrucou a Lisete, só não encontrei o bam-bam-bam. Eu já entrei em muitas favelas, esta não é a primeira vez, já negociei com o pessoal muitas

vezes. Aliás, eu conheço a favela do Moinho desde que só tinha uma casa lá e o resto era tudo mato”.

O outro casal confirmou:

“É verdade, só tinha uma casa e em volta era tudo capim. Você conhece o Lázaro, o Lazinho, eu tô lá a milianos” (sic). Disse um sujeito negro de um cinqüenta anos e repleto de filhos pequenos.

Num dado momento, falou-se sobre a ocupação da Luz (o Prestes Maia). A Lisete disse que, à noite, a região era muito perigosa, e, por isso, não era muito recomendado sair da ocupação depois de certa hora. “Eles matam um num dia e amarram o outro para o dia seguinte”.

O próximo item, a viagem à Aparecida do Norte, ficou a cargo inteiramente do Israel. Este mostrou uma religiosidade profunda, elogiou o padre, que, segundo ele, apóia o movimento. “É muito bom para o movimento ter uma instituição como a Igreja do nosso lado”. É muito importante salientar que o padre cedeu o espaço onde são realizadas as reuniões, que são realizadas no horário da missa.

A pauta da visita da Marta no Liceu também foi conduzida pelo Israel. Este convocou os presentes a participarem do evento.

Ao fim da reunião, Lisete chamou a mim e ao Professor, e disse para nós acompanhá-la. Então saímos todos, eu, o Professor, a Lisete, o Natanael e um sujeito de nome João Henrique. Iríamos conhecer a Moradia Social. Chegamos então em um prédio antigo de quatro andares, muito bem conservado. A Lisete me explicou que a prefeitura entrou em acordo com o proprietário, sendo que esta assumiu o compromisso do pagamento do aluguel, no valor de R\$ 300,00 cada apartamento; já o condomínio, a manutenção, a luz, a água ficava a cargo de cada família ou do morador. A Tereza morava neste prédio. Entramos e fomos conhecer um apartamento localizado no térreo. A Lisete foi logo advertindo, “este é o maior deles”. Era pequeno. Nele, um casal assistia TV, a mulher eu reconheci das reuniões do Prestes Maia (uma das coordenadoras). Havia dois aposentos, uma sala com uma cama de casal e um quarto, um banheiro e uma área de serviço que também era cozinha. A Lisete convidou a mim e ao Professor para conhecer o quarto, mas fomos impedidos pelo casal, “a Fulana acabou de sair do banho”.

“Quantos anos ela está?” perguntou o Professor.

“Fez dezesseis”.

“Você lembra dela Gustavo?” perguntou a Lisete.

“Lembro, mas ela era muito pequena”.

Depois fomos conhecer outros andares. Vi cartazes espalhados pelos corredores, neles continham uma divisão de trabalho e uma escala de atividades destinadas a cada andar.

Quando estávamos de saída, depois de conhecer todo o prédio, algumas crianças corriam por dentro do prédio. Então a Lisete travou diálogo com uma menina: “Por que você não está na cama?” As duas passaram a conversar intimamente, e a menina sorrindo, sempre parecia estar brincando com a Lisete. Em seguida, a Lisete saiu correndo atrás dela, que fugiu aos gritos e rindo muito por uma escada. Então saímos do prédio, a Lisete pediu para que nos escondêssemos. Ela ficou ao lado da porta esperando. A menina, como um rato vai à ratoeira, correu para fora, sendo surpreendida pela Lisete, que voltou a correr atrás dela.

Depois saímos e fomos para uma avenida. O professor nos convidou para um café. A Lisete preferiu tomar cerveja. Apesar do Professor dizer que precisava levantar cedo no dia seguinte, foi convencido a reunir-se em uma mesa. Então ficamos conversando.

“Sabe Lisete, eu gostaria de estudar os peruanos que moram na favela. Se eu fosse escrever uma dissertação de mestrado como o Jean sobre o MSTC, eu não posso, porque já estou envolvido, e não pode”.

“Tem peruano morando na favela?” perguntei.

“Hôrra, tem bastante!”

Compreendi então que os peruanos e bolivianos que moram no CRUSP e fazem graduação e pós, compõem a elite da imigração.

Conversaram sobre a boliviana que perdeu a filha no incêndio.

“E o que aconteceu com ela?” indagou o Professor.

“Ah! Essa virou garota de programa”.

“E o caso do incêndio?”

“Ela foi orientada para mudar a sua versão na delegacia”.

“Mas por quê? Ela queria dinheiro?”

“É, queria dinheiro. Ia ficar querendo, porque dinheiro é tudo que o movimento não tem”.

Então eu interfeiri:

“Vai deixar uma criança de quatro anos sozinha de madrugada?!”

“De quatro não, de três. Você não deixa um filho seu de quatro, de sete, de quinze, de vinte sozinho”, completou a Lisete.

“E a Mariah?” emendou o Professor.

“Ah! A Mariah virou alcoólatra”.

“É mesmo?”

E assim foi. Num dado momento o Professor se levantou e, alegando que não podia mais ficar, foi embora.

Um rapaz se aproximou e abraçou a Lisete, e sorrindo irreverentemente a chamou de tia, e se juntou a nós. A Lisete não se abalou e alertou: “Eu já te falei, se você continuar assim só tem dois caminhos, um é a cadeia o outro é o cemitério”. Depois ela olhou para mim e disse: “Esse é meu sobrinho”.

O rapaz sempre muito irreverente aparentava não se importar para nada. Então a Lisete começou a me contar: “O menino vem da Bahia tentar a sorte em São Paulo, e acha que é fácil. Eu vim da Bahia para cá com dezesseis anos, fugindo de meu pai; logo que cheguei fui trabalhar numa casa de família. O patrão tentou abusar de mim então eu fugi. Depois me tornei auxiliar de escritório, uma profissão que não existe mais hoje. Fui duas vezes auxiliar de escritório, uma nos anos...” Atualmente ela trabalha com moradores de rua a serviço da prefeitura. Usa uma aliança no dedo, mas a exemplo de quase todas as outras coordenadoras, seu marido não participa do movimento⁹.

Bebemos umas cinco ou sete garrafas de cerveja e fomos embora. O sobrinho da Lisete ficou em companhia dos freqüentadores do bar. No ponto de ônibus, a Lisete olhou para o bar e disse, “nenhum desses caras presta”, o que foi imediatamente confirmado pelo Natanael e o João Henrique.

Quarta-feira, 27 de outubro de 2004.

Rio:

Já era tarde, eu estava atrasado novamente. O que mais causa revolta nesse trânsito insano, é tempo de nossas vidas que se perde. Dessa vez o ônibus demorou demais. Notei que ao invés deste ônibus tomar o corredor da Rebouças, este foi pela Cidade Jardim em direção à rua Augusta, ou seja, iria dar uma volta desnecessária.

⁹ “As mulheres são mais engajadas”, afirma Lisete Gomes, 36, uma das coordenadoras do MSTC. O marido dela “não participa da luta”, mas mora com ela dentro de uma antiga ocupação na rua Ana Cintra.

Passei por um relógio, e este indicava 18:36. (Se quisermos ser pontuais, temos antes que sair com duas horas de antecedência da hora marcada). Uma mulher dirigia o ônibus. Ela corria muito. De vez em quando ela conversava com um passageiro, que estava sentado próximo dela. Este se limitava a sorrir, sem dizer palavra. “Tá embaçado aí pra correr”, dizia ela. Num certo momento o passageiro levantou-se e passou a catraca sem se despedir, e desceu. Fato que não passou despercebido por ela.

Coisa curiosa, quando estávamos presos no meio da rua Augusta, a motorista deu de cantar. Depois assobiava. Voltou a cantar. Assobiou novamente. E mais uma vez cantou. Depois, subitamente, fez silêncio. (que figura!). Fora do ônibus, as pessoas iam subindo e descendo a rua. As mulheres com bolsas debaixo do braço, e os homens com malas ou mãos vazias. Ao contrário de uma cidade do interior, ninguém se cumprimenta. Ninguém diz “bom dia”, “boa tarde” ou “boa noite”. Isto também seria impossível numa cidade como São Paulo, senão todo instante as pessoas teriam que dizer “boa tarde”, “boa tarde”, “boa tarde”, “boa tarde”, “boa tarde”, “boa tarde”, “boa tarde”, “boa tarde”... às milhares de pessoas que cruzam o nosso caminho numa fração de segundos.

Um rapaz com ares de executivo descia com um celular colado à orelha e imbuído de uma certa superioridade. As pessoas voltavam do trabalho ou iam, sempre apressadas, sempre atrasadas (o paradoxo já mencionado). O celular é um acessório obrigatório. Os transeuntes conversam muito, mas não com o outro que está imediatamente ao seu lado, mas com voz de alguém no celular. A que tipo de escravidão estamos submetidos!!! Não somos livres.

“Cobrador, cobrador, esse ônibus pára no terminal?”

“Sim!” respondeu a motorista.

“Obrigado”.

O cobrador, um senhor na casa dos setenta e poucos, olhou para mim e fez sim com a cabeça. Agradei novamente.

Quando chegamos no centro, um grupo de pessoas se amontoava ao redor de uma barraquinha de churrasco grego.

“Cobrador, cobrador, que horas são?”

“Vinte para às 8h”.

“Obrigado!” pensei, “duas horas no trânsito”.

“ele tem medo da polícia”, diz ela, que não é filiada a nenhum partido” (“Mulheres tomam dianteira nas invasões” Folha de São Paulo, Cotidiano, p.C 3, 27/07/03).

Planalto acidentado:

Cheguei às 20 horas, corri para chegar a tempo na reunião, mas tinha me esquecido dos alimentos não perecíveis. No caminho encontrei um bazar aberto, comprei 1k de feijão e outro de arroz, e corri para a igreja. Entrei. Encontrei o Israel, a princípio ele não me reconheceu, mas logo que eu me identifiquei, me conduziu para a sala de reunião. O Israel tirou uma chave do bolso, e abriu a porta. Havia mais de cem pessoas na sala, apesar do frio, a sala estava quente e abafada. Muitas pessoas já estavam de pé, querendo sair. Escolhi um lugar e anotei a pauta da reunião:

1. Falar sobre a bolsa-aluguel
2. Ocupação
3. Falar sobre política (segundo turno)
4. Moradia é direito de todos

Vai dar tudo certo!

Depois fui informado que haveria outra reunião no sábado. (Na reunião passada, contei para a Lisete que a informação da data da ocupação vazou, pois na faculdade alguns alunos ligados a um outro movimento, o MRRC, disseram-me que esta seria realizada no sábado à meia noite, um dia antes da votação). Quando o Israel abriu a porta, as pessoas saíram alvoroçadas, pensei, “vai atrapalhar a missa”. Pensei no Israel, que sempre tomava o cuidado de pedir-nos, ao final das reuniões, para que saíssemos aos poucos e em silêncio. Entendi porque ele trancou a porta. Enquanto isso, na sala, uma grande confusão ainda se fazia, a Lisete anotava o nome das pessoas, e era carteirinha passando para tudo quanto é lado. Uma mulher segurava uma criança de colo atrás da Lisete, esta, quando teve um segundo de sossego, virou e apertou a bochecha do bebê e voltou imediatamente para sua tarefa. Depois a sala foi esvaziando. Então fui falar com a Lisete. Entreguei os alimentos que acabara de comprar, e perguntei o valor do ônibus. “Cinco reais”. Quantia que paguei no ato. Disseram depois para eu estar às 18h, no sábado, no Liceu Coração de Jesus. Fui apresentado pelo Israel a uma moça do Instituto Poles. E então fomos embora todos. A Lisete perguntou se eu queria ir numa outra reunião. Como não tinha jantado e estava muito cansado, tive que recusar. Ela então partiu com o Natanael. O Israel se ofereceu para me acompanhar e também a moça ao terminal Princesa Isabel.

“Você é o sacristão da Igreja, Israel”, perguntei.

“Não, eu sou o segurança; eu ajudo eles aqui, faço de tudo um pouco”.

Depois ele disse preocupado:

“A Lisete marcou a reunião para o sábado, e neste sábado vai ter casamento, você sabe como esse povo é, não é? Não gosta de pobre”.

Sábado, 30 de outubro de 2004, 18:00.

Subindo a serra:

Se tivesse que descrever este dia, descreveria como um sábado magnífico. O céu azul, azul, azul, sem uma nuvem no céu. Quando cheguei ao Liceu Coração de Jesus, na hora marcada, realizava-se a cerimônia de casamento. Muitas pessoas estavam à porta da igreja, trajadas a rigor. De fato, eram de uma classe social alta. Entrei por entre elas, e procurei alguém do MSTC. No ponto de ônibus, do outro lado da rua, o Natanael esperava os militantes, ao me ver, atravessou a rua indo ao meu encontro. “A reunião vai ser na Rua B., 164, naquela casa que nós visitamos”. Fui para lá. Encontrei uma garota na porta.

“Onde está a Lisete”.

“Lá no fundo, à esquerda”.

Cheguei numa espécie de quintal pequeno. A Lisete estava sentada e em sua volta, poucas pessoas, umas dez, a maioria de pé. Pensei que tendo sido marcada a ocupação para o dia de hoje, haviam comparecido muito poucas pessoas. Mas logo que cheguei, disseram-me que a atividade estava programada para o domingo, e todos deveriam estar em frente do Liceu às 22:00, no ponto de ônibus. Fiquei um pouco desapontado, porque tinha me preparado para ocupar e esperava descansar no feriado. Fui de mochila e tudo.

A reunião foi muito rica em informações, por isso o relato feito aqui será bem fragmentado:

A princípio, todos demonstravam estar decepcionados com a quantidade dos presentes na reunião de hoje. “Na última reunião, tinham mais de cem pessoas!” indagaram alguns.

Encontrei a dona Tereza e deram-me uma lajota para sentar. “Você já pegou a sua carteirinha? Fala com a Lisete, ela explica tudo”.

Uma moça grávida chegou se bem desanimada. A barriga dela estava bem grande. Ofereci meu lugar para ela, mas não foi necessário, logo lhe deram uma outra lajota. Perguntei: “Quantos meses?” Sete, respondeu.

As conversas iam se sucedendo:

“No Maranhão, a maioria das pessoas lá são pretas, ou quando não, são amarelas”, dizia um maranhense. “Os amarelos são os espanhóis e portugueses, lá todo mundo é baixo, quando tem algum branco, é descendente de alemão, mas tem pouco”.

“É, alemão tem muito no Ceará”.

Reparei também que bastava alguém ter o cabelo castanho para receber o apelido de “Alemão”.

A Miriam (não a coordenadora, outra) tomou a palavra:

“Moradia é direito de todos. Eu fico surpresa quando meus conterrâneos nordestinos vêm para cá e se contentam em morar em condições precárias, acham bom morar em albergue”.

A Miriam é pernambucana, e mora em São Paulo com uma filha. O seu ex-companheiro permaneceu em Pernambuco com um outro filho deles.

Travou-se uma conversa entre ela e um homem, este dizia, “ninguém quer nada de graça aqui”. Todos concordaram com ele.

Um homem alto, de cabelos lisos e aparentando ter cinquenta anos, e com um sotaque distante de nordestino, disse:

“Eu pago vinte, trinta, o quanto for preciso pelo ônibus. Eu preciso muito ter um lugar para morar com minha mulher e meu filho”.

“Quantos anos tem seu filho” perguntaram.

“Vinte e quatro”.

Depois de um tempo de conversa, a Lisete comentou:

“Ó gente, fazia dez anos que eu não comia buchada. Agora tem quatro anos que eu vou todo ano para a Bahia, e como buchada, isso porque eu não pago mais aluguel”.

A mulher grávida estava bastante apreensiva, por ter que participar da atividade. Eu me solidarizei com ela, mas resignada me disse:

“Meu marido segura minha outra menina”. Disse isso em tom de quase lamúria.

A Lisete, para me tranquilizar, citou outros casos de ocupações em que grávidas participaram¹⁰, inclusive uma de nove meses, que enfrentou até mesmo bombas de gás lacrimogêneo.

Às 19h, a Lisete deu por encerrada a reunião. Fui falar com ela, e ela me convidou para tomar cerveja. Algumas pessoas ainda chegavam e se inscreviam, muitas não tinham cinco reais para pagar o ônibus, e prometiam que iam pedir emprestado e que antes do ônibus sair pagariam.

“Lisete, eu acho perigoso esta moça grávida desse jeito participar da atividade”, eu disse.

“Não! Ela é medrosa assim mesmo, quando ela nem tava de barriga, já ficava com medo”.

A Miriam olhou para mim e disse:

“Não se preocupe, quem perde filho é rico; pobre, morre logo de uma vez”.

“A gente tem que lutar, porque do céu só cai chuva”.

Então chegou uma mulher, de longos cabelos presos e trajes característicos de religiosos evangélicos, acompanhada de uma menina de dez anos. Contou que seu filho aos dez anos de idade foi viciado em crack por traficantes, depois foi jurado de morte, hoje aos dezenove, somente ele sobreviveu dentre seus amigos, estes todos foram assassinados “por aqueles que viciaram eles”. Nisto, lágrimas escorreram pelo seu rosto. Seu filho sobreviveu porque foi preso na FEBEM e permaneceu aí até os dezenove anos, quando foi libertado. “Quando ele estava preso, eu ficava tranquila, mas agora que ele está solto...” Foi procurar a Lisete porque esta trabalha com moradores de rua e seu filho estava desaparecido. Contou que moravam, ela e os filhos, na periferia, todavia se seu filho voltasse para casa, eles, os traficantes, o matariam. Decidiu então se mudar para o centro. Agora ela e sua filha estão “dormindo” em albergue. “O menino está na rua, por causa do vício”. Disse que não era de São Paulo: “Eu sou de outro estado”. Ao relatar isso, tirou um documento com uma foto 3X4, e entregou para a Lisete. Depois, o documento foi passando de mão em mão. Os presentes pegavam-no, olhavam a foto, e faziam um “não” com a cabeça. Quando passaram para mim, pensei: “existem milhões de moleques parecidos com ele morando nas ruas”. As pessoas diziam para ela se

¹⁰ “ À noite, a polícia impediu que um grupo maior tomasse o prédio da Caixa. No enfrentamento, a polícia utilizou bombas de efeito moral e balas de borracha. Os sem-teto, pedradas. ‘Transformaram a praça Roosevelt numa praça de guerra’, afirmou a militante Elaine Aparecida, 28. O prédio fia a um quarteirão da 3ª. Companhia da PM. Quatro pessoas foram detidas, cinco veículos da polícia foram

acalmar, porque ainda era cedo para tirar alguma conclusão. A mulher tirou uma cartela de antidepressivos receitados por algum psiquiatra de sua bolsa, e disse que sofria de amnésia.

“Eu tentei esquecer o garoto, mas não consigo”.

Em seguida, contou das últimas informações que obteve sobre o paradeiro do rapaz. “Me disseram que ele estava na Barra Funda. Pelo menos eu sei que ele está vivo”.

Depois, para minha surpresa, se inscreveu na lista do MSTC. O pessoal do movimento na mesma hora fez uma carteirinha para ela; depois questionaram se ela e a menina participariam da atividade de domingo. Esta desconversou:

“É por causa da minha doença (referia-se à amnésia). Eu estou no albergue.” Sua preocupação era a de perder a vaga no albergue.

“Olha, emendou a Lisete, se é por causa do albergue, não tem problema, nós temos um convênio com todos os albergues da cidade, você mostra sua carteirinha, e eles garantem a sua vaga”.

Então se convenceu, e disse que participaria da ocupação. Depois foi embora. Eu disse paraa Lisete que a história era muito triste. A Lisete respondeu que estava acostumada a ouvir histórias como aquela, e fez um gesto de grande quantidade com os dedos.

O clima ficou mais descontraído depois. A Miriam brincava com o João Henrique: “Mas esse baiano é muito feio!” Este simplório e de poucas palavras, sorria. Como ela insistia muito nisso, eu interfeiri: “Quem desdenha quer comprar”. A Lisete aprovou entusiasmada a minha observação. Então o Natanael entrou e disse que não aparecera mais ninguém. Então fomos todos nós, eu, a Lisete, a Miriam, o Natanael e o João Henrique, para o mesmo bar do outro dia. Eu me senti muito constrangido, porque há três meses sem receber do PAE, não tinha um centavo na carteira, e outra vez não pagaria sequer uma cerveja. Vejam como é a vida, sem-tetos pagam cerveja para um universitário da USP!

Pedimos uma garrafa atrás da outra, e eu já estava meio alto quando eu disse:

“Eu sou um anarquista. E vocês sabem que os anarquistas votam nulo, mas eu vou votar na Marta só por causa de vocês!”

danificados e, segundo membros da Frente, uma gestante integrante do movimento foi ferida na cabeça” (“Cercado, grupo de sem-teto deixa prédio”, Folha de São Paulo, Cotidiano, p.C 7, 09/11/04).

“Miriam, se você descobrir que ele votou nulo amanhã, você dá uma surra nele”, disse a Lisete.

“João, o comunista não quer saber de casar, não é?” a Miriam me perguntou.

“O nome dele não é João, é Jean”, corrigiu a Lisete.

“É que eu ouvi você, Lisete, falar João”.

“Não, é Jean”.

“Por que o comunista não quer saber de casar, Jean? Porque eu namorei um rapaz que era comunista, e um dia uma amiga me disse que ele não queria saber de casar, eu achei que era inveja, mas resolvi confirmar. Então ele me disse que era comunista e por isso não casava, porque o casamento lhe tirava a liberdade. Aí nós terminamos”.

“Não é bem assim, o comunista questiona o casamento como uma instituição formal, a família como um produto da divisão de trabalho”, eu disse.

“Você é comunista, né?”

“Não, eu sou anarquista. Há uma diferença aí”.

“Você também não quer saber de casar”.

“Não é isso, é que um contrato registrado em cartório pouco tem haver com amor”.

“Qual é a diferença entre o anarquista e o comunista?”

“É difícil explicar, para você entender bem, eu teria que voltar para o século XIX”.

“Marx; Karl Marx!” interrompeu a Lisete.

Antes de começar a explicar, falei que a terra era comum, que ninguém podia ser dono de qualquer coisa, e que uma classe explorava outra etc. A Miriam pareceu não concordar muito com o fato de ninguém poder ser dono de nada.

“Moradia é um direito”.

“Mas ocupar uma propriedade de outro é ilegal”.

“Não é não, não é!”

“É sim, existe até uma lei chamada ‘invasão a domicílio’. Você não pode entrar na propriedade de alguém sem seu consentimento. Isto não significa que isto é justo, ao contrário, a propriedade privada não é um direito pra todos, mesmo porque o direito não é pra todos.”

Ela não entendeu muito bem, então eu tentei ser mais didático e acabei me atrapalhando ainda mais.

“Deixa eu te explicar. O trabalhador produz o valor que é lhe expropriado. Não, melhor assim, está vendo esta mesa, ela tem um valor. Você vai numa loja e compra a mesa. Ela custa tanto, tem um preço. Mas ela é de madeira, foi uma árvore um dia, ela era natureza, mas foi transformada em mesa pelo trabalho...”

“Natureza, natureza, pra vocês tudo é natureza! O comunista é ateu, não é?”

“Sim, a princípio sim, mas entre anarquistas e comunistas há tendências religiosas, existem anarquistas cristãos e comunistas também, não tem a Teologia da Libertação?”

“E os punks, o que que você acha dos punks?” a Lisete me perguntou.

“Eu fui punk”.

“Você já teve aqueles cabelos espetados?”

“Já”.

“Ai, meu Deus!”

“E o que seus pais achavam disso”.

“Nada”.

“Ó, para mim os punks fazem muito barulho, mas no fundo não fazem nada. Certa vez, dois punks vieram falar comigo, disseram que iam ajudar, mas depois nunca mais apareceram. Outra vez, nós fomos para uma manifestação em Brasília, e uns punks tiraram as calças e mostraram a bunda. Para mim, isso é vandalismo”.

Mas antes que eles mudassem de assunto, eu perguntei:

“Miriam, você é comunista?”

“Não”.

“Natanael, você é comunista?”

“Não”.

“Por quê?”

“Porque o comunista quer fazer a guerra”.

“Lisete, você é comunista”.

“Não, socialista! O comunista quer a guerra”.

“A guerra que vocês dizem é a revolução, isto é, transformar a sociedade por meios violentos? Mas nem sempre uma revolução é feita por meios violentos: a Revolução Gloriosa e a própria Revolução de 17. Os comunistas contestam a propriedade privada, querem que tudo seja comum, daí comunista. Pra mim vocês são comunistas, muito mais do que nós da universidade”.

“Por quê?”

“Porque vocês põem em xeque a propriedade privada. Enquanto nós teorizamos, vocês fazem a prática”.

“Então pratique”, sentenciou a Lisete, colocando-me em xeque.

Depois perguntei se todos eram do PT. Todos disseram que sim. A Lisete contou que entrou para o partido há dois anos.

Então, para mudar de assunto, perguntei do sobrinho Lisete:

“Ah! Ele tomou um cacete naquele dia mesmo, no dia seguinte pediu dinheiro e voltou para Bahia”.

Antes de nos despedirmos a Lisete confidenciou: “Olha o ‘alvo’ vai ser aqui perto”.

Domingo, 31 de novembro de 2004.

Terreno íngreme:

Só quem mora no CRUSP sabe como é difícil sair do campus nos finais de semana, domingo, então? algumas linhas de ônibus simplesmente desaparecem; mas domingo, dia de eleição, feriado na terça-feira, é quase impossível. Além disso, tem que se caminhar uma distância de pelo menos um quilometro do CRUSP até o portão. Tudo isso pra dizer que eu tinha tudo para chegar atrasado.

Mesmo assim, consegui tomar um ônibus que me deixou na Paulista com Brigadeiro às 21:30. Dez minutos depois, peguei o Princesa Isabel. Mas coisa inacreditável, trânsito congestionado na Paulista. Partidários do Serra comemoravam a vitória do tucano no Clube Homes. Muitas pessoas estavam passeando pela avenida também, em pleno feriadão! Parece que a população levou a sério seus direitos cívicos. Para completar a situação, chovia, e chovia forte! Eu estava preocupado, pensava naquela mulher grávida e na outra que entrou em pânico e quis ir embora. Somos seres humanos comuns, não somos soldados, ninguém precisa ser! Quando chegamos no terminal, coloquei a mochila sobre minha cabeça (porque tinha esquecido o guarda-chuva), e corri para o lugar marcado.

O cenário que eu encontrei naquela hora era simplesmente aterrador. Tudo muito escuro, apenas o ponto de ônibus iluminado, como uma única estrela no céu. Nada nem ninguém, nenhuma viva-alma, apenas vultos no fundo perambulando e arrastando seus andrajos pelo chão como espectros numa festa sangrenta e perigosa. Não eram os militantes do MSTC! Mas pessoas que, talvez, já se esqueceram de viver. Talvez seja

esse o verdadeiro conteúdo das propostas da Viva o Centro: transformar o centro numa grande cidade fantasma, deserta e vazia.

Não estava disposto a ficar ali parado, o ônibus não se encontrava no local marcado. Passei então a circular pelos arredores. Vi então três ônibus estacionados no fundo de uma rua. Pensei, “eles estão lá”. A chuva caía mais fraca agora. Fui até lá. Mas ninguém. Porém percebi que um ou dois estabelecimentos estavam abertos. Eram hotéis, verdadeiras espeluncas. Entrei num deles que ficava numa esquina. A entrada era muito rústica, e uma mulher aguardava numa cadeira. Ao lado um balcão vazio, e acima um relógio marcando 22:25.

“Moça, você pode me dar uma informação”.

“Espera que o atendente já vem falar com você”, disse de maneira muito ríspida.

Olhei para a rua na transversal, e vi mais ônibus estacionado.

Enfim um homem desceu uma escada.

“Por favor, você sabe me dizer por que estes ônibus estão parados aqui?”

“Estes ônibus acabaram de chegar do Maranhão”.

Pensei: “Talvez sejam clandestinos”.

Voltei para o ponto de ônibus. Onde estava o Natanael? O ônibus? Não cheguei tão atrasado assim. Procurei os militantes, o ônibus, mas o largo à noite é realmente assustador. Voltei para o terminal. E assim como vim, fui embora.

Cheguei uns quinze minutos atrasado. Será que eles foram tão pontuais assim? Ou será que cancelaram a operação. Essas idéias vinham e saíam dos meus pensamentos.

Quando estava bem longe dali, nada acontecia de estranho, nada de anormal, nenhuma sirene anunciando a guerra, nenhum carro de polícia, tiros e explosões, correria ou confusão, nada, a não ser mesma mesmice de sempre, e algumas pessoas se divertindo pacificamente pela Av. Paulista. Nenhum sinal de uma revolução, uma luta desesperada e sangrenta. Fui para o meu quarto e olhei a cidade silenciosa de longe. Distante, pensei: “talvez tenha sido melhor assim, mais verdadeiro, esta luta não é minha, mas dos comunistas (ou anarquistas) que não sabem que são comunistas e anarquistas”.

Segunda-feira, 1 de novembro de 2004.

Pico da montanha:

No dia seguinte, acessei a internet:

A Marta perdera as eleições. As classes média e alta elegeram quase que unanimemente o candidato do PSDB, o Serra. A periferia, timidamente, tentou dar a vitória para Marta, mas não conseguiu, dividida que estava.

Entrei no site do *Centro de Mídia Independente* (CMI) e *Folha Online* e li as seguintes notícias sobre as ocupações:

Notícias:

01/11/2004 - 10h56

Policiais vigiam prédios invadidos por sem-teto em SP

Da Folha Online

A Polícia Militar de São Paulo está vigiando na manhã desta segunda-feira os dois prédios que continuam invadidos por grupos de sem-teto de uma frente de movimentos que luta por moradia. Os grupos invadiram sete prédios em vários pontos da cidade durante a madrugada, mas os ocupantes de cinco locais já foram retirados.

De acordo com a polícia, nos prédios que permanecem invadidos os sem-teto se instalaram e já estão morando. A Polícia Militar vai permanecer nos locais até que a justiça e os donos dos prédios resolvam a situação.

Durante a madrugada, de acordo com lideranças do MSTC (Movimento dos Sem-Teto do Centro), houve manifestação nos locais invadidos. A polícia jogou bombas de gás para dispersar os grupos, que revidaram com pedras.

As ocupações, desencadeadas por vários grupos reunidos sob a denominação "Frente de Luta", entre eles o MSTC e os movimentos Sudeste, Campo Alegre e Casarão do Bresser, têm o objetivo de protestar contra a ineficaz execução da política de moradia no país.

Uma das coordenadoras do MSTC, que se identificou apenas como Neti, explicou que "há necessidade de priorizar a habitação. Existe uma política de moradia, mas não a vontade de executá-la".

De acordo com Neti, a data já havia sido definida para este feriado. "Independentemente de quem fosse eleito prefeito neste domingo, já havíamos marcado a data do protesto com bastante antecedência", afirmou.

Ação

Na rua Rêgo Freitas, 527, região central da cidade, integrantes do MSTC entraram no edifício e trancaram a entrada principal com dois cadeados.

Segundo Lizete Gomes, uma das coordenadoras do MSTC, mais de 80 pessoas participaram da ação. Policiais militares afirmam que apenas 40 manifestantes estão no local.

Durante a invasão, das janelas e varandas do prédio, os sem-teto gritaram "este é um presente para você Serra". Velas foram acesas nas dependências do prédio.

Na avenida Casa Verde, 2.926, zona norte, entre 50 e 60 famílias invadiram um galpão e estão morando no local.

www.midiaindependente.org

“HABITAÇÃO Nov 01 Sem-teto tentam ocupar onze prédios em São Paulo

À meia noite do dia 31 de outubro para o dia 1º de novembro, centenas de sem-teto coordenaram ações tentando ocupar 11 edifícios na cidade de São Paulo. A ação foi articulada por diferentes movimentos de trabalhadores sem-teto da cidade como o MSTC (Movimento Sem-Teto do Centro) e o MMRC (Movimento de Moradia da Região do Centro) e exigia mais moradias para famílias sem-teto.

A polícia reprimiu com prontidão e violência as ocupações. Três horas após a ação, apenas quatro prédios permaneciam ocupados. A desocupação do prédio na esquina da Rua Barão de Itapetininga com a Rua Conselheiro Crispiniano foi feita com muita violência. Depois da desocupação ter sido concluída, a polícia lançou bombas de gás lacrimogêneo e efeito moral (bombas de concussão) contra os sem-teto e caçou militantes nas ruas desertas do centro por toda madrugada. Uma equipe de filmagem rodava um comercial em frente ao Teatro Municipal (há uma quadra dali) em meio à confusão.

URGENTE: 11 prédios ocupados por sem-teto em São Paulo

Por CMI SP 01/11/2004 às 01:21

À meia noite do dia 31 de outubro para o dia 1º de novembro, centenas de sem-teto coordenaram ações tentando ocupar 11 edifícios na região central da cidade de São Paulo.

Informe - 00h11m

Um prédio de 12 andares na esquina da Conselheiro Carrão com a Conselheiro Ramalho foi ocupado por cerca de 200 pessoas ligados ao MSTC (Movimento Sem Teto do Centro). Inicialmente as pessoas ficaram presas entre a primeira e a segunda portas e aparentemente conseguiram entrar. A polícia no entanto chegou em seguida e reprimiu com violência, jogando muito spray de pimenta no interior do prédio. A situação está caótica. Prenderam uma coordenadora do MSTC e a estão encaminhando para o 5º DP.

Um outro prédio de 12 andares na esquina da Conselheiro Crispiniano com a Barão de Itapetininga foi também ocupado por outro grupo de 200 pessoas ligadas ao MSTC. Elas entraram no prédio e a polícia estava na porta. As negociações seguiam.

Comentário:

REPRESSÃO CONTRA SEM TETOS EM SP!

Por TERRA PARA TOD@S! 01/11/2004 às 14:20

Movimento libertar!! 01/11/2004 11:35

movimentorevolucionario_libertar@yahoo.com.br

Olá companheir@!!!

Acompanhei a ocupação da Rua Conselheiro Crispiniano no centro, e o que posso relatar é... muitas pessoas feridas...

A polícia conseguiu entrar na ocupação pois foram pelo prédio vizinho, ao observarmos que os "assassinos" já estavam lá, tentamos avisar para as pessoas presentes, mas como sempre já era tarde!!

Entraram jogando gás nos andares, deram borrachada num menino de 12 anos (isso confirmo pois conversei com a mãe), uma mulher ao tentar fechar a entrada que dava ao último andar um policial já estava e a única resposta que ele conseguiu dar foi outra borrachada!!!

Neste momento já tínhamos observado que a solução ia ser desocupar, mas nem por isso o movimento se descentralizou, continuamos na porta do prédio falando algumas "verdades" àqueles policiais, mas em nenhum momento eles tinham alguma reação, até que a tropa começou a fazer o seu trabalho e carregou um companheiro de luta para dentro do prédio (agora ele está bem, já foi liberado mas apanhou bastante)...

Neste momento todos se uniram novamente e começaram a jogar objetos nos policiais e gritar que queríamos nosso companheiro liberado... foi aqui que a guerra começou era bomba de gás para tudo quanto é lado, mulheres com crianças (crianças de um mês) corriam para se defenderem... era algo inacreditável, impossível de acreditar... e absolutamente revoltante, mulheres apanharam, idosos, pessoas ficaram feridas e bateram até num deficiente físico... **ISSO NÃO É POLÍCIA, É UM BANDO DE ASSASSINOS E MARIONETES DESTE GOVERNO HIPÓCRITA!!!**

Nesta ocupação ocorreu isso, porém após esta guerra, fomos para a ocupação da Rego Freitas, o prédio estava ocupado e apenas uma barca fechava a entrada dele, estávamos por volta de 200 dentro e mais uns 250 fora... depois de algum tempo a ocupação do Bom Retiro (que também não teve muito sucesso) foi se unir a nós, no final tínhamos do lado de fora umas 400 pessoas... não ocorreu violência

Neste momento a polícia já abandonou este prédio e todas as famílias que permaneceram lá fora (isso já era umas 7h30 da manhã) entraram... deve ter por volta de 100 famílias. A preocupação é, será que a polícia irá voltar hoje à noite??? Espero que todos que leiam este e-mail estejam lá presentes para defendermos esta luta, pois deve ser uma luta de todos!!

Manifesto publicado no CMI:

Comunicado Ocupações - Frentre de Luta por Moradia
Por CMI SÃO PAULO 01/11/2004 às 13:09

Se pagar aluguel, não come. Se comer, não paga o aluguel.
É este o nosso dilema.

AUTORIDADES!

Federal, Estadual e Municipal
Executivo, legislativo e Judiciário

Não AGÜENTAMOS ESPERAR!

Se pagar aluguel, não come. Se comer, não paga o aluguel.
É este o nosso dilema.

Somos trabalhadores sem-teto desta magnífica cidade. Somos empurrados para as favelas, cortiços, pensões e para o relento das ruas. Sofremos com o despejo do senhorio. Nossas crianças, devido às nossas condições precárias de vida, penam para se conservarem crianças. Somos tocados de um lado para o outro. Não encontramos espaço, para nossas famílias, em nosso próprio território. Nossa cidade, que construímos e mantemos com nosso trabalho, afugenta-nos para fora, para o nada.

Dizem que os trabalhadores são a peça mais importante da sociedade. Entretanto, estamos sendo triturados por esta engrenagem econômica perversa – mecanismo que destrói os trabalhadores em vida e conserva no luxo uns poucos privilegiados. Uma minoria que mantém centenas de imóveis vazios, abandonados, por vários anos. Imóveis que não cumprem sua função. Enquanto somos empurrados para as periferias sem infra-estrutura urbana, em favelas, áreas de risco ou mananciais.

Os programas habitacionais hoje existentes são inadequados para nossa realidade:

_ Crédito Solidário do governo federal não viabiliza projeto habitacional em São Paulo;

_ o PAR – Programa de Arrendamento Residencial, da Caixa Econômica Federal, não atende famílias de baixa renda;

_ o programa do governo do Estado é um acinte ao Estado de Direito. Humilha a população sem-teto, submetendo-a à loteria habitacional. Direito não pode ter fila. Direito é Direito, portanto o sorteio da CDHU é ilegal;

_ os programas Locação Social e Bolsa-Aluguel são bons. Mas são de alcance limitado, atendendo a poucas famílias.

Não podemos aceitar essa situação. Não podemos esperar. Nossas famílias e nossas vidas estão em perigo. Queremos que a lei entre em vigor: dê função social a esses imóveis vazios e abandonados. Vamos eliminar esse desperdício criminoso.

Ocupamos esses imóveis pois não temos mais para onde ir. Propomos ficar morando neles até ser atendidos por um projeto dos Governos.

Para tanto, pleiteamos:

1. Que sejam atendidas imediatamente de modo emergencial 2.000 (duas mil) famílias de sem-teto de baixa renda;

2. Que os Governos Federal, Estadual e Municipal atendam por ano 20.000 (vinte mil) famílias de sem-teto da cidade de São Paulo;

3. Que todos os prédios e terrenos abandonados e vazios por mais de 2 (dois) anos, sem função social, sejam transformados em moradia popular.

Solicitamos aos 3 níveis de Governo a abertura imediata de negociações para viabilizar nossos projetos habitacionais.

A LUTA É SEMPRE!

São Paulo, 31 de outubro de 2004

FLM – FRENTE DE LUTA POR MORADIA

Diante de tudo isso, pensei na mulher grávida. O movimento criou uma prática, às vezes, muito dura, mas, talvez, necessária, reflexo de uma violência ainda maior: a extrema desigualdade social, a concentração de renda desproporcional e injusta, a truculência da polícia. É talvez, somos todos soldados realmente!

A revolução é muito mais do que ideais grandiosos, que sonhos vaidosos; talvez ela seja mesmo muito cruel, nem um pouco bonita.

Mais tarde, vi na televisão uma mulher grávida, com mais três filhos numa das ocupações. O repórter perguntou:

“Você está bem aqui”.

“Estou ótima, melhor do que passar frio na favela”.

Num outro jornal, da emissora rede globo, a apresentadora Ana Paula Padrão anunciou a reportagem da seguinte maneira:

“Depois do resultado das urnas, que deram a vitória para o candidato José Serra, milhares de sem-teto saíram às ruas e tentaram invadir sete prédios na região central”.

Depois mostraram cenas do confronto entre a tropa de choque e os sem-tetos. Os guardas do sistema protegidos com capacetes, escudos e armas de fogo, jogavam bombas nos sem-tetos que revidavam com paus e pedras.

Talvez o Natanael e a Lisete tivessem razão, revolução é guerra, e quem sabe mulheres grávidas e crianças sejam mesmo soldados, não por opção, mas por uma questão de sobrevivência; porque uma elite se apropriou da cultura, do poder e de toda riqueza a que todos têm direito.

Terça-feira, 2 de novembro de 2004.

Saí para comprar o jornal, não encontrando a Folha de São Paulo, comprei o Estado de São Paulo. Na primeira página do caderno Metrópole, lia-se em letras garrafais: “Assim que acaba apuração, sem-tetos ocupam sete prédios”. A reportagem mencionava que a Neti (identificada por Ivanete Araújo, coordenadora geral do MSTC) referia-se à ação como “Operação Voto na Urna”. Esta informação ia em direção contrária à informação do CMI, que (como vimos) intitulava a ação, coordenada por diversos grupos, de “Frente de Luta”. Além do mais, em quase três meses de participação nas reuniões do MSTC, jamais ouvi alguém se referir à atividade de “Operação Voto na Urna”. Na mesma matéria, do Estadão, a Lisete desvinculava a manifestação a qualquer sentido político eleitoral: “A Marta poderia ter ganhado a eleição que teríamos feito a manifestação do mesmo jeito. Estávamos planejando isso havia três meses e definimos realizar as ocupações no dia seguinte do segundo turno”. Fiquei surpreso em me deparar com tamanho desencontro de informação. Talvez um fato explique-o: a Neti tem 31 anos e é filiada ao PT há mais dez anos; a Lisete, 37, apenas dois anos.

Também fiquei pensando como fica a identidade do movimento, isto é, representada no dilema, “se pago aluguel, não como; se como, não pago aluguel”, se a candidata do PT paga nove mil reais de aluguel numa mansão num dos bairros mais nobres da cidade e frequenta semanalmente o Antiquarius, um dos restaurantes mais caros de São Paulo. Se há um ímpeto revolucionário pela base, ele será sufocado pelo topo. Mas isto são apenas divagações de um anarquista.

Quarta-feira, 3 de novembro de 2004, 19:00.

Fui para a reunião, cheguei atrasado, para variar. As seguintes pautas na lousa:

1. MSTC
2. Ocupação (próxima)
3. Bolsa-aluguel
4. Vitória do Serra

Logo que cheguei, o Israel, que estava com a sua filha, me fez um jóia com a mão.

A Lisete não é se encontrava. A reunião girou basicamente em torno das ocupações de domingo. O Israel contou que, no prédio em que estava, no momento em que os militantes do MSTC foram rechaçados pela polícia, ele subiu numa caçamba repleta de pedaços de madeira e fez delas armas distribuindo-as para os sem-tetos. “Eu conheço todos aqueles policiais que estavam lá, eles também me conhecem daqui, sabem quem eu sou, que trabalho na igreja; eles passam por aqui e me cumprimentam; mas na hora do confronto, eu estou do lado do povo”. O Natanael passou a descrever como eram as bombas utilizadas pela tropa de choque: “Tem uma que é desse tamanho, os policiais atiram para cima, elas voam há uns cem metros, e quando caem, ardem tudo; sua boca fica seca, seus olhos ressecam e ardem...” O Israel também contou um episódio interessante, quando os meninos de rua vieram em auxílio dos manifestantes: “Teve uma hora em que os meninos de rua, que esses que são os verdadeiros moradores de rua, entraram no confronto ao nosso lado; foram eles que começaram a atirar paus e pedras na polícia”. Aliás, foi muito enfatizado que quem deu início ao confronto foi a polícia, que, segundo eles, entrou batendo e só se conteve diante de um rapaz que filmava a ação.

A moça grávida da véspera do momento de ocupação entrou na sala acompanhada de sua filha, uma menina de seis anos. Perguntaram para ela se tinha sentido medo, no que ela confirmou, sem a mesma empolgação dos demais.

Na reunião estavam participando três militantes que ocuparam um edifício da Rego Freitas. Estes estavam sentados com os braços cruzados e pareciam estar orgulhosos. No final da reunião foram orientados a participar da assembléia que começaria em breve naquele prédio.

“Natanael, eu cheguei aqui uma dez ou quinze minutos atrasado, e não encontrei ninguém”.

“Eu não esperei muito, quando deu dez e dez e falei para o motorista, vamos embora”.

Depois me falaram que eu perdi uma noite emocionante, e me convidaram para participar da assembléia da Rego Freitas. O Israel colocou a sua filha nos ombros, e fomos todos a pé até lá. No meio do caminho, o Israel não agüentou mais o peso da menina. “Quantos quilos ela tem?”

“Vinte e cinco quilos”.

Quando chegamos, havia um esquema de segurança redobrado realizado pelos próprios sem-tetos. Um rapaz na portaria pediu para ver minha mochila, quando fui abri-la, este não o permitiu, e limitou-se apenas em apalpá-la.

No fundo do hall de entrada, algumas garotas anotavam o nome de todo mundo que entrava e saía. O Natanael disse para mim, “fala que você é apoio”. Um vai e vem constante e confuso de muitas pessoas se notava por toda a ocupação. Subimos por uma escada. Fomos para o segundo andar, onde armaram a cozinha. Uma movimentação muito grande se fazia ali. Passei os olhos por todo o ambiente, ao olhar para trás, percebi que a Lisete me olhava e sorria com um ar de desaprovação. “Por que você não foi?” Expliquei tudo. “Você perdeu grandes emoções”.

Depois descemos todos para o primeiro andar, onde se realizaria a assembléia. No primeiro andar, formado por um grande salão, havia pessoas deitadas, sentadas, de pé, reunidas, encostadas nas paredes, em colunas, enfim, a imagem que tive foi a de um campo de refugiados.

Disse a Lisete que precisava fazer uma ligação, perguntei se não teria problema de sair, e disseram-me que não. Ao descer as escadas, quem eu vejo? um dos primeiros personagens dessa história: um cidadão cosmopolita, um artista versátil, com suas roupas exóticas: lembram-se do músico completo? Ele não me reconheceu, e eu preferi não me identificar. Depois de telefonar, voltei. A assembléia ia começar. Todas se reuniram de pé numa grande roda. Algumas pessoas sentaram-se no chão. O ambiente estava abafado e quente, devido à aglomeração que se fez. Os temas mais enfatizados foram a portaria, lugar estratégico, tido como o mais importante da ocupação; a segurança e as normas de conduta e a eletricidade. Uma das pautas de reunião causou polêmica, a Miriam sugeriu que o prédio fosse dividido por regiões, isto é, cada andar corresponderia a uma região, por exemplo, o primeiro andar ficaria sob responsabilidade da região centro-norte e os membros desta região passariam a residir e cuidar dele. A pauta foi votada em assembléia. Com exceção de alguns votos, foi aprovada pela maioria. Entretanto, não foi dada a parte contrária o direito de defesa. “A assembléia é soberana e a proposta foi aprovada”. Fato que me contrariou. Alguns sem-tetos pediram a palavra, e disseram que durante o dia inspecionaram o prédio e decidiram interditar os andares superiores (do oitavo em diante), porque corria risco de desabamento.

Os coordenadores passaram a se suceder em suas falas, muitas delas, em suma, para levantar a moral dos militantes. A Eudete, o seu Leopoldo, a Lisete, a Neti e a

Miriam se manifestaram (está última praticamente conduziu a assembléia). Algumas colocações são interessantes de se descrever aqui: a Eudete disse que não gostaria de ouvir coisas que ouviu durante sua visita a esta ocupação, demonstrou certa indignação e terminou dizendo, sob aplausos, que, “lavar louça e fazer comida não é trabalho só de mulher não!”; a Lisete pediu a humildade de todos, inclusive da segurança; a Neti saldou a todos de modo extremamente confiante (“ai, se o dono deste prédio estiver devendo IPTU!”), desafiou os ricos e capitalistas, disse ainda que existiam ainda muitos “alvos” na região do centro expandido, e que quando os pobres, mas ricos de espírito, se juntam, não têm para ninguém. (Esses coordenadores, com exceção da Miriam, se retiraram logo após as suas falas para irem a outros compromissos em outras ocupações).

A Miriam prosseguiu se referindo mais à estrutura do prédio e aos problemas relativos à higiene, água e luz. Quando, no entanto, se referiu à parte elétrica, uma mão se levantou, e ouviu-se uma voz:

“Se precisar de um eletricista, tem um aqui”.

Esforcei-me para ver quem levantava a mão e de onde vinha aquela voz. Então descobri que nosso velho amigo, o músico do dente pendurado na ponta da barba visto a pouco, além de ser multi-instrumentista, era também eletricista.

Outro assunto tratado, com seriedade, foi o das drogas. A Miriam disse que o regulamento era bem claro, e que era ponto pacífico que o uso de drogas não seria permitido dentro das ocupações.

“Gente, pode usar drogas aqui?” indagou a Miriam.

Ouviu-se um unânime “não!” Mas a um “não” deve-se especial atenção, tamanha sua veemência.

“Nãããoooo!!!”

Mais uma vez o nosso amigo de trajes jamaicano, amigo de Jimmy Clift, e que já tocara com Ziggy Marley entre outros, destacou-se dentre os demais.

E quando a Miriam questionou o que fariam se pegassem alguém usando drogas. Outra vez nosso simpático amigo se sobressaiu:

“Bota para fora! Rua!!!”

Na verdade, havia muitos eletricistas ali, o prédio até o sétimo andar estava todo iluminado, graças a rapidez com que foi armado o famoso “gato”.

Quando foi dada por encerrada a assembléia, e todos já se dispersavam, o Israel propôs inesperadamente que fizessem uma oração. Grande parte dos presentes já haviam ido embora. Todavia, um grupo se reuniu em volta do Israel e rezaram agradecendo. Um rapaz tirou o boné, colocou-o contra o peito, ergueu uma das mãos, abaixou a cabeça, fechou os olhos e rezou comovido.

Depois fui conhecer o prédio, que tinha dependências bem grandes.

Quinta-feira, 4 de novembro de 2004, 19:00.

Subi as escadas da ocupação da Brigadeiro Tobias. A sala de reunião estava vazia, com poucas pessoas, porque ainda faltavam alguns minutos para começar a reunião. O advogado Manoel Del Rio sentava-se encostado à parede, e a partir dele, formava-se um círculo de coordenadoras. A Neti sentava-se imediatamente a seu lado, e lia um documento item por item em voz alta, e, de quando em quando, o advogado, que prestava muita atenção, corrigia e explicava o que aquilo queria dizer. Há uma espécie de aposento que dá numa das paredes de madeirite da sala de reunião. Eu já estive lá, quando tentei participar da reunião da executiva. Algumas coordenadoras entravam e saiam de lá. Uma delas, depois que a Neti terminou de ler o documento, estendeu uma bandeira do movimento. Explicava os signos da bandeira: o vermelho era o socialismo. Quem fez a bandeira fora seu filho. Em seguida, ela disse que eventuais bandeiras não custariam caro etc. Depois entregou uma flâmula para Jaira, “uma singela homenagem”. Finalmente, descobri quem era a Jaira, uma mulher não totalmente desconhecida para mim. As pessoas foram chegando, e o Israel, ao me avistar, sentou do meu lado. Uma pessoa, que não se identificou, sentou do outro lado, e puxou conversa comigo. A Iara, aquela mulher das primeiras reuniões, apareceu; na verdade, ela era uma presença constante. Figura constante, raramente tomava a palavra. Então uma pessoa que estava sentada do meu lado disse:

“Esta daí é o cérebro do movimento, e apontou para a Iara. Ela é que fez tudo. Nos anos oitenta ela trabalhava com sindicatos. O marido dela é sociólogo, professor universitário. Ela também é formada, mas eu não sei em quê”.

Perguntei se ela era do PT. Mas a pessoa não soube responder. Então perguntei se ela participava do movimento de ocupações.

“Não! Ela fica de longe, dentro do carro, com o celular, ligando para a imprensa”.

“E o Manoel Del Rio”.

“Ele aparece quando alguém vai preso, vai até a delegacia...”

Depois perguntei para o Israel se ele era filiado ao PT.

“Eu consegui me safar”.

Perguntei se os militantes eram orientados a se filiarem ao partido.

“O movimento passa de casa em casa para o pessoal se filiar. Mas nem todo mundo se filia, o Anderson, o fotógrafo, por exemplo, é comunista, ele não é filiado”. Disse-me o Israel. Depois este me contou que no Piauí era uma espécie de “líder natural”, e conseguia mobilizar muitas pessoas em várias reivindicações sociais, e isso com apenas quinze anos. “Mas eu nunca gostei de me envolver com partido”. Depois falou do que gostava do movimento MSTC: “O que eu gosto do MSTC, é isso daqui (reuniões e assembléias). Em São Paulo as pessoas quase não conversam, você nem sabe quem é o seu vizinho, aqui não, o pessoal discute, conversa. Tem uma convivência”.

Teve início a reunião. Não foi muito diferente das demais, com a Neti organizando as falas. É importante frisar que a Neti estava extremamente bem vestida, com um blazer preto combinando com a calça e o sapato. Aliás, ela é uma mulher alta e bonita. Mas talvez o mais importante da reunião foram os relatos sobre a operação realizada na primeira hora do dia primeiro. A Neti pediu para que cada coordenador dos grupos de base relatasse como tinha sido a experiência nos “alvos”. Um a um se levantava e descrevia os acontecimentos de cada ocupação, as dificuldades e até os fatos engraçados. Alguns impressionaram, como o da Barão de Itapetininga. De repente a gente ouviu um barulho ensurdecedor; os policiais só podem ter explodido o teto do último andar, porque o barulho foi de uma explosão, e foi pelo teto que eles entraram”. O seu Leopoldo disse que no seu “alvo” foram os velhos que seguraram os policiais, e na sua simplicidade, contou que fora durante seis anos policial na época da ditadura militar, e por isso soube como segurar a tropa de choque. Outro relato interessante, foi o de um “alvo” que por dentro do prédio as portas estavam lacradas, e conforme as pessoas entravam, iam sendo esmagadas lá dentro. O estudante de história, da primeira reunião, contou que nunca tinha visto tanta fumaça e tanta bomba. A Neti narrou que o ônibus em que estava foi interceptado pela polícia antes de chegar ao seu “alvo”. “Mas deixa estar, que vai chegar a hora dele logo, logo...” Por fim, leu o documento que no início lia para o advogado. Este documento era dirigido aos três poderes e à imprensa, e citava o artigo 6º. e o 5º. da constituição federal.

Terminada a reunião, o Israel gritou, “MSTC...” e foi seguido por um coro, “a luta é pra valer...”

“Quem não luta?”

“Está morto!”

Depois fui falar com a Lisete, ela quase ficou calada o tempo todo, mas antes de ir embora disse para eu ir na casa do Israel às sete horas da noite de domingo.

Domingo, 7 de novembro de 2004, 18:00.

Naquele domingo fiquei pensando o que a Lisete queria comigo. Talvez uma festa? Não sei.

O céu estava frio e cinzento, de tempos em tempos caía uma garoa fina. Tomei o ônibus Princesa Isabel, e coisa inacreditável, trânsito congestionado na Paulista! Dentro do ônibus, alguns punks. Eu estava com minha jaqueta com o bracelete da anarquia. Por isso resolvi ficar na frente para evitar possíveis transtornos. Algum tempo depois, olhei para trás e não mais os vi, mas, quando desci no terminal, eles me esperavam. Então um deles estendeu a mão para mim, saldando-me. Conversamos. Depois me perguntaram para onde eu ia. Expliquei que eu ia para uma reunião com os sem-tetos e que já estava atrasado. Nos despedimos.

A casa do Israel fica no prédio que visitamos ao sair da reunião. Bati na porta, e o Israel me atendeu. Ele estava sozinho. Sua esposa saíra para fazer um curso e levou a menina. Me pediu um minuto, tomou um banho e voltou com dois copos de leite bem quentes com chocolate em pó. Eu recusei, disse que não precisava, mas mesmo assim insistiu e me ofereceu o copo maior. Fiquei um pouco contrariado por causa disso, ainda mais o copo maior, mas acabei aceitando. “Pelo menos pega o maior”, eu disse. “Não bebe aí”. Bom, fazer o quê? O Israel passou a me explicar que eles, os sem-teto, estavam um degrau acima dos mendigos, ou melhor, moradores de rua: “Eles estão aqui em baixo, nós estamos um pouquinho acima deles”. E que antes de conhecer o MSTC, morava na periferia. Depois disse:

“A Lisete marcou a ocupação para hoje, mas...”

“O quê, hoje vai ter outra ocupação?”

“Vai, ela não te disse”.

“Não. Mas não é muito em cima?”

Desta vez, eu não poderia ir, já tinha um outro compromisso para quando saísse da casa do Israel. Expliquei isso para ele.

Quando nós estávamos saindo, vi ônibus de viagem estacionado por aquelas ruas.

“Israel, de onde são estes ônibus”.

“Ah! É tudo ônibus clandestino. Essa região é muito perigosa mas ninguém mexe comigo...”

O “alvo” dessa vez era um prédio da Caixa Econômica Federal. Novamente, a polícia agiu com muita truculência, e os sem-tetos nem chegaram a entrar no prédio¹¹. O que mais chamou a atenção, é que sendo o prédio patrimônio do governo federal, nenhum parlamentar apareceu para intermediar o conflito.

No dia 10 de novembro a ocupação da rua Rego Freitas ia ser despejada pela parte da manhã. Fui até lá, mas cheguei um pouco atrasado. Podia-se ver do começo da rua os sem-tetos parados em frente ao prédio, o que indicava que o desalojo já se havia efetuado. Caminhei até eles, e senti a presença de pessoas ainda no prédio, olhando pelas amplas janelas. Mas prendi minha atenção nas pessoas que estavam lá fora. Uma família inteira, com uma criança recém nascida, estendera um pano preto no meio da rua e se estabelecera lá. Um dos sem-tetos, um dos “seguranças” de improviso, armou uma banquinha de DVD pirata na frente do prédio mesmo. Muitos repórteres, de todos os jornais, entrevistavam os coordenadores. A Lisete estava entre eles. O advogado Manuel Del Rio parecia organizar os militantes diante do despejo. Então olhei para cima para ver quem ainda estava no prédio. Com uma espécie de espanto, pude constatar que o prédio estava tomado por policiais militares. Estes, imóveis, em postura militar, olhavam pela janela.

¹¹ “Após 16 horas de invasão e confronto com a Polícia Militar na praça Roosevelt, no centro de São Paulo, um grupo de sem-teto deixou à tarde o prédio da Caixa Econômica Federal, localizado nas esquinas das ruas João Guimarães Rosa e Gravataí. NO edifício, segundo a PM, estavam 30 pessoas. Para a Frente de Luta por Moradia (FLM), que promoveu a invasão, eram 150 pessoas. (...) Ontem, após o representante da Caixa Rogério Gagliardi afirmar que não haveria negociação e a polícia dar um prazo de 15 minutos para a desocupação do prédio, eles começaram a sair do edifício cantando o Hino Nacional. ‘Do governo estadual a gente já esperava, mas do governo federal, que é do trabalhador... É lamentável’, disse Ivanete de Araújo, uma das coordenadoras da Frente” (“Após confronto, sem-teto deixam prédio no centro de SP”, Folha de São Paulo, Cotidiano, p. C1, 09/11/04).

Depois de certo impasse, os movimentos dos sem-tetos iniciaram sua retirada, portando muitas faixas e sob palavras de ordem. Foram escoltados ou, melhor, vigiados por dezenas de viaturas policiais, táticos móveis, que os seguiam. Seu destino era a ocupação da Prestes Maia. Mas somente as famílias seriam abrigadas lá.

Podia-se ler nas faixas coisas do tipo:

“Habitação é um direito. Exigimos moradia já. FLM: Frente de Luta por Moradia”

E cantava-se muito:

“O que comer? Não sei. Onde morar? Não sei. Onde dormir? Não sei. O que fazer?”

“O povo na rua; Geraldo a culpa é sua.”

“Ocupar, resistir, construir, morar; ocupar, resistir, construir, morar.”

“Vamos entrar naquele prédio e não sair, nosso lema é ocupar e resistir...”

O dia cinza colaborava para dar um tom melancólico para aquele quadro desolador. A poucos metros dali, as pessoas continuavam as suas vidas: iam ou voltavam do trabalho; almoçavam num restaurante self-service com os colegas de serviço; conversavam sobre a faculdade; pegavam ônibus; usavam seus inúmeros cartões e digitavam misteriosas senhas ao serem indagados por uma atendente diante de uma caixa registradora: “crédito ou débito?”

Planalto:

Continuei freqüentando as reuniões, mas pelos motivos das atividades acadêmicas, deixei de fazer anotações sistemáticas.

Lembro-me de um sujeito extremamente sujo que participava de uma das reuniões, ele era morador de rua, num dado momento disse; “eu não gosto de morar em albergue”. Perguntei por que ele não gostava. Aparentemente ele não ouviu minha pergunta ou não quis ouvir. Mas uma mulher se dirigiu a mim e falou em voz baixa: “Ele não gosta de tomar banho, e no albergue tem que tomar banho todo dia”. Uma outra, amiga desta, acrescentou: “No albergue também tem hora para chegar”.

A Lisete não apareceu em nenhuma das reuniões, exceto na última, uma semana antes do Natal. Entrei na sala, e a encontrei sozinha. Começamos a conversar.

Na lousa, cheio de rabiscos de criança, ininteligíveis com exceção de um: um bichinho com os seguintes escritos dentro de um círculo: “Eu sou um anjinho. Feliz Natal! ass.: Ana”.

A Lisete se levantou para colocar as pautas na lousa, e passou apagar os rabiscos, mas quando chegou no desenho do círculo, disse, “vou deixar este”.

Começamos a reunião somente eu e ela. Então o Israel chegou, com o apagador ele foi direto apagar o desenho.

“Não! gritou a Lisete, eu apaguei todos menos este”.

“Desculpa, eu não sabia”. E com um giz o Israel reconstituiu a parte do desenho que ele apagara.

Depois, perto do Natal, caminhando pelas ruas do centro, vi o “segurança” da Rego Freitas com sua banquinha de DVD. Lembro-me que alguém me disse, “não se pode comprar produtos piratas porque se está alimentado o tráfico”.

“Isto não é verdade, disse eu, isto é o que as multinacionais querem que o povo pense. Essas pessoas são todas trabalhadoras, estão lutando para poderem sobreviver, e isto é o que restou para elas. Olha, tá vendo aquele moço, ele é sem-teto...” Nesse momento fui interpelado por um outro ambulante: “Eu também sou sem-teto”.

“É mesmo, eu conheço aquele ali da rua Rego Freitas, do MSTC”.

“Eu também sou do MSTC”.

Então eu perguntei que grupo de base ele freqüentava, etc., etc., etc. No final, me despedi e fui embora.

Planície:

No ano seguinte, continuei a participar das reuniões do Liceu Coração de Jesus, porém, estas, encontravam-se bastante esvaziadas. A Lisete, por motivos de trabalho, passou a freqüentar as reuniões de modo esporádico e o Israel, por motivos de desentendimento, passou a freqüentar outro grupo de base. Talvez a ausência destes dois contribuiu bastante para a incipiente participação dos sem-tetos.

O que se verificou nestas reuniões foi uma certa aflição de alguns militantes, pois o novo prefeito, o Serra, mostrava-se propenso a não renovar mais nenhum dos contratos do bolsa-aluguel. Outra notícia alarmante foi que a nova conjuntura política favorecera a ação de reintegração de posse da ocupação próxima à Luz, o Prestes Maia.

Nas minhas passagens pelo centro, pude verificar o aumento da repressão policial em relação aos ambulantes, que os desafiavam. Na rua 25 de Março, o confronto era ininterrupto. Muitas apreensões, mercadorias apreendidas e camelôs detidos.

Pela Av. Rio Branco, à noite, é notável a presença de africanos, que somam dezenas, e que, providos de celulares, falam ao mesmo tempo em algum dialeto de origem.

14 de maio de 2005, sábado.

Quem anda de ônibus sabe como são freqüentes as intervenções de pessoas que pedem dinheiro ou vendem coisas. No início, eram palhaços ou ex-presidiários que narravam suas histórias e seus esforços de reinserção na sociedade, freqüentemente, frustrados. Depois, um pequeno comércio de coisas irrisórias, como balas e chocolates, parecia legitimar moralmente esta prática após uma defesa oral impecável. Pudemos registrar um vendedor de biscoito que depois do discurso de práxis, disse: “aceito passe, vale-refeição, cartão telefônico, celular, carro importado ou apartamento, de preferência uma cobertura no Itaim”. Não faltaram assim ambulantes que passaram a vender bugigangas, às vezes, com a ameaça velada: é melhor trabalhar do que roubar. Ameaça sutil, porque fruto de uma verdade incontestável, que é tão somente reflexo de uma sociedade estruturada numa barbárie ainda maior: a exploração capitalista. O panóptico também se faz presente dentro de quase todos os ônibus: ameaça velada: sorria você está sendo filmado: ☺.

Estava eu, dentro de um ônibus, indo para o Parque D. Pedro II, quando um homem entrou pela porta de trás com um violão e de pé tentava-se equilibrar no veículo em movimento. Pôs-se em frente dos passageiros, sem, no entanto, olhar para ninguém. Olhei bem para ele, usava uma toca, a barba por fazer, uma camisa mostarda, uma calça jeans azul e um sapato também mostarda. Imaginei que ele iria cantar lá na frente, e me senti mal porque me coloquei naquela situação. De olhos baixos, o sujeito tocou um acorde, afinou um pouco o violão, outro acorde, insatisfeito afinou o instrumento novamente, e de repente, sem nenhuma apresentação, se pôs a cantar, com uma voz grave. Tim Maia, claro!

“E eu, papararara, tava morrendo de saudade de você, papararara...”

Tirei um real do bolso, pois me solidarizei com o sujeito e aquela cena me comoveu um pouco.

As pessoas iam entrando, desviavam-se como podia do cantor e procuravam um lugar para sentar ou se acomodar em pé mesmo. Ao terminar de cantar a música do Tim Maia, passou a cantar uma música de amor que eu não conhecia. Um homem simplório

ao entrar no ônibus e se deparar com aquele fato incomum sorriu levemente mas satisfeito passou a cantar em voz alta o refrão da música.

Ao encerrar esta canção, o homem do violão finalmente falou:

“Olha gente, eu vou tocar a saideira, e quem quiser contribuir, esse é meu trabalho, eu agradeço”:

“Tá vendo aquele edifício, moço; ajudei a levantar...”

Essa música eu conhecia, seu interprete mais conhecido é o Zé Ramalho.

Assim, o homem finalizou sua apresentação sob uma salva de aplausos. E para minha surpresa, os passageiros comovidos estendiam as mãos com notas de um real e faziam questão de entregar para ele. Eram tantas pessoas que mesmo ele passava despercebido por alguém que o aguardava e que diante de sua desatenção cutucava-o com veemência para lhe dar algum dinheiro.

Depois entrei na internet e procurei a música do Zé Ramalho que transcrevo aqui na íntegra porque acho que vale a pena:

“Cidadão”

Zé Ramalho

Composição: Lucio Barbosa

Tá vendo aquele edifício moço
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição, era quatro condução
Duas pra ir, duas pra voltar
Hoje depois dele pronto
Olho pra cima e fico tonto
Mas me vem um cidadão
E me diz desconfiado
“Tu tá aí admirado ou tá querendo roubar”
Meu domingo tá perdido, vou pra casa entristecido
Dá vontade de beber
E pra aumentar o meu tédio
Eu nem posso olhar pro prédio que eu ajudei a fazer
Tá vendo aquele colégio moço
Eu também trabalhei lá
Lá eu quase me arrebento
Fiz a massa, pus cimento, ajudei a rebocar
Minha filha inocente vem pra mim toda contente
“Pai vou me matricular”
Mas me vem um cidadão:
“Criança de pé no chão aqui não pode estudar”
Essa dor doeu mais forte

Por que é que eu deixei o norte
Eu me pus a me dizer
Lá a seca castigava, mas o pouco que eu plantava
Tinha direito a comer
Tá vendo aquela igreja moço, onde o padre diz amém
Pus o sino e o badalo, enchi minha mão de calo
Lá eu trabalhei também
Lá foi que valeu a pena, tem quermesse, tem novena
E o padre me deixa entrar
Foi lá que Cristo me disse:
“Rapaz deixa de tolice, não se deixe amedrontar
Fui eu quem criou a terra
Enchi o rio, fiz a serra, não deixei nada faltar
Hoje o homem criou asas e na maioria das casas
Eu também não posso entrar”